

DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2021



Câmara dos
Deputados

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2021

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

FICHA TÉCNICA

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

56ª LEGISLATURA

(2019-2023)

Presidente:

Arthur Lira (PP-AL)

1º Vice-Presidente:

Marcelo Ramos (PL-AM)

2º Vice-Presidente:

André de Paula (PSD-PE)

1º Secretário:

Luciano Bivar (PSL-PE)

2ª Secretária:

Marília Arraes (PT-PE)

3ª Secretária:

Rose Modesto (PSDB-MS)

4ª Secretária:

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

1º Suplente:

Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Suplente:

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Suplente:

Alexandre Leite (DEM/SP)

4º Suplente:

Cássio Andrade (PSB-PA)

Secretário-Geral da Mesa:

Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral:

Celso de Barros Correia Neto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente:

Carlos Veras (PT-PE)

1º Vice-Presidente:

Orlando Silva (PCdoB/SP)

2º Vice-Presidente:

Erika Kokay (PT-DF)

3º Vice-Presidente:

Vivi Reis (PSOL-PA)

Secretária-Executiva:

Marina Basso Lacerda

Chefe de Serviço:

Clotildes de Jesus Vasco

Chefe de Gabinete:

Letícia Gobbi

Equipe:

Adla Micheline de Sousa Oliveira

Andréia de Andrade Taborda

Fernando Brito Bola

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

Fábria Pessoa

Lucas Assis Nascimento

Mariana Trindade Oliveira

Simone Machado de Mendonça

DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2021



Câmara dos Deputados
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2021

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Link Editoração Ltda

FOTO CAPA:

Antonio Araujo/Câmara dos Deputados

Os textos deste relatório são de Fabia Pessoa, exceto os com autoria expressamente indicada.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Direitos humanos na Câmara dos Deputados em 2021 : relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2022.

Versão E-book - Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, relatório, 2021. 2. Direitos humanos, Brasil. I. Título.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO	17
NÚMEROS.....	19
PROJETOS DE LEI APROVADOS.....	21
ORÇAMENTO.....	23
OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL.....	25
ATUAÇÃO POR TEMA	27
1. COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	29
1.1. Observatório Parlamentar da RPU examina recomendações voltadas ao combate à violência contra a mulher.....	29
1.2. TJ-SP afasta juiz que menosprezou lei Maria da Penha	34
1.3. Presidência da CDHM demanda investigação sobre denúncia de cárcere privado de 33 mulheres no Ceará.....	35
2. MULHERES NA POLÍTICA.....	37
2.1. CDHM debate presença de Mulheres na Política.....	37
2.2. Violência Política é tema de audiência pública da CDHM.....	44
2.3. Ameaças à prefeita de Cachoeira (BA).....	50
2.4. Parlamentares levam a Barroso reivindicação de combate à violência racial e de gênero	51
2.5. Violência política contra vereadora em Florianópolis	53
2.6. Ameaças contra vereadora de Fortaleza	53
2.7. Ameaças de morte contra deputada do PSOL em Minas Gerais.....	55
2.8. Ameaças contra vereadoras negras de Porto Alegre	56
2.9. Projeto que criminaliza violência política contra mulheres é aprovado	56
3. DIREITOS LGBTQIA+	59
3.1. CDHM debate combate à LGTBfobia.....	59
3.2. Observatório avalia evolução dos direitos da população LGBTQIA +	62
3.3. Desaparecimento de Danielly Silva.....	69

3.4.	Morte de jovem gay no Espírito Santo.....	69
3.5.	Morte de jovem Gay no Paraná	70
4.	COMBATE AO RACISMO	71
4.1.	Direitos da População Negra e Combate ao Racismo são avaliados em audiência pública.....	72
4.2.	Audiência pública reforça a importância da política de cotas no Brasil.....	75
4.3.	CDHM aprova por unanimidade prorrogação da revisão da Lei de Cotas.....	78
4.4.	CDHM aprova cota racial nas empresas contratadas por licitação.....	80
4.5.	Mortalidade materna entre negras é 77% maior no país da “democracia racial”	82
4.6.	Mortes em caso envolvendo supermercado em Salvador.....	84
4.7.	Brasil ratifica Convenção Interamericana contra Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância	85
4.8.	Violação de cotas raciais em concurso público.....	86
4.9.	ONU divulga relatório sobre racismo sistêmico e pede o fim da violência	87
5.	SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA POLICIAL	91
5.1.	Observatório Parlamentar da RPU debate segurança pública.....	91
5.2.	Comunidade do Jacarezinho	95
5.3.	Complexo do Salgueiro.....	97
5.4.	Presidente da CDHM recebe representantes da Federação de Favelas do Rio de Janeiro.....	99
5.5.	Ministério Público do RJ instaura procedimento para apurar operação no Complexo do Salgueiro	100
5.6.	Audiência pública debate situação do Complexo do Salgueiro no Rio de Janeiro.....	102
5.7.	Denúncia de abuso de autoridade em Belo Horizonte.....	105
5.8.	Polícia Civil conclui que tumulto com nove mortes em Paraisópolis foi iniciado por PMs	106
5.9.	Parlamentares demandam apuração de violência policial contra mulher no Espírito Santo.....	107
5.10.	Denúncia de execução de jovem por policiais na Bahia.....	108
5.11.	Violência contra jovens no Sergipe	110
5.12.	Violência policial em Minas Gerais.....	111
5.13.	Abordagem violenta no Rio Grande do Sul.....	111
5.14.	Presidência da CDHM demanda investigação de mortes em Cavalcante, em Goiás	112
5.15.	Operação que resultou em 8 mortes no Rio de Janeiro	113
6	SISTEMA PRISIONAL E COMBATE À TORTURA.....	115
6.1.	Observatório Parlamentar verifica situação de cárceres e de combate à tortura no Brasil.....	115
6.2.	CDHM debate prevenção à tortura	120
6.3.	Ministério Público e Defensoria do DF recomendam uso criterioso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo.....	126

6.4.	Em audiência com Dias Toffoli, do STF, Presidência da CDHM aponta importância do trabalho dos peritos para o combate à tortura...	128
6.5.	Denúncia de agressões a Rodrigo Pilha na prisão	129
6.6.	Violações de direitos em presídio no Novo Gama, em Goiás	130
6.7.	Violação de direitos e mortes em presídios de Planaltina de Goiás.....	130
6.8.	Apologia à tortura em curso de formação de policiais em Goiás.....	131
6.9.	Presidência da CDHM recebe Subcomitê da ONU sobre Prevenção contra a Tortura.....	132
7.	MOVIMENTOS SOCIAIS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	135
7.1.	Audiência debate nova Lei de Segurança Nacional.....	135
7.2.	Alteração da regulamentação do Marco Civil da Internet é objeto de audiência pública da CDHM	137
7.3.	ONU demonstra preocupação com projeto de lei sobre terrorismo.....	139
7.4.	Observatório Parlamentar examina evolução dos direitos à manifestação e à organização	140
7.5.	CDHM debate extinção e alteração dos colegiados de participação popular	145
7.6.	MPF Goiás apura denúncia de abordagem intimidatória e interferência estatal em movimentos sociais.....	150
7.7.	Conduta da PM em protesto no Recife.....	151
8.	DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS	153
8.1.	Observatório Parlamentar verifica situação de proteção a defensoras e defensores de Direitos Humanos no Brasil.....	153
8.2.	Defensores de direitos humanos no Pará: encontro busca contribuir com soluções efetivas	157
8.3.	Audiência pública debate conflitos agrários e proteção aos defensores de direitos humanos do Pará.....	161
8.4.	Presidência da CDHM demanda apuração de morte de família no Pará	165
9.	MORADIA E PREVENÇÃO A DESPEJOS.....	167
9.1.	Projeto que proíbe despejo de imóveis na pandemia é aprovado pela Câmara. Em 2020 a ONU se declarou favorável à proposta ..	167
9.2.	Decisões do STF garantem suspensão de despejos durante a pandemia	170
9.3.	Observatório Parlamentar examina direito à moradia no Brasil.....	170
9.4.	Comunidade da Linha, em Recife	173
9.5.	Desocupação em Brasília.....	174
9.6.	Comunidade Jacutinga	175
9.7.	Camaragibe, Pernambuco	175
9.8.	Despejo do acampamento Maria Rosa do Contestado é revogado.....	176
9.9.	Suspensa reintegração de posse da ocupação Jorge Hereda em São Paulo	177
9.10.	STF suspende desocupação da comunidade Dubai em João Pessoa	178
9.11.	Esforço para adiar reintegração de posse e garantir direitos de famílias de assentamentos em Pernambuco.....	179

10. DIREITOS DAS POPULAÇÕES RURAIS E CONFLITOS NO CAMPO	183
10.1. Observatório Parlamentar da RPU debate direitos das populações rurais no Brasil	183
10.2. Audiência pública debate conflitos agrários em terras públicas.....	186
10.3. Presidência da CDHM solicita ao CNJ mediação de conflitos fundiários	188
10.4. Diligência à Mata Sul em Pernambuco	189
10.5. Assassinato do menino Jonatas.....	192
10.6. PL sobre destinação de imóveis devedores à reforma agrária	194
10.7. Delegado em conflitos agrários no Pará	194
10.8. Despejo em região de conflitos agrários no norte do país	196
10.9. Violência, prisão e tortura em povoado de trabalhadores rurais no oeste baiano	197
10.10. Povoado do Arroz	199
10.11. Denúncia de violência contra trabalhadores rurais em Minas Gerais	200
10.12. Acampamento Olhos D´Água	201
10.13. Anapú	202
10.14. Imóveis rurais incidentes em terras públicas em Rondônia	202
10.15. Destinação de imóvel para reforma agrária em Mato Grosso	203
10.16. Acampamentos Arco-íris e Beira-Rio, em Minas Gerais.....	204
10.17. Nova Ipixuna	207
10.18. Violência em Rondônia.....	208
10.19. Denúncias de intoxicação de comunidades no Maranhão	208
10.20. Violência em Tocantins.....	210
11. COMBATE À FOME; SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	213
11.1. Audiência pública debate importância de incentivos à agricultura familiar e Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU	213
11.2. Projeto que institui medidas de amparo a agricultores familiares é aprovado na Câmara	217
11.3. CDHM debate modelo agrário, desabastecimento alimentar e fome.....	218
11.4. Audiência Pública reforça importância dos Censos para a formulação de políticas públicas.....	222
12. POVOS INDÍGENAS	227
12.1. Relator da ONU pede que STF rejeite marco temporal	228
12.2. Audiência pública reforça a necessidade de medidas de proteção dos povos indígenas contra a Covid-19	229
12.3. Demarcação Tekoha Guyraroká, no Mato Grosso do Sul.....	233
12.4. Vacinação dos indígenas da Aldeia Pankararu, em Pernambuco.....	235
12.5. Povo Yanomami.....	235

12.6.	Morte de indígena Yanomami.....	239
12.7.	Audiência com Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos aborda o garimpo na Terra Indígena Yanomami.....	241
12.8.	Mundurucus.....	243
12.9.	Reunião ouve indígenas e debate medidas	244
12.10.	Polícia Federal realiza operação no Pará.....	244
12.11.	CDHM recebe presidente da FUNAI.....	245
12.12.	Observatório Parlamentar da RPU verifica evolução dos direitos indígenas no Brasil	248
12.13.	CDHM debate Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	252
12.14.	Mulheres indígenas denunciam violências vivenciadas	255
12.15.	CDHM recebe Ministro da Justiça.....	258
12.16.	CDHM aprova moção de solidariedade à Sônia Guajajara, Coordenadora Exec. da Articulação da População Indígena do Brasil (APIB).....	261
12.17.	Levante pela Terra.....	261
12.18.	ONU expressa preocupação com projeto de lei que trata da demarcação de terras indígenas.....	263
12.19.	MP instaura inquérito para apurar a condução pela FUNAI de situação territorial da comunidade Kanela do Araguaia.....	266
12.20.	Indígenas Kanela do Araguaia denunciam recusa de concessionária em fornecer energia elétrica.....	268
12.21.	FUNAI deixa de recorrer contra ordem de despejo da Comunidade Indígena Tupinambá	269
12.22.	Fogo na Aldeia Barreira Preto.....	270
12.23.	Presidência da CDHM recebe informações sobre atendimento psicossocial de comunidades indígenas e ribeirinhas no Amazonas....	270
12.24.	Presidência da CDHM demanda apuração de morte de jovem indígena no Rio Grande do Sul	272
12.25.	Presidente da CDHM aciona PF para apurar morte de indígena em Tocantins.....	274
12.26.	Presidência da CDHM demanda apuração de mortes de indígenas no Rio Grande do Sul	274
12.27.	Presidência da CDHM aciona órgãos para apurar denúncia de violência contra indígenas em Roraima.....	275
13.	COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	277
13.1.	Observatório Parlamentar da RPU examina evolução dos Direitos das Comunidades Quilombolas.....	277
13.2.	Comunidade Quilombola Boca do Rio, na Bahia	279
13.3.	Alimentos para comunidade Quilombola em Pernambuco.....	280
13.4.	Comissão debate direitos dos pescadores artesanais	281
13.5.	Presidente do INSS se compromete a criar força-tarefa para analisar solicitações dos pescadores.....	283
14.	MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	285
14.1.	Observatório Parlamentar da RPU debate meio ambiente e mudanças climáticas	285
14.2.	Presidente da CDHM participa da COP 26	287
14.3.	Seminário mostra a relação entre as mudanças climáticas e a garantia de direitos humanos na Amazônia	289

14.4.	Delegado detalha denúncias de crime ambiental contra Ricardo Salles; deputados governistas criticam investigação.....	292
14.5.	Cármen Lúcia autoriza abertura de inquérito contra Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles	292
15.	BARRAGENS E MINERAÇÃO	295
15.1.	Rompimento de barragem no Maranhão.....	295
15.2.	Violações cometidas pela Fundação Renova são debatidas em audiência pública da CDHM.....	296
15.3.	Pedido de que atingidos participem de Observatório Nacional	300
15.4.	Relatório crítica destinação de recursos do acordo de Brumadinho para construção de Rodoanel.....	302
15.5.	Presidência da CDHM demanda apuração de denúncia de poluição no Pará.....	304
16	ÁGUA E SANEAMENTO.....	307
16.1.	Evolução dos direitos à água e ao saneamento básico é debatida em audiência do Observatório Parlamentar da RPU	307
16.2.	Presidente da CDHM aciona Ministério para evitar paralisação de distribuição de água por carros-pipa no Semiárido	310
16.3.	Presidente da CDHM cobra continuidade da Operação Carro-Pipa.....	311
17.	SAÚDE E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA	313
17.1.	Observatório Parlamentar da RPU debate direito à saúde no Brasil	313
17.2.	Marcelo Queiroga afirma que o SUS é a “melhor ferramenta” para enfrentar a pandemia	316
17.3.	Solidariedade em tempos de pandemia	318
17.4.	Dia Internacional do Direito à Verdade: evento discute postura do governo sobre Covid-19 e ditadura militar.....	320
17.5.	Audiência pública aborda vulnerabilidade de povos indígenas e quilombolas durante a pandemia	321
17.6.	Política de Saúde Mental é debatida em audiência pública.....	323
18.	DIREITOS SOCIAIS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	329
18.1.	Evolução do direito à educação é examinada em audiência pública da CDHM	329
18.2.	A educação libertadora de Paulo Freire.....	333
18.3.	Observatório da RPU debate cumprimento das recomendações feitas ao Brasil sobre trabalho e redução da pobreza.....	336
18.4.	Observatório Parlamentar debate direitos humanos e redução das desigualdades	341
18.5.	Mortes, por frio, de pessoas em situação de rua em São Paulo.....	344
19.	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	347
19.1.	Abuso sexual infantil online.....	347
19.2.	Direitos das crianças e adolescentes são debatidos pelo Observatório Parlamentar da RPU	347
20.	BOATE KISS.....	353
20.1.	Pedido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	353

21. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	355
21.1. Evolução dos direitos das pessoas com deficiência é examinada pelo Observatório Parlamentar da RPU	355
21.2. Parlamentares defendem importância do modelo brasileiro de educação inclusivo para Ministro Milton Ribeiro	360
21.3. Jogos Paralímpicos de Tóquio	363
21.4. Parlamentares cobram cumprimento de cotas para pessoas com deficiência em concurso da PRF	363
22. PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE	365
22.1. Audiência pública debate história e memória das pessoas atingidas pela Hanseníase.....	366
23. MIGRANTES E REFUGIADOS	369
23.1. Audiência pública reforça a importância da regularização migratória durante a pandemia da Covid-19.....	369
23.2. Parlamentares demandam revogação da Portaria nº 655/2021	373
23.3. Observatório Parlamentar da RPU debate direitos dos migrantes.....	374
23.4. Vistos humanitários a afegãos	377
23.5. Moíse: morte de jovem do Congo no Rio de Janeiro.....	378
23.6. Assassinato do venezuelano Marcelo Caraballo em São Paulo	380
24. TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS	381
24.1. Observatório Parlamentar da RPU examina enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.....	381
25. EMPRESAS, INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E INDH.....	387
25.1. Observatório Parlamentar debate empresas e direitos humanos.....	387
25.2. Audiência Pública examina evolução de Instrumentos Internacionais, Tribunal Penal e crimes de guerra	388
25.3. Observatório Parlamentar examina recomendações voltadas para Instituição Nacional de Direitos Humanos	391
26. RELIGIÕES E DIREITOS HUMANOS.....	395
26.1. CDHM debate criação do Dia Nacional do Cristão	395
26.2. Seminário debate importância da fraternidade para a política	397



Foto: Câmara dos Deputados

COMPOSIÇÃO

PRESIDÊNCIA



Carlos Veras (PT/PE)
Presidente



Orlando Silva (PCdoB/SP)
1º Vice-Presidente



Erika Kokay (PT/DF)
2ª Vice-Presidente



Vivi Reis (PSOL/PA)
3ª Vice-Presidente

TITULARES



Abílio Santana
(PL-BA)



Aroldo Martins
(REPUBLICANOS-PR)



Bira do Pindaré
(PSB-MA)



Túlio Gadêlha
(PDT-PE)



Dra. Soraya Manato
(PSL-ES)



Eli Borges
(SOLIDARIEDADE -TO)



Sâmia Bomfim
(PSOL-SP)



Helder Salomão
(PT-ES)



Iracema Portella
(PP-PI)



José Medeiros
(PODE-MT)



Júnio Amaral
(PSL-MG)



Lauriete
(PSC-ES)



Policial Katia Sastre
(PL-SP)



Sóstenes Cavalcante
(DEM-RJ)

SUPLENTES



Bosco Saraiva
(SOLIDARIEDADE -AM)



Camilo Capiberibe
(PSB-AP)



Cezinha de Madureira
(PSD-SP)



Daniel Silveira
(PSL-RJ)



Delegado Éder Mauro
(PSD-PA)



Eduardo Bolsonaro
(PSL-SP)



Frei Anastacio Ribeiro
(PT-PB)



Hercílio Coelho Diniz
(MDB-MG)



Jandira Feghali
(PCdoB-RJ)



Joenia Wapichana
(REDE-RR)



Luiza Erundina
(PSOL-SP)



Major Fabiana
(PSL-RJ)



Marcon
(PT-RS)



Norma Ayub
(DEM-ES)



Paulo Bengtson
(PTB-PA)



Pr. Marco Feliciano
(PL-SP)



Professora Rosa Neide
(PT-MT)



*Audiência Pública Extraordinária (virtual) - Desafios urgentes dos Direitos Humanos - 07/04/2021
Luiza Batista, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados*

APRESENTAÇÃO

Foto: Fábila Pessoa - Fonte: Câmara dos Deputados



A pandemia da Covid-19, que já está em seu terceiro ano, agravou as violações de direitos humanos marcadas pelas disparidades de classe, gênero e raça. Em 2021 a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) ofereceu o que podia, e devia, diante desse desafio que mobiliza nações: trabalho.

Foram realizadas 54 audiências públicas, cinco seminários e 15 reuniões deliberativas, ouvindo centenas de convidados, além de cinco diligências.

A Comissão aprovou também 15 projetos de lei que dialogam diretamente com a garantia de direitos de populações indígenas, comunidades quilombolas, o combate ao preconceito e a busca por igualdade racial, e demonstram o compromisso do colegiado com a defesa e a promoção dos direitos humanos no Brasil. Dentre eles, destaco a aprovação, por unanimidade, do que prorroga a revisão da lei de cotas.

A Presidência da CDHM atuou, ainda, em mais de 230 denúncias de violações de direitos, expedindo mais de 800 ofícios.

No âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, uma parceria da Câmara dos Deputados e o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH), foram realizadas 26 audiências públicas, com 94 expositores do Estado (Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário), 33 participantes de Organizações Internacionais e 136 participantes da Sociedade Civil e pesquisadores. Alguns desses convidados participaram de mais de uma audiência, somando cerca de 300 intervenções. A parceria foi renovada para 2022, com a inclusão das 25 agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas do Brasil.

Com a eleição da Deputada Vivi Reis para 3ª vice-presidente da CDHM no mês de agosto, para substituir a Deputada Sâmia Bomfim, que estava em licença maternidade, o colegiado passou a ter em sua presidência, além da paridade de gênero, também a racial.

Agradeço a essas parlamentares, ao Deputado Orlando Silva e à Deputada Erika Kokay, 1ª e 2ª Vice-Presidentes do colegiado, a todos os membros da CDHM, aos movimentos sociais e aos trabalhadores da Câmara dos Deputados pela parceria nesse período, sem a qual os resultados que aqui menciono não teriam sido alcançados.

A promoção dos direitos humanos está conectada de forma indissolúvel ao combate das desigualdades que vulnerabilizam principalmente setores específicos da sociedade, como mulheres e meninas, povos indígenas, afrodescendentes, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas idosas. Atuamos tendo esse princípio como norte e dando voz a esses sujeitos, fazendo jus à tradição de ser este colegiado, que tive a honra de presidir, uma das mais importantes instituições de direitos humanos no País.

Deputado Carlos Veras (PT/PE)
Presidente

NÚMEROS

74

Reuniões

54

*Audiências
públicas*

05

Seminários

15

Deliberativas

232

*Novas denúncias de
violação de direitos
humanos encaminhadas*

+ de
800

*Ofícios
expedidos*

15

*Projetos de lei
APROVADOS*

5

*Diligências
e missões oficiais*

285

*Matérias
jornalísticas*



Sessão deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizada no dia 08/12/2021
Foto: captura da transmissão realizada pela TV Câmara

PROJETOS DE LEI APROVADOS

- PL 3746/2020, de autoria dos deputados Luiza Erundina (PSOL/SP) e Ivan Valente (PSOL/SP), relatado pelo Deputado Helder Salomão (PT/ES), que amplia o Cadastro Único do governo federal (CadÚnico) e possibilita a inclusão para concessão de benefícios de quilombolas, indígenas, população em situação de rua e de pessoa em condição análoga à de escravo.
- PL 932/2015, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), relatado pelo Deputado Orlando Silva (PC do B/SP), que estabelece cota para representação de afrodescendentes na publicidade governamental.
- PL 2111/2015, de autoria do Deputado Zé Carlos (PT/MA), relatado pelo Deputado Padre João (PT/MG), que trata da exigência de manifestação do representante do Ministério Público local para o fechamento de escolas do campo.
- PL 765/2019, de autoria do Deputado Bacelar (PODE/BA), relatado pelo Deputado Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB), que dispõe que pelo menos 40% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura deverão ser empregados em projetos vinculados à cultura e à arte dos povos negros e indígenas do Brasil.
- PL 10782/2018, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF), relatado pela Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), para garantir prioridade na tramitação dos processos que envolvam a demarcação de terras indígenas e a titulação de propriedades de comunidades quilombolas.
- PL 3514/2019, de autoria da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), relatado pelo Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), que regulamenta a profissão de Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN), no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).
- PL 9943/2018, de autoria do Senador Telmário Mota (PTB/RR), relatado pela Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), que faculta a organização da educação escolar indígena por meio de territórios étnico-educacionais.
- PL 4592/2016, de autoria do Senador Paulo Davim (PV/RN), relatado pela Deputada Erika Kokay (PT/DF), que cria o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril, que tem como objetivo desmistificar preconceitos relacionados às doenças psíquicas.
- PL 4.839/2020, de autoria do Deputado Felipe Carreras (PSB/PE), relatado pela Deputada Erika Kokay (PT/DF), que estabelece diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.
- PL 2.496/2019, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF), relatado pela Deputada Professora Rosa Neide (PT/MT), que inclui no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão unifor-

me os crimes praticados ou planejados por meio da internet, que se caracterizem pela difusão de conteúdo de preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer formas de discriminação, nos quais haja violação aos direitos humanos.

- PL 245/2019, de autoria do Deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA), relatado pelo Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP), que cria o Fundo de Desenvolvimento das Comunidades Carentes e Quilombolas de Alcântara, com o objetivo de desenvolver projetos que visem o desenvolvimento econômico, cultural e social das comunidades quilombolas e das comunidades tradicionais da região afetadas pelo Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).
- PL 153/2020, de autoria dos deputados Paulão (PT/AL), Sergio Vidigal (PDT/ES), Mauro Nazif (PSB/RO), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Dr. Leonardo (SOLIDARI/MT), Olival Marques (DEM/PA), Genecias Noronha (SOLIDARI/CE), Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Hélio Costa (REPUBLIC/SC), Jorge Solla (PT/BA), Lafayette de Andrada (REPUBLIC/MG), Toninho Wandscheer (PROS/PR), Alexandre Serfiotis (PSD/RJ), Alencar Santana Braga (PT/SP), Chiquinho Brazão (AVANTE/RJ), Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL), José Guimarães (PT/CE), Marcon (PT/RS), João Daniel (PT/SE), Rui Falcão (PT/SP) e outros, relatado pela Deputada Vivi Reis (PSOL/PA), que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos e dá outras providências.
- PL 2067/2021, de autoria dos deputados Benedita da Silva (PT/RJ), Valmir Assunção (PT/BA), Beto Faro (PT/PA), Vicentinho (PT/SP), Luizianne Lins (PT/CE), Padre João (PT/MG), Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB), Leo de Brito (PT/AC), Patrus Ananias (PT/MG), José Guimarães (PT/CE), Henrique Fontana (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA), Helder Salomão (PT/ES), Vander Loubet (PT/MS), Professora Rosa Neide (PT/MT), Enio Verri (PT/PR), Paulão (PT/AL), Waldenor Pereira (PT/BA), Pedro Uczai (PT/SC), Marília Arraes (PT/PE) e outros, relatado pelo Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), que torna cláusula necessária dos contratos de terceirização o compromisso de promoção da igualdade racial pela contratada e a reserva de pelo menos 30% dos postos de trabalho a empregados pretos, pardos e indígenas.
- PL 5232, de autoria dos deputados Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Ivan Valente (PSOL/SP), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Marcelo Freixo (PSOL/RJ), David Miranda (PSOL/RJ), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Orlando Silva (PCdoB/SP) e outros, relatado pelo Deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), que prevê que empresas cujos empregados ou prestadores de serviços pratiquem atos discriminatórios deverão ser responsabilizadas civilmente pelos danos materiais e morais decorrentes de tais ações, podendo responder criminalmente pelos resultados desses atos quando conscientemente falharem em promover ações efetivas para sua prevenção e mitigação.
- PL 1788/2021, de autoria do Deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), relatado pela Deputada Vivi Reis (PSOL/PA), que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas.

ORÇAMENTO

A CDHM aprovou no dia 13 de julho emendas ao PLN 3/21, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. Cada comissão pode apresentar até três emendas ao PLN.

A primeira emenda foi proposta pelos parlamentares Erika Kokay (PT/DF), Helder Salomão (PT/ES), Túlio Gadelha (PDT/PE) e Bira do Pindaré (PSB/MA) ao Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, para a Ação 21AR, de Promoção e Defesa de Direitos para Todos. O programa inclui ações voltadas para pessoas em situação de rua, educação em direitos humanos, empregabilidade da população LGBT, enfrentamento da LGBTfobia; combate ao trabalho escravo e à tortura, manutenção do Conselho Nacional de Direitos Humanos; programas para pessoas com deficiência; questão racial; pessoa idosa; violência contra crianças e adolescentes; equipagem de Conselho Tutelar; combate à violência contra a mulher.

A segunda emenda, dos deputados Joênia Wapichana (REDE/RR), Túlio Gadelha e Bira do Pindaré, trata do Programa 0617 – Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, para a Ação 20UF, de regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados.

E a terceira, de autoria dos deputados Bira do Pindaré e Túlio Gadelha, se destina ao Programa 1040 - Governança Fundiária-Incra, para a Ação 210Z, de reconhecimento e indenização de Territórios Quilombolas.

Além disso, foi apresentada emenda de texto a partir de propostas das deputadas Joenia Wapichana (REDE/RR) e Policial Katia Sastre (PL/SP) para alterar o Art. 4º e incluir recursos para enfrentar as consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia de Covid-19, com foco nas populações mais vulneráveis, como povos indígenas e quilombolas, jovens, mulheres e pessoas negras, além da primeira infância.

No dia 10 de novembro, a CDHM aprovou emendas ao orçamento da União para o próximo ano.

A primeira proposta aprovada, sugerida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) e pelos parlamentares Bira do Pindaré (PSB/MA), Padre João (PT/MG) e Vivi Reis (PSOL/PA), destina 50 milhões a programa que prioriza a Governança Fundiária (INCRA), voltado ao reconhecimento e indenização de territórios quilombolas.

A segunda emenda aprovada, dos parlamentares Vivi Reis e Padre João, destina 100 milhões ao Programa de Proteção à Vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos (Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos), que inclui ações voltadas para empresas e direitos humanos; pessoa em situação de rua; população LGBT; combate ao trabalho escravo e à tortura; manutenção do Conselho Nacional de Direitos Humanos; pessoas idosas e com deficiência; questão racial e combate à violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes.

A terceira proposta, realizada pelas deputadas Joenia Wapichana (REDE/RR) e Vivi Reis e pelo deputado Padre João, destina 200 milhões ao Programa 0617 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (FUNAI), voltado à regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados.

Também por sugestão da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e dos parlamentares Padre João Deputada Vivi Reis, a quarta emenda destina 100 milhões ao Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional (Ministério da Cidadania), voltado para a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos.

O deputado Frei Anastácio (PT/PB) elogiou as emendas aprovadas e o reforço de recursos destinado ao INCRA, por entender que o órgão não vem cumprindo com sua missão institucional. “Não se tem uma política de recursos para o atendimento. Então, em boa hora a Comissão de Direitos Humanos apresenta essa proposta”. O parlamentar completou sua fala enfatizando que as emendas reconhecem a necessidade da fiscalização, de demarcação de terras indígenas e de proteção a esses povos, além de contemplar ações de distribuição de alimentos.



Câmara e ONU formalizam continuidade de atividades do Observatório Parlamentar da RPU - Foto: Fábيا Pessoa

OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 Estados membros da ONU. A RPU foi estabelecida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, quando o Conselho de Direitos Humanos foi criado.

Embora o Brasil se submeta voluntariamente à RPU, não existia dentro do país um mecanismo oficial de acompanhamento da implementação destas recomendações.

Visando suprir essa lacuna, foi criado, a partir de uma parceria firmada entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Esse é o primeiro mecanismo do Poder Público para monitorar a efetividade das recomendações no Brasil e é também um instrumento inédito no âmbito dos projetos apoiados pelo ACNUDH. Ou seja, é o primeiro observatório

parlamentar do mundo a monitorar as recomendações RPU, e tem como objetivos:

- acompanhar as recomendações recebidas pelo Estado Brasileiro no contexto da Revisão Periódica Universal
- fortalecer as capacidades nacionais de engajamento com Mecanismos de Direitos Humanos das Nações Unidas
- contribuir para a efetividade prática do conteúdo das recomendações e com o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos
- disseminar informações direcionadas a legisladores, políticos, organizações da sociedade civil e atores não tradicionais de direitos humanos em relação aos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, especialmente a RPU.

O Observatório RPU foi lançado formalmente em Sessão Solene da Câmara dos Deputados em 18 de fevereiro de 2020.

Naquele ano, foi desenvolvida a metodologia de trabalho, que considerou consultas às partes interessadas, experiências de outros países e orientações da ONU sobre o assunto.

Em 2021, foram realizadas 26 audiências públicas com agentes públicos, representantes da sociedade civil e especialistas internacionais. Os encontros discutiram os relatórios preliminares sobre cada um dos conjuntos de recomendações referentes a uma unidade temática. Os relatórios finais, elaborados após a discussão, já estão sendo disponibilizados no portal.

Com a renovação da parceria, por mais um ano, por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, ao longo de 2022 serão entregues os infográficos relativos a cada uma das unidades. Também no próximo período, serão estruturados painéis de dados com indicadores estatísticos, voltados a respaldar a atuação legislativa, possibilitando a construção de políticas públicas que dialoguem com as recomendações do Sistema ONU. A parceria também foi estendida para as 25 agências, fundos e programas do Sistema Nações Unidas do Brasil.

A iniciativa do Observatório Parlamentar fortalece o compromisso do Poder Legislativo brasileiro com os mecanismos de direitos humanos da ONU.

Nos seus trabalhos estão envolvidas as equipes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Escritório da Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil e Câmara dos Deputados, incluindo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), a Diretoria Legislativa (DILEG), a Diretoria de Inovação e de Tecnologia da Informação (DITEC), a Consultoria Legislativa (CONLE), a Consultoria de Orçamento (CONOF), o Centro de Documentação e Informação (CEDI), o Departamento de Comissões (DECOM), a Secretaria-Geral da Mesa (SGM), e a Secretaria-Executiva de Comunicação e Mídias (DIREX).



Para mais informações, acesse
www.camara.leg.br/observatoriorpu



Audiência Pública Direitos Humanos e Redução das Desigualdades, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Deputado Carlos Veras PT-PE; Sílvia Rucks - Coordenadora Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil; Ignacio Ibanez - Embaixador Chefe da delegação da União Europeia no Brasil - Foto: Câmara dos Deputados

ATUAÇÃO POR TEMA



Alessandra Munduruku, no acampamento Levante pela Terra, em Brasília, em protesto pela morte da jovem indígena Kaingang Daiane Griá de apenas 14 anos - Foto Fábía Pessoa

1. COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1.1 Observatório Parlamentar da RPU examina recomendações voltadas ao combate à violência contra a mulher

O Observatório Parlamentar da RPU examinou no dia 9 de julho a evolução das recomendações feitas ao Brasil no âmbito da RPU para combater a violência contra a mulher no Brasil.

A audiência pública, presidida pela 2ª Vice-presidente da CDHM, deputada Érika Kokay (PT/DF), se concentrou em 20 das 242 recomendações feitas ao Brasil no último ciclo da RPU, iniciado em 2017, com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos no país.

RECOMENDAÇÕES NÃO CUMPRIDAS

O relatório preliminar de verificação das recomendações aponta que em apenas cinco houve avanços, e que as outras 15 ainda não foram cumpridas. Entre as recomendações sinalizadas como ainda não cumpridas estão a 109, da Espanha, de reforço da confiança no sistema judicial, medidas para prevenir a violência e promover serviços e redes para as mulheres nas zonas rurais, e a 193, da Áustria, de desenvolver abrigos para mulheres vítimas de abuso e assegurar que a estrutura legal seja amplamente implementada. O relatório aponta que ainda há alta concentração de serviços e redes para mulheres nos municípios das capitais, em detrimento dos municípios menores e que a confiança no sistema judicial e na efetividade da Lei Maria da Penha diminuiu nos últimos anos.

Também não foram identificados avanços nas recomendações 178, da Federação Russa, e 183, da Bélgica, que tratam de esforços para ampliação do programa “Mulher, Viver sem Violência”, com foco nas mulheres e meninas que residem em áreas rurais e de ascendência afro-brasileira, e 194, da Austrália, de aumentar o foco na implementação de políticas de combate à violência familiar, em especial a violência contra mulheres e crianças.

O relatório sinaliza que houve redução nos recursos propostos para financiamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher por parte do Poder Executivo, que não foi criado nenhum tipo de recorte ou atenção particular às mulheres e meninas de ascendência afro-brasileira e que os recursos relativos à Casa da Mulher Brasileira não estão sendo pagos.

O relatório preliminar destaca também que o novo Plano Plurianual 2020-2023 excluiu o Programa 2016: Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, e criou o Programa 5034: Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos.

O novo Programa 5034 engloba a execução de políticas do Ministério destinadas não só às mulheres, o que difi-

culta a transparência. Além disso, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não usou os recursos aprovados pelo Congresso Nacional no combate à violência contra a mulher no período da pandemia.

De acordo com o documento, muito ainda precisa ser feito para superar o cenário de intensa violência vivenciado por mulheres no Brasil. Dados do Atlas da Violência mostram que, em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma pequena diminuição com relação a 2017, representando uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Segundo o relatório, a taxa total de homicídios de mulheres apresentou uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018, mas demonstrou que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras. A análise dos dados do IPEA mostra que entre 2008 e 2018 houve uma queda de 11,7% nos homicídios de mulheres não negras. Entretanto, entre as mulheres negras, o número aumentou 12,4%. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras.

O Atlas da Violência mostra que entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, representando um indicativo do crescimento de feminicídios. O percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019.

Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em São Paulo, o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação de março de 2020 com março de 2019. No Acre, o crescimento foi de 67% no período, e no Rio Grande do Norte o número triplicou em março de 2020.

No caso da violência sexual, em 2015 ocorria no Brasil “um estupro a cada 11 minutos”. Em 2019, os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que ocorreram “ao menos um estupro a cada oito minutos”. Foram registrados em 2019 em delegacias 66.123 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável. Entretanto, pelas estimativas existentes, esse número pode ser até dez vezes maior, já que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia.

AVANÇOS IDENTIFICADOS

Foram observados avanços na recomendação 182, de Bahamas, de fortalecer esforços para reduzir a desigualdade de gênero, prevenir mortes resultantes de violência doméstica e encorajar o aumento de denúncias em casos de estupro, com a sanção da Lei 13.718/2018 e o lançamento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Proteção à Vida (FRIDA). O Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos assinaram acordo de cooperação para implementar o formulário.

A Lei 13.718 tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Sobre as recomendações 191, da Eslováquia, de fortalecer mecanismos que promovam o julgamento dos perpetradores de crimes sexuais e baseados em gênero, e 192, do Togo, de tomar medidas para reduzir a incidência de casos de violência contra a mulher e levar os perpetradores à justiça, foi observado aumento em 2017 e 2018 no número de processos em andamento no Poder Judiciário de casos de feminicídio, violência contra mulher e adoção de medidas protetivas. Além disso, o CNJ tem adotado resoluções, estabelecido metas e orientado os tribunais em todo o país a atualizarem a análise de casos de violência contra a mulher.

O CNJ também aprovou em outubro de 2020 recomendação aos tribunais de Justiça para que promovam capacitação em direitos fundamentais com perspectiva de gênero a todos os magistrados e magistradas que atuam em juizados ou varas com competência para aplicar a Lei Maria da Penha, o que dialoga com a recomendação 189, da Tailândia, de fortalecer programas de capacitação para juízes e trabalhadores da área jurídica sobre direitos das mulheres e violência contra a mulher.

Com a criação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA), é prevista a capacitação para membros da Polícia Civil e Militar na aplicação da Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, o que se relaciona com a recomendação 190, feita pelo Canadá, para fortalecer a capacidade policial em casos de violência contra a mulher por meio da expansão do treinamento e do desenvolvimento de protocolos para oferecer uma resposta efetiva a esses casos.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Sobre a recomendação 183, da Bélgica, para ampliar o programa “Mulher, Viver sem Violência”, Cristiane Britto, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirmou que o programa foi aperfeiçoado e rebatizado como “Mulher segura e protegida”, e agora inclui quatro tipos de Casas da Mulher Brasileira, com custos diferenciados. Cristiane apontou que foram empenhados recursos para 23 novas unidades, que devem ser entregues até 2023.

“A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento que muda a vida de muitas mulheres. O atendimento é humanizado e único, e internacionalmente é um modelo”, afirmou, destacando que em 2020 foram realizados 284 mil atendimentos nessas unidades.

Cristiane destacou a existência de plano de contingência com 20 iniciativas para o período de pandemia e apontou a campanha “Alô vizinho” para chamar a atenção da sociedade sobre o tema.

A Secretária afirmou que foi realizada articulação junto ao Colégio Nacional dos comandantes gerais das polícias militares e do corpo de bombeiros para criar uma câmara técnica de violência doméstica, que deve entregar até agosto diretrizes de atendimento à mulher em situação de violência. Além disso, informou que a Secretaria está em diálogo com o Conselho Nacional dos chefes de Polícia Civil e com o Ministério da Justiça para viabilizar a adoção

de protocolo nacional de investigação e perícia nos crimes de feminicídio e investimento para implementação de núcleos em delegacias comuns para atendimento especializado às mulheres.

A Secretária afirmou que o governo trabalha em um Plano Nacional de Enfrentamento ao feminicídio focado na produção de dados, na prevenção e no combate à violência e destacou que houve um incremento no Ligue 180, que beneficiaria mulheres das áreas rurais. “Esse plano está em fase final, já para publicação, e contempla 55 iniciativas que têm como foco a prevenção, o combate, à articulação em rede, a geração de dados e a garantia de direitos”.

“O Governo não tem medido esforços para tornar o Brasil um país que respeita as mulheres. Todos os nossos projetos hoje têm esse viés de enfrentar, de reduzir o número de feminicídios. Estamos dialogando com o sistema de justiça, com os municípios, com os estados. A gente entende que só com a união dos esforços, vamos conseguir mudar esse cenário”, disse Britto.

Milton Nunes Toledo, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, divergiu da avaliação preliminar e destacou que devido à pandemia o prazo para implementação efetiva das recomendações foi prorrogado para julho de 2022. “Não é uma prorrogação para o Brasil, mas de toda a agenda do Conselho de Direitos Humanos da ONU”, disse, reforçando que as recomendações que ainda não foram cumpridas estão em fase de implementação.

DESAFIO GLOBAL

“No mundo todo a gente constata que os esforços feitos até agora, para proteger e promover o direito de mulheres e meninas, ainda estão bem longe de serem suficientes. No ritmo atual, em um cenário agravado pela pandemia da Covid-19, estima-se que apesar dos esforços que vêm sendo feitos, em 2030, nenhuma menina ou mulher viverá em um país que tenha atingido todas as metas de igualdade gênero”, afirmou Gabriela Bastos, representante da ONU Mulheres Brasil.

Ela reforçou que o país possui uma das legislações mais avançadas sobre enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Gabriela argumentou que as ações devem se espelhar na força motriz da Agenda 2030, de não deixar ninguém para trás e incluir a interseccionalidade e a abordagem em direitos humanos.

“É necessário entender como o sexismo, o racismo, o capacitismo, a classe, a etnia, o território, a religião, o estado de imigrante ou refugiada, como esses conceitos se cruzam e se somam para criar situações de desvantagem e desigualdade para essas mulheres e meninas, que acabam tornando essas mulheres as mais vulneráveis à violência e menos capazes de acessar redes e espaços de proteção”.

Gabriela ponderou que é preciso refletir sobre quais direitos das mulheres são afetados pela violência fundada em gênero, que acontecem nos espaços privados, como o assédio, a violência sexual, a violência doméstica, mas que também está presente nos espaços públicos, na política, no trabalho, em suas comunidades, nos esportes, nas escolas, em ambientes acadêmicos, na internet.

“A ONU Mulheres no Brasil acredita que é preciso avançar nas estratégias de prevenir e combater a violência contra mulheres e meninas, e isso passa por avançar nas nossas compreensões do que é a violência baseada em gênero”.

PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA

Para Rita Lima, Vice-Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos (ANADEP), é necessário focar as políticas na prevenção e na assistência às vítimas de violência.

“É muito importante responsabilizar o agressor, e a criminalização de condutas que estavam num ponto cego da política é um passo relevante para o enfrentamento à violência contra a mulher, mas a prevenção e a assistência têm sido relegadas ao segundo plano ainda”.

“Se queremos, de fato, garantir que as mulheres do Brasil tenham livre desenvolvimento, que sejam donas do seu destino, é preciso ajustar o enfoque da política pública para o acolhimento da mulher em situação de violência”, declarou, reforçando que a lógica punitivista brasileira resulta em mais prisões que atingem os mesmos corpos negros e pobres. “É importante responsabilizar o agressor, mas isso está longe de ser suficiente”.

DESIGUALDADE REGIONAIS

Mazé Moraes, da Marcha das Margaridas, apontou que as mulheres rurais ficaram ainda mais expostas à violência neste momento de pandemia, devido à dificuldade de gerar renda. “A vulnerabilidade econômica quase sempre contribui para a vulnerabilidade dos nossos corpos, deixando-os mais expostos à violência física e também a outras formas de violência. A violência contra as mulheres do campo é um instrumento para manutenção e reprodução das relações desiguais entre os homens e mulheres, a violência patriarcal”.

“A questão do isolamento geográfico, a distância, a falta de acesso aos meios de comunicação, as informações precárias, a questão de falta de infraestrutura, de serviços públicos, a falta de equipamento público para lidar com a violência, tudo isso contribui para a invisibilidade da violência contra as mulheres trabalhadoras rurais”, disse Mazé, sobre as intensas dificuldades enfrentadas em razão das desigualdades regionais.

Para Juneia Batista, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as ações elencadas pelos representantes do governo não alcançaram a realidade vivida pelas mulheres no Brasil, e isso pode ser observado no grande aumento de notícias relacionadas a feminicídios e violência sexual. Ela destacou que a pandemia antecipou a chegada de um

modelo híbrido de trabalho, com a presença de trabalho remoto que veio para ficar, e que essa nova relação abarca violações e precisa ser debatida. Defendeu também a ratificação pelo Brasil da Convenção 190 da OIT, sobre a eliminação da violência e assédio no mundo do trabalho.

POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

Sobre a recomendação 196, do México, de assegurar a implementação efetiva de medidas de prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e pessoas LGBTI, a deputada Erika Kokay destacou a ausência de ações voltadas especificamente para o combate à violência vivenciada pela população LGBTQIA+. A parlamentar lembrou que relatório do Grupo Gay da Bahia, em 2018, registrou cerca de 420 casos de assassinatos contra LGBTs, e que em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas, sendo que em apenas 8% dos casos foi identificado o perpetrador do crime.

“O orçamento é um raio X das intenções, dos objetivos de qualquer governo. E também do próprio parlamento, quando o parlamento modifica ou trabalha numa proposta orçamentária. Dados do Portal da Transparência mostram que os investimentos para ações específicas no combate à LGBTfobia saíram de pouco mais de três milhões em 2008 e foram para 519 milhões em 2016, e em 2017 praticamente não existe”.

“Para que possamos ter políticas públicas, nós temos que introduzir essas políticas públicas no orçamento”, reforçou Kokay.

A parlamentar também pontuou que é necessário discutir a violência de segunda ordem em espaços públicos, como o assédio sexual e moral no ambiente do trabalho, que extrapolam a vítima e passam a atingir as testemunhas, que seriam também silenciadas nessas situações.

1.2. TJ-SP afasta juiz que menosprezou lei Maria da Penha

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu afastar cautelarmente, no dia 28 de abril, o juiz Rodrigo de Azevedo Costa, que menosprezou a lei Maria da Penha durante uma audiência on-line sobre pensão alimentícia, no dia nove de dezembro do ano passado. Além disso, será aberto Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar a conduta do magistrado.

Vídeos divulgados pela imprensa mostram que o juiz, da Vara de Família de São Paulo, minimizou a importância da Lei Maria da Penha e ofendeu vítimas de violência doméstica. O juiz afirmou que “se tem lei Maria da Penha contra a mãe, eu não estou nem aí. Uma coisa eu aprendi na vida de juiz: ninguém agride ninguém de graça”. Em outro trecho ele diz que “qualquer coisinha vira Maria da Penha. É muito chato também”.

Em outro momento da audiência, o juiz menosprezou as medidas protetivas: “Eu não sei de medida protetiva,

não estou nem aí para medida protetiva e estou com raiva já de quem sabe dela. Eu não estou cuidando de medida protetiva.”

Em janeiro, o magistrado já havia sido transferido da Vara da Família para auxiliar as varas de Fazenda Pública do Foro Central de SP.

Na votação, os membros do colegiado acompanharam o voto do desembargador Ricardo Anafe, corregedor geral do TJ. Todos decidiram pela abertura da investigação e o afastamento do magistrado.

O órgão colegiado terá 140 dias para concluir o PAD. Caso confirmada a infração, o magistrado poderá ser punido com advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade ou aposentadoria compulsória.

HISTÓRICO

A presidência da CDHM atuou havia solicitado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a apuração de conduta do juiz durante a audiência. O documento foi enviado para o corregedor-geral de Justiça, Ricardo Anafe.

A presidência da CDHM solicitou também, como medida preventiva, que sejam oferecidos cursos de atualização para os magistrados sobre o ordenamento jurídico nacional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Em março, Anafe, em resposta à CDHM, apontou várias condutas do magistrado que colocaram em dúvida a imparcialidade e demonstraram discriminação contra mulheres e desrespeito à legislação nacional, e informou ter concedido prazo de 15 dias para defesa prévia ao juiz, acerca das condutas que, em tese, violaram a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e o Código de Ética da Magistratura.

1.3. Presidência da CDHM demanda investigação sobre denúncia de cárcere privado de 33 mulheres no Ceará

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, demandou no dia 17 de setembro ao Procurador-Geral de Justiça, Manuel Pinheiro, informações sobre 33 mulheres mantidas em cárcere privado em uma instituição psiquiátrica no Ceará. Veras também solicitou providências para assegurar às mulheres encontradas no local a devida assistência psicossocial em razão dos prováveis traumas, e dados sobre licença para funcionamento e fiscalizações realizadas no local, que funcionava há seis anos.

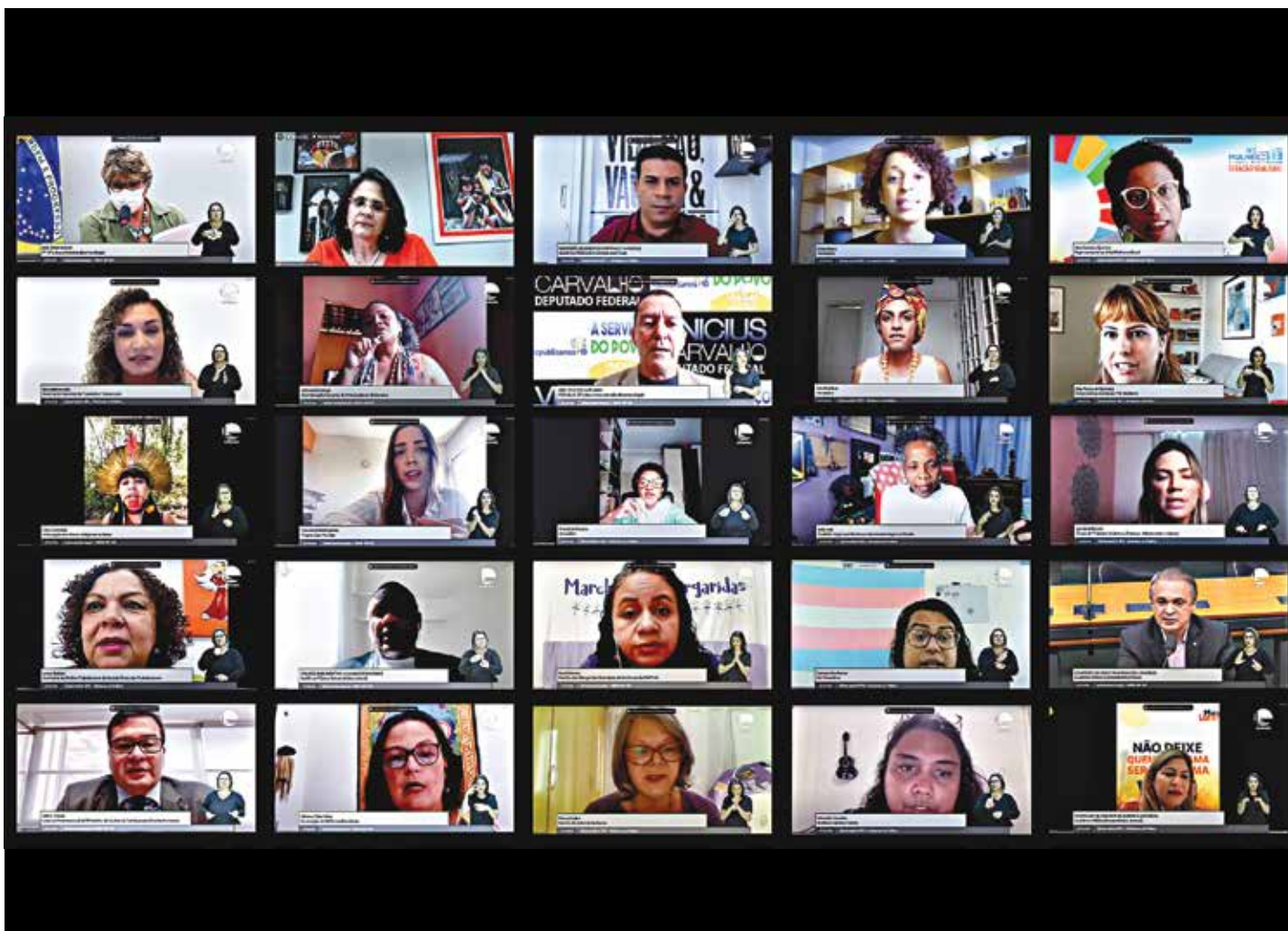
Segundo reportagem do portal G1, o diretor do estabelecimento, Fábio Luna dos Santos, foi preso em flagrante por maus tratos e cárcere privado e responde também por abuso sexual. O local abrigava idosas e internas com problemas psiquiátricos, com idade entre 30 e 90 anos, que viviam em condições subumanas.

A matéria ainda apresentou declaração da Delegada da Polícia Civil, Kamila Brito, sobre as condições da clínica: “O lugar não tinha qualquer condição física de estar com aquelas 33 mulheres. Eram quartinhos minúsculos, parecidos com celas. E elas ficavam trancadas, de cadeado. O local era fétido, tinha mau cheiro, não tinha ventilação, havia restos de comidas, cinco cachorros de médio porte, porcos. Uma situação lastimável, que deixou a equipe consternada”.

2. MULHERES NA POLÍTICA

2.1. CDHM debate presença de Mulheres na Política

Captura e montagem: Fernando Bola



O Observatório Parlamentar da RPU debateu no dia 7 de maio as recomendações de promover uma maior participação das mulheres na política e no governo (recomendação do Timor-Leste) e de implementar medidas efetivas de inclusão das mulheres em todos os níveis dos processos de tomada de decisão (recomendação da Bélgica).

“É uma alegria estarmos aqui fazendo esta discussão de um tema tão importante para a construção da democracia, da cidadania, para romper uma desumanização simbólica, que também dialoga com a desumanização literal, que nós vivenciamos quando há uma subalternização das mulheres e desigualdades de direitos ou uma não equidade de gênero”, declarou a deputada e 2ª vice-presidente da Comissão, Erika Kokay, ao iniciar a audiência pública.

Ana Carolina Querino, representante da ONU Mulheres Brasil, falou sobre a atuação da agência para reduzir as barreiras e aumentar a participação das mulheres na política, e lembrou que a política de reserva de cotas já existe há 25 anos. “Nós sabemos que os desafios que as mulheres enfrentam para participação efetiva na vida pública não se restringem ao período eleitoral. Começa antes, na forma como as mulheres estão engajadas e participam nos partidos políticos, na vida comunitária, nas disputas que elas enfrentam para se tornarem candidatas. Mesmo com a lei de cotas, apenas em 2018 chegamos perto de ter os 30% de candidatas, e isso depois de 25 anos da criação da lei”.

Para Cristiane Britto, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, houve avanços, ainda que tímidos, na inserção de mulheres em espaços políticos. “O nosso desafio era transformar as eleições de 2020 numa eleição de oportunidades para as mulheres. Lançamos o projeto Mais Mulheres no Poder. O projeto abarcou uma série de iniciativas com o objetivo de eliminar barreiras, que sabemos que afastam as mulheres da política. No sentido de contribuir para o melhor desempenho das campanhas das candidatas, oferecemos um curso gratuito na modalidade EAD. Realizamos oficinas semanais online com especialistas em diversas áreas que norteiam a campanha eleitoral”, apontou.

A Secretária registrou também a adequação da ouvidoria nacional, o disque 180, para acolher e encaminhar o registro de violência política contra a mulher e o lançamento de selo publicitário, em parceria com a ONU Mulheres, para divulgar o canal de denúncia e disseminar o conceito de violência política contra a mulher

A avaliação do relatório preliminar, as recomendações não foram cumpridas. Segundo o estudo ATENEA – Mecanismos para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Mulheres, o Brasil estava em 2019 entre os países com os piores indicadores da América Latina no que diz respeito à igualdade de gênero na política. O país ocupava o 9º lugar entre os 11 países latino-americanos. O México ocupava o primeiro lugar

Em 2018, o Brasil ocupava o 157º lugar no ranking de Mulheres nos Parlamentos da Inter-Parliamentary Union, composto por 196 países, colocando o país em último lugar na América do Sul e penúltimo nas Américas, no que tange à representação parlamentar feminina. O ranking de outubro de 2020 mostra que o Brasil passou a ocupar o 143º lugar, mas continuou a ocupar o último lugar na América do Sul.

As eleições de 2018 e 2020 mostram uma diminuição de mulheres eleitas para alguns cargos e um aumento para outros. Nesse contexto, a Política de Cotas não tem sido suficiente para ampliar a participação das mulheres na política. “A violência contra as mulheres se dá em todos os campos. Não basta apenas as cotas, a gente quer ocupar as cadeiras”, afirmou em sua fala Juneia Batista, da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT.

“A gente sempre pergunta: vamos continuar servindo apenas para preencher cota para homem branco ser político? Os eleitos são homens brancos, as mulheres servem de chacota quando entram para disputar a política. Onde está a política pública para orientar essas mulheres? Para instruir, para tirar essa visão que a sociedade tem de que política é espaço de homens e não de mulher?”, questionou Antonia Cariongo, da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos.

Publicação do IPEA de 2019 mostra que fatores socioculturais ainda dificultam a entrada da mulher na política, e que partidos tendem a investir menos recursos nas candidaturas femininas. As mulheres detêm, em geral, menor capital político que os homens, e há tradicionalmente maior sucesso dos candidatos anteriormente eleitos, mais conhecidos pelo eleitorado.

Célia Xacriaba, da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, falou sobre a importância da participação das mulheres indígenas no cenário político. “Nós temos feito uma luta efetiva não somente pela demarcação de nossos territórios. Nós também somos potência de demarcar o território da política. É urgente pensar esse lugar do poder das mulheres indígenas e dizer que antes do Brasil de partido, de direita, de esquerda, de centro, a gente era um Brasil de inteireza. Não existe amor à pátria sem respeito às originárias da terra, não existe democracia sem a presença efetiva das mulheres indígenas”.

Carlos Veras (PT/PE), adiantou que na próxima semana haverá reunião com o TSE e que as considerações da audiência serão transmitidas ao presidente Luís Roberto Barroso. “Houve um tímido aumento da participação das mulheres na política, mas é preciso avançar mais. A participação das mulheres negras tem provocado uma reação racista. Nós não podemos aceitar que o ambiente da política seja o ambiente do machismo, do racismo, da homofobia. Não podemos admitir nenhum tipo de preconceito. As demandas aqui apresentadas serão entregues ao presidente do TSE, o ministro Barroso”, afirmou o parlamentar.

Veras também defendeu uma participação efetiva da CDHM na comissão emergencial que vai analisar a reforma política. “Nós não podemos ter um processo de mudança do sistema eleitoral que desconsidere as ditas minorias. Nós precisamos de uma reforma eleitoral, que inclua a participação das mulheres, de negros, negras, dos indígenas, da comunidade LGBTQIA+, para que todos possam ter condições mínimas de participar da política, para que a participação das mulheres não seja transformada em um laranjal”.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Eu fui a mulher mais bem votada do Brasil em 2020, e isso não é reflexo de políticas públicas ou de ações que permitam que as mulheres tenham maior participação na política. É reflexo da persistência, da insistência da ruptura de uma bolha excludente, cis, hétero, branca, masculina, classista”, afirmou a vereadora Erika Hilton.

“A nossa presença ainda não é bem vista, somos negras, travestis e pobres. Quanto mais demarcadores de opressão são colocados contra os nossos corpos, mais vulneráveis e mais violentadas nós nos tornamos ao ocupar um lugar na política”, complementou Erika, primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal da capital paulista.

Marcelle Decothe, do Instituto Marielle Franco, reforçou a necessidade de garantir a condição de permanência e de disputa das mulheres no cenário político e eleitoral. “O racismo e o machismo estrutural são desafios impostos há mais de 500 anos nesse país e requerem um esforço e compromisso maior do Estado brasileiro. E também dos órgãos que compõem o sistema político brasileiro, como o Congresso, o TSE, o Ministério Público Federal, responsável pela proteção da vida dessas mulheres”, disse.

Para Marcelle, o assassinato de Marielle Franco expõe as fragilidades da democracia brasileira. “O caso representa esse abismo de vulnerabilidades que mulheres negras defensoras de direitos humanos estão expostas no Brasil, quando estas decidem disputar um espaço de poder e quando estão exercendo o cargo para qual foram eleitas”.

MULHERIDADES

Para Carolina Iara, co-vereadora de São Paulo, há uma série de tentativas de excluir do mundo e dos espaços políticos recortes que precisam ser considerados, inclusive por meio de propostas legislativas. “Eu gostaria de chamar atenção para a interseccionalidade do meu corpo, dentro da política. Uma parte significativa da direita e da extrema direita tem feito em seus legislativos projetos de lei que excluem as mulheres trans e travestis dos projetos de proteção, como o da violência. A gente precisa de uma visão concreta da realidade das mulheres brasileiras, que interseccione classe, território, essa nuance do gênero, se ela é trans, se ela é LGBT, se é heterossexual, cristã, enfim, tudo isso deve ser verificado para que aumente a participação das mulheres na política. Senão, não vai ocorrer, o que vai ocorrer é os homens mais velhos e ricos vão continuar nas cadeiras, caçoando, fazendo meme com as parlamentares novas que chegam”, declarou a co-vereadora, que também lembrou que foi vítima de atentado violento.

“Nós ainda temos um longo caminho a ser percorrido. É importante preservar as conquistas, preservar os 30% do Fundo, da nominata, mas nós queremos assegurar um percentual de cadeiras. Quando as mulheres conseguem alçar um poder que foi pensado para ser dominado pelo gênero masculino, é como se quisessem nos silenciar. São posturas agressivas, como se estivessem dando um recado de que nós não deveríamos estar aqui. Mas nós estamos aqui e vamos permanecer aqui, e queremos que mais mulheres adentrem esse espaço para romper esse pacto de cartolas, de casacas e também de bengalas, que existe no parlamento”.

ATUAÇÃO DO GOVERNO

O governo brasileiro realizou campanhas para o aumento da participação das mulheres nos espaços de poder, mas faltaram outras medidas, como a criação e investimento em programas de governo. Além disso, as mudanças institucionais da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres tiveram impacto negativo nos programas e espaços de participação já existentes.

DADOS DAS ELEIÇÕES

Nas Eleições de 2018, 9.204 mulheres concorreram a um cargo eletivo no Brasil e 290 foram eleitas. As candidaturas de mulheres em 2018 caíram em relação à eleição anterior, de 2014, com exceção dos governos estaduais, nos quais houve um aumento de 10,4% para 14,4%.

Houve uma diminuição no percentual de candidaturas de mulheres para a Presidência da República (de 27,3% para 15,4%), para o Senado (de 19% para 17,6%), para a Câmara Federal (de 31,8% para 31,7%) e para as Assembleias Legislativas dos estados e do Distrito Federal (de 31,4% para 31,3%). Em 2018, as mulheres eram 52% da população brasileira, 52,5% do eleitorado e quase metade das filiadas a partidos políticos.

As mulheres foram, em 2018, 12,9% dos senadores eleitos, representando uma queda na porcentagem quando comparada ao pleito anterior, de 2014, quando as senadoras correspondiam a 18,5%. Porém, houve crescimento de mulheres eleitas a deputadas federais e para assembleias legislativas. Em 2018, 15% dos deputados federais eram mulheres, enquanto a porcentagem em 2014 era de 9,9% do total. Em relação às mulheres eleitas para as assembleias legislativas estaduais, a porcentagem foi de 15,3% em 2018, e na eleição anterior era de 11,4%.

Em 2018, somente uma governadora foi eleita (o mesmo número que na eleição anterior, de 2014). Dezenove partidos políticos não apresentaram nenhuma mulher como candidata a governadora: AVANTE, DC, DEM, PCB, PMN, PR, PSDB, PDT, PHS, NOVO, PRTB, PRP, PSC, PSD, PSB, PTB, PV, PATRI e SOLIDARIEDADE3.

Nas eleições de 2020, 66,4% de todas as candidaturas foram de homens e 33,6% foram de mulheres. Foram eleitas 651 prefeitas (12,1%). Para as câmaras municipais, foram 9.196 vereadoras eleitas (16%). Isso representa um pequeno aumento em relação às eleições de 2016, quando 636 (11,6%) mulheres foram eleitas prefeitas e por volta de 8 mil mulheres foram eleitas para mandatos nas Câmaras Municipais (13,5% do total).

De todas as mulheres eleitas em 2020, 66,5% são brancas, 32% negras, 1,1% amarelas e 0,15% indígena.

Das mais de 88 mil mulheres negras candidatas em 2020, 4,54% (4.026) foram eleitas. O Norte é a região com maior percentual de mulheres negras concorrendo a cargos, com 76%. Em seguida vem o Nordeste, com 68%. As mulheres negras representam 28% da população brasileira, segundo dados da PNAD de 2019.

Das 706 mulheres indígenas que se candidataram em 2020, 31 foram eleitas.

Os homens brancos representaram 47,15% das candidaturas nas eleições de 2020. Esse grupo representa 59,6% dos eleitos para prefeituras e 44,1% para cargos de vereador. Homens, brancos, com idade acima de 40 anos, são a maioria em eleitos para todos os cargos.

PRESENÇA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA) mapeou 294 candidaturas pelo Brasil. Destas, 263 candidaturas foram de travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 pessoas com outras identidades trans. Esse número representa um salto de 226% em relação às eleições de 2016, quando houve 89 candidaturas e 8 pessoas eleitas. Nas eleições de 2020, 30 pessoas trans foram eleitas,

Violência contra candidaturas de mulheres negras

A pesquisa “A Violência Política Contra as Mulheres Negras” entrevistou mulheres negras que foram candidatas e mostrou que, entre as participantes, 42% relataram ter sofrido algum tipo de violência. Entre elas, 13,3% receberam ameaças de morte durante o período de pré-campanha ou campanha eleitoral.

PRESENÇA NO PODER EXECUTIVO

O relatório aponta que houve uma sub-representação histórica das mulheres nos ministérios no período de análise (2019). As ministras eram 9,1%, e a porcentagem de secretárias-executivas dos ministérios era de 14,3%. Em 2018, não havia nenhuma ministra entre as 27 pastas. Desde junho de 2020, o governo tem 23 pastas ministeriais, com duas ministras e 21 ministros.

PRESENÇA NO PODER JUDICIÁRIO

Em 2018, o Poder Judiciário brasileiro era composto em sua maioria por magistrados do sexo masculino, com apenas 38,8% de magistradas em atividade. O percentual de magistradas nos cargos de Desembargadoras, Corregedoras, Vice-Presidentes e Presidentes permanecem no patamar de 25% a 30%. Em relação aos Juízes Substitutos(as), o número de mulheres era de 45,7%. No caso das convocações de juízas para atuar nos tribunais, a porcentagem era de 31,1%. De todos os cargos de ministra(o) dos tribunais superiores, 19,6% eram mulheres em 2018.

PRESENÇA NO PODER LEGISLATIVO

Segundo o último Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2018, 24% dos cargos de presidente das comissões temáticas na Câmara dos Deputados e 21,4% no Senado eram ocupados por mulheres. Além disso, 10% das

17 cadeiras na Mesa da Câmara eram de mulheres. Na Mesa do Senado, não havia a presença de nenhuma mulher. Em relação à liderança dos partidos, em 2018, 10,5% dos cargos de liderança dos partidos no Senado eram ocupados por mulheres, enquanto na Câmara dos Deputados nenhuma mulher ocupava tal posição.

Em julho de 2019, havia apenas uma deputada como titular na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, como Primeira-Secretária, enquanto na Mesa do Senado não havia nenhuma. A primeira eleição de uma mulher para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ocorreu na 54ª legislatura (1ª e 2ª sessões legislativas, 2011-2013) e desde então sempre houve apenas uma deputada nessa posição.

INVESTIMENTO DO EXECUTIVO

Em maio de 2019, o governo brasileiro submeteu à ONU relatório sobre o status da implementação dos objetivos da Plataforma de Beijing no país. No relatório, o governo brasileiro afirmou que a proporção do orçamento nacional investida na promoção da igualdade entre homens e mulheres e no empoderamento das mulheres é inferior a 1%.

INICIATIVA PRIVADA

Segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - Raseam de 2018, os homens também ocupam as posições mais altas na iniciativa privada. Dos cargos de chefia e direção nas empresas, 40,7% foram ocupados por mulheres em 2017. Segundo o Global Gender Gap Report 2020 do World Economic Forum, em conselhos de administração de empresas no Brasil as mulheres representam 8,4%, quando a média nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 22,3%.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho, oferece um selo a organizações de médio e grande porte, públicas e privadas, que desenvolvem ações efetivas de promoção de equidade nesse sentido.

AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO

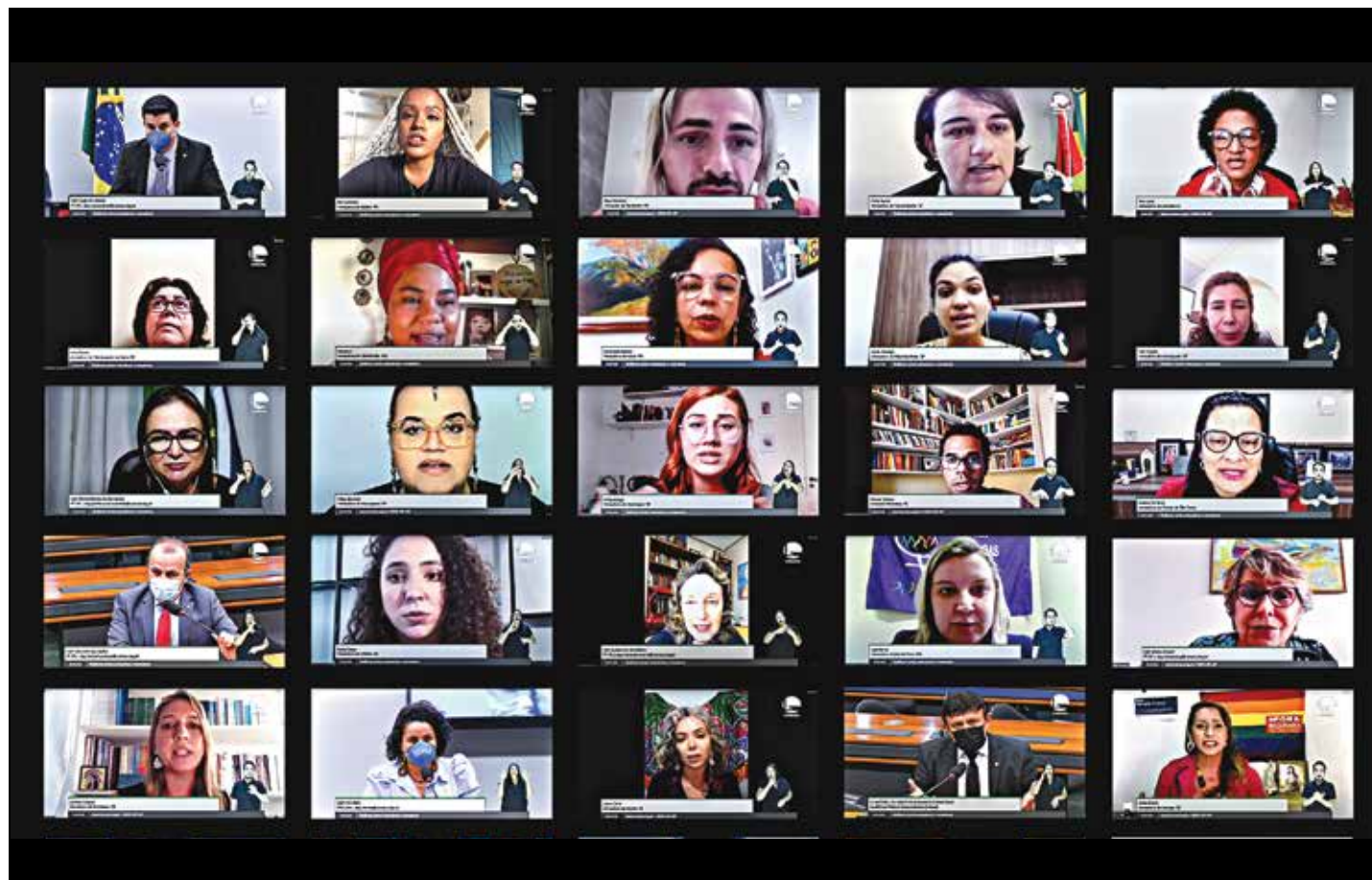
Em 2018, o Plenário do TSE confirmou a reserva de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas e que o mesmo percentual deveria ser considerado para propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

Em setembro de 2020, o TSE definiu que candidaturas negras teriam direito à distribuição proporcional e em um patamar mínimo do fundo eleitoral para financiamento de campanha e tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir das eleições de 2022. Definiu também que os recursos legais destinados às mulheres se-

rão divididos entre brancas e negras. Em outubro de 2020, lançou o Guia de Segurança do Instagram para Mulheres na Política, com o objetivo de fornecer orientações a candidatas e governantes para se proteger de comportamentos de ódio e preconceito nas mídias sociais, e a campanha “Mais mulheres na política: a gente pode, o Brasil precisa”, veiculada nas rádios e televisões do país.

2.2. Violência Política é tema de audiência pública da CDHM

Captura e montagem: Fernando Bola



A CDHM realizou no dia 16 de junho audiência pública que debateu a violência política vivenciada por vereadoras e vereadores no Brasil. Segundo os relatos, a violência política atinge especialmente mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros e integrantes de partidos de esquerda, e envolve desde situações de silenciamento cotidiano, boicote a projetos, até questionamentos sobre a capacidade para o exercício do mandato.

O brutal assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018, foi lembrado por vereadoras e deputadas, como exemplo da gravidade do cenário de violência política vivenciado no Brasil.

As vereadoras, que enfrentam a enorme maioria das situações de violência, pediram apoio do Legislativo federal e da CDHM para construir alternativas que coíbam a violência política. Entre as sugestões estão a notificação das câmaras municipais pedindo proteção, o acionamento do Ministério Público para acompanhar os casos, a necessidade de um projeto de lei contra a violência política, além de campanhas que possam refrear esse tipo de violação nas redes.

VIOLÊNCIAS COTIDIANAS

“Desde que eu cheguei à Câmara, todos os dias me perguntaram para onde eu estava indo. ‘Para onde você está indo? Quem é você?’ Ou ‘só pode entrar vereadores e assessores’. Então eu não era nem uma vereadora, nem vista como uma assessora”, relatou Bia Caminha (PT/PA), vereadora de Belém, que é negra e jovem.

“Um desses dias entrei e disse: sou a vereadora Bia Caminho, estou indo para o Plenário trabalhar. Eu virei de costas e falaram, ‘essa daí é vereadora?’ Eu respirei fundo e segui”, complementou, sobre a postura dos guardas municipais da Câmara, exemplificando uma violência cotidiana.

Para Bia, a violência seria uma resposta a um aumento significativo de jovens, mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder. A vereadora narrou diferentes práticas de intimidação por parte de um vereador, inclusive uma acusação de racismo reverso, e sugeriu a criação de uma rede de proteção para vereadoras e vereadores para denúncia e acompanhamento, reforçando que a violência acontece no espaço institucional. “Precisa dessa proteção, para que a gente não seja Marielle Franco, que é presente, e foi com certeza uma das pessoas que mais sofreu com a violência política no nosso país”.

“Tomara Deus que essa feminista seja alvo de execução igual Marielle Franco, tem que cortar o mal pela raiz”, leu a deputada Vivi Reis (PSOL/PA), citando mensagem recebida em razão da sua eleição. A parlamentar destacou que essa é apenas uma da série de ataques que recebe em suas redes sociais e em seu WhatsApp pessoal e até em comentários de transmissões das agendas da Câmara.

“Eu expliquei que sou uma deputada, que tenho o direito de entrar no meu local de trabalho. E eu falei três vezes:

‘sou deputada federal’. E ele seguiu questionando se eu era realmente deputada, foi preciso que o meu assessor, um homem, falar: ‘Essa é a deputada Vivi Reis, do PSOL do Pará’. Essa violência eu sofro todos os dias”, relatou Vivi Reis sobre situação vivida cotidianamente. A parlamentar reforçou que essa é apenas uma da série de situações de violência vivenciadas para poder exercer o mandato que lhe foi conferido nas urnas.

“Nós estamos juntos, nós estamos juntas, numa luta contra a violência política, em uma luta contra qualquer forma de violação de direitos e pela garantia de que essa Casa se pinte de povo. Que tenhamos muito mais mulheres, muito mais LGBTs, mais pessoas negras, pessoas que representem a diversidade nesse espaço, porque se essa Casa decide os rumos do país, aqui nós temos que ter também a voz do povo desse país”, finalizou a parlamentar.

SAÚDE MENTAL

Vereadora de Joinville/SC, Ana Lúcia (PT/SC) contou que desde o momento da apuração da eleição vivencia uma série de ataques, com páginas invadidas e ameaças de morte. Ana Lúcia também falou sobre o impacto da violência na saúde mental e a omissão do Estado, que acaba por legitimar a situação.

“E quando nós chegamos nesses espaços, nós chegamos sozinhas”, disse, afirmando que corpos femininos e negros estavam historicamente excluídos desses espaços. Ana Lúcia é a primeira mulher negra e a sétima mulher eleita na história da Câmara Municipal.

“Nós não vamos desistir. Nós chegamos nesse espaço com legitimidade, não foram poucos os votos que nos colocaram aqui. Mas isso nos paralisa no sentido de não poder exercer com liberdade e segurança o nosso mandato”, afirmou, sobre o impacto da violência nos trabalhos diários.

A vereadora de São Joaquim da Barra, Vera Flores (PT/SP) contou que sofre ataques desde a eleição e que chegou a receber em sua casa um arranjo de flores com mensagem avisando que flores, em alusão ao seu sobrenome, também morriam. A vereadora, que é professora, se diz abalada psicologicamente com a perseguição política, com a quantidade de fake news e os ataques ao filho de 22 anos. A vereadora também relatou perseguição por parte do Executivo municipal, que teria mobilizado comerciantes contra ela por apoiar medidas de isolamento.

“A metodologia de ataques é rigorosamente a mesma: desvirtuar nossas falas, utilizar a nossa imagem sem a nossa autorização, criar fake news, colocar uma rede de ultradireita contra nós, tirando a nossa tranquilidade emocional, fazendo com que nós tenhamos medo contínuo e constante, desestabilizando o equilíbrio que nós precisamos ter para exercer nossos mandatos”, afirmou a vereadora de Recife, Liane Cirne (PT/PE).

“Nós não chegamos aqui por causa dos nossos sobrenomes, por causa do nosso poder econômico, de um poder político que passa de geração para geração, como se estivesse num testamento. Nós chegamos aqui justamente porque nós somos a ruptura de tudo isso”, acrescentou Cirne.

VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIA+

O vereador de Santarém, no Pará, Biga Kalahari (PT/PA), relatou sofrer ataques por ser o primeiro vereador assumidamente homossexual na Câmara Municipal e contou que seu gabinete chegou a ser invadido por pessoas armadas. “É uma situação que amedronta”, disse, afirmando que os ataques acontecem por ser gay, da periferia e do Partido dos Trabalhadores.

A vereadora Filipa Brunelli (PT/SP), de Araraquara, apontou que pessoas transgênero enfrentam ainda mais violências e dificuldades que mulheres nos espaços institucionais. “Quando um corpo travesti decide falar, se rebelar contra o sistema patriarcal, misógino, transfóbico, ele começa a sofrer sanções desse sistema”.

Filipa contou que desde o período de campanha foi preciso acionar o Judiciário, a polícia, para não ter a dignidade física violada. Ao vencer as eleições e chegar ao espaço institucional, Filipa passou a enfrentar ataques de grupos conservadores e de parlamentares que não aceitam o resultado das urnas.

“Ser travesti vereadora neste país é não ter somente o privilégio de ser parlamentar. Infelizmente, nós temos que lidar com o medo de nossa integridade física ser colocada em xeque”, lamentou.

“A gente ainda não teve a oportunidade de demonstrar para a sociedade brasileira a potência que um corpo feminino, da mulher travesti, tem dentro de um Parlamento, onde nós queríamos apresentar projetos e que os projetos fossem ouvidos”, afirmou.

MARCADORES DE VIOLÊNCIA

Para Carla Ayres (PT/SC), vereadora de Florianópolis, o aumento da violência seria uma resposta à inclusão de minorias nos espaços de poder. A vereadora apontou que os casos de violência não são fatos isolados, que estariam condicionados a determinados marcadores sociais, como ser feminista, lésbica, de partidos de esquerda.

“Nunca antes na história desse país a gente elegeu em câmaras municipais tantas mulheres, tantas mulheres negras, tantos LGBTQIA+, tantas jovens e jovens. E essa transformação desses espaços acontece em um contexto brasileiro em que o projeto de sociedade é justamente o contrário. É um projeto de ódio, de extermínio, de aniquilamento das nossas pautas, autoritário, fundamentalista, violento”, afirmou.

A vereadora relatou ataques e ameaças por grupos de Whatsapp, que revelariam os telefones pessoais da equipe e pedindo o extermínio do mandato.

A vereadora de Vitória, Karla Coser (PT/ES) também destacou que a violência política no Brasil possui recortes específicos, de raça, gênero e orientação sexual e apontou que o silenciamento de colegas é uma forma de convivência com a violência política.

“A tentativa dos vereadores é de intimidar a nossa atuação parlamentar. E quando não é uma tentativa de desacreditar a nossa atuação partidária, é de colar a imagem em dois papéis: ou a louca histérica, ou a sensível e jovem demais, despreparada para estar neste espaço, mostrando um caráter extremamente machista”.

SILENCIAMENTO DA DIVERSIDADE

Para a vereadora de Uberlândia Dandara (PT/MG), violência política não ocorre de forma isolada e sim de forma orquestrada, com dois objetivos principais: silenciar o adversário, por meio do medo, evitando que convicções e ideias das minorias sejam partilhadas, e uma tentativa de manter hierarquias e privilégios que geram benefícios e privilégios históricos, materiais ou simbólicos a determinados grupos políticos. “A nossa presença, a presença de mulheres, mulheres negras, mulheres LBTs nos espaços de poder incomoda aqueles que são herdeiros da casa grande, que sempre estiveram nos espaços de poder”, afirmou.

A vereadora apontou que a simples presença de mulheres no plenário, na tribuna, já geraria incômodos. “É como se o nosso corpo não fosse autorizado a estar ali”, acrescentou.

“A piada dos vereadores é perguntar se eu sou assessora. Tentam diminuir a nossa presença”. A vereadora ainda destacou os constantes ataques por meio de fake news, que distorcem trajetórias, a vida pessoal, projetos, discursos, com o objetivo de deslegitimar a atuação desses mandatos.

Dandara também destacou a violência institucional vivenciada por mandatos de minorias, com projetos barrados logo no início, e sem a presença em comissões importantes. “Eles ameaçam abrir Comissão de Ética contra nós, vereadoras, porque estamos usando o nosso sagrado direito de falar. Se nós somos parlamentares, como vamos exercer a nossa função sem o falar, sem o debater?”, denunciou.

PARLAMENTARES FEDERAIS

“A gente precisa eleger um número maior de vereadores e vereadoras, de deputados e deputadas estaduais, federais, que dialoguem com essa pauta, que dialoguem com a democracia, com os direitos das ditas minorias. As minorias têm que ser maioria no parlamento”, apontou o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), sobre a importância da eleição de representantes das minorias para a democracia representativa.

A deputada federal Rosa Neide (PT/MT) destacou a iniciativa que busca alterar o nome da Câmara dos Deputados para Câmara Federal, como forma de reconhecer que o espaço é ocupado também por mulheres. A parlamentar também antecipou que a Secretaria da Mulher da Câmara está trabalhando na construção de um observatório da situação da mulher na política.

“É como se nós estivéssemos entrando em um lugar onde só tinha corpo masculino e nós estamos tomando o lugar

de quem está ali. Parece que tinha um lugar reservado na história e agora a gente entra onde a mulher não era convidada, a mulher ou qualquer minoria. Não era para as minorias este espaço”, refletiu Rosa Neide.

“É inadmissível que a gente tenha em pleno século XXI, em um país como o Brasil, de dimensões continentais, esse acirramento do ódio contra as minorias”, declarou o deputado Helder Salomão sobre a violência que impede o exercício pleno de mandatos em todo o Brasil.

“Eu não vejo a violência política existindo de todos os lados. Sejam claros, a violência política é uma artimanha da extrema direita no Brasil”, afirmou a deputada Maria do Rosário (PT/RS).

“Quando nós falamos do Poder Legislativo, nós estamos falando do poder que é essencialmente plural, que se alimenta da pluralidade. Mate a pluralidade do Poder Legislativo, você está matando o próprio Poder Legislativo, aqui estão representadas as diversas formas de viver a vida”, disse a deputada Érika Kokay (PT/DF).

Kokay argumentou que estamos vivenciando uma violência política sem pretendentes e que não há inocência em discursos. “Discurso é ponte entre pensamento e ação. O discurso de ódio se transforma em balas, em hematomas, vira estatísticas”. A parlamentar acrescentou que a violência política atinge de forma mais profunda corpos negros, femininos e LGBTs.

O deputado Éder Mauro (PSD/PA) pediu que outros temas fossem ouvidos pela CDHM. “Gostaria que temas mais plurais fossem trazidos”, disse.

NÃO SEREMOS INTERROMPIDAS

“Não seremos interrompidas, não deixaremos que eles tentem silenciar as nossas falas, as nossas narrativas. Esses momentos contribuem para que a gente se fortaleça e se conecte em uma rede de resistência, para que cada vez mais mulheres, negras e negros e LGBTQIA+ ocupem esses espaços que sempre nos foram negados”, declarou a vereadora de Aracaju Linda Brasil (PSOL/SE).

“O assassinato da combativa vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, gerou resultado diferente do que seus algozes imaginavam. Milhares de mulheres negras, como eu, em todo o país, se sentiram convocadas a dar continuidade ao seu legado. Nós, sementes de luta de Marielle, somos efeito colateral do ódio, do racismo, da misoginia e da LGBTfobia e exatamente por isso os principais alvos dessa epidemia que vivemos hoje, a violência política de gênero”, afirmou Paolla Miguel (PT/SP), vereadora de Campinas.

ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CDHM

Carlos Veras destacou que a Câmara aprovou o Projeto de Lei (349/15), da deputada Rosângela Gomes (Republica-

nos/RJ), que combate a violência política contra a mulher, e está em apreciação no Senado. E que o Projeto de Lei (78/21), do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que proíbe a violência política eleitoral contra candidatos LGBTQIA+, está na CDHM, sendo relatado pelo deputado Helder Salomão, que está trabalhando em um substitutivo.

O Presidente da CDHM também lembrou que a presidência da comissão realizou reunião sobre a temática em 2020, e atuou especificamente nos casos envolvendo a deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), a deputada estadual Renata Souza (PSOL/RJ), as vereadoras Ana Lúcia Martins (PT/SC), Carolina Dartora (PT/PR), Carolina Iara (PSOL/SP), Erika Hilton (PSOL/SP), Samara Sosthenes (PSOL/SP), Liane Cirne (PT/PE) e a prefeita Eliana Gonzaga (Republicanos/BA).

Também participaram da audiência o vereador Gilmar Santos (PT/PE), de Petrolina, e as vereadoras Taise Braz (PT/SP), de Catanduva, Divaneide Basílio (PT/RN), de Natal, Duda Hidalgo (PT/SP), de Ribeirão Preto, Fabi Virgílio (PT/SP), de Araraquara, Emily Idalgo (PT/SP), de Mairinque, Juliana Cardoso (PT/SP), de São Paulo, Laiz Perrut (PT/MG), de Juiz de Fora, Larissa Gaspar (PT/CE), de Fortaleza, Professora Graciele (PT/MT), de Sinop, Mazeh Silva (PT/MT), de Cárceres.

2.3. Ameaças à prefeita de Cachoeira (BA)

A presidência da CDHM recebeu com preocupação a denúncia de ameaças a Eliana¹ Gonzaga, prefeita do município de Cachoeira, na Bahia, e sobre a execução de Ivan Passos e Georlando Silva, entre o final de 2020 e março deste ano. Nesse contexto, o presidente da CDHM, Carlos Veras, solicitou ao Ministério Público, por meio de ofício, no dia 22 de abril, apuração² rigorosa³ das ameaças à prefeita e das possíveis execuções dos dois correligionários. Solicitou também a adoção de medidas para proteção imediata da prefeita e de sua família, que garantam o exercício de seu mandato.

Segundo a denúncia, encaminhada pelo Deputado Federal Valmir Assunção, Eliana Gonzaga de Jesus vem recebendo ameaças de morte desde a campanha eleitoral de 2020. Agricultora negra e ex-feirante, Eliana é a primeira mulher a ocupar o cargo, sucedendo três mandatos do ex-prefeito Fernando Pereira. A informação é de que dois apoiadores, que trabalharam em sua campanha, teriam sido executados, Ivan Passos, com 10 tiros, e o vereador Georlando Silva, com 19 tiros na face, em frente à delegacia da cidade, no dia 7 de março.

Também foi relatado à comissão que existiria uma lista de próximos alvos, com nomes ligados à campanha e a familiares da prefeita. A situação obrigaria Eliana a pernoitar em diferentes cidades. Foi noticiado pela imprensa

¹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/na-semana-do-dia-da-visibility-trans-presidencia-da-cdhm-pede-rigor-na-investigacao-sobre-atentado-a-covereadora-carolina-iara>

² <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/presidencia-da-cdhm-pede-rigor-na-apuracao-de-atentado-contra-covereadora-paulistana-samara-sosthenes>

³ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/presidencia-da-cdhm-pede-apuracao-de-denuncias-de-ameacas-a-prefeita-de-cachoeira-ba>

que pessoas próximas à gestão municipal de Cachoeira foram orientadas a sair da cidade para se protegerem. Dois boletins de ocorrência teriam sido registrados na Delegacia do município.

“Tal quadro é inaceitável do ponto de vista da democracia e dos direitos humanos e as instituições devem atuar para enfrentá-lo”, comentou Carlos Veras.

2.4. Parlamentares levam a Barroso reivindicação de combate à violência racial e de gênero

Montagem: Fernando Bola



O Presidente da CDHM, Carlos Veras, acompanhado pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), 3ª Vice-Presidente da Comissão, e pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), esteve no dia 11 de abril em reunião com o Presidente do TSE, o Ministro Luís Roberto Barroso, com o objetivo de buscar apoio do Tribunal para combater a violência política baseada no gênero e na raça.

Os parlamentares entregaram relatórios recentes sobre a situação das mulheres na política: “Violência contra Mulheres Negras”, do Instituto Marielle Franco⁴, “Violência Política e Eleitoral no Brasil”⁵, do Terra de Direitos e Justiça Global e o Dossiê “Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020”⁶.

SAIBA MAIS

O relatório “Violência Política e Eleitoral no Brasil” mapeou 327 casos de violência política entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e quatro casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. Atualização da pesquisa, realizada entre 2 de setembro e 29 de novembro de 2020, relata 109 casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.

De acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se para 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número cinco vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa mostra que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal, com 87% dos casos.

A pesquisa do Instituto Marielle Franco, realizada em 2020, identificou, em levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados e de todas as regiões do Brasil, de 16 partidos, que 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional; 18% das entrevistadas receberam comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, entre outros; ainda, 8% foram vítimas de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais.

Em 2020, houve pelo menos 175 assassinatos de travestis e mulheres trans no Brasil, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). No mundo, o Brasil é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra pessoas LGBTQI+, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2018, foram registradas 420 mortes violentas de LGBT no Brasil.

⁴ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>

⁵ www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relatório_Violencia-Politica_FN.pdf

⁶ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

2.5. Violência política contra vereadora em Florianópolis

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou, no dia 15 de julho, ao Procurador-Geral de Justiça, Fernando da Silva Comin, e ao Secretário de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, Paulo Norberto Koerich, apuração de ameaças e de crimes contra a vereadora Carla Ayres, de Florianópolis, em Santa Catarina.

A parlamentar relatou situações de ameaças durante audiência pública da CDHM, e encaminhou à Comissão dois Boletins de Ocorrência, o primeiro realizado em março e o outro em junho de 2021. A vereadora relatou que em março teria sido incluída em um grupo do Whatsapp sem seu consentimento por um contato que já havia lhe enviado mensagem com a seguinte ameaça: "Vou exterminar vocês de todos os grupos e juntos seus assessores". No grupo, esse contato teria pedido a exclusão da vereadora, afirmando: "Essa vereadora é ridícula, e me odeia. Não tem capacidade para tal cargo." e "Ela está perguntando de mim por aí, na última live falou mal de mim. Até mesmo o pessoal do partido estadual vem me enchendo o saco. Essa feminista comunista, mentirosa e corrupta".

Em junho, a vereadora teria recebido desse mesmo contato a mensagem: "Somos uma Famiglia Troppo grande aí em Florianópolis. Te enquadre, hipócrita!". A partir desse momento, Carla relatou que recebe, quase diariamente, desse e de outros contatos, mensagens semelhantes.

Carlos Veras apontou que a repetição das intimidações e por diferentes números indica uma ação organizada, com o objetivo de constranger a vereadora e afetar o exercício de seu mandato. O parlamentar reforçou que os fatos precisam ser rigorosamente apurados e a necessidade de providências para reprimir os crimes eventualmente cometidos. "Os fatos são graves e atentam contra o direito político de votar e de ser eleito e fere a base dos valores democráticos e da não discriminação", disse.

2.6. Ameaças contra vereadora de Fortaleza

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 28 de julho ao Procurador-Geral de Justiça, Manuel Pinheiro, ao Secretário de Segurança Pública, Sandro Caron, e ao Governador do Ceará, Camilo Santana, a apuração das ameaças contra a vereadora Larissa Gaspar (PT/CE).

A vereadora Larissa Gaspar informou à CDHM que no dia 27 de julho recebeu ameaças de morte em suas redes sociais. A mensagem em seu Instagram diz: "Pelo nome da CV estamos planejando sua morte, então toma cuidado com sua família ou na hora de sair de casa, acha mesmo que essa lei proibira fogos, na rua aqui já soltaram muito, no ano novo vai ter mais, pólvora e fácil fazer, mais toma cuidado viu as bala tem até teu nome aqui" [sic].

Ela havia participado de audiência da CDHM sobre violência política contra vereadoras e vereadores.

A ameaça de morte foi objeto de Boletim de Ocorrência feito pela vereadora. Para a parlamentar, a situação decorre da aprovação pela Câmara de Fortaleza de seu Projeto de Lei de proibição de fogos barulhentos. O Projeto foi sancionado pelo Prefeito José Sarto.

Larissa, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Fortaleza, já havia relatado durante audiência pública da CDHM, realizada no dia 16 de junho, que vivencia uma série de constrangimentos por conta de sua atuação política. No documento enviado à CDHM, a vereadora apontou ainda que sofre reiteradas ameaças e invasões de plenárias virtuais, em uma tentativa de coibir a sua atuação política.

Carlos Veras solicitou também ao Presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza, Antônio Henrique, a adoção de medidas para a proteção da parlamentar, para que não ocorram prejuízos ao exercício de seu mandato.

2.7. Ameaças de morte contra deputada do PSOL em Minas Gerais

Reprodução portal PSOL



O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), e as deputadas Vivi Reis (PSOL/PA), 3ª Vice-Presidente do colegiado e Talíria Petrone (RJ), líder do PSOL na Câmara, demandaram no dia 5 de novembro ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, apuração de ameaças de morte contra a deputada estadual Andréia de Jesus (PSOL/MG), presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Andréia de Jesus é a primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa.

Além da apuração urgente das denúncias de ameaças de morte, foi solicitado ao governador e ao secretário de justiça e segurança pública do estado a determinação imediata de policiais para fazer a escolta da deputada estadual, de forma que não gere prejuízo ao exercício de seu mandato.

As ameaças são objeto de ocorrência policial já registrada e foi transmitida à CDHM pela deputada Talíria Petrone. O pedido de providências foi reforçado pelos parlamentares do PSOL, Áurea Carolina (MG), David Miranda (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Glauber Braga (RJ), Ivan Valente (SP), Luiza Erundina (SP) e Sâmia Bomfim (SP).

Também foram solicitadas providências ao Procurador-Geral de Justiça e ao Presidente da Assembleia Legislativa.

2.8. Ameaças contra vereadoras negras de Porto Alegre

Carlos Veras (PT/PT) solicitou, em 9 de dezembro, ao Procurador-Geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, e ao Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior, a investigação de ameaça de morte contra a vereadoras Karen Santos (PSOL/RS), Daiana Santos (PCdoB/RS) e Laura Sito (PT/RS), de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O parlamentar também solicitou ao vereador Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, providências urgentes para a imediata apuração das ameaças e para garantir a proteção da integridade física e o exercício do mandato das vereadoras.

A denúncia foi transmitida à Presidência da CDHM pela deputada Maria do Rosário (PT/RS), que relatou que as vereadoras da bancada negra receberam e-mail na última segunda-feira (6) de teor racista, com grave ameaça à vida e à integridade física e psíquica das parlamentares.

“É inaceitável que o Estado brasileiro faça vista grossa a esta violência política e de gênero que está instalada no Brasil, sobretudo desde o assassinato da vereadora Marielle Franco”, reforçou Maria do Rosário.

“Os fatos são graves e atentam contra o direito político de votar e de ser eleito e fere a base dos valores democráticos e da não discriminação, merecendo, portanto, rigorosa atuação do poder público, para imputação das devidas sanções legais”, reforçou o parlamentar.

Segundo o noticiado pela imprensa, vereadores integrantes da bancada negra na Câmara Municipal de Porto Alegre registraram, nesta terça-feira (7), um boletim de ocorrência por conta das ameaças,

2.9. Projeto que criminaliza violência política contra mulheres é aprovado

O Congresso aprovou o Projeto de Lei 349/2015, da deputada Rosângela Gomes (Republicanos/RJ), que foi transformado no PL 14192/2021, que considera violência política contra as mulheres toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos delas.

A lei altera o Código Eleitoral para proibir a propaganda partidária que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

A nova norma inclui no Código Eleitoral o crime de assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

A prática será punida com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa. A pena será aumentada em 1/3 (um terço) se o crime for cometido contra mulher gestante; maior de 60 anos; e com deficiência.

Os crimes de calúnia, difamação e injúria durante a propaganda eleitoral também terão penas aumentadas em 1/3 até metade caso envolvam menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia; ou sejam praticados por meio da internet ou de rede social ou com transmissão em tempo real.

O ato de divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos sabidos inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado, também terá pena aumentada em 1/3 até metade se envolver menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia; ou ser for cometido por meio da imprensa, rádio ou televisão, por meio da internet ou de rede social, ou transmitido em tempo real.

Hoje a pena prevista para esse crime eleitoral é de detenção de dois meses a um ano, ou pagamento de 120 a 150 dias-multa. Pela nova lei, essa pena poderá ser aplicada também a quem produzir, oferecer ou vender vídeo com conteúdo inverídico acerca de partidos ou candidatos.

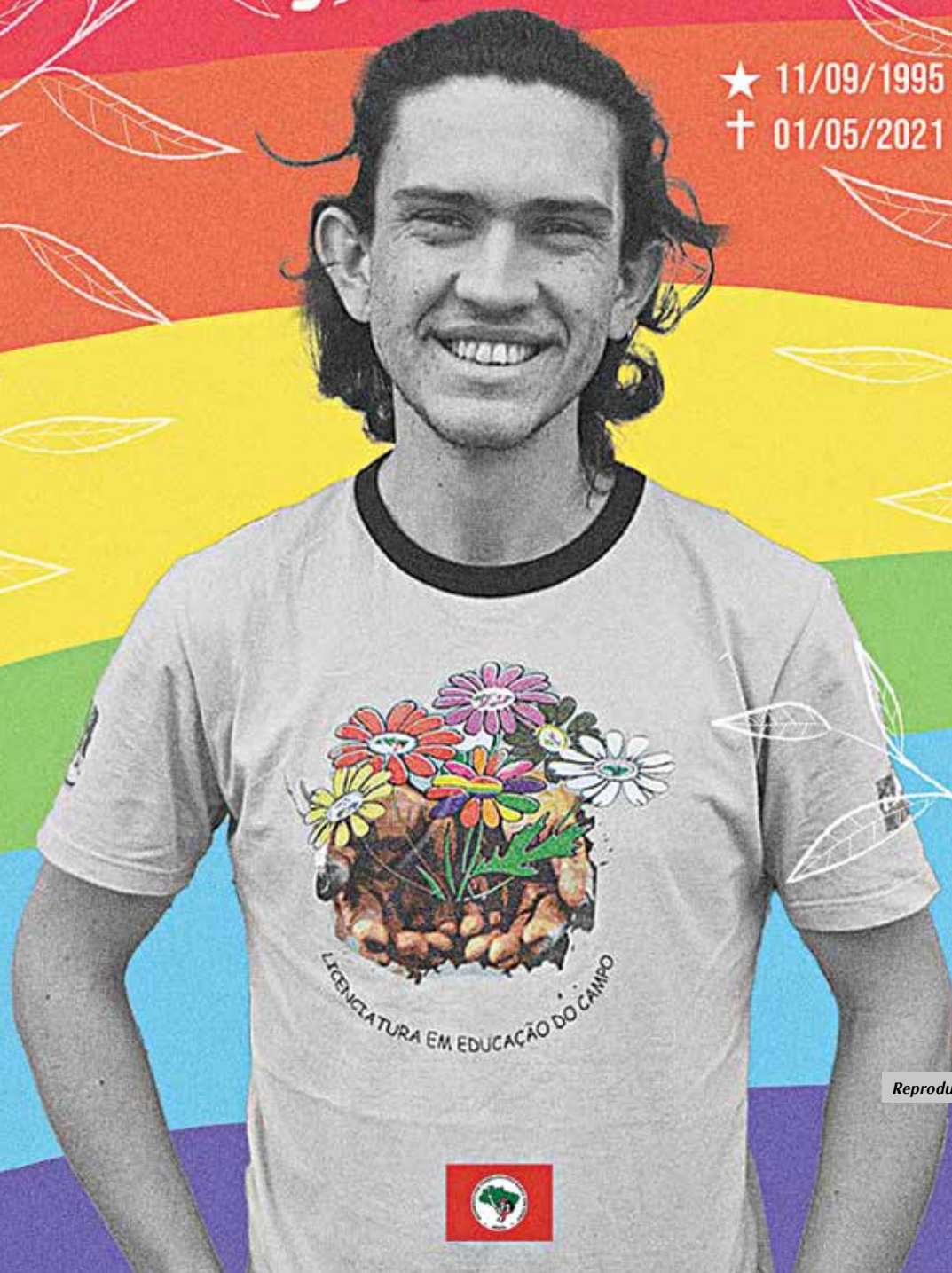
A nova lei também altera a Lei dos Partidos Políticos, para determinar que os estatutos dos partidos contenham regras de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher. Os partidos terão 120 dias para adequar seus estatutos.

Além disso, é alterada a Lei das Eleições para definir que, nas eleições proporcionais (para cargos do Legislativo), os debates sejam organizados de modo a respeitar a proporção de homens e mulheres fixada na própria lei eleitoral - ou seja, de no mínimo 30% de candidaturas de mulheres.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

JUSTIÇA por LINDOLFO

★ 11/09/1995
† 01/05/2021



Reprodução: MST.ORG



3. DIREITOS LGBTQIA+

3.1. CDHM debate combate à LGBTfobia

Captura e Montagem: Fernando Bola



A audiência pública, realizada em 19 de maio, reuniu representantes de várias organizações e debateu o grave quadro de violência e a necessidade de ações que resguardecem de maneira mais efetiva a integridade física e psicológica da população LGBTQIA+.

O presidente da CDHM, o Deputado Carlos Veras (PT/PE), iniciou a audiência alertando sobre a necessidade de avanços em relação aos direitos das pessoas LGBTQIA+. “O STF criminalizou atos LGBTfóbicos. Isso foi um grande avanço para o reconhecimento da plena dignidade de todos os seres humanos no Brasil, independente de sua identidade de gênero ou de sua orientação sexual. Mas ainda temos muito o que avançar, seja em políticas para efetivação dessa lei, seja em outras políticas para promoção da plena igualdade e cidadania das pessoas LGBTQIA+”.

Em 2020, segundo o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT do Grupo Gay da Bahia (GGB), 237 LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da LGBTfobia: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%).

Para o deputado Helder Salomão (PT/ES), há muita LGBTfobia no Brasil. Segundo ele, existe um ativismo em torno da LGBTfobia, e a atuação da sociedade civil organizada é fundamental para defender a democracia e evitar que o cenário seja ainda mais grave. “A democracia não é o poder da maioria, onde minorias devem ser submetidas aos interesses da maioria. Uma democracia de fato é aquela em que as decisões da maioria garantem os direitos da minoria, porque, senão, não é democracia. A vontade da maioria não pode desrespeitar interesses da minoria da sociedade e hoje nós temos a invisibilidade das populações LGBT”, afirmou.

A deputada Vivi Reis (PSOL/PA) falou sobre a complexidade da vivência LGBTQIA+ e apontou a necessidade da construção de políticas em diferentes áreas. “Falar sobre a luta LGBT não é falar sobre uma luta específica, é falar sobre uma totalidade, é falar que LGBTs precisam de políticas públicas para atenção integral à saúde, direito à reprodução assistida, à retificação dos documentos, a um processo transexualizador, o direito à moradia digna, à alimentação, ao trabalho, à cultura, à arte, o direito à vida. As vidas LGBTs importam”.

Alessandro Mariano, do Coletivo LGBT Sem Terra, apontou retrocesso na garantia dos direitos da população LGBTQIA+, lamentou a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais e lembrou do assassinato recente de Lindolfo Kosmark, gay, camponês, professor, militante do MST, de 25 anos, morto de forma brutal. “Lindolfo entra para a estatística de crimes de LGBTfobia, de crime de ódio. Mais um companheiro nosso, da nossa luta, que infelizmente perde a vida. Por isso, neste mês de maio, a gente, junto com as organizações do conselho, fez o chamado 17M pela vida das LGBTQIA+, vacina e trabalho”.

Alessandro reforçou que é importante seguir defendendo a comunidade LGBT, constantemente desumanizada, e recitou trechos de um poema de Bruna Mattos. “A despeito de todo ódio, seguimos firmes. A despeito de todo o ódio, o amor existe. É sempre tempo de amor, porque nada pode deter a primavera e o povo, porque nada pode deter a primavera do povo. Venceremos”.

Bruna Benevides, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), destacou que o Estado brasileiro descumpra tratados internacionais com relação à proteção das pessoas LGBTI. “Nós estamos denunciando a omissão e as tentativas constantes de institucionalização da LGBTIfobia com a apresentação de projetos que pretendem criminalizar a nossa existência, mas também perpetuar estigmas negativos sobre a nossa comunidade. Gostaria de saudar Alexandre Ivo, Dandara Ketlin, Tadeu Nascimento, Madalena Leite e Keron Ravach, pessoas que foram assassinadas com crueldade por este Brasil. Lembrando que Keron se tornou a mais jovem transexual vítima do ódio, tendo sido violentada e espancada com treze anos de idade e assassinada no Ceará”, lembrou.

Bruna apontou que é preciso uma atuação mais efetiva do Legislativo. “Esta Casa precisa assumir o compromisso com as nossas vidas, interromper esse fluxo de violência que está naturalizado. A falaciosa ideologia de gênero mata, tem direcionado corpos, identidades para o assassinato ou para o suicídio, que é uma questão extremamente preocupante. A LGBTfobia por omissão também mata”, disse.

Felipe Santos, da Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY), destacou a gravidade do quadro. “Infelizmente o Brasil continua sendo campeão no ranking de assassinatos contra a nossa comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e pessoas intersexo. Nós saímos de um momento de luto para a luta, neste contexto de pandemia, onde o Estado brasileiro nega a ciência, nega o direito à saúde. Nós viemos aqui denunciar publicamente que, só em 2020, 237 LGBTs foram barbaramente assassinados”.

O representante da Artgay também apontou que o risco de assassinato de um LGBT no Nordeste é três vezes maior que em outras regiões.

O Nordeste ocupa o primeiro lugar em número de mortes, com 113 casos, seguido do Sudeste, com 66, Norte e Sul com 20 mortes cada e o Centro-Oeste, com 18 mortes. O risco de um LGBTQIA+ ser assassinado no Nordeste é quase três vezes maior do que no Sul.

Fortaleza foi a capital mais LGBTfóbica: 20 mortos, o dobro de São Paulo (10), que é cinco vezes mais populosa.

Felipe denunciou o caso de Daniele da Silva, de 31 anos: a travesti desapareceu no início do mês depois de pegar um ônibus da Paraíba para Belo Horizonte. Segundo Felipe, Daniele foi em busca de oportunidades de trabalho, pois a pandemia e a falta de auxílio tornaram ainda mais vulnerável a população LGBTQIA+ a desaparecimentos e suicídios.

Janaína Oliveira, da Rede Afro LGBT, apontou uma institucionalização da LGBTfobia e um desmonte das políticas de participação social. “Negar nossa existência é negar nosso direito à vida, negar o Covid é negar o direito à vida. O Estado precisa ter responsabilidade com a vida de todas, todos e todes”.

Symmy Larrat, da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), apontou a falta de informações confiáveis sobre a população LGBTQIA+, que impedem a construção de políticas públicas específicas e

a avaliação concreta do cenário de violência. “Não há protocolos de investigação, não há protocolo de atendimento, não há protocolo para a inclusão e isso faz com que haja um completo apagamento dessas violências. Faltam dados. Isso gera um sentimento de impunidade, que faz com que a gente continue sendo perseguida, assassinada e violada nos nossos direitos diariamente”.

VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Há 41 anos, o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta informações e divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil. É a única pesquisa nacional que inclui todos os segmentos dessa comunidade. A partir deste ano, o GGB conta com a coautoria do grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, de Florianópolis.

Desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou o Relatório Anual, em 1980, é a primeira vez que as travestis e mulheres trans ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e mulheres trans (70%), 51 gays (22%), 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%), 3 bissexuais (1%) e 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

Comparativamente aos anos anteriores, observou-se em 2020 redução das mortes violentas de LGBTQIA+ : de 329 para 237, diminuição de 28%. O ano recorde foi 2017, com 445 mortes, seguido por 2018, com 420, baixando para 329 mortes em 2019 e agora 237 em 2020.

Essa tendência de redução de mortes violentas foi observada em 2019 na população brasileira em geral, assim como entre transexuais e homossexuais, porém, em 2020, segundo dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, houve no Brasil um aumento de 5% nos assassinatos em comparação com 2019. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, houve um aumento de 41% de mortes entre travestis e mulheres trans.

A estimativa é que a cada 36 horas um LGBTQIA+ brasileiro seja vítima de homicídio ou suicídio, o que aponta o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, mata-se mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África, onde persiste a pena de morte contra tal segmento.

Em 2020 foram registrados 215 homicídios (90,7%), seguido de 13 suicídios (5,4%) e 9 latrocínios (3,7%). Em sua maioria, mortes violentas com arma de fogo (42,3%), armas brancas (23%) e espancamento (9,1%)

3.2. Observatório avalia evolução dos direitos da população LGBTQIA +

O Observatório Parlamentar da RPU examinou na sexta-feira (18) a evolução dos direitos das pessoas LGBTQIA + com base nas recomendações feitas ao Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal.

A audiência foi a sétima realizada pelo Observatório Parlamentar, uma parceria da Câmara dos Deputados e o

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e contou com a participação do governo, de representantes de organizações da sociedade civil, de especialista em orientação sexual e identidade de gênero da Organização das Nações Unidas e dos parlamentares Rosa Neide (PT/MT), Padre João (PT/MG), Helder Salomão (PT/ES) e Erika Kokay (PT/DF).

Os participantes defenderam a necessidade de formação e sensibilização de agentes do Estado, especialmente os da segurança pública, para a atuação com a população LGBTQIA+, a criação de mecanismos para combater a impunidade e a subnotificação de abusos, a importância de dados confiáveis para a formulação de políticas públicas efetivas e o papel fundamental da inclusão no currículo escolar de temas ligados à educação sexual inclusiva e à tolerância à diversidade.

POTENCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA +

Victor Madrigal-Borloz, especialista independente da ONU em orientação sexual e identidade de gênero, destacou a importância do trabalho da sociedade civil para conquistas como o reconhecimento da identidade de gênero por autodeterminação e para a criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal. “Apesar dessa recente conquista, é preciso reconhecer as alarmantes estatísticas de crimes de ódio perpetrados no Brasil, motivados pela orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. Os dados mostram que a violência e a discriminação contra LGBTs continua afetando a vida dessa população, especialmente os mais vulneráveis”, afirmou, lembrando que o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e que em 2018, 82% das vítimas eram negras.

“Concepções errôneas e preconceituosas continuam a ser disseminadas em manifestações de autoridades públicas, alimentando um ciclo vicioso de ódio contra as pessoas LGBTs, e isso afeta sua inclusão social e dificulta seu acesso à saúde, educação, moradia, emprego, participação política e segurança pessoal”, disse.

O especialista defendeu que é preciso ir além da proibição legal e adotar iniciativas que busquem de forma ativa reduzir e conscientizar a população, e que o Estado brasileiro tem a responsabilidade de sensibilizar e treinar os agentes públicos e prestadores de serviço para que respeitem a diversidade sexual e de identidade de gênero. “Agentes de saúde, professores, juízes, autoridades policiais são figuras que participam das principais interações sociais e que podem romper o ciclo de exclusão e garantir acesso a direitos fundamentais que são negados às pessoas LGBTs”.

“As pessoas LGBTs precisam recobrar a confiança em um sistema que as oprimiu e tentou apagar sua identidade. A impunidade sistemática cria um ambiente favorável à continuidade e ao aumento dos crimes de ódio, já que os infratores não são punidos e reeducados e os potenciais infratores não são dissuadidos de transgredir a lei, mas talvez até estimulados”, complementou, reforçando que a impunidade limita o enfrentamento à violência e aumenta o índice de subnotificação dos abusos.

Para o especialista, essa ausência de dados específicos sobre pessoas LGBTs prejudica a criação de políticas públicas efetivas para combater a LGBTfobia. “A falta de dados sobre as pessoas LGBTs torna a comunidade invisível para os formuladores de políticas públicas”.

“A população LGBT não é uniforme, diferentes grupos têm diferentes necessidades”, argumentou. Para o especialista, dados específicos de raça, etnia, idade, religião e classe social podem contribuir com políticas públicas específicas que alcancem a diversidade da população LGBT.

Madrigal-Borloz apontou a importância do trabalho realizado por organizações da sociedade civil, que, apesar das dificuldades e dos riscos, trabalham para garantir direitos para a população LGBT e preencher as lacunas de informações devido à inércia do Estado.

Defendeu ainda que é preciso transformar a educação brasileira, para formar cidadãos bem informados, conscientes e tolerantes. “A invisibilidade, ou as representações negativas dessa diversidade no âmbito escolar e nos materiais didáticos, abrem espaço para a discriminação e a violência, criam um ambiente que permite a exclusão e o bullying, gerando isolamento e baixa autoestima nos estudantes LGBT, levando ao rendimento insatisfatório ou à evasão escolar, dando início ao ciclo de marginalização que as deixará em desvantagem na vida adulta”.

“Ao redor do mundo, as sociedades que abraçam a diversidade têm muito mais a ganhar, as pessoas LGBT são parte essencial do tecido social. Negar oportunidades às pessoas LGBT e marginalizá-las é deixar de ganhar uma enorme contribuição da força criativa e produtiva de um país. A função primordial de uma nação deve ser proteger e proporcionar o bem-estar e a realização completa dos potenciais de todos os cidadãos”, finalizou.

POUCOS AVANÇOS

Sergio Gardenghi Suiama, Coordenador do Grupo de Trabalho "LGBTI: Proteção de Direitos", da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, afirmou que o Brasil enfrenta um momento de retrocesso no que se refere ao reconhecimento e à reafirmação de direitos da população LGBTQIA+. Suiama reforçou que desde a Constituição de 1988 o Parlamento brasileiro não aprovou nenhuma lei que tenha como objetivo proteger essa população e que o Executivo vem se omitindo na formulação de políticas públicas e retrocedendo em áreas como a da saúde.

“Desde 1988, infelizmente o único braço do Estado brasileiro que atua, ainda que de forma tímida, em defesa da população LGBTQIA+ é o Judiciário”, citando o reconhecimento da união estável, do respeito à identidade de gênero e a criminalização da homotransfobia.

“A nossa bandeira atual é o reconhecimento da inclusão nos sistemas de segurança pública de um campo específico para a identificação da homotransfobia, já que uma das questões mais graves, mais difíceis que têm que ser enfrentadas é justamente a falta de dados e a falta de informações confiáveis a esse respeito”, declarou Suiama sobre os atuais esforços da Procuradoria.

“Temos que agradecer às organizações não-governamentais, especialmente à Antra e ao Grupo Gay da Bahia, que buscam, com as suas limitações, levantar esses dados e essas informações”, completou.

AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Ana Lúcia Oliveira, Coordenadora do Grupo de Trabalho "Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI", da Defensoria Pública da União, destacou que a DPU expediu recomendação ao IBGE para inclusão nos questionários do Censo de 2020 de perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual, bem como a coleta de dados para melhor compreensão da população LGBTQIA+ que abordem quantitativo populacional, escolaridade média, faixa salarial, situação familiar e estimativa de vida.

Oliveira destacou a ausência de dados em diferentes esferas, como os relacionados à população carcerária LGBTQIA+; ao Cadastro Único para a seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal; aos dados de segurança pública, que deveriam abranger também crimes relacionados à violência doméstica familiar, como a lesão corporal, feminicídio, bem como informações sobre estupro coletivo e corretivo, além da falta de informações sobre a violência política de gênero.

Douglas Admiral Louzada, Defensor Público do Espírito Santo e Coordenador da Comissão de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero da Associação Nacional de Defensoras e de Defensores Públicos (ANADEP), falou sobre resistência da população LGBTQIA+ em procurar as forças de segurança para registrar boletins de ocorrência por temer represálias. "Apesar da decisão que considerou crime a LGBTfobia, nós ainda temos grandes gargalos a enfrentar, que passam pela formação das forças de segurança, pela criação de dados e estatísticas e pela humanização do atendimento”.

DESIGUALDADES TERRITORIAIS

Darlah Farias, do Coletivo Sapato Preto, destacou que a falta de dados e informações é ainda mais acentuada em regiões como a Amazônia, tanto em segurança, quanto em saúde. Para ela, a população LGBTQIA+ não acessa os avanços jurídicos não somente por falta de diálogo, ou de informações, mas principalmente porque a estrutura do sistema judiciário demonstra que essa população não é bem-vinda.

Darlah Faria apontou a dificuldade que a população LGBTQIA+ encontra para ter acesso aos serviços de saúde, apesar de já existir cartilha nacional com orientação de atendimento, principalmente nos interiores.

“A gente tá falando de uma realidade de uma população que tem medo de se mostrar. A gente tem medo de aparecer, porque a partir do momento em que a gente aparece, a partir do momento em que a gente fala, se torna alvo”, afirmou, ressaltando a necessidade de dados qualitativos principalmente nas áreas de saúde e segurança pública.

Dandara Rudsan, do Coletivo Amazônico LesbiTrans, argumentou que a legislação precisa de ferramentas diferen-

tes para ser operacionalizada em diferentes regiões do país.

“O meu apelo é para que quando nós façamos essas reflexões acerca da população LGBT, a gente reflita também sobre a população LGBT que está no rio, na floresta, que está na agricultura familiar, alimentando esse país. Esses corpos LGBT existem. Quando falamos de implementação contra a LGBTfobia, quando falamos das decisões do STF, existe uma distância muito grande entre a decisão e o seu cumprimento”.

“As necessidades de um LGBT que está aqui na Amazônia são diferentes das necessidades de um LGBT que está no Sudeste ou no Sul, ou em qualquer outro lugar desse país”, completou Dandara, que defendeu que o processo formativo da segurança pública em relação aos crimes de LGBTfobia tenha participação das organizações da sociedade civil.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Para Léo Ribas, da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a ausência de dados é reflexo da atuação do Estado na vida das pessoas LGBT pelo país. Ribas reforçou que o movimento de mulheres lésbicas no Brasil vem relatando de forma recorrente a ocorrência de estupros corretivos. “A partir do momento que os equipamentos públicos não conseguem detectar e encontrar meios de acabar com essa violência, as mulheres lésbicas têm sofrido muito no acesso à justiça”.

“Nosso problema começa quando chegamos à delegacia e não somos acolhidas, respeitadas, e não temos nossa identidade de gênero e orientação respeitadas. A partir do momento que você chega em uma Delegacia da Mulher e não é reconhecida como um sujeito de direitos, você não tem acesso a essa legislação do STF”, disse.

“A educação seria uma das maiores ferramentas para o final dessas fobias, no entanto, nós temos uma educação que retira os corpos trans, que retira os corpos lésbicos, que não performam feminilidade, de dentro de suas escolas. Enquanto a gente não conseguir trabalhar com essa temática dentro desses espaços, nós não teremos total segurança e nem total visibilidade”.

DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

Marcel Jeronymo, da Aliança Nacional LGBTI+, lembrou pesquisa nacional, realizada pela ABGLT, com mais de mil estudantes adolescentes brasileiros, que se identificam como LGBTI, e mais de 73% afirmaram que foram agredidos verbalmente em ambiente escolar, 35% agredidos fisicamente e 60% disseram que se sentem inseguros no ambiente escolar.

“É importante que a escola seja um espaço plural, de acolhimento das pautas LGBTIs. É só assim que efetivamente vamos poder ter uma sociedade mais livre, justa, igualitária, garantidora dos direitos da população LGBTQIA+, é com a educação que vamos extirpar do nosso cenário o preconceito, a desinformação e a incapacidade de reconhecer a diversidade”, disse, reforçando ainda a importância de políticas públicas para a empregabilidade e de políticas de participação social da população LGBTQIA+ em conselhos e conferências.

EFETIVIDADE DOS AVANÇOS

Pedro Barbabela, representante de TODXS, questionou a efetividade dos avanços. Barbabela ponderou que das 11 recomendações relacionadas aos direitos da população LGBTQIA+, nenhuma foi cumprida integralmente.

“A população LGBT continua invisibilizada perante o Estado brasileiro, que a passos lentos justifica sua inação com discursos moralizantes. É o que vem acontecendo em nossas Casas Legislativas e em ações do Executivo”, argumentou.

“A normativa existe, mas não é posta em prática, fazendo com que diversas pessoas sejam vítimas de violência por serem quem são. O caminho ainda é enorme até conseguirmos viver em um Estado que reconheça e garanta condições e direitos para a população LGBTI no Brasil”, afirmou Pedro.

ACESSO A DIREITOS JÁ CONQUISTADOS

Symmy Larrat, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), reforçou que o conservadorismo no Legislativo não permitiu o avanço de legislações que garantam direitos à população LGBT e que os avanços conquistados não foram percebidos na realidade das pessoas.

“A população LGBTQIA+ não está acessando seus direitos como deveria, e não só pelas diferenças territoriais, mas porque existe uma perseguição às pautas de gênero. Existe uma ausência de iniciativas que promovam o acesso da população aos direitos já conquistados”.

Symmy destacou que o governo não fez nenhuma ação para implementar a decisão do STF, e que não existe orientação do Ministério da Segurança Pública nesse sentido, e nem mesmo diálogo do Ministério da Família com esse Ministério para que isso ocorra.

A representante da ABGLT também destacou que o Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental no STF questionando o Ministério da Saúde sobre o atendimento à saúde de pessoas transexuais e travestis. Segundo Symmy, estaria ocorrendo um processo de generificação e pessoas retificadas estariam encontrando entraves para acessar serviços no SUS. “Eu, retificada como sexo feminino, não vou poder fazer o exame de próstata no SUS. Homens trans não vão poder parir se forem retificados. Não vão poder fazer o pré-natal. E o Ministério da Saúde tem se negado a mudar essa realidade no sistema e tem feito com que pessoas trans do Brasil não acessem o serviço básico de saúde”, afirmou, antecipando que a organização vai lançar, em parceria com outras redes, relatório sobre perseguição aos defensores e defensoras dos direitos humanos no Brasil.

PESSOAS INTERSEXO

Thais Emilia dos Santos, presidente da Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), mãe de pessoa intersexo e doutora em Educação, abordou as dificuldades enfrentadas por pessoas intersexo e suas famílias.

“A pessoa intersexo sofre uma série de violações de direitos humanos. Quando um bebê intersexo nasce e não tem direito a receber uma certidão de nascimento, se viola princípios da dignidade humana, todo ser humano tem direito a ter um nome, uma identidade. E no Brasil isso não acontece, mesmo a gente tendo uma normativa, a 12.662/2012. Além de deixar essa criança sem certidão de nascimento, sem RG, sem cartão do SUS, a mãe também fica sem auxílio maternidade, porque não consegue comprovar no INSS que essa criança nasceu. Isso aconteceu comigo em 2016”, relatou.

Thais Emília reforçou que muitos médicos ainda usam o desconhecimento da lei para estimular as cirurgias precoces nos bebês de adequação de sexo para educar essas crianças em determinado gênero. “Essas violências físicas, psíquicas, acontecem aqui no Brasil três vezes por semana em hospitais municipais aqui em São Paulo e cinco vezes por mês em hospitais universitários”, destacou, reforçando que ainda existe subnotificação em relação aos casos, já que o esperado é um nascimento de bebê intersexo para cada 100 nascimentos.

Ela argumentou que a cirurgia precoce e essa retificação forçada desrespeitam os direitos das crianças, podem gerar questões sobre identidade de gênero, problemas na puberdade e ainda comprometer um atendimento em saúde, pois a pessoa por ter testículos, útero e ovários e a informação não consta nos documentos.

RACISMO

“Nós não estamos falando de qualquer LGBT. 82% do alvo da violência e da violação dos direitos humanos da população LGBT é a população negra. É isso revela o quanto o racismo estrutura as relações sociais no Brasil. Evidencia o quanto o racismo acirra o processo de vulnerabilidade social dessa população”, afirmou Washington Luiz Dias, da Rede Afro LGBT, sobre as principais vítimas dos crimes de LGBTfobia.

Washington reforçou que o racismo aumenta o processo de vulnerabilidade social dessa população e sugeriu que o relatório final deve aprofundar mais nessa questão. O representante destacou que a desigualdade é percebida em diferentes políticas, como em casos de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS, onde se pode observar redução de casos em pessoas brancas e o aumento na população negra.

“A política ou a ausência de uma política sistemática de HIV e AIDS tem contribuído para a necropolítica, assim como na falsa guerra às drogas”, disse.

O representante da Rede Afro LGBT também apontou que a ausência de políticas públicas para a população LGBT é a política atual, sucateando instrumentos de participação e de controle social e que o Pacto de Enfrentamento à violência LGBTfóbica é resultado de uma articulação do Conselho Nacional LGBT em 2018.

Kátia Maria Guimarães, Coordenadora-Geral do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacou que o relatório aponta questões importantes para o de-

envolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas e antecipou que até o meio de julho o Ministério publicará acordo de cooperação com o Ministério da Saúde, que tem como eixo o combate à discriminação, o enfrentamento ao estigma e às violações de direitos humanos.

3.3. Desaparecimento de Danielly Silva

O presidente da CDHM, o deputado Carlos Veras, reportou ao Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico, denúncia de desaparecimento de Danielly Silva, no dia 3 de maio, quando embarcou em um ônibus da empresa Itapemirim, de João Pessoa, com destino a Belo Horizonte.

Foram encaminhados ofícios solicitando providências também ao Ministério Público de Minas Gerais e às Secretarias de Segurança Pública da Paraíba e de Minas Gerais, para que o desaparecimento de Danielly Silva seja investigado com urgência, inclusive com solicitação das imagens de vídeo das rodoviárias de origem e de destino.

Danielly é uma mulher transsexual, e teria embarcado às 12h no ônibus que a levaria à capital de Minas Gerais, com o intuito de trabalhar como pescadora no município de Pompéu. Ela seria recebida por uma amiga, com quem iria morar, próximo à barragem do município.

Em audiência da CDHM, no dia 19 de maio, Felipe Santos, da Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY), denunciou o caso de Danielly e contou que ela foi para Minas Gerais em busca de oportunidades de trabalho. Felipe apontou que a pandemia e a falta de auxílio tornaram ainda mais vulnerável a população LGBTQIA+ a desaparecimentos e suicídios.

Karolina Silva, advogada de Danielly em um processo de retificação de registro civil, afirmou à CDHM que os funcionários da empresa de viação Itapemirim afirmaram não haver qualquer intercorrência registrada em sua passagem, o que leva a crer que Danielly teria chegado a Belo Horizonte às 8h do dia 5 de maio de 2021.

A advogada comunicou que mantém contato com a amiga que receberia Danielly em Minas e que até o momento ninguém teria recebido algum contato da jovem.

3.4. Morte de jovem gay no Espírito Santo

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 18 de janeiro ao Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e à Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, providências urgentes para apurar a morte de Gabriel de Souza Araújo, em Nova Venécia, no Espírito Santo.

Segundo nota do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST/ES) a morte do jovem poderia ser resultado de crime de LGBTfobia, pois o corpo teria sido encontrado com sinais de violência, no Rio Cricaré, no dia 16 de janeiro.

Veras reforçou que a criminalização de atos LGBTfóbicos consolidou-se em 2019, com o julgamento, pelo Supre-

mo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no 26/DF, determinando seu enquadramento como crime de racismo, nos moldes da Lei nº 7.716/89, até que seja promulgada lei específica para criminalização dessa conduta pelo Congresso Nacional.

O parlamentar ainda reforçou que o STF também determinou que, em casos de homicídio doloso, a identificação de LGBTfobia configura motivo torpe.

3.5. Morte de jovem Gay no Paraná

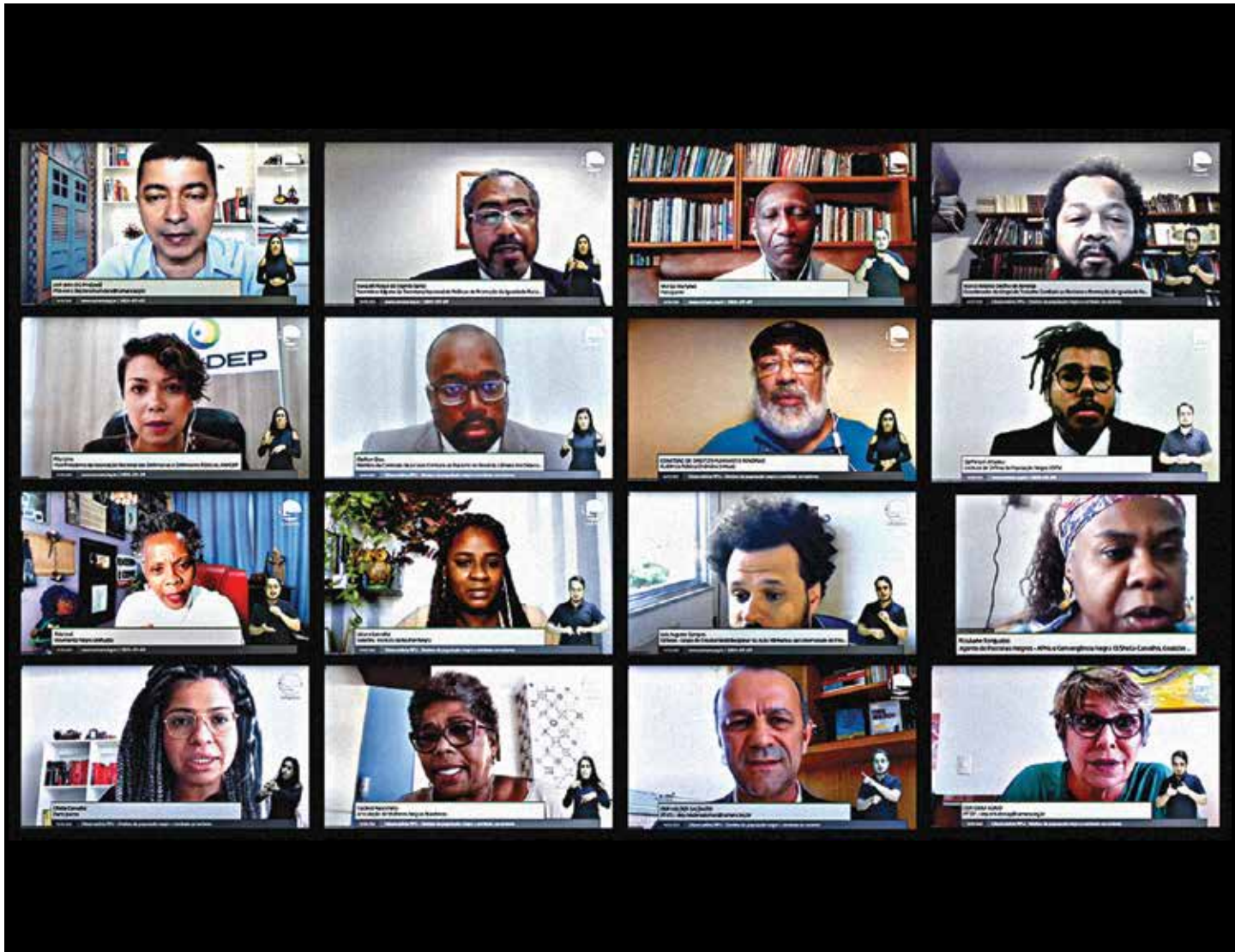
Carlos Veras (PT/PE) oficiou, no último 3 de maio, o Procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, e o Governador do Paraná, Ratinho Júnior, pedindo providências para a rigorosa apuração do caso e a responsabilização dos culpados.

Lindolfo era professor na rede estadual de ensino no Paraná, egresso da turma de Licenciatura em Educação do Campo da Escola Latina Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no assentamento Contestado, no município da Lapa (PR). Participou de diversas atividades de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como cursos e encontros do Coletivo LGBT Sem-Terra e Jornadas de Agroecologia. O jovem cursava mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Relatório do “Grupo Gay da Bahia”, que atua em prol dos direitos de cidadania dos homossexuais, aponta que em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%).

4. COMBATE AO RACISMO

Captura e montagem: Fernando Bola



4.1. Direitos da População Negra e Combate ao Racismo são avaliados em audiência pública

O Observatório Parlamentar da RPU debateu, no dia 14 de maio, 15 recomendações voltadas para a promoção dos direitos da população negra e o combate ao racismo. O deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), que presidiu a audiência, sintetizou algumas dificuldades no combate ao racismo no Brasil e apontou questões centrais para o cumprimento das recomendações no país. “Não reconhecer o racismo dificulta qualquer tipo de implantação de políticas. Então, esse é um ponto necessário que foi destacado aqui.

Também vale lembrar da lei das cotas, que ano que vem passa por uma revisão, e a necessidade de resgatar o censo do IBGE, instrumento indispensável para a definição das políticas públicas. E denunciar a decisão ambiental tomada esta semana, que ainda vai para o Senado, e temos chance de reverter para proteger os territórios quilombolas, os territórios indígenas e os das comunidades tradicionais”, destacou.

Esequiel Roque do Espírito Santo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacou a ratificação à Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Discriminação. Esequiel também apontou que o governo já vacinou 1,8 milhões de pessoas de comunidades tradicionais, como quilombolas, e que o auxílio emergencial foi pago a mais de 21 milhões de cidadãos negros.

Pastor Murillo Martínez, Consultor Independente da ONU em questões de direitos humanos e ex-membro do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (CERD), parabenizou o Brasil pela ratificação da Convenção, mas reforçou a necessidade de se colocar em prática tais instrumentos.

“O racismo e a discriminação racial constituem um dos desafios mais importantes que a humanidade enfrenta. Vemos a instrumentalização do racismo, a utilização política do racismo, derivando em graves consequências para a paz nacional e internacional. O aumento dos discursos de ódio está impactando gravemente a paz e a segurança internacional”, declarou Martínez.

Para Marco Antônio Delfino, Coordenador do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial do Ministério Público Federal, só a ratificação da Convenção Interamericana não é o bastante. “Apenas a ratificação não é suficiente para alterar o quadro de racismo estrutural que vivemos no país. O primeiro passo para transformar uma realidade é reconhecê-la. A partir do momento em que essa realidade não é reconhecida, a possibilidade de transformação não existe”.

Marco Antônio também demonstrou preocupação com a questão da letalidade policial e a necessidade de um controle social nas forças policiais. “Nós temos uma legislação que traz princípios e diretrizes claras para a redução da letalidade policial, mas esses mecanismos não são cumpridos. Uma política pública tem que contar com controle social, com transparência nos dados, algo que, infelizmente, até o momento não existe”. Outra questão destacada

pelo representante do Ministério Público é o perfilamento racial e uso de ferramentas que empregam algoritmos, que podem contribuir com um encarceramento ainda maior da população negra.

Para Rita Lima, Vice-Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), o relatório preliminar corrobora as informações percebidas no cotidiano da Defensoria Pública. “O relatório desenha a realidade do dia a dia da Defensoria. Enquanto defensora e defensores públicos da população mais atingida pela ausência de dignidade, de entrega dos equipamentos, dos serviços, dos direitos por parte do Estado, o que nós verificamos é que, do lado de lá do balcão, a maior parte das pessoas atendidas são negras, enquanto do lado de cá, nós seguimos sendo majoritariamente brancos. Isso revela o racismo estrutural do nosso país”, diz.

“O grande entrave para o debate do combate ao racismo e preconceito racial no Brasil no momento é nós enfrentarmos o desrespeito a um direito fundamental, que está sendo negado à população negra, o direito à vida. A chacina de Jacarezinho, em que foram assassinadas quase 30 pessoas, com a justificativa de ser uma operação em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, é a face mais cruel desse problema deixado de lado desde a redemocratização do Brasil: a manutenção de uma estrutura repressiva e institucional, voltada inicialmente para combater opositores do regime. Passado o regime autoritário, a estrutura repressiva foi voltada para combater os novos inimigos internos, as populações periféricas, esmagadoramente formadas por negros e negras”, apontou Dennis Oliveira, da Rede Nacional Quilombação.

“O racismo é o elemento que determina a violação dos direitos humanos no Brasil, pois em qualquer área que nós abordamos, a maior parte das pessoas afetadas é da população negra. O nível de violação dos direitos humanos no Brasil está diretamente ligado ao grupo racial no qual ele incide”, destacou Lázara Carvalho, do Geledés- Instituto da Mulher Negra.

Luiz Augusto Campos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, questionou visões otimistas sobre inclusão racial no Brasil. “Nós tivemos avanços importantes nas últimas três décadas, mas quase todos esses avanços estão hoje sob ameaça evidente. Se a gente pensar, por exemplo, na política de segurança pública, ela nunca foi tão desigual. O número de homicídios geral no Brasil, caiu, o número de homicídios de brancos caiu 30% e o número de homicídios negros aumentou 86% entre 2000 e 2019. É uma política de segurança pública para a população branca e contra a população negra”.

A legislação que afrouxa regras para a aquisição de armas foi outro ponto que mereceu destaque durante a audiência. Para Rosilene Torquato, agente de Pastorais Negros (APNs) e da Convergência Negra, essas armas farão ainda mais vítimas negras. “Dar porte de armas, facilidades para armamento, vai aumentar a violência. Essas armas já estão liberadas, nós só vemos o aumento das milícias nos nossos territórios, são as pessoas de bem. São esses que matam as mulheres, que violentam as mulheres, que matam as crianças. São homens de bem que fazem isso. E por isso nós falamos: não às armas, a essa violência que atinge nossa juventude negra e a nós, mulheres negras. Não à violência aos quilombolas e a todo povo brasileiro, em sua maioria, mulheres e negros”.

Para Sheila Carvalho, da Coalizão Negra por Direitos, existe um desmonte de políticas públicas que impossibilita o cumprimento das recomendações. “Há hoje no Brasil um descumprimento de todas as políticas e direcionamentos internacionais em relação ao combate à fome. É absurdo que nos últimos anos a gente tenha passado de um Brasil que ganhava prêmios internacionais pelo combate à fome, que tinha um índice de pobreza extrema de 3%, para um Brasil que volta ao mapa mundial da fome e tem hoje um índice de extrema pobreza de 12,8%”, apontou.

Valdecir Nascimento, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, também questionou visões otimistas, apontou a importância da realização do censo para a construção de políticas públicas que promovam a inclusão da população negra, denunciou a falta de investimento público na política de igualdade racial e a letalidade que vitima jovens negros. “Tem muita gente com as mãos sujas de sangue nesse país, por omissão, por negação”.

Valdecir também reforçou a necessidade de instrumentos internacionais que responsabilizem o Brasil pela condução de políticas que vitimam ainda mais a população negra, como neste momento de pandemia da Covid-19, além de maior compromisso por parte do Congresso Nacional. “Continuam nos desumanizando. Continuamos experimentando situações análogas à de trabalho escravo, as mais primitivas. Que país é esse? Cadê a política de promoção da igualdade racial? Pelo amor de Deus. Nos respeitem. Respeitem a história da gente, a história do povo, que gera riqueza neste país”, declarou, enfática.

“Hoje é o pior dos dias das nossas vidas, é o 14 de maio. Um dia depois do 13. É também um dos melhores dias, porque ontem nós reafirmamos a nossa capacidade de lutar coletivamente. Nós fomos para as ruas dizer não ao genocídio do povo negro”, afirmou Lêda Leal, do Movimento Negro Unificado.

“Sabemos que a libertação do povo negro foi assinada numa Lei chamada Áurea, em 1888, mas que foi pra inglês ver. Por isso que nós não comemoramos o 13 de maio. Não reconhecemos a princesa Isabel como heroína. Heroína pra nós é Luíza Mahin. Herói pra nós é o negro Cosme, do meu Maranhão, é Zumbi dos Palmares, é Pedro Ivo, e tantos outros lutadores que levantaram a voz pra enfrentar a escravidão. Essa luta continua, não é mimimi, é luta verdadeira de um povo que não se cala. E que vai resistir. E vai vencer todas as dificuldades, sobretudo do presente momento em nosso país”, declarou o parlamentar ao finalizar a audiência, reconhecendo o compromisso dos representantes da sociedade civil no enfrentamento dessa perversidade que é a desigualdade racial no Brasil.

A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Segundo dados do IBGE, em 2017, a taxa de jovens negros assassinados chegou à marca de 98,5 para cada 100 mil habitantes, contra 34 dos não negros. Quando se tratou de jovens negros do sexo masculino, essa taxa chegou a 185 por 100 mil habitantes, número exorbitante, considerando-se que a média geral do Brasil foi de 31,6.

O número absoluto de homicídios diminuiu 10,8% em 2018 (57.358) e 17,7% em 2019 (47.773), mas voltou a subir no primeiro semestre de 2020. Mas, mesmo com as mencionadas oscilações, a quantidade de negros assassinados continuou sendo de aproximadamente 75 para cada grupo de 100 homicídios, ou seja, a probabilidade de um negro ser assassinado hoje no Brasil é 2,7 vezes maior do que um não negro.

Dados do FBSP informam que, de todos os homicídios registrados no Brasil em 2019, 74% eram vítimas negras; 90,2%, homens; e 50%, jovens entre 15 e 29 anos.

A violência armada continua tendo os negros como as principais vítimas: 78% de todas as mortes ocorridas em decorrência de agressão por arma de fogo, no ano de 2018, tinham como vítimas pessoas negras.

O FBSP concluiu que 75,4% das pessoas mortas em intervenções policiais entre 2017 e 2018 eram negras, tendo esse número atingido 79,1% no ano de 2019. Em 2017 foram registradas 5.179 mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil; em 2019 esse número subiu para 6.375 mortes. Isso significa que mais de 17 pessoas morreram por dia vítimas de intervenções policiais, sendo a imensa maioria delas pessoas negras.

O Atlas da Violência 2020 aponta que, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio de negros aumentaram em 11,5%, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Em 2018 e em 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu notas expressando preocupação com o uso excessivo da força e com o alto índice de letalidade contra a população afrodescendente no Brasil.

COVID-19

Durante a pandemia da COVID-19, as desigualdades raciais no que diz respeito à mortalidade materna foram destacadas. Entre os casos registrados de mulheres grávidas ou puérperas que apresentaram síndrome respiratória aguda grave (SRAG), o número de mulheres negras que vieram a óbito foi quase o dobro do número de mulheres brancas. O padrão de maior letalidade se repete na população negra em geral. Entre os casos gerais de SRAG registrados até 18 de maio deste ano, o percentual de pacientes pretos e pardos que vieram a óbito (54,78%) foi maior do que os brancos (37,93%).

4.2. Audiência pública reforça a importância da política de cotas no Brasil

A CDHM debateu no dia 8 de outubro o PL 1.788, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), que tramitava na CDHM e propunha a alteração da Lei nº 12.711/2012, para prever que, ao invés do prazo inicial de 10 anos para a revisão da política instituída pela referida Lei, a revisão seja realizada após decorridos 30 anos de sua publicação, ou seja, somente em 2042.

“Nós precisamos seguir defendendo a necessidade de uma universidade plural, de uma universidade que seja a cara do povo, que seja, de fato, para a sociedade, e não seja apenas para perpetuar privilégios, apenas para uma elite branca, mas uma universidade em que possa estudar também a filha da trabalhadora doméstica, como eu, a filha da lavadeira, do pedreiro, o filho da manicure”, afirmou a deputada Vivi Reis (PSOL/PA), 3ª vice-presidente da CDHM, que presidiu a audiência diretamente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A parlamentar também reforçou a necessidade da assistência estudantil para garantir que essas pessoas consigam permanecer nas universidades.

Para Bira do Pindaré, é necessário antecipar o quanto antes a garantia de permanência das cotas, devido a retrocessos vivenciados em diferentes áreas, como na titulação de terras quilombolas e na condução na Fundação Palmares. “A Lei não produziu ainda todos os seus efeitos, não alcançamos ainda os objetivos de enfrentamento às desigualdades raciais em nosso país”, reforçou Pindaré.

“São muitas batalhas, vivemos um momento de resistência”, acrescentou o parlamentar, defendendo a importância da implantação de cotas também na pós-graduação.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO

“Ela [Lei nº 12.711] evidencia a responsabilidade do Estado nacional e a sua capacidade de promover mudanças significativas para nossa sociedade. A Lei nos mostra que as instituições públicas têm condições de implementar políticas públicas abrangendo todo o território nacional. A chamada Lei de Cotas é uma importante demonstração dessa capacidade e responsabilidade do Estado brasileiro”, destacou a ex-ministra Nilma Lino Gomes, da NAPP de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo.

Para a ex-ministra, a Lei de Cotas e outras ações afirmativas aperfeiçoaram a luta pela democracia e impulsionaram a produção epistemológica, dando nova vida e ânimo à extensão, ao ensino e à pesquisa nas universidades.

“As cotas fazem parte de uma luta corajosa do movimento negro por igualdade, por equidade no ensino superior e se expandiu e foi então compreendida por outros setores da nossa sociedade. E é por isso que a lei abrange a escola pública, indígenas, pessoas com deficiência”, apontou Nilma sobre o alcance da Lei.

AVALIAÇÃO NÃO É INTERRUPÇÃO

“A Lei nº 12.711 não estabelece um prazo de vigência, mas sim um prazo de avaliação. E avaliação não implica descontinuidade”, disse Nilma, reforçando que o PL 1788 é estratégico para o período antidemocrático que vivenciamos atualmente.

“Nós temos uma lei que tem uma redação extremamente assertiva. Não há o que se falar em encerramento da urgência da lei nº 12.711 em razão do seu artigo sétimo. Pois bem, mas o que seria essa revisão? Essa revisão

nada mais é do que uma etapa conclusiva das obrigações previstas, que diz que o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República farão acompanhamento e avaliação do programa”, afirmou Rita Cristina de Oliveira, Coordenadora do GT de Políticas Etnorraciais da DPU.

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

“As políticas de ações afirmativas reconhecem as profundas desigualdades desse país e são uma tentativa de enfrentá-las. Isso serve para sustentar sua legitimidade jurídico/ética e para confrontar argumentos que digam o contrário. Significa dizer que serão necessárias enquanto persistirem essas desigualdades”, disse Lúcia Isabel da Conceição, Professora e Pesquisadora na Faculdade de Educação e Pós-Graduação em Educação da UFPA.

“Eu quero falar das mudanças subjetivas que as políticas afirmativas provocaram na população preta e pobre desse país, elas mudaram a expectativa desse grupo, e isso é uma revolução importante. A gente ouvia há dez anos depoimentos de jovens que diziam “Eu acabei meus estudos e agora vou trabalhar”. Hoje a gente vê a aposta de jovens, famílias e comunidades inteiras acreditando que a universidade é o seu lugar e que têm o direito de estar lá”, reforçou Lúcia.

“Estamos falando de uma mudança da realidade das universidades públicas. A universidade pública está deixando de ser o lugar para o filho do empresário que estudou a vida inteira em escola particular. A gente está invertendo a lógica da educação a partir da Lei de Cotas. Ela sozinha será suficiente? Não, não será, mas é preciso ir avançando”, disse Tatiane Cristina Ribeiro, da Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular.

Tatiane reforçou que só a partir da edição é possível resolver a desigualdade no Brasil. “Apesar da revisão não ser um processo de encerramento da política e sim um processo para que a gente possa ampliar e avançar nos próximos passos que são necessários, por conta do governo, é preciso que a gente se mantenha na luta”.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Lucia reforçou que as profundas desigualdades raciais do país continuam expressas em inúmeros indicadores, como renda, desemprego e número de homicídios. “É uma demanda civilizatória, uma obrigação, um compromisso que deve ser mantido também porque elas estão contribuindo para mudar o perfil dos estudantes nas universidades públicas brasileiras e com isso muda a cara da universidade brasileira, que vem se tornando menos excludente, menos elitista”, acrescentou.

“É preciso avançar nas políticas de permanência, de acompanhamento, para que esses estudantes concluam com sucesso as suas atividades, para que tenham condições de ter bolsa-pesquisa, extensão, a continuidade na pós-graduação. E a garantia de que participem efetivamente do cotidiano das universidades, das decisões”, comentou Conceição.

“A defesa das cotas, das políticas afirmativas, se junta à defesa do direito à educação pública de qualidade e à defesa da universidade pública, hoje atacada em sua autonomia e em seu fazer de ensino, pesquisa e extensão, diante dos brutais cortes de recursos”, concluiu.

Para Bruna Brelaz, Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), a participação de pessoas negras, indígenas e de baixa renda no ensino superior permite que eles passem a pensar a universidade. “Se concordamos que a universidade é um dos pilares de pensamento da construção de um novo país, é preciso garantir que o povo brasileiro esteja dentro dessa universidade”.

4.3. CDHM aprova por unanimidade prorrogação da revisão da Lei de Cotas

A CDHM aprovou, em 8 de dezembro, o PL 1788/2021, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA).

Montagem Fábria Pessoa (fotos Câmara dos Deputados)



Os parlamentares Bira do Pindaré (PSB/MA) e Vivi Reis (PSOL/PA)

A deputada Vivi Reis (PSOL/PA), relatora da proposta, foi favorável ao PL em forma de substitutivo. “São políticas fundamentais e que certamente fazem a diferença para os estudantes, e não só para os estudantes, mas para a universidade, para a sociedade, porque quando um estudante periférico, uma menina negra, um rapaz negro entram em uma universidade, eles mudam toda a história daquela universidade, de toda a sua comunidade. Nós acreditamos nisso, que as universidades, assim como a Câmara dos Deputados e diversos outros espaços, precisam se pintar de povo”, afirmou Vivi Reis.

A parlamentar apontou que especialistas que participaram de audiência pública da CDHM sobre a proposta foram assertivos ao comentar que o art. 7º da Lei nº 12.711 não se refere à vigência da legislação afirmativa. Nesse contexto, o substitutivo prevê que a avaliação – e não mais a revisão – seja realizada 20 anos após a publicação da Lei. O texto destaca ainda a publicação regular dos resultados das políticas de acesso e equidade na educação superior decorrentes da Lei de Cotas, de modo a proporcionar a gestão transparente da informação e para subsidiar a avaliação das políticas de inclusão educacional.

“As políticas afirmativas são mecanismos essenciais de reparação histórica e de enfrentamento ao preconceito e à discriminação. Toda a sociedade brasileira ganhou com a Lei de Cotas. Nossos estudantes da educação básica se motivaram ao saber que há oportunidades para cursar a educação superior, o que tem impactado positivamente milhares de famílias brasileiras. A universidade também enriqueceu com um ambiente mais democrático, condizente com a nossa população, e com uma produção epistemológica certamente mais diversificada e antenada com as nossas virtudes e desafios”, reforçou a deputada.

“É um projeto de grande importância para o Brasil, de grande importância para a nossa história, para a história do povo negro, que lutou tanto pela liberdade e continua lutando por liberdade e por oportunidades, de ter um sistema social e econômico que seja igualitário, que dê condições para que a gente possa ter uma ascensão justa”, afirmou Bira do Pindaré.

“A luta contra o racismo é uma luta de todos nós. As políticas afirmativas são extremamente necessárias para fazer uma reparação histórica de um povo que foi escravizado injustamente por quase 400 anos e que merece continuar sonhando com a liberdade. Cada centímetro que a gente caminha em direção à liberdade vale a pena”, celebrou o autor do PL.

O deputado e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Carlos Veras (PT/PE), celebrou a aprovação do projeto e agradeceu às equipes de trabalho que participaram da construção do consenso que possibilitou a aprovação da proposta.

“Quero fazer esse reconhecimento, agradecer esse valioso trabalho de todos vocês. Tem sido um ano bastante produtivo, mesmo com tantas dificuldades, em plena pandemia”, agradeceu o parlamentar aos servidores.

“Quando assumimos o trabalho desta Comissão, deixamos claro que iríamos atuar para construir pontes e não muros”, afirmou Veras.

4.4. CDHM aprova cota racial nas empresas contratadas por licitação

Foto: Câmara dos Deputados



Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

A CDHM aprovou proposta que autoriza o governo a exigir das empresas contratadas, por licitação, cotas de empregados pretos, pardos e indígenas e adoção de outras medidas de igualdade racial como capacitação e criação de ouvidoria interna ou equipes especializadas em diversidade.

A obrigatoriedade de ações de promoção da igualdade racial e de reserva de postos de trabalho constará expressamente dos editais de licitação, conforme o texto aprovado. Os parlamentares aprovaram as emendas do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ao Projeto de Lei 2067/21, da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e outros 29 deputados.

A proposta aprovada altera a nova Lei de Licitações para autorizar os editais de contratação pública a exigir percentual mínimo de pretos, pardos e indígenas no ato da contratação. A lei em vigor já autoriza a criação de cotas para mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional.

Nos contratos de serviços de execução por terceiros, quando houver mais de 30 vagas, as empresas deverão adotar medidas de promoção da igualdade racial como capacitação e criação de ouvidoria ou equipes especializadas em diversidade. Além disso, o texto reserva pelo menos 30% dos postos de trabalho das empresas contratadas pelo Executivo para empregados autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

O texto também determina que a prática do racismo pela companhia contratada ou pelos seus empregados e o descumprimento das cláusulas de que trata esse artigo são motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa e outras sanções legais ou contratuais.

A reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas não exclui a empresa do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

RESISTÊNCIA

Orlando Silva afirmou que a alteração na Lei de Licitações é mais do que oportuna em um momento de agravamento das distorções sociais no Brasil. Ele reconheceu, no entanto, que a proposta traz um tema polêmico e pode sofrer resistências no decorrer da tramitação no Congresso Nacional.

“Será inevitável que se enfrentem dificuldades na análise da matéria, mas tal perspectiva não pode nem deve influenciar a posição implementada neste parecer. A causa é sem nenhuma dúvida justa, como afirmado, e se espera que venha a comover a maioria formada em torno das lamentáveis concepções disseminadas pelo atual governo”, disse.

TRAMITAÇÃO

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Texto: Agência Câmara de Notícias

4.5. Mortalidade materna entre negras é 77% maior no país da “democracia racial”

Audiência pública das Comissões de Legislação Participativa (CLP) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), no dia 2 de novembro, marcou o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. O encontro foi solicitado pelas deputadas Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Vivi Reis (PSOL/PA).

Assessoria Parlamentar PSOL



Deputadas Vivi Reis e Talíria Petrone

Em outubro de 2021, a organização Criola lançou o Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva. O documento reúne dados sobre os direitos humanos econômicos, sociais, culturais, ambientais, sexuais e reprodutivos da população negra, especialmente de mulheres negras cis e trans.

De acordo com a pesquisa, para cada 100 mil nascimentos no município do Rio, por exemplo, entre 2010 e 2017, houve 71 mortes de brancas e 188 de pretas. Em todo o Brasil, foram 1.114 óbitos, sendo que as mortes entre negras é 77% superior às das brancas.

“Mortalidade materna é um problema histórico no país. Há 29 anos tivemos a esterilização em massa das mulheres pobres. A mortalidade em si já seria uma injustiça, pessoas em situação de vulnerabilidade à mercê de serviços precários. Tudo poderia ser evitado desde o pré-natal até o puerpério, se houvesse atenção prioritária à saúde das mulheres pobres e negras. Violência, falta de moradia e de outros serviços públicos formam o conjunto que leva à iniquidade”, disse Lucia Xavier, da organização Criola.

Para Talíria “o racismo estrutural e, portanto, institucional, invisibiliza a dura realidade e diversas violências sofridas pelos corpos negros no Brasil, onde ainda vivemos com o mito da democracia racial”.

A deputada estadual Mônica Francisco (PSOL/RJ) levantou que “a orfandade é negra e atravessa as vidas das crianças negras e ainda é uma questão nebulosa no país. Além disso, as negras são quase 50% das internações por causa dos abortos clandestinos e 45% dos óbitos nestes casos. É a continuidade da política eugênica no Brasil”.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS

O Atlas da Violência de 2021 aponta que, em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2.

Aiala Couto, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública destacou que os números do Atlas reproduzem períodos de muita violência contra a população negra. “Na região Norte do país, por exemplo, 84% dos assassinados foram negros e 50 % numa faixa de 15 a 29 anos”.

Também em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. A taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1.

A parlamentar Vivi Reis destacou que “entre 2009 e 2019 o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019”.

O número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período.

Também participaram Michele dos Ramos, do Instituto Igarapé e Daniel Cerqueiras, representante do Atlas da Violência.

Deve ser formada uma Comissão Externa para ampliar a discussão e requerimentos ao Ministério da Saúde pedindo informações.

A íntegra da audiência pública, em áudio e vídeo, está disponível na página da CLP no site da Câmara dos Deputados.

Texto: Pedro Calvi

4.6. Mortes em caso envolvendo supermercado em Salvador

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), solicitou, no dia 7 de maio, ao Secretário de Segurança Pública da Bahia, Ricardo César Barreto, providências para apurar a agressão e as mortes no supermercado Atakarejo, em Salvador. Também foram encaminhados ofícios ao Procurador Geral de Justiça, à Defensoria Pública e ao Governador do Estado, pedindo prioridade nas medidas investigativas pertinentes e a consequente punição dos envolvidos.

A denúncia foi transmitida à CDHM pela deputada Erika Kokay, 2ª Vice-Presidente da Comissão, e trata dos homicídios de Yan Barros e Bruno Barros, tio e sobrinho, dois jovens negros que teriam sido, inicialmente, torturados por empregados do Supermercado Atakarejo e entregues a traficantes da Comunidade da Polêmica, no bairro de Brotas, onde foram encontrados mortos no porta-malas de um carro, no dia 26 de abril.

De acordo com a denúncia, Elaine Costa Silva, mãe de Ian Barros Silva, relatou: “A gente estava correndo atrás do dinheiro. Um arranhou R\$ 250, o outro, R\$ 300. Mas eles não deram oportunidade de conseguir o restante e tiraram a chance de meu filho ser alguém na vida. Eu tive que pegar dinheiro emprestado pra pagar o enterro de meu filho. O enterro de Bruno foi os vizinhos aqui que fizeram doação para poder comprar o caixão.”.

ÚLTIMAS INFORMAÇÕES

No dia 10 de maio, três seguranças da loja da rede de supermercados Atakarejo foram presos em Salvador, durante a operação que investiga as mortes. Segundo informações da polícia, o gerente se apresentou no início da tarde, e foi liberado após prestar esclarecimentos. Outras quatro pessoas também foram presas por suspeita de envolvimento no caso. A polícia cumpriu mandados de busca e apreensão no supermercado e em casas no complexo de bairros que formam o Nordeste de Amaralina.

Somente no dia 6 de maio, o supermercado Atacadão Atakarejo informou que os seguranças envolvidos no caso foram afastados. No dia 7, o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) pediu a prisão preventiva das pessoas envolvidas nas mortes de Bruno Barros e Yan Barros, mas não detalhou quantas pessoas podem estar envolvidas. O MP-BA também solicitou a prisão preventiva de funcionários da rede Atakarejo por terem contribuído com a morte do tio e do sobrinho.

4.7. Brasil ratifica Convenção Interamericana contra Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

Os países que ratificam a convenção se comprometem a prevenir, eliminar, proibir e punir, de acordo com suas normas constitucionais e com as regras da convenção, todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e intolerância.

De acordo com a convenção, a discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica e é definida como “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, com o propósito ou efeito de anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais”. A convenção conceitua intolerância como “um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias”.

Prevê ainda o compromisso em garantir que os sistemas políticos e jurídicos “reflitam adequadamente a diversidade de suas sociedades, a fim de atender às necessidades legítimas de todos os setores da população”.

O texto da convenção ganha status de Emenda à Constituição e passa a integrar o ordenamento jurídico brasileiro. Por isso, precisava ser aprovado nas duas Casas Legislativas, em dois turnos, com pelo menos três quintos dos parlamentares de cada uma.

O Decreto Legislativo 861/17, que prevê o comprometimento dos país em prevenir e punir atos de discriminação racial, foi aprovado em dezembro do ano passado pela Câmara dos Deputados. O atual 1º Vice-Presidente da CDHM, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que presidiu a sessão do Plenário, considerou histórica a votação. “É muito simbólico que a proposta tenha sido aprovada no momento em que o Brasil ganha consciência da necessidade de romper com o racismo estrutural”, disse. “Esse tema é mundial, foi uma resposta do Parlamento na promoção da igualdade racial”, declarou.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

4.8. Violação de cotas raciais em concurso público

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou providências e informações no dia 21 de junho ao Advogado-Geral da União, André Mendonça, e ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, sobre denúncia de descumprimento das cotas raciais em concurso público da PRF. O pedido de providências também foi encaminhado a Adriana Rigon Weska, Diretora-Geral da Cebraspe, instituição responsável pelas provas.

Também foi solicitado ao Subprocurador-geral da República, Carlos Alberto Vilhena, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, a apuração da denúncia de descumprimento de regras do edital e da Lei nº 12.990 e, caso confirmada a discrepância do certame com a legislação, adoção de providências para anular os respectivos atos administrativos a fim de resguardar a execução da ação afirmativa implementada pela Lei.

A denúncia, encaminhada à CDHM pela Ouvidoria da Câmara dos Deputados, conta que mais de 900 candidatos que se declararam negros e que obtiveram nota para ampla concorrência no concurso teriam sido computados em duplicidade, ou seja, tanto nas vagas de cotas raciais, quanto nas de ampla concorrência, descumprindo regra do edital e a Lei nº 12.990 de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas dos concursos públicos federais.

O edital estabeleceu que candidatos negros disputariam vagas reservadas e vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso, e que aqueles aprovados dentro do número de vagas de ampla concorrência não seriam contabilizados para preenchimento das vagas reservadas, regra prevista no artigo 3º da Lei.

Veras reforçou que o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou a constitucionalidade da Lei nº 12.990 e determinou que os percentuais de reserva de vagas devem valer para todas as fases dos concursos, no julgamento da ADC 41-DF, em 2017.

Na ocasião, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação, enfatizou que a ação afirmativa implementada pela Lei se sustenta na necessidade de superar o racismo estrutural e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente. Barroso ainda afirmou que “a incorporação do fator ‘raça’ como critério de seleção, ao invés de afetar o princípio da eficiência, contribui para sua realização em maior extensão, criando uma ‘burocracia representativa’, capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais”.

4.9. ONU divulga relatório sobre racismo sistêmico e pede o fim da violência

O Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) divulgou no dia 28 de junho relatório sobre racismo sistêmico, violações dos direitos humanos no âmbito do direito internacional contra pessoas africanas e afrodescendentes, respostas dos governos a protestos pacíficos antirracismo, bem como responsabilização e reparação para as vítimas. A análise foi solicitada em junho de 2020, pela resolução 43/1 do Conselho de Direitos Humanos, depois do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos.

O relatório detalha as desigualdades e a forte marginalização socioeconômica e política enfrentadas por pessoas afrodescendentes, que vivem de forma desproporcional em condição de pobreza e enfrentam barreiras no acesso à educação, saúde, emprego, moradia adequada e água potável, bem como à participação política e a outros direitos humanos fundamentais, em países da América do Norte e do Sul e na Europa.

PADRÃO EM MORTES COMETIDAS POR AGENTES DE APLICAÇÃO

Ao examinar as mortes cometidas por agentes de aplicação da lei em diferentes países com sistemas jurídicos diversos, o relatório identificou três contextos principais nos quais as fatalidades relacionadas com a polícia ocorreram com mais frequência: o policiamento de delitos menores, paradas no trânsito e buscas; a intervenção de agentes da aplicação da lei como primeiros socorristas em crises de saúde mental; e a condução de operações policiais no contexto da “guerra às drogas” ou relacionadas com gangues.

As informações indicam que nos casos examinados as vítimas não pareciam representar uma ameaça iminente de morte ou ferimentos graves aos encarregados da aplicação da lei ou ao público, que justificasse o nível de força usado.

IMPUNIDADE

Segundo o relatório, as investigações, processos, julgamentos e decisões judiciais, com raras exceções, deixam de considerar o papel que a discriminação racial, os estereótipos e o preconceito institucional podem ter desempenhado nas mortes. Foram examinados sete casos: Luana Barbosa dos Reis Santos e João Pedro Matos Pinto (Brasil); George Floyd e Breonna Taylor (Estados Unidos); Kevin Clarke (Reino Unido); Janner (Hanner) García Palomino (Colômbia) e Adama Traoré (França).

Os familiares declararam à equipe de direitos humanos da ONU que precisavam estabelecer a verdade sobre como seus entes queridos morreram, responsabilizar os envolvidos e evitar que outras pessoas sofram um destino semelhante. Falaram ainda que se sentiram continuamente traídos e que desconfiavam do sistema.

“Várias famílias me descreveram a agonia que enfrentaram na busca por verdade, justiça e reparação, e a angustiante presunção de que seus entes queridos de alguma forma ‘mereciam’”, disse Bachelet.

TRATAMENTO DESPROPORCIONAL

O relatório apresenta preocupações com o “policimento excessivo de corpos e comunidades negras, fazendo-os se sentirem ameaçados em vez de protegidos”, destacando a criminalização de crianças afrodescendentes como uma questão fundamental¹.

Também foram recebidas informações sobre o tratamento diferenciado e o uso desnecessário e desproporcional da força no contexto de protestos antirracismo, especialmente nos Estados Unidos.

O relatório afirma que a repressão aos protestos antirracismo deve ser vista dentro de um contexto mais amplo no qual os indivíduos que se levantam contra o racismo enfrentam represálias, incluindo assédio, intimidação e às vezes violência. O documento afirma que o ativismo da sociedade civil é crucial para o avanço de ideias e uma forma construtiva de mudança.

RECOMENDAÇÕES

O ACNUDH recomendou que o Conselho de Direitos Humanos estabeleça um mecanismo específico, com prazo determinado, ou fortaleça um mecanismo existente para promover a justiça e igualdade racial no contexto da aplicação da lei em todas as partes do mundo.

O relatório também aponta que há uma necessidade de confrontar os legados da escravidão, o comércio transatlântico de pessoas africanas escravizadas e o colonialismo, e de buscar reparação. E destaca que nenhum Estado prestou contas pelo passado e que permanece uma falha generalizada em reconhecer a existência e o impacto do racismo sistêmico e suas ligações com a escravidão e o colonialismo.

A alta-comissária encorajou todos os Estados a adotarem planos de ação nacionais e regionais com recursos adequados e medidas concretas desenvolvidas por meio de diálogos nacionais, com a participação e representação significativas de pessoas afrodescendentes.

Bachelet reforçou que é preciso desmascarar falsas narrativas que permitiram a persistência de uma sucessão de políticas e sistemas racialmente discriminatórios e possibilitaram que as pessoas e os governos negassem tanto o presente quanto o que aconteceu no passado. “Os Estados devem mostrar uma vontade política mais forte para acelerar a ação por justiça, reparação e igualdade racial por meio de compromissos específicos e com prazo determinado para alcançar resultados”, disse, destacando que isso envolverá a reinvenção do policiamento e do sistema de justiça, que produzem resultados discriminatórios para pessoas afrodescendentes.

¹ https://acnudh.org/load/2021/07/A_HRC_47_53_E_PORT.pdf

“É essencial que finalmente ajamos para garantir que ciclos e padrões problemáticos não continuem se repetindo. Não há desculpa para continuar evitando mudanças verdadeiramente transformadoras”, afirmou Bachelet. “A discriminação racial na aplicação da lei não pode, como o Conselho de Direitos Humanos reconheceu, ser separada das questões de racismo sistêmico”, concluiu a alta-comissária.

Bachelet defendeu que somente abordagens que interpelam as deficiências endêmicas na aplicação da lei e abordam o racismo sistêmico farão justiça à memória de George Floyd e de tantas pessoas cujas vidas foram perdidas ou irreparavelmente danificadas.

Com informações das Nações Unidas Brasil.



*Morris Tidball-Binz - Relator Especial da ONU para Execuções Sumárias Extrajudiciais
Audiência Pública do Observatório Parlamentar da RPU - Segurança Pública*

5. SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA POLICIAL

5.1. Observatório Parlamentar da RPU debate segurança pública

Foto: Câmara dos Deputados



Deputado Helder Salomão (PT/ES)

A CDHM realizou no dia 3 de novembro no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, audiência pública com o objetivo de verificar o estágio de cumprimento pelo Brasil das recomendações voltadas ao aprimoramento da segurança pública.

A RPU é um mecanismo no qual os 193 países membros da ONU se avaliam mutuamente e fazem recomendações com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos.

A audiência pública, presidida pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), foi a 22ª realizada no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado para os Direitos

Humanos das Nações Unidas, que verifica o cumprimento das mais de 240 recomendações aceitas pelo país no último ciclo da Revisão, iniciado em 2017.

VIOLÊNCIA POLICIAL ATINGE PRINCIPALMENTE POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE

Morris Tidball-Binz, Relator Especial da ONU para execuções sumárias extrajudiciais ou arbitrárias, destacou que o Brasil enfrenta um cenário preocupante com o aumento das mortes violentas. “Mesmo com a pandemia, a letalidade da polícia brasileira aumentou e mais uma vez ela afeta desproporcionalmente a população afrodescendente, jovem e masculina”, disse.

Morris destacou também que seus antecessores já reforçaram a necessidade de capacitar as forças de segurança e garantir investigações imparciais, inclusive com a independência de institutos médicos legais.

O relator apontou que a ADPF 635 [que suspende a realização de operações policiais no RJ] teria reduzido o número de ações violentas, mas ressaltou a enorme violência vivenciada pela comunidade do Jacarezinho em maio de 2020, lembrada como a operação policial mais letal dos últimos anos, com 28 mortes. Ele lembrou que as mortes ocorreram em condições suspeitas, com alteração das cenas das mortes e com indicativos de possíveis execuções sumárias e de ameaças a testemunhas.

O relator reforçou ainda a necessidade da adoção do Protocolo de Minnesota, que reúne diretrizes internacionais para que as investigações de assassinatos cometidos por policiais sejam livres de qualquer influência indevida que possa surgir das cadeias institucionais de comando e de interferências de grupos sociais poderosos. “Toda falha da obrigação dos estados em investigar toda morte arbitrária equivale de fato a uma violação do direito à vida”, argumentou.

“Todos os responsáveis por mortes arbitrárias, incluindo aqueles que as ordenaram, devem ser levados à justiça, e as vítimas devem ter assegurada a sua garantia à reparação integral, incluindo garantia de não repetição, isto é, a prevenção efetiva de todas as mortes arbitrárias”, destacou, lembrando os casos de George Floyd, nos Estados Unidos, e Luana Barbosa e João Pedro Matos, no Brasil, pessoas afrodescendentes vítimas da violência do Estado. Morris ainda manifestou desejo de visitar o Brasil em breve.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ana Cristina Melo Santiago, Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, afirmou que o órgão vem movendo esforços para capacitar os agentes neste momento de pandemia por meio de EAD. Destacou que atualmente são oferecidos cerca de 21 cursos, totalizando 450 mil servidores de segurança pública inscritos em capacitações.

Márcio Brito Rosa, da Coordenação-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, complementou afirmando que, além dos cursos, a instituição vem expedindo manuais, protocolos, diretrizes e orientações nacionais com o objetivo de capacitar os agentes e garantir que preceitos fundamentais não sejam descumpridos. “Existe uma preocupação grande nesse sentido de qualificar o atendimento policial e auxiliar no atendimento de forma humana, mas obviamente ainda temos muito para evoluir.

No relatório que foi passado aos participantes a gente pode observar ações em que podemos melhorar, algumas que ainda não foram nem iniciadas, mas estamos andando no sentido correto”.

CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Geórgia Belisário Mota, Coordenadora de relatórios internacionais de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacou que o órgão vem atuando em educação, em treinamento em direitos humanos, prevenção e combate à tortura e promoção da igualdade racial.

CONTROLE EXTERNO

Eduardo Santos de Oliveira Benones, Procurador da República, Coordenador do Controle Externo da Atividade Policial no Rio de Janeiro e representante da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, apontou o crescimento da violência policial nos últimos anos e comentou que as investigações encontram dificuldades que devem ser discutidas, como padronizar o controle externo em todo o país e enfrentar a resistência encontrada nas próprias polícias contra qualquer tipo de investigação.

“É preciso aperfeiçoar o controle externo. É necessário pedagogicamente que a gente desconstrua essa lógica do ethos do guerreiro, até mesmo em nome da saúde mental do policial”, argumentou o procurador, citando que o embrutecimento ainda está presente na formação dos agentes, especialmente na Polícia Militar.

DISTANTES DO OBJETIVO

“Nós estamos muito longe de um efetivo controle e responsabilização de agentes de segurança que abusam do uso da força ou promovem assassinatos e extermínios”, afirmou Rita Cristina de Oliveira, Coordenadora do Grupo de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União, lembrando de casos como o da comunidade do Jacarezinho e da favela Nova Brasília.

“Em relação aos estados, nós observamos uma leniência, e muitas vezes um alinhamento das agências de controle com uma cultura de violência em territórios periféricos consolidada na concepção das políticas públicas de segu-

rança. Nós devemos reforçar a necessidade de que o governo nacional assuma a responsabilidade de impor limites mínimos e claros para reduzir essa violência”, complementou, lamentando ainda a não promulgação pelo Brasil da Convenção Interamericana contra o Racismo e defendendo a aprovação do PL 4471, em sua proposição inicial.

Para Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Defensora do Rio de Janeiro e Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (ANADEP), o Brasil precisa de práticas antirracistas nas instituições e combater efetivamente o racismo em todos os espaços.

“O Brasil precisa investir mais em políticas relacionadas aos direitos humanos e entender que a segurança pública não é antagonista aos direitos humanos, não temos um conflito entre segurança pública e direitos humanos. A segurança pública é um dever do Estado, uma responsabilidade, e, nessa condição, é preciso que fomenta a proteção aos direitos humanos”, reforçou a representante da ANADEP.

Monique de Carvalho Cruz, da Rede Justiça Criminal, destacou que o controle existente não vem resultando em queda da violência e das mortes. “As polícias no Brasil não têm nenhum tipo de controle”, afirmou.

“A ADPF 635 vem sendo sistematicamente desrespeitada, sistematicamente descumprida. Os movimentos sociais, especialmente de familiares, vêm demonstrando como a ADPF e o STF vêm sendo desrespeitados e como o controle externo da polícia não está existindo”, disse, acrescentando que as operações seguem acontecendo em comunidades periféricas do Rio de Janeiro.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar sobre o cumprimento das 16 recomendações voltadas ao aprimoramento da segurança pública no Brasil verificou que, até o momento, 11 não foram cumpridas (32, 33, 34, 58, 59, 61, 62, 63, 69, 70 e 71) e cinco estariam em retrocesso (42, 64, 65, 68 e 98).

O documento aponta, por exemplo, que, em relação à recomendação 98, da Indonésia, para abolir a prática do perfilamento racial (racial profiling) e a prisão arbitrária praticadas pela polícia e pelas forças de segurança, o Governo Federal não possui hoje políticas nesse sentido, indicando cursos em plataforma de ensino a distância que, além de formar um número relativamente pequeno de profissionais, teve o número de participantes reduzido no período disponibilizado para o curso “Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis”.

Na avaliação da recomendação 32, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para introduzir o treinamento obrigatório de direitos humanos para as instituições policiais e reduzir as mortes por ação policial em 10%, o documento destaca que a capacitação parece ocorrer do ponto de vista formal, mas que não parece que o tratamento atual do tema seja suficiente para converter conhecimento teórico em práticas e atitudes, visto que as mortes decorrentes de ação policial aumentaram no período analisado.

Na avaliação da recomendação da Alemanha (71) de acabar com as execuções extrajudiciais e a impunidade a elas associadas, inclusive através da aprovação do PL n° 4471/2012, abolindo a classificação “resistência à prisão seguida de morte” e garantindo que todos os óbitos após intervenções policiais sejam investigados, o documento analisa que não foram encontradas políticas de combate às execuções extrajudiciais. Destaca que os sistemas de controle da atividade policial, de um modo geral, são precários e que não existem dados nacionais consolidados sobre a atuação do Ministério Público nesse âmbito.

Além disso, não houve avanços na tramitação do projeto referido e nem nas recomendações mais amplas associadas.

5.2 Comunidade do Jacarezinho

O presidente da CDHM, Carlos Veras, oficiou, no dia 6 de maio, o Governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, solicitando a apuração das mortes na comunidade do Jacarezinho. A presidência da Comissão também solicitou informações ao Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, ao Ministério Público e ao Ministro da Justiça. Carlos Veras demandou providências no sentido de esclarecer os fatos, e a aplicação das penalidades cabíveis.

Segundo informações divulgadas na imprensa, a operação policial “Exceptis”, realizada por policiais civis da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, com apoio de outras unidades do Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), do Departamento Geral de Polícia da Capital (DGPC) e da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), na Comunidade do Jacarezinho, deixou ao menos 25 pessoas mortas.

Os relatos dos moradores, colhidos pela imprensa, denunciaram “corpos espalhados pelas vielas da comunidade”, agressões sofridas, invasão de casas, confisco de celulares pelos policiais, sob a alegação de que os moradores estavam mandando informações para traficantes. Relataram, também, um número de mortos maior do que os computados. Dois policiais também foram mortos.

Outra publicação registra que policiais entraram numa casa, perseguindo um suspeito, e o encontraram no quarto da criança. Os moradores teriam ouvido os disparos que mataram o suspeito da sala. “A família relatou pra gente que ele já entrou na casa ferido e desarmado”, disse Rodrigo Mondego, representante da OAB, à reportagem.

As informações divulgadas apontam para uso desproporcional da força e indicam desrespeito a uma série de princípios internacionais sobre a conduta adequada a funcionários responsáveis pela aplicação da lei.

O documento reforçou que decisão do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2020, proibiu a realização de operações policiais, salvo “em hipóteses absolutamente excepcionais”, informadas e acompanhadas pelo Ministério Público.

MP DO RIO DE JANEIRO CRIA FORÇA-TAREFA PARA APURAR MORTES OCORRIDAS EM OPERAÇÃO NO JACAREZINHO

O Procurador-Geral de Justiça, Luciano Mattos, respondeu, no dia 21 de maio, em despacho, à solicitação feita no dia 6 de maio pelo presidente da CDHM, o deputado Carlos Veras, sobre a apuração de possíveis excessos cometidos pela força policial durante operação realizada no Complexo de Comunidades do Jacarezinho.

O Procurador informou que, devido à complexidade do caso e sua ampla repercussão, foi criada Força-Tarefa para atuar exclusivamente nas investigações das mortes ocorridas na operação. A Força-Tarefa será responsável por todas as diligências investigatórias e contará com o auxílio da Coordenadoria-Geral de Segurança Pública e do Grupo Temático Temporário, vinculado à Coordenadoria de Direitos Humanos e de Minorias.

ADPF NO 635/RJ

No documento, o Procurador-Geral de Justiça afirma que foram adotadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal na ADPF no 635/RJ, com destaque para a criação de estruturas especializadas, com amplo suporte material, humano e técnico, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de controle externo da atividade policial no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o órgão, a Resolução GPGJ n° 2.409, de 12 de abril de 2021, criou a Coordenadoria-Geral de Segurança Pública (CGSP/MPRJ), estrutura interna dedicada a aprimorar as ações relacionadas ao controle externo da atividade policial e à promoção de ações de segurança pública. A CGSP terá as funções de efetuar o monitoramento do mapa da criminalidade, consolidar dados relativos a mortes decorrentes de intervenção policial e realizar o diagnóstico e direcionamento da atuação do Ministério Público na área de segurança pública.

Outra ação foi a criação, no dia 22 de abril de 2021, de Grupo Temático Temporário para elaborar e executar plano de redução de letalidade policial por parte do Estado do Rio de Janeiro. O Grupo também ficará responsável pelo recebimento de denúncias, registro de notícias de violações de direitos fundamentais durante operações policiais, interlocução com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, e identificação de possíveis diligências de urgência voltadas à cessação imediata de violações noticiadas.

ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

A justificativa apresentada pela Polícia Civil foi de cumprimento de mandados judiciais de prisão preventiva e busca e apreensão no interior da comunidade, reconhecidamente dominada por facção criminosa. A extrema violência imposta por tal organização, inclusive com homicídios e violações aos direitos fundamentais de moradores, e a existência de informações sobre local de guarda de armas de fogo e entorpecentes foram utilizadas como elemento de urgência e excepcionalidade.

Nesse contexto, a 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada da Capital, quando tomou conhecimento dos fatos, atuou com a realização de diligências e instaurou Procedimento de Investigação Criminal (PIC nº 001/2021) para apurar se houve crimes e violações a direitos humanos. Além disso, membros do Ministério Público do Estado se dirigiram à comunidade do Jacarezinho, contando com o apoio técnico e logístico da Coordenadoria de Segurança e Inteligência e com perito da instituição, designado com acesso integral às dependências do Instituto Médico Legal (IML), para acompanhar todo o trabalho e registrar o que for de interesse da investigação.

SERVIÇO DE DENÚNCIAS DE ABUSOS DE AUTORIDADE

A Procuradoria também informou a criação de serviço de atendimento 24 horas para receber denúncias de possíveis casos de violência e abusos de autoridade cometidos durante operações policiais no Rio de Janeiro.

5.3. Complexo do Salgueiro

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou ao Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a investigação de possíveis execuções ocorridas no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Segundo noticiado amplamente pela imprensa, após operação da Polícia Militar realizada no Complexo, oito corpos foram encontrados no domingo (21/11) por moradores em um manguezal vizinho. No sábado (20/11) um policial militar morreu durante operação no local, o que leva à suspeita, expressa pela Defensoria Pública em nota, de que as oito mortes tenham ocorrido em operação vingança.

A defensoria ainda apontou preocupação em não ter havido comunicação imediata por parte da Polícia Militar à Polícia Civil e ao Ministério Público da existência de corpos na comunidade; e registrou que não houve acautelamento do local, fundamental para a realização da perícia.

Em ofício, o presidente do colegiado registrou que constitui crime alterar o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o objetivo de induzir o juiz ou o perito a erro e que, segundo as Nações Unidas, os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para prevenir a privação arbitrária da vida por parte de agentes estatais.

Também foram solicitadas providências ao Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, ao Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e ao Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça.

SAIBA MAIS: PARÂMETROS INTERNACIONAIS

O Protocolo de Minnesota, que compreende as diretrizes da ONU para a investigação de homicídios no mundo, estabelece que investigações devem ser sempre independentes, imparciais e transparentes. Além disso, trata expressamente da importância da preservação dos locais físicos e da cena do crime, que deve ser protegida o mais cedo possível.

A recomendação 63, recebida da República Tcheca e aceita pelo Brasil na RPU da ONU, estabelece que o Estado brasileiro deve reforçar “a investigação de casos de violência policial através de uma supervisão mais eficiente e do treinamento de agentes da lei em direitos humanos, especialmente a polícia militar, e garantir a prestação de contas por quaisquer atos de violência policial cometidos”.

O relatório do Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU sobre o Brasil, por sua vez, recomenda que o país estabeleça um mecanismo para assegurar que as forças policiais, sejam civis ou militares, cujos membros sejam suspeitos de terem cometido desaparecimento forçado, não possam participar de nenhuma etapa da respectiva investigação.

Em 2020, a ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos expressaram preocupação com o aumento da letalidade policial no Brasil, que impacta principalmente as pessoas afrodescendentes.

5.4. Presidente da CDHM recebe representantes da Federação de Favelas do Rio de Janeiro

Foto: Fábía Pessoa



O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), recebeu na noite do dia 1º de dezembro comitiva de representantes da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. O encontro também contou com a presença das parlamentares do Rio de Janeiro, Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

“A realidade experimentada pela população das favelas do Rio de Janeiro é incondizente com a democracia. De um lado observa-se a completa ausência do Estado na garantia dos direitos sociais, constitucionalmente assegurados ao povo brasileiro, e de outro uma máxima presença das instituições repressivas, cujo saldo tem sido rastro de mortes e violações de direitos civis”, afirmam, em documento entregue a Carlos Veras.

Os representantes das associações apontaram que as mortes ocorridas no Complexo do Salgueiro nos dias 20 e 21 de novembro são o capítulo mais recente de uma triste história que tem sempre o mesmo resultado: morte de jovens negros, pobres e favelados e uma tentativa de justificar execuções sumárias por parte de autoridades estatais.

A comitiva busca apoio para que sejam aprovadas iniciativas legislativas que visem à obrigatoriedade da instalação de câmeras de vídeo nas viaturas e uniformes dos agentes de segurança pública e que estabeleçam que as perícias criminais em que haja suspeita de crimes contra a vida cometidos por agentes do Estado sejam independentes. E destacaram também que a operação no Salgueiro inviabilizou a participação de aproximadamente 500 estudantes da comunidade no Enem 2021.

Os representantes participaram também de agendas com o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, senador Humberto Costa (PT/PE), e com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, relator da ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, que estabelece restrições à realização de operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro durante o período da pandemia pelo STF.

A ADPF foi impetrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), pela Defensoria Pública e por entidades da sociedade civil, e solicita, entre outras medidas, a formulação de plano de redução da letalidade policial; a vedação do uso de helicópteros; a presença de ambulâncias e equipes de saúde em operações; a proteção contra a invasão de domicílio dos moradores; além da redução de operações em áreas de escola e unidades de saúde. Desde junho de 2020, quando as operações foram restringidas, duas grandes ações da polícia resultaram em um número significativo de mortes: a operação na favela do Jacarezinho, em maio de 2021, que deixou 28 mortos, e a operação no Complexo do Salgueiro, que deixou ao todo 10 mortos.

A comitiva narrou também dificuldade para ter acesso à perícia no caso que envolve a morte, em 8 de junho, de Kathlen Romeu, jovem de 24 anos que estava grávida e foi atingida por uma bala perdida durante uma ação da Polícia Militar na comunidade do Lins, na Zona Norte do Rio.

5.5. Ministério Público do RJ instaura procedimento para apurar operação no Complexo do Salgueiro

O Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano Oliveira Mattos de Souza, comunicou ao presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), a instauração de procedimento para apurar a operação policial realizada no Complexo do Salgueiro, nos dias 20 e 21 de novembro. Veras havia demandado ao órgão a investigação das mortes ocorridas na comunidade e a possível negligência na apuração.

O Procurador informou que foram requisitados os inquéritos instaurados, peças técnicas, além de escalas e identificação de policiais envolvidos, com o objetivo de analisar os procedimentos que envolvem as apurações relacionadas aos óbitos, a princípio, de nove pessoas, sobre as circunstâncias da operação policial realizada na comunidade

do Salgueiro, além da morte do sargento da Polícia Militar. Comunicou também que a Promotoria de Justiça irá avaliar relatório técnico elaborado por perito legista para acompanhar a realização das necropsias dos corpos encontrados.

“O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro não medirá esforços na busca da elucidação dos fatos, de forma transparente e independente, com adoção imediata de todas as medidas pertinentes, seguindo, de forma integral, os preceitos estabelecidos na ADPF nº 635/RJ”, afirmou o procurador.

Também na resposta, o Procurador afirmou que foram tomadas medidas necessárias ao cumprimento integral das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 635/RJ, que estabelece restrições à realização de operações policiais nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia, com a criação de estruturas especializadas, dotadas de amplo suporte material, humano e técnico, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle externo da atividade policial no Estado do Rio de Janeiro.

Comunicou ainda que a Resolução GPGJ nº 2.409, de abril de 2021, criou a Coordenadoria-Geral de Segurança Pública, estrutura interna dedicada a efetuar o monitoramento do mapa da criminalidade, consolidar os dados relativos a mortes decorrentes de intervenção policial e realizar o diagnóstico e direcionamento da atuação do Ministério Público na área de segurança pública, e a Resolução GPGJ nº 2.411, de abril de 2021, criou Grupo Temático Temporário, cuja diretriz é a elaboração e execução de plano de redução de letalidade policial por parte do Estado do Rio de Janeiro.

Luciano acrescentou ainda que foi criado em maio deste ano serviço de atendimento 24 horas para receber denúncias urgentes de possíveis casos de violência e abusos de autoridade cometidos durante operações policiais em comunidades no Estado do Rio de Janeiro.

5.6. Audiência pública debate situação do Complexo do Salgueiro no Rio de Janeiro

Foto: Mandato do vereador Romário Régis



Em 17 de dezembro foi realizada no Rio de Janeiro audiência pública conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa de São Gonçalo e da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro (OAB/RJ).

A audiência pública foi espaço para que lideranças locais, movimentos sociais e moradores fossem ouvidos pelos vereadores de São Gonçalo, Professor Josemar (PSOL) e Romário Régis (PCdoB), por membros de comissões de Direitos Humanos da Alerj, pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), por membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que acompanham as famílias das vítimas, e pela Associação Juízes para a Democracia, representada pela magistrada Cristiana Cordeiro.

“A cidade de São Gonçalo já tem sido alvo desse modelo de operação policial há algum tempo e a gente tem visto essas ações serem cada vez mais presentes. E a gente precisa tomar uma atitude e dialogar sobre que tipo de sociedade queremos e o que podemos fazer para que seja diferente. Precisamos ouvir a comunidade do Salgueiro, que é uma comunidade abandonada pelo poder público, que só tem a presença do Estado por meio da polícia”, afirmou o presidente da 8ª subseção OAB/São Gonçalo, Eliano Enzo. Ele reforçou que é preciso exigir do poder público algo diferente. “Morreram nove pessoas, e o que o Estado vai fazer agora? Não haverá nenhum movimento, nenhum investimento?”, disse.

Andreia Pereira, presidente eleita da 8ª subseção, defendeu que é preciso dar atenção à juventude de comunidades como as do Salgueiro, trabalho que a advogada desempenha em sua prática particular. “Nós vemos a necessidade de políticas públicas nesses lugares para mudar e trabalhar a mente desses jovens”.

“O episódio do Salgueiro é muito grave para São Gonçalo, é uma fratura exposta de uma série de contusões que a cidade já sofre. A gente precisa sair daqui com encaminhamento de investigações independentes, mas também garantir que a legislação para colocar microcâmera nos policiais seja executada o mais rápido possível. Isso vai garantir o mínimo de segurança para saber que as operações vão ter registros”, afirmou o vereador Romário Régis (PCdoB).

“A gente tem visto que segurança pública para alguns se resume a policial armado, a colocar a arma na mão e falar ‘você vai para rua para matar ou para morrer’. E não por acaso a polícia militar do Rio de Janeiro é a que mais mata e a que mais morre”, disse Álvaro Quintão, presidente da CDHAJ, criticando a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a segurança pública.

“As vítimas dessa diretriz são sempre as mesmas pessoas, negros, pobres, jovens, moradores de periferia”, disse Quintão, lembrando do caso do menino João Pedro, assassinado pela polícia em maio de 2020 também na comunidade do Salgueiro, que influenciou o ajuizamento da ADPF das Favelas, e determina que as polícias justifiquem a “excepcionalidade” para a realização de uma operação policial numa favela, durante a pandemia.

“O direito à segurança só nos interessa se for para construir a segurança dos direitos. Se for para violar direitos, não é segurança. E é impossível construir isso sem a participação das lideranças. Nós estamos vivendo um extermínio, não é de agora, nem só no Salgueiro. É o extermínio da população periférica, negra, favelada”, apontou Guilherme Pimentel, da Defensoria Pública.

“Nós temos duas propostas de Brasil em curso, uma que aposta na violência, no extermínio, na matança. E outra que aposta na construção de cidadania e acesso a direitos”, acrescentou, apontando que a história vai mostrar que o caminho correto é o da garantia de direitos.

FAFERJ

“Apesar de ser uma instituição com mais de 50 anos, que enfrentou a ditadura militar no Brasil, a gente nunca viu uma situação tão complicada como a gente vive hoje, a gente vive uma chacina nas favelas cariocas”, narrou Felipe dos Anjos, da Federação da Associação de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), organização fundada em 1963.

Gabriel Siqueira, também da FAFERJ, lembrou que a organização acionou o Plantão do Ministério Público durante o início da operação no Complexo e que isso teria salvado a vida de moradores. “Em agosto haviam morrido 60 pessoas em 40 dias, somente no Complexo do Salgueiro”, contou, recuperando a cronologia da gravidade da situação recente na região.

Siqueira apontou que as “Troias” (tocaia feitas por policiais) servem para burlar a ADPF das favelas, e seria a responsável por inúmeras mortes, como a de Katlen Romeu, e reforçou a necessidade da aprovação da Lei 4631 – que reconhece a prática de “Troias” e proíbe as mesmas.

Stephanie Nunes, da FAFERJ, moradora do Salgueiro, relatou a mobilização da comunidade para encontrar os corpos após a operação policial e reforçou que são os moradores que mais sofrem com a violência intensa.

DEBATE SOCIAL NECESSÁRIO

“Nós precisamos enfrentar essa questão do inimigo interno, nós herdamos a formação de uma polícia militar que não raciocina com a defesa dos direitos humanos e que estabeleceu que defender direitos humanos é defender bandido. E lamentavelmente a gente ainda não conseguiu ganhar esse debate na sociedade. Quantas vezes a gente não vê a sociedade defendendo isso, porque o raciocínio é o de que bandido bom é bandido morto?”, disse a deputada Jandira Feghali, defendendo a necessidade de um debate contínuo sobre segurança pública com a sociedade.

“Não há pena de morte no Brasil, não pode entrar atirando, nós não podemos mais assistir a população civil desarmada ser assassinada dessa forma. E morte, nessas comunidades, tem cor, tem cara, tem gênero, são as mulheres negras que sentem a maior dor do mundo, que é a perda de um filho. É essa juventude que perde a vida cedo, sem perspectiva”, reforçou a parlamentar, apontando que não podemos naturalizar esses episódios de intensa violência e que esses homicídios suspeitos precisam ser investigados e punidos.

O Ministério Público do Estado do Rio e a Auditoria da Justiça Militar (MPRJ) investigam a operação policial realizada no Complexo do Salgueiro, nos dias 20 e 21 de novembro do ano passado, que resultou em oito mortes, supostamente movidas por vingança pela morte de um policial.

Com informações da OAB São Gonçalo.

5.7. Denúncia de abuso de autoridade em Belo Horizonte

A Presidência da CDHM solicitou, no dia 5 de maio, ao Corregedor-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, investigação sobre possível caso de abuso de autoridade.

Rogério Correia (PT/MG) e Padre João (PT/MG) denunciam prisão arbitrária de cidadão suspeito de ter jogado ovos em manifestantes bolsonaristas. A denúncia afirma que, no dia 1º de maio, policiais militares, acompanhados de deputado estadual, entraram em um edifício em Belo Horizonte procurando pessoas que supostamente arremessavam, pela janela, ovos contra manifestantes. O grupo teria tocado aleatoriamente diversas campainhas e Filipe Cezario atendeu.

Filipe teria sido algemado e conduzido em viatura até a Delegacia de Polícia, mantido por aproximadamente 7 horas, sendo, em seguida, liberado sem constatação de ter cometido ilícito. O caso foi objeto de registro na 1ª Delegacia de Polícia Civil, em Belo Horizonte.

A Lei nº 13869/2019, que trata do Abuso de Autoridade, veda, em seu art. 22, que a polícia entre, sem ordem judicial, em residência, salvo se amparada em fundadas razões pelos agentes, justificada a excepcionalidade por escrito, sob punição disciplinar, civil ou penal, exceção que, segundo o relato, não se aplica ao caso relatado.

SAIBA MAIS: NORMAS INTERNACIONAIS

Os princípios sobre uso da força estão contidos na portaria interministerial 4.226, de 31 de dezembro de 2010; no Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979; bem como os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, e os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas na sua resolução 1989/61, de 24 de maio de 1989.

Os altos índices de ações policiais violentas registradas no Brasil fizeram com que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitisse recomendação ao Estado brasileiro reforçando a importância de que seja implementada uma política de segurança pública cidadã, com erradicação da discriminação racial histórica que resulta em níveis desproporcionais de violência institucional contra pessoas afrodescendentes e populações em situação de pobreza.

5.8. Polícia Civil conclui que tumulto com nove mortes em Paraisópolis foi iniciado por PMs

O baile funk, que reuniu 5000 pessoas, acabou com 9 pessoas mortas e 12 feridas. A Polícia Civil de São Paulo atribuiu a causa das nove mortes ao tumulto provocado pela ação de um grupo de policiais militares.

Segundo noticiado pelo jornal Folha de São Paulo no dia 8 de julho, a conclusão está no relatório de indiciamento do delegado Manoel Fernandes Soares, do departamento de homicídios (DHPP). Apesar de indicar a ação dos agentes como a causa das mortes, o relatório policial apontou que os profissionais não tiveram a intenção de matar. Participaram da ação 31 PMs, e nove policiais foram indiciados por homicídio culposo.

Segundo a versão dos policiais militares, ainda mantida, teria havido uma perseguição a uma dupla de criminosos em uma moto que, ao perceber um comboio da PM, passou a atirar contra os agentes.

Ainda de acordo com essa versão, os criminosos foram em direção ao baile funk e se misturaram à multidão atirando, o que provocou o corre-corre e o pisoteamento de vítimas, que tentavam deixar o local por um beco apertado. Os agentes argumentaram que foram atacados pelos frequentadores do baile e que tiveram que acionar reforço.

Viaturas da Força Tática teriam ido até o local para o resgate dos policiais e, logo depois dessa intervenção, os policiais teriam sido informados de que havia feridos em um beco próximo.

A matéria ainda aponta que o inquérito da Corregedoria da Polícia Militar reconhece que a ação dos policiais causou as mortes, mas afirma que os policiais agiram “em legítima defesa própria e de terceiros”. O oficial responsável pelo inquérito policial militar (IPM) pediu o arquivamento ao Tribunal de Justiça Militar por excludente de ilicitude.

No entanto, de acordo com a Polícia Civil (DHPP), há uma discrepância entre a versão dos policiais e as imagens captadas, que demonstram que a equipe da Força Tática ingressou em alta velocidade e que não havia tumulto no local até a chegada.

“Dessa forma, a filmagem infirma a versão dos policiais, os quais alegaram que, ao chegarem ao local, foram surpreendidos por uma multidão em tumulto, com pessoas correndo contra a viatura”, diz trecho do documento.

Para o delegado, as mortes ocorreram porque os policiais militares “não observaram o necessário cuidado objetivo que lhes era exigível, sendo previsível, no contexto da ação, a ocorrência de resultado letal”.

A Folha ainda noticiou que um grupo de promotores está analisando o inquérito, mas que deve divergir do entendimento do delegado e denunciar os policiais por homicídio doloso, por entender que os policiais assumiram o risco de matar ao agir em meio a um baile funk.

ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CDHM

Em dezembro de 2019, o Presidente da CDHM à época, deputado Helder Salomão (PT/ES), juntamente com os vice-presidentes, os parlamentares Camilo Capiberibe (PSB/PA), Túlio Gadelha (PDT/PE), Padre João (PT/MG), além do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), enviaram ofícios ao Secretário de Segurança Pública, ao Procurador-Geral de Justiça (MPSP), à Corregedoria-Geral da Polícia Militar e ao Governador do estado de São Paulo, demandando a apuração do episódio e as devidas sanções em caso de comprovação dos atos.

Os parlamentares reforçaram que a impunidade permite que o ciclo da violência contra populações periféricas se perpetue.

Na ocasião também apontaram a possível violação dos princípios internacionais sobre uso da força.

5.9. Parlamentares demandam apuração de violência policial contra mulher no Espírito Santo

Os deputados Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM, e Helder Salomão (PT/ES) demandaram no dia 29 de setembro, em caráter de urgência, ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Alexandre Ofranti Ramalho, providências para apuração de possível agressão policial a uma mulher em Guarapari, no Espírito Santo.

Também foram encaminhados ofícios ao Governador, Renato Casagrande, e à Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade.

Vídeo exibido pelo portal G1 mostra um policial militar desferindo joelhadas e socos contra uma mulher. Havia outros policiais presentes e a senhora aparece indefesa. O caso teria ocorrido no dia 25, no bairro Lameirão, em Guarapari. A matéria informa ainda que, segundo a Polícia Militar, os policiais foram ao local dar apoio ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em caso de surto, com necessidade de internação.

Em uma postagem em uma rede social, o Governador Renato Casagrande afirmou que a conduta dos policiais seria apurada de forma rigorosa.

Os parlamentares reforçaram que, de acordo com as normas internacionais, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar e proteger a dignidade humana, empregando a força quando estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever, obedecendo aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

Os deputados apontaram que as imagens exibidas indicam total inadequação da conduta dos agentes com a normativa existente, e que constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

5.10. Denúncia de execução de jovem por policiais na Bahia

Fotos Câmara dos Deputados/ Montagem: Fábria Pessoa



Os deputados Igor Kannário (DEM/BA) e Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 27 de outubro ao Secretário de Segurança Pública, Ricardo César Mandarinho Barreto, e ao Cel. Augusto César Maganavita, da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia, a apuração de possível execução de jovem por policiais militares em Barreiras. A denúncia também foi encaminhada à Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti.

Segundo noticiado pela imprensa, o jovem de 21 anos teria sido executado por policiais militares no interior de um bar no dia 7 de setembro. A denúncia, transmitida à CDHM pelos deputados Igor Kannário (DEM/BA) e Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), inclui também reportagem do portal G1, que aponta que três policiais militares, suspeitos pela morte do jovem, prestaram depoimento na Corregedoria da Polícia Militar e teriam sido afastados do serviço operacional.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2020, em todo o país, 6.416 pessoas foram mortas por policiais civis e militares da ativa, em serviço ou fora; e as polícias estaduais produziram, em média, 17,6 mortes por dia. Desde 2013, primeiro ano da série monitorada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o crescimento é da ordem de 190%.

De acordo com o Monitor da Violência, a Bahia teve o maior índice de mortes violentas no primeiro trimestre deste ano. Entre janeiro e março, foram 1.449 vítimas por mortes violentas, 13,5% das mortes violentas do país.

Veras demandou a adoção de providências para a rigorosa apuração dos fatos. O parlamentar ainda destacou que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu recentemente comunicado ao Estado brasileiro, reforçando a importância de implementação de uma política de segurança pública cidadã com erradicação da discriminação racial histórica que resulta em níveis desproporcionais de violência institucional contra pessoas afro-descendentes e populações em situação de pobreza.

5.11. Violência contra jovens no Sergipe

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou ao Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, Manoel Cabral Machado Neto, ao Corregedor-Geral da Polícia Militar, Coronel Eliziel Alves Rodrigues e ao Secretário de Segurança Pública, João Eloy de Menezes, a apuração de possível violência perpetrada por policiais militares contra jovens em Aracaju, no dia 30 de outubro.

Foto Câmara dos Deputados



Deputado João Daniel (PT/SE)

A denúncia, transmitida à presidência da CDHM pelo deputado João Daniel (PT/SE), trata de supostas agressões perpetradas por policiais militares contra jovens após a realização do evento denominado Ocupação Cultural Sarau, no bairro Industrial.

O parlamentar solicitou aos órgãos providências para apurar a situação e apontou que a conduta pode configurar possível violação dos princípios internacionais sobre uso da força.

5.12. Violência policial em Minas Gerais

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 10 de novembro ao secretário de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, Rogério Greco, e ao Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, providências para apuração de violência policial contra mulher e duas crianças no município de Itabira.

A denúncia foi transmitida à Presidência da CDHM pelo deputado Padre João (PT/MG) e trata de notícia amplamente divulgada na imprensa sobre abordagem policial violenta no dia 5 de novembro. O vídeo mostra dois policiais militares abordando com violência uma mulher com um bebê no colo e um menino, que também estava com a mulher detida, parece entrar em desespero e tentar defendê-la.

Segundo o noticiado, a Polícia Militar teria afirmado que a mulher foi projetada ao solo em uma queda controlada e que a atuação policial será apurada pela instituição em procedimento administrativo.

O presidente da CDHM reforçou que o emprego da força por parte dos órgãos de segurança pública deve ser algo excepcional e usado na medida exigida para o cumprimento do dever.

5.13. Abordagem violenta no Rio Grande do Sul

Foto Câmara dos Deputados



Deputada Maria do Rosário (PT/RS)

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 16 de novembro ao Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e ao Secretário de Segurança Pública, Ranolfo Vieira, a apuração de denúncia de disparos contra crianças e adolescentes em Porto Alegre.

A denúncia, transmitida pela deputada Maria do Rosário (PT/RS), trata de relatos de Conselheiros Tutelares em reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realizada no dia 10 de novembro. Segundo os conselheiros, três crianças e dois adolescentes teriam sido cercados por quatro brigadistas militares durante uma abordagem. Ainda segundo o relatado, a brigada teria realizado disparos e a comunidade teria recolhido dois projéteis de 9 milímetros.

Carlos Veras apontou ainda que os recordes de ações policiais violentas registradas no Brasil, agravadas pelo contexto da pandemia, fizeram com que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitisse comunicado ao Estado brasileiro, reforçando a importância de implementação de uma política de segurança pública cidadã, com erradicação da discriminação racial que resulta em níveis desproporcionais de violência contra pessoas afrodescendentes e em situação de pobreza.

O parlamentar demandou a adoção de providências para apuração dos fatos e as devidas responsabilizações. Solicitou ainda informações acerca das medidas preventivas eventualmente adotadas para reduzir a violência policial no Rio Grande do Sul. Também foram solicitadas providências ao Procurador-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Marcelo Lemos Dornelles.

5.14. Presidência da CDHM demanda investigação de mortes em Cavalcante, em Goiás

Segundo o noticiado, familiares e amigos questionam a versão da polícia militar de que houve confronto no local. Deputado Carlos Veras reforça que em casos de mortes envolvendo agentes do Estado, é fundamental garantir investigações independentes e imparciais

O Presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou nesta terça-feira (25) ao Governador do Goiás, Ronaldo Caiado, ao Secretário de Segurança Pública, Rodney Rocha Miranda, e ao Procurador-Geral de Justiça, Ayrton Flavio Vechi, a rigorosa apuração de quatro mortes após abordagem policial em uma chácara no município de Cavalcante, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

Segundo denúncia encaminhada à Presidência do colegiado pelo deputado Rubens Otoni (PT/GO), as mortes seriam resultado de abordagem policial violenta no dia 20 de janeiro, quando policiais militares teriam invadido, sem mandado de prisão ou investigação prévia, uma propriedade na zona rural de Cavalcante, atingindo com 58 disparos, 40 deles efetuados com fuzis, quatro pessoas que não teriam passagens pela polícia.

Foi divulgado pela imprensa que a versão da Polícia Militar é de que os envolvidos eram suspeitos de tráfico de

drogas e teriam reagido à abordagem com disparos de arma de fogo. Durante a ação, teriam sido apreendidos três revólveres e uma espingarda, e cerca de 500 pés de maconha teriam sido incinerados no local.

Ainda segundo as reportagens, familiares e amigos questionam a versão da polícia militar, afirmando que as vítimas eram pessoas pacatas, que não andavam armadas e eram queridas pelos moradores da região. De acordo com o portal de notícias O Globo, a Polícia Militar teria determinado a instauração de um inquérito e o imediato afastamento dos policiais envolvidos.

Carlos Veras reforçou que o emprego da força por parte dos órgãos de segurança pública deve ser excepcional e na medida exigida para o cumprimento do dever. E lembrou que segundo o Código de Conduta das Nações Unidas para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, estes devem respeitar e proteger a dignidade humana, manter e apoiar os direitos humanos de todas as pessoas.

O parlamentar destacou também que em casos de mortes suspeitas que envolvam alegações de uso excessivo da força, o Estado tem obrigação de investigar e garantir que os responsáveis sejam levados à justiça. “O Protocolo de Minnesota, que compreende as diretrizes da ONU para a investigação de homicídios, estabelece que investigações devem ser sempre independentes, imparciais e transparentes”, disse.

“A ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos expressaram em 2020 preocupação com o aumento da letalidade policial no Brasil, pois impacta principalmente as pessoas de ascendência africana e em situação de pobreza”, acrescentou o presidente do colegiado.

O deputado ainda lembrou que o Brasil aceitou, no âmbito da Revisão Periódica Universal (RPU), recomendação para que o Estado brasileiro reforce a prevenção e a eficácia da investigação de casos de violência policial através de uma supervisão mais eficiente e do treinamento de agentes da lei em direitos humanos, especialmente da polícia militar.

5.15. Operação que resultou em 8 mortes no Rio de Janeiro

A Presidência da CDHM oficiou a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e o Governo do Estado solicitando informações a respeito de operação conjunta da Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal na Comunidade Vila Cruzeiro (Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio) que deixou oito mortos, na madrugada da sexta 11 de fevereiro.

Segundo notícias amplamente divulgadas pela imprensa, o tiroteio teria começado antes das 5h da manhã, durante a operação de cumprimento de mandados de prisão contra uma quadrilha de roubo de cargas e contra um chefe de organização criminosa. A Polícia Militar informou que os oito mortos seriam criminosos que teriam reagido, mas os nomes ainda não foram divulgados. Também teriam sido apreendidos cinco fuzis e três pistolas.

Nos ofícios, a Presidência da CDHM ressalta que o Comitê de Direitos Humanos da ONU estipula que os países devem tomar todas as medidas necessárias para prevenir a privação arbitrária da vida por parte de agentes estatais, incluindo policiais. Ainda, que os Estados têm, de acordo com o organismo internacional, obrigação de, em casos de privações de vida potencialmente ilegais, investigar e, quando apropriado, processar os perpetradores de tais incidentes, incluindo incidentes envolvendo alegações de uso excessivo de força com consequências letais, com o objetivo de garantir que os responsáveis sejam levados à justiça.

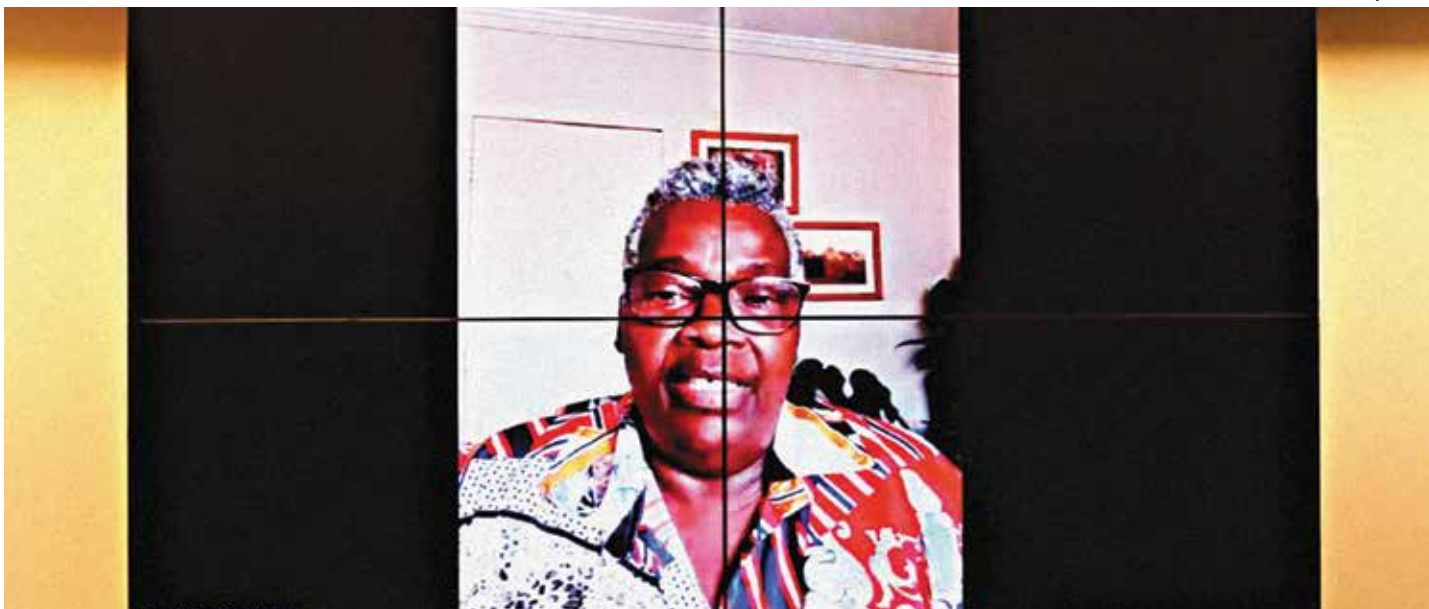
O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), também reforça que o uso da força letal por agentes do Estado só deve ocorrer depois de esgotados todos os demais meios e em situações necessárias para a proteção da vida ou a prevenção de dano sério, decorrente de ameaça concreta e iminente, conforme decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Texto: Mariana Sacramento

6. SISTEMA PRISIONAL E COMBATE À TORTURA

6.1. Observatório Parlamentar verifica situação de cárceres e de combate à tortura no Brasil

Foto Câmara dos Deputados



Maria Teresa dos Santos, da Agenda Nacional pelo desencarceramento

A CDHM, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, examinou no dia 22 de setembro o cumprimento pelo Brasil das recomendações feitas com o objetivo de melhorar as condições dos cárceres e prevenir e combater a tortura no país.

Juan Pablo Vegas, do Subcomitê de Prevenção da Tortura das Nações Unidas, lamentou decreto emitido em 2019 que fragilizou a atuação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Vegas demandou o envolvimento da Câmara dos Deputados para procurar formas de garantir o funcionamento do Mecanismo.

“A tortura é um problema sistêmico e estrutural do Brasil há muitos anos. E as ações tomadas até o presente momento em diferentes setores do Estado não são suficientes para fazer esse tipo de enfrentamento do problema central”, afirmou Vegas.

MMFDH E DEPEN

Eduardo Melo, Secretário Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), fez apresentação sobre a situação de combate à tortura e à violência institucional. Ele destacou que foram criados 22 comitês nos estados, com 14 em funcionamento, dois criados pela sociedade civil, e Roraima, Tocantins e São Paulo, que ainda não criaram. E que além disso, quatro estados já possuem mecanismos estaduais instalados.

Sobre o Pacto Federativo de Prevenção e Combate à Tortura, Eduardo informou que 10 estados aderiram à iniciativa. Informou também que sete dos 11 peritos estão nomeados do MNPCT.

“Nós lançamos curso em EAD de proteção de direitos humanos, prevenção e proibição da tortura. É um curso gratuito, online, voltado para os agentes de segurança pública. Já possuímos 8046 certificados. A ideia é ir operando e ampliando essa capacitação”, complementou Melo.

Cristiano Tavares Torquato, Coordenador-Geral de Cidadania e Alternativas Penais do Departamento, questionou os dados sobre superlotação carcerária no Brasil. Segundo ele, após a ADPF 347, o déficit de vagas vem caindo.

Torquato citou que ao todo são 811 mil pessoas presas no Brasil e afirmou que o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) atua também em política de alternativas penais, para contribuir com a racionalização do sistema prisional, promovendo a responsabilização de pessoas que cometeram crimes de menor e médio potencial ofensivo.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Para José de Ribamar, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o decreto de 2019 interrompeu um ciclo virtuoso de atuação do mecanismo, enfraquecendo inclusive a criação dos comitês nos estados.

Segundo ele, já existem reflexos em função do desmonte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura: militarização e terceirização do sistema prisional e socioeducativo, incomunicabilidade, sanções coletivas, isolamento, além do agravamento da pandemia da COVID-19.

Ele lembrou ainda de decisão do STF, no âmbito da ADPF 347, que reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro padece do “estado de coisas inconstitucional”. E citou Paulo Freire: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

“Eu acho que nenhum país do tamanho do nosso trata as pessoas sob sua custódia como o Brasil”, lamentou Everaldo Bezerra Patriota, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, lembrando que o Brasil é o terceiro país em população carcerária do mundo.

“As pessoas que cometeram uma infração devem responder por isso, mas nenhuma sentença condena a raciona-

mento de água, a ficar 15, 16 [pessoas] em um espaço para quatro. É um estado de coisas que nos coloca muito mal no mundo, é como se a gente não fosse uma das dez maiores economias do mundo. É como se nós não vivêssemos o pacto de 88, a gente escolheu um Congresso constituinte, e o constituinte disse que a gente era uma República fundada na dignidade da pessoa humana. Isso não é uma opção de governo. É um princípio, um mandamento constitucional”.

“E pra esse estado de coisas mudar é preciso um pacto federativo nessa questão. É preciso enfrentar todo mundo e dizer que a partir de hoje, se as recomendações do Mecanismo não forem cumpridas, a gente não faz convênio, não repassa recurso, a lei não é para brincadeira”, defendeu.

Mateus Moro, Defensor Público do Estado de São Paulo, Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, lamentou o veto do governador de São Paulo à lei que criava o Comitê e o Mecanismo estaduais.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

“Em São Paulo não existe audiência de custódia faz um ano e meio, nem presencial, nem remota. Somente na comarca de Guarulhos, de forma virtual. É importante dizer que o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal endossaram essa barbaridade que é não ter audiência de custódia”, comentou Mateus Moro.

“O Ministério da Justiça não tem como prioridade o desencarceramento, muito pelo contrário, na verdade, o projeto de lei chamado Pacote Anticrime vai trazer um boom carcerário”, complementou.

“Mesmo com a instalação de escâneres corporais, é importante a gente dizer que as revistas vexatórias com desnudamento continuam, não só em São Paulo, mas em muitos lugares do Brasil”, afirmou o defensor, sobre prática de tortura que permanece sendo realizada.

SUPERLOTAÇÃO

“Uma das consequências [da superlotação] que nós enfrentamos aqui em Porto Alegre é que nós temos presos, homens e mulheres, custodiados dentro de viaturas policiais estacionadas em frente às delegacias. E isso acontece porque aquela cela que era pra ser temporária já está superlotada. A consequência direta é que por 15, 20 dias as pessoas permanecem em situação de absoluta tortura”, narrou Alessandra Quines Cruz, Defensora Pública do Rio Grande do Sul, da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (ANADEP).

“Nós temos um sistema judiciário amplamente branco, de classe média, julgando uma população amplamente negra e pobre”, afirmou Alessandra, apontando que o sistema judiciário é o grande responsável pelo super encarceramento vivenciado no Brasil.

DESENCARCERAMENTO

“O que a gente queria mesmo é que o sistema prisional brasileiro fosse abolido”, declarou Maria Teresa dos Santos, coordenadora da Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

Maria Teresa lamentou ainda a manutenção da interrupção de visitas às penitenciárias e defendeu a retomada urgente das visitas. “A gente não pode deixar que os presos continuem expostos a todo tipo de tortura, como eles estão”.

“O Estado diz que gasta entre 2 e 3 mil por preso, gasta com que? A comida é imprópria para consumo, o preso não tem água disponível o dia inteiro, para ter acesso a material de higiene a família tem que levar. A gente não entende para onde vai esse dinheiro”, questionou.

“Alguma coisa precisa ser feita, as mães não aguentam mais receberem os corpos dos seus filhos, não aguentam mais relatos de tortura dentro das unidades prisionais”, disse, falando que quem retomou as visitas vem encontrando presos completamente debilitados, devido à ausência da complementação alimentar ofertada pelos familiares.

“O sistema prisional brasileiro está falido do jeito que está, pela incompetência dos tribunais de justiça, do Ministério Público – que são ótimos, excelentes em punir os pobres, os pretos, os periféricos, mas quando é pra fiscalizar e punir as pessoas que recebem salário do Estado para cuidar, para zelar daquelas pessoas, para que elas possam repensar seu erro e voltar para a sociedade, não o fazem”, apontou Maria Teresa.

IMPORTÂNCIA DOS DADOS

Thandara Santos, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, questionou a transparência em relação aos dados do DEPEN nos últimos tempos. “Eles passaram a ser publicados em formato de painéis de dados fechados, sem metodologia clara e com apresentação e contagem que mudam a cada levantamento”, disse, apontando que a falta de dados dificulta o controle social.

Analisando as condições de encarceramento no Brasil, Thandara destacou que existe um déficit de 242 mil vagas no Brasil. “A gente vê dados sobre o quanto de dinheiro foi colocado na construção de unidades e vagas, mas a gente percebe por esse gasto que ele é insuficiente e vai ser sempre insuficiente, porque o ritmo de encarceramento é muito maior do que o cofre tem condições”.

A representante do Fórum ainda destacou que mais de 30% são presos provisórios, apenas 13% das pessoas encarceradas trabalham e 12% estudam. Thandara ressaltou ainda que a população encarcerada não tem o direito à assistência médica garantido e que mulheres e grupos vulneráveis não estão acessando direitos específicos garantidos por lei.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar produzido sobre as recomendações feitas ao Brasil para melhorar as condições dos cárceres e prevenir e combater a tortura identificou que 18 das recomendações feitas não foram cumpridas, entre elas a realizada pelo México, para assegurar que a legislação relativa à situação das prisões e da justiça penal esteja em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos.

O documento reconheceu avanços em 13 recomendações, como na feita pelos Estados Unidos, para aprimorar os processos judiciais para minimizar a duração da detenção preventiva e acelerar os julgamentos, e considerar alternativas à detenção para enfrentar a superlotação. A Lei nº 13.964/2019 estabeleceu a necessidade de revisão da necessidade de prisão preventiva a cada 90 dias e impôs mais ônus argumentativos para sua decretação.

As audiências de custódia, sinalizadas como um importante avanço, estão suspensas desde o início da pandemia e ainda não foram retomadas, e a realização de forma remota tem sido bastante questionada por organizações da sociedade civil.

O relatório preliminar apontou ainda retrocessos em quatro recomendações, como a realizada pela Argélia, para dar continuidade aos esforços de combate à tortura e aos maus-tratos. Segundo o documento, o último relatório do próprio Mecanismo Nacional de Combate à Tortura informa que o governo causou embaraços à sua atuação no período, com a exoneração de todos os peritos e o plano de tornar suas funções uma atividade não remunerada. Além disso, o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2020-2023) não prevê diretrizes e/ou ações contra a tortura e minimiza sua ocorrência no Brasil, posicionando-se contra audiências de custódia.

6.2. CDHM debate prevenção à tortura

Captura e Montagem Fernando Bola



A CDHM debateu, no dia 30 de junho, ações de prevenção e enfrentamento à tortura no Brasil. A Audiência Pública foi realizada em alusão ao Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, 26 de junho, criado para dar visibilidade às vítimas e familiares da violência de Estado e para reforçar que as torturas física e psicológica são inaceitáveis em qualquer situação.

“A prevenção e erradicação da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes não é uma mera declaração, uma opção política ou uma espécie de slogan humanista, mas sim uma obrigação internacional assumida livremente pelo Brasil ao ratificar a convenção contra a tortura”, afirmou Juan Pablo Vegas, membro do Subcomitê de Prevenção à Tortura das Nações Unidas.

Patrícia Oliveira, da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, destacou que é preciso entender o sistema prisional como parte da sociedade. “Aqueles pessoas estão privadas de liberdade, não estão privadas de direitos. Elas têm direito à convivência familiar, à água, à saúde, a um tratamento digno, como qualquer outra pessoa”, reforçou Oliveira, sugerindo a criação de uma Frente Parlamentar de prevenção e combate à tortura.

“Nesses espaços a tortura é regra, é instrumento utilizado pelo Estado para controlar corpos negros e jovens, para adoecer homens e mulheres, para extinguir vidas. Não há prisão sem tortura”, afirmou a Irmã Petra Silvia Pfaller, Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária Nacional.

“Estamos falando de uma série de agressões físicas e psíquicas, violações constantes dos direitos das pessoas presas, a tortura é estrutural. E quando essas condições torturantes chegam no limite, ocorrem os massacres”, afirmou a coordenadora, citando os massacres nas unidades prisionais do Carandiru, em 1992, em Manaus e no Rio Grande do Norte, em 2017, e em Manaus e Altamira, em 2019. “Todos são encarados pelo Estado como exceção, uma fatalidade que aconteceu no sistema prisional, mas são resultado direto dessa máquina de moer corpos que é o cárcere”, disse.

Petra ainda ressaltou que durante a pandemia as unidades se fecharam para visita familiar, religiosa e de organizações que têm como função fiscalizar eventuais violações de direitos nas prisões, mas as portas ficaram abertas para a contaminação da Covid-19. “Pesquisa feita pela Pastoral em 2020 mostrou que as visitas às prisões estavam proibidas em praticamente todo o Brasil. Cerca de 98% das pessoas afirmaram que não podiam entrar nos presídios ou que não sabiam. Isso mostra que as secretarias e administrações penitenciárias da maioria dos estados não estão sendo transparentes”.

SAÚDE MENTAL E TORTURA

Andressa de França Alves Ferrari, da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) e do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), criticou a destinação de recursos públicos para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, por serem espaços para tratamentos desumanizantes e tortura.

“O combate à tortura deveria ser um compromisso do governo. O que temos percebido é que, desde 2017, houve uma retomada conservadora, intitulada de nova política de saúde mental. Essa política de nova não tem nada, ela é inadequada, ineficiente, incapaz de garantir a saúde mental das pessoas com sofrimento mental grave e persistente, ou com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas”, afirmou.

Andressa defendeu o fortalecimento do sistema de prevenção e combate à tortura, a suspensão do Decreto 9.831, o fechamento de todos os manicômios, hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas e o redirecionamento dos financiamentos para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). “A democracia é antimanicomial, não é aceitável destinação de verba federal para tortura”.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

José Ribamar, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), apontou o desmonte do órgão e o descumprimento do Brasil da convenção ratificada de combate e prevenção à tortura.

“A pandemia foi mais um pretexto para o agravamento do crime de tortura”, destacou o perito, apontando que entre as inúmeras violações estão a incomunicabilidade do sistema prisional e socioeducativo, além da realização de audiências de custódia virtuais.

Sylvia Dias, representante no Brasil da Associação para a Prevenção da Tortura, apontou que o Decreto 9.831 esvaziou o Mecanismo Nacional e cerceou a participação da sociedade civil no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Dias destacou que esses órgãos foram criados pela Lei 1.2847, aprovada pelo Congresso Nacional, para dar cumprimento às obrigações da convenção da ONU contra a tortura.

Ela destacou que esse esvaziamento fere frontalmente obrigações assumidas pelo Estado brasileiro e que isso é ainda mais grave neste momento de pandemia, por tornar ainda mais invisíveis as violências que estão acontecendo diariamente nas unidades penitenciárias. “O Mecanismo é o único órgão no país com atuação exclusiva, voltada para prevenção e enfrentamento à tortura nos espaços de privação de liberdade”.

“Órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, como o Subcomitê para Prevenção à Tortura, já se manifestaram de forma contundente, instando o Estado a revogar o decreto, que é incompatível com os compromissos internacionais, assumidos pelo Estado brasileiro”, afirmou.

Dias destacou também que a Lei 1.2847 demanda engajamento das unidades federativas, com a criação de mecanismos e comitês de prevenção à tortura em todos os estados, a exemplo dos já criados no Rio de Janeiro, Pernambuco, Rondônia e Paraíba. A representante também apontou como avanço a aprovação em comissão do projeto de lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal para criar um mecanismo de prevenção à tortura no DF.

Sylvia Dias fez ainda três sugestões: que os deputados e deputadas mobilizem as bases em seus estados para criar comissões e mecanismos estaduais de prevenção à tortura, a aprovação do PDL 389/2019, que já conta com relatório favorável da deputada Érika Kokay e susta os efeitos do Decreto 9.831, e a criação de uma frente parlamentar de prevenção do combate à tortura.

Belisário dos Santos, da Comissão Arns, lembrou que em 2015, no âmbito da ADPF 347, que argumentava que o sistema carcerário brasileiro configura violação contínua de direitos fundamentais e humanos, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o “estado de coisas inconstitucional”, devido ao quadro de violação massiva e persistente decorrente de falhas estruturais e de falência de políticas públicas.

Belisário lembrou ainda que os peritos do Mecanismo Nacional já haviam visitado 169 locais de privação de liberdade e emitido 2.077 recomendações. “Quando se pensa que seria natural um incremento desse sistema de visitas e controle de tortura, vem a suspensão dos trabalhos pelo Decreto”.

“A quem interessa suprimir a denúncia da tortura?”, questionou Belisário.

“Esse Mecanismo Nacional não é do governo, é um mecanismo do Estado que serve à sociedade. Sua existência como mecanismo preventivo, com independência funcional, é fruto de uma convenção à qual o Brasil aderiu”, reforçou Belisário, que defendeu a revogação do decreto.

Ele citou ainda que o princípio do não retrocesso impede que sejam desconstituídas as conquistas em direitos sociais já alcançadas pelo cidadão e pela sociedade. “A proteção contra a tortura alcançada pela sucessão de normas a partir da Constituição e de convenções internacionais e da Lei 12.847 não pode retroceder”.

SITUAÇÃO DE MULHERES E POPULAÇÃO LGBT

Natália Damazio, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, enfatizou que mulheres e pessoas LGBTI+ privadas de liberdade enfrentam, além de fome, falta de água, superlotação, falta de acesso à saúde, racismo e violências físicas, uma acumulação de violências específicas.

“A violência atinge níveis tão severos nessas populações, que as poucas vitórias no campo das políticas públicas carecem de efetividade na prática”, disse, citando a dificuldade de implementação do marco da primeira infância.

“Na prática, para mulheres grávidas cuja prisão é mantida, a realidade impõe ritos de violência obstétrica, como parto com algemas, presença de agentes homens durante o momento do parto, falta de acompanhante e desamparo. Um caso emblemático aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 2015, em que uma presa teve filho em uma solitária mesmo pedindo socorro”, relatou.

Damazio destacou que a prática de separação forçada de mães e filhos atinge especialmente famílias negras, resultado de uma cultura extremamente racista. Outro aspecto abordado foi a violência sexual que ainda é parte do dia a dia do cárcere brasileiro, pela manutenção da revista vexatória. “Já foi apontado diversas vezes por órgãos internacionais que a revista vexatória é prática de violência sexual, perpetrada pelo Estado e é uma forma de tortura”, reforçou,

Para ela, é fundamental a presença exclusiva de agentes mulheres em unidades socioeducativas e prisionais femininas como forma de prevenção a atos de violência sexual. “Eu trago um caso bárbaro acontecido no Pará em 2007, no qual uma adolescente foi presa em uma unidade prisional masculina por 30 dias com 20 homens e sofreu um estupro coletivo”, narrou, reforçando que as marcas deixadas na adolescente são agravadas pelo silêncio e omissão em não prevenir que tragédias assim voltem a ocorrer.

“A Lei do Minuto Seguinte, que garante atenção integral a pessoas vitimadas por violência sexual, segue não sendo aplicada em casos de privação de liberdade”, citou, apontando caso de estupro coletivo vivenciado por mulher trans no Complexo Curado, em Pernambuco.

DOR DE FAMILIARES

Priscila Flores, da Agenda Nacional pelo Desencarceramento no Amazonas, argumentou que o encarceramento no Brasil é resultado direto do racismo, e mais uma forma de violação dos direitos humanos da população pobre e negra no país.

Flores defendeu uma agenda pelo desencarceramento que envolve, entre outras ações, a redução massiva da população prisional, desmilitarização das polícias e a proibição da privatização do sistema prisional, e significaria um abolicionismo penal.

“O sistema de justiça criminal é incapaz de produzir segurança pública e impedir conflitos sociais. Foi pensado para ser um instrumento de controle por meio da violência e do medo de pessoas pobres e negras, com o objetivo de manter o privilégio das elites e manter pobre aceitando pobreza, sob exigência da honestidade que esses mesmos brancos ricos não têm”, afirmou.

Priscila reforçou que as demandas apresentadas não são hipóteses de violências, violações ou tortura, mas sim baseadas em fatos. “Nossas denúncias são baseadas em fatos que vivemos, que são sempre ouvidos como exageros, mentiras e desespero de familiares, em sua grande maioria mulheres, que são criminalizadas em seus lugares de origem por serem defensoras de direitos humanos”.

USO ABUSIVO DA FORÇA E MILITARIZAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS

“Tratamos aqui da erradicação de práticas que configuram crime contra a humanidade, mas que fazem parte das práticas coloniais e racistas que fundaram o Estado brasileiro e que estão entranhadas nas instituições e nas subjetividades dos seus agentes”, apontou Monique Cruz, da Justiça Global.

Monique destacou que existe no Brasil um problema estrutural de uso abusivo da força e que preocupa o aprofundamento da militarização de equipes de segurança e gestão das unidades socioeducativas, pois desqualificam a

política, além da falta de protocolos em conformidade com os padrões de direitos humanos e de monitoramento do uso de armamentos menos letais.

A representante da Justiça Global destacou que a organização atua em três casos que tramitam na Corte Interamericana: a unidade de internação socioeducativa do Espírito Santo, o complexo prisional do Curado, em Pernambuco, e o Complexo Prisional de Pedrinhas, no Maranhão.

“O spray de pimenta foi espalhado no chão pelos agentes que, na sequência, determinaram que os presos sem roupas se sentassem sobre o composto químico, que gera intensa ardência”, relatou, sobre uma situação em Pedrinhas.

TORTURA E DESUMANIZAÇÃO

A deputada Érika Kokay (PT/DF), autora do requerimento da audiência com os parlamentares Maria do Rosário (PT/RS) e Helder Salomão (PT/ES), apontou que a tortura é institucionalizada no Brasil. “A tortura existe em vários locais deste país, existe nos presídios brasileiros e conta com o silêncio cúmplice da sociedade. É como se a tortura fosse permitida de acordo com quem ela atinge, ou seja, os direitos não são universais. Nenhum ser humano pode sofrer torturas, a legislação assegura isso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a nossa própria Constituição. A tortura é um processo de desumanização”.

“A nossa lei de execuções penais retira o direito à liberdade, mas os outros direitos precisam ser assegurados. Nós temos o sistema prisional pautado na penalização, mas também na ressocialização”, destacou a parlamentar, afirmando que a superlotação é uma forma de tortura institucional.

Kokay destacou que o Brasil prende muito, sendo o terceiro país em população carcerária no mundo, mas que os dados demonstram que o aumento de penas e de encarceramento não resultou na diminuição da violência. “O Mecanismo é um instrumento importante para sairmos do marco da barbárie”.

“O decreto é a exacerbação, é o abuso de um poder que não é conferido pelo que é pactuado, porque as leis são pactos que se criam na própria sociedade. Isso é princípio para fazer valer a independência dos próprios poderes”, completou a parlamentar do DF.

A audiência ainda contou com a participação do deputado Éder Mauro (PSD/PA).

6.3. Ministério Público e Defensoria do Distrito Federal recomendam uso criterioso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo

Foto Câmara dos Deputados



Deputada Erika Kokay

A recomendação conjunta foi feita em resposta à demanda da Presidência da CDHM e tem como objetivo coibir violações de direitos.

Os detentos Elvis Gabriel Danilo Pereira e Elcimar Júnior Alves Evangelista perderam cada um a visão de um olho durante uma briga interna na Penitenciária do Distrito Federal em 2020. Essa é a denúncia que familiares levaram à Deputada Federal e 2ª vice-presidente da CDHM, Erika Kokay, que transmitiu a situação à Presidência da Comissão para apuração e investigação de eventual violação de direitos humanos.

Como resposta à ação da Presidência da Comissão, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio dos Promotores de Justiça com atuação no Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri), e a Defensoria Pública do Distrito Federal, por intermédio dos Defensores Públicos atuantes no Núcleo de Execuções Penais do Distrito Federal, emitiram uma recomendação conjunta com uma série de ações que devem ser adotadas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal e pelas Administrações dos Presídios do Distrito Federal com o objetivo de evitar tais situações.

A recomendação orienta que não seja permitido o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo por policiais penais que não possuam capacitação específica para uso desses equipamentos e a criação de um protocolo de padronização para cada tipo de instrumento, para ser adotado nos treinamentos e ações operacionais, entre outras ações.

A partir da recomendação, é esperado também que órgãos e instituições responsáveis pelo registro dessas ocorrências de uso dos IMPO's o façam com o maior detalhamento possível, relatando situações de ferimentos, encaminhamentos às delegacias de polícia, ao Instituto Médico Legal e ao atendimento médico ou hospitalar, com os respectivos laudos e identificando os presos atingidos.

Outro aspecto importante da recomendação é a orientação para que o diretor da unidade prisional comunique, no prazo máximo de 24 horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Vara de Execuções Penais e à família do apenado a utilização de IMPO's que tenham resultado em lesão corporal ou morte. Nesses casos, deverão ser adotadas medidas para garantir a perícia técnica e a investigação adequada sobre eventual uso ilegítimo da força. Além disso, é preciso preservar as imagens de circuito fechado de televisão por no mínimo de 30 dias, facilitar a assistência médica aos feridos e promover o devido acompanhamento psicológico aos agentes de segurança pública envolvidos, permitindo-lhes superar ou minimizar os efeitos da situação.

“É fundamental que esses profissionais sejam capacitados de forma adequada para a utilização desses instrumentos, e que seu uso obedeça aos princípios da legalidade e proporcionalidade. O uso indevido pode causar danos permanentes. É preciso garantir os direitos fundamentais de todas as pessoas, a força deve ser empregada na medida exigida para o cumprimento do seu dever, e nenhum excesso deve ser tolerado”, explica o Presidente da CDHM, Carlos Veras, sobre a importância da recomendação conjunta, que busca coibir violações de direitos.

6.4. Em audiência com Dias Toffoli, do STF, Presidência da CDHM aponta importância do trabalho dos peritos para o combate à tortura



Audiência com o Ministro Dias Toffoli

Em 25 de maio o deputado Carlos Veras (PT/PE) se reuniu com o Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, para tratar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 607 contra o Decreto nº9.831/2019, que determina que peritos que integram o MNPCT prestem serviço não remunerado. O encontro também contou com a participação do deputado Helder Salomão (PT/ES), de Bárbara Suelen Coloniese, Coordenadora do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e do perito Daniel Caldeira de Melo (MNPCT).

Criado em 2013, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) é o órgão responsável pela prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, nos termos do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura. Atualmente a remuneração dos peritos está garantida por liminar da justiça.

Carlos Veras reforçou que a plena condição de funcionamento do MNPCT é um tema muito caro à proteção dos direitos humanos no Brasil. O parlamentar expôs que a situação do Brasil é uma exceção no cenário internacional, já que dos 71 países que possuem mecanismos de combate à tortura, 66 remuneram seus membros, em três essa informação é desconhecida e apenas na Alemanha esse trabalho acontece de forma voluntária, visto que o país vem fechando presídios e a população carcerária está em queda.

O deputado Helder Salomão lembrou que em visita a Genebra em 2019 com a deputada Érika Kokay, a Secretária do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU considerou que as mudanças feitas pelo governo brasileiro são contrárias ao Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, por entender que enfraquecem o papel do Mecanismo a tal ponto que corre o risco de se tornar praticamente inoperante.

O parlamentar também lembrou que foram realizadas em 2005 quatro visitas da ONU ao Brasil e um inquérito pelo Comitê contra a Tortura sobre o tema, que apontaram a necessidade de um Sistema de Prevenção da Tortura forte, independente e eficiente no Brasil.

6.5. Denúncia de agressões a Rodrigo Pilha na prisão

A Presidência da CDHM solicitou, na sexta-feira dia 30 de abril, que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) instaurasse imediatamente apuração da denúncia de agressões contra Rodrigo Grassi Cadermatori, conhecido como Rodrigo Pilha, que teriam sido praticadas por policiais penais do Centro de Detenção Provisória II de Brasília.

O ativista foi preso no dia 18 de março, quando participava de manifestação política. A presidência da CDHM tomou conhecimento da denúncia por meio da imprensa. De acordo com matéria publicada pela Revista Fórum, Rodrigo Pilha, ao chegar à prisão, sentado no chão, teria sido agredido por policiais penais com chutes, pontapés e murros. Os relatos registram que a família e advogados de Pilha teriam a identificação dos policiais penais.

É competência da CDHM fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos. E a fim de assegurar o respeito à integridade física e moral do preso e a efetividade das garantias constitucionais vinculadas à execução penal, como a proibição da tortura e do tratamento desumano, a presidência da Comissão de Direitos Humanos solicitou a imediata apuração da denúncia, “com as consequentes responsabilizações administrativas, cíveis e criminais, prestando as informações pertinentes para que esta Presidência siga

acompanhado o assunto”, conforme consta no trecho do documento assinado pelos deputados Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM, e Érika Kokay (PT/DF), 2ª vice-presidente.

Em resposta, o Promotor de Justiça Adjunto Rodrigo de Oliveira Machado informou que foi instaurado procedimento para averiguar a denúncia. Em setembro, três policiais penais viram réus, denunciados por tortura.

6.6. Violações de direitos em presídio no Novo Gama, em Goiás

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, solicitou, em 4 de junho, ao Presidente da Comissão do Sistema Prisional, do Conselho Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel, e a diferentes órgãos, a adoção urgente de providências para apurar violações de direitos humanos no presídio de Novo Gama, no Goiás. O parlamentar solicitou a investigação das denúncias feitas por familiares, bem como as devidas sanções legais, com o objetivo de cessar as violações de direitos humanos na unidade prisional.

Segundo denúncia transmitida pela deputada Érika Kokay, 2ª Vice-Presidente da CDHM, há cerca de um ano os detentos e seus familiares relatam uma série de violações aos direitos dos presos: aplicação de castigos coletivos aos detentos, torturas e humilhações praticadas por agentes penais, falta de assistência médica e odontológica aos presos, proibição de visitas e de contato do preso com seus familiares e seus advogados.

Ofícios também foram encaminhados ao Defensor Público-Geral do Estado de Goiás, Domilson Rabelo, ao Procurador-Geral de Justiça, Aylton Flavio Vechi, à Juíza de Direito da Vara de Execução Penal do TJGO, Franciely Herradon, e ao Corregedor-Geral, Desembargador Nicomedes Domingos Borges.

Além disso, também foram solicitadas providências ao Diretor-Geral de Administração Penitenciária de Goiás, Franz Rasmussen Rodrigues, à Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, Tânia Fogaça, ao Conselheiro Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Marcelo Augusto Guerreiro, e ao Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Yuri Costa.

A presidência da CDHM já havia demandado providências, no dia 19 de maio, ao Governador de Goiás, ao Defensor Público-Geral do Goiás e ao Procurador-Geral de Justiça, para investigar denúncia que informava que após inspeção realizada na Unidade Prisional do Novo Gama por agentes penais, teriam ocorrido confrontos que resultaram na transferência de muitos internos, feridos, e na morte de pelo menos dois detentos, mas, até o momento, não obteve respostas.

6.7. Violação de direitos e mortes em presídios de Planaltina de Goiás

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou, no dia 8 de junho a diferentes órgãos providências urgentes para investigação de denúncias de violações de direitos humanos nas unidades prisionais de Planaltina de

Goiás. Foram oficiados o Conselho Nacional de Justiça, o Diretor-Geral de Administração Penitenciária, o Secretário de Segurança Pública, o Procurador-Geral de Justiça, a Defensoria Público-Geral e o Governador do Estado de Goiás

A mais recente denúncia envolvendo os presídios do município, transmitida à CDHM na segunda-feira (7), afirma que ocorreram, em 15 dias, três mortes por enforcamento dentro do Presídio Especial de Planaltina de Goiás. O documento reporta ainda que os internos estariam desnutridos e com depressão, e há cerca de 90 dias sem atendimento jurídico, com proibição do uso do parlatório pelos advogados. Existiria ainda na unidade a prescrição por médicos de medicamentos psicotrópicos, ansiolíticos e outros, o que estaria causando efeitos colaterais adversos, além de omissão de providências da unidade em casos de detentos com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus.

A deputada Érika Kokay (PT/DF), 2ª Vice-Presidente da CDHM, vem transmitindo à CDHM, desde o fim de 2019, reiteradas denúncias de violações de direitos humanos nas unidades prisionais de Planaltina de Goiás.

Em 2020, Kokay encaminhou à Presidência da CDHM denúncias de diversas famílias de presos a respeito de não implementação adequada das ações clínico-epidemiológicas preventivas à transmissão do Covid-19, além de relatos de superlotação, reduzido tempo de banho de sol, racionamento de água e alimentação precária na cadeia pública de Planaltina.

Em abril de 2021, a parlamentar já havia relatado denúncias de castigos coletivos e de ausência de informações sobre os detentos da Unidade Prisional de Planaltina de Goiás.

Carlos Veras apontou que a gravidade das denúncias afronta a Constituição da República, a Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Lei de Execução Penal. O parlamentar pediu urgência na apuração das denúncias, bem como as devidas sanções legais, com o objetivo de cessar as violações de direitos humanos nas unidades.

6.8. Apologia à tortura em curso de formação de policiais em Goiás

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), e a vice-presidente, Érika Kokay (PT/DF), demandaram no dia 26 de outubro ao Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, a apuração de denúncia de promoção de tortura e de assassinato durante curso de policial penal em Aparecida de Goiânia.

A denúncia também foi encaminhada ao Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça, Mário Augusto Figueiredo de Lacerda, ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Aylton Flavio Vechi, ao Secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, e ao Governador do Estado, Ronaldo Caiado.

Segundo matéria do portal Metrôpoles, os policiais que apareceram no vídeo estariam no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, quando proclamavam frases de apologia à tortura e à violência nas unidades prisionais.

A matéria apresenta ainda a declaração da esposa de um dos presos do Complexo Prisional, que afirmou estar preocupada com a situação: “Me senti ameaçada. Meu marido está lá há um ano. Não temos visita, o advogado não pode entrar. Meu marido já levou tiro na barriga. Ele fica incomunicável, e eu, apreensiva. Com esse vídeo, o medo aumenta”.

Os parlamentares reforçaram que o direito de não ser submetido à tortura nem a tratamento desumano e degradante é um princípio civilizatório, previsto em tratados internacionais e na Constituição brasileira, que também assegura o direito do preso de ter respeitada sua integridade física e moral e veda penas cruéis e de morte.

O deputado e a deputada apontaram ainda que a reprodução de tais frases em um curso de formação de agentes públicos naturaliza e incita a prática dos crimes de tortura e de homicídio contra pessoas em cumprimento de penas.

6.9. Presidência da CDHM recebe Subcomitê da ONU sobre Prevenção contra a Tortura

Foto Gabriel Paiva/Liderança do PT



O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), recebeu, no dia 2 de fevereiro, representantes do Subcomitê da ONU sobre Prevenção contra a Tortura (SPT). Em pauta, a preocupação com a situação dos direitos humanos no Brasil, após o Decreto nº 9.831/2019, que retirou cargos remunerados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

O presidente Carlos Veras informou que a Comissão de Trabalho e Administração Pública aprovou em dezembro de 2021 o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 389/2019, que susta a medida do governo federal. “A prioridade é fazer com que a proposta avance”, explicou o parlamentar.

O deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), 1º vice-presidente da Comissão, disse que está em curso, no Brasil, um processo de desconstrução de espaços institucionais dos direitos humanos. “O Parlamento representa a resistência a esse desmonte”, afirmou.

A deputada Érika Kokay (PT/DF), 2ª vice-presidente da CDHM, reforçou que o retrocesso na política de direitos humanos atinge também à saúde mental, com o tratamento de choque elétrico em pacientes de comunidades terapêuticas.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Fábio Félix (PSOL/DF), entregou ao Subcomitê da ONU relatório com 983 denúncias de violação de direitos humanos no Sistema Prisional do DF, como privação de visita, violência física e violência institucional. Félix apontou a necessidade da criação de mecanismos contra a tortura em todas as unidades da Federação.

Na oportunidade, também foram apresentadas as ações do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal da ONU, sediado na CDHM, com uma avaliação da situação do cumprimento das recomendações sobre as condições dos cárceres, combate à tortura e sistema de justiça. Além disso, o presidente Carlos Veras adiantou que irá trabalhar na elaboração de um projeto de lei que prevê o financiamento da União para os mecanismos de combate à tortura nos estados.

Mariana Sacramento



Audiência Pública realizada no dia 28/04/2021 para debater nova Lei de Segurança Nacional - Dep. Carlos Veras (PT - PE)
Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

7. MOVIMENTOS SOCIAIS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Captura e Montagem Fernando Bola



7.1. Audiência debate nova Lei de Segurança Nacional

A importância de ampliar a participação da sociedade civil no debate sobre a substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) foi o tema de destaque da audiência pública da CDHM, realizada no dia 28 de abril. “Existe uma convergência de que a Lei de Segurança Nacional, elaborada no período da ditadura, precisa ser revogada, por causa de seus traços autoritários. Ao mesmo tempo, os crimes contra o Estado de Direito ainda precisam ser punidos pela lei brasileira. Mas isso não pode ser feito sem a participação popular”, afirmou o presidente da CDHM, Carlos Veras, ao abrir o debate.

Aristides Santos, presidente da Contag, e Alexandre Conceição, do MST, questionaram a aprovação da urgência do Projeto de Lei 6764/2002, e argumentaram que neste momento a prioridade deveria ser a luta por vacina e alimentos para todos.

Para o ex-deputado federal Miro Teixeira, do Instituto dos Advogados Brasileiros, é necessário que o STF enfrente a análise da constitucionalidade da LSN. A avaliação do advogado é de que existe risco de que a proposição resulte em algo distante do proposto. “Ninguém sabe o que sairá”, declarou. O advogado argumentou que nunca acreditou que a LSN seria recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

O jornalista Leonardo Sakamoto falou sobre o impacto da LSN na vida dos jornalistas e sinalizou trechos que considera preocupantes no projeto de Lei. “A Lei de Segurança Nacional vem sendo usada para punir a atividade jornalística, e isso não é de agora, mas tem se acentuado nos últimos tempos. Eu mesmo venho sofrendo ameaças por parte de políticos que utilizam a Lei de Segurança Nacional para tentar dissuadir o meu trabalho. Tanto eu quanto vários colegas temos sido alvo do mesmo artigo, o 26, caluniar, difamar presidente, Senado, Câmara, Supremo, imputando-lhe fato ofensivo à reputação. Mas também há entraves ao trabalho jornalístico presentes nesse novo projeto e nos preocupa. A Lei de Segurança Nacional é um entulho da ditadura, mas para ela ser substituída é preciso ter espaço para um debate amplo, um debate público, para que na prática não tenha um efeito pior”, disse.

A 3ª vice-presidente da CDHM, Sâmia Bomfim (PSOL-SP), fez um apelo ao presidente da Câmara para que o projeto não seja rapidamente apreciado, sem a participação efetiva da sociedade civil. “Precisamos de uma nova previsão legal que garanta o direito à participação, à livre manifestação e à liberdade de expressão, no entanto, esse debate tem sido conduzido, infelizmente, por ora, de uma forma bastante equivocada, açodada”, comentou a parlamentar.

Os participantes apontaram entre os problemas o uso de tipos penais vagos, muito abertos, termos imprecisos, que poderiam favorecer a criminalização de movimentos sociais e agravar condutas autoritárias.

A audiência contou, ainda, com a participação de diferentes instituições, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Comissão Arns, a Associação Brasileira de Imprensa, a Federação Nacional de Jornalistas, o Instituto Vero, o Instituto Vladimir Herzog, entre outras.

A audiência foi resultado da aprovação dos requerimentos 7/2021, das deputadas Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Vivi Reis (PSOL-PA); 39/2021, dos deputados Marcon (PT-RS), Patrus Ananias (PT-MG), Frei Anastácio Ribeiro (PT-PB), Nilto Tatto (PT-SP) e João Daniel (PT-SE); e 41/2021, de autoria do presidente da CDHM, Carlos Veras. O encontro contou com o apoio dos parlamentares Bira do Pindaré, Érika Kokay (PT-DF), Frei Anastácio (PT-PB), Padre João (PT-MG), Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), Helder Salomão (PT-ES) e Orlando Silva (PCdoB- SP).

O presidente da CDHM, Carlos Veras, transmitiu a íntegra das contribuições da audiência para Margarete Coelho (PP-PI), relatora do Projeto de Lei, e para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O projeto foi aprovado e transformado na Lei 14.197 de 2021.

7.2. Alteração da regulamentação do Marco Civil da Internet é objeto de audiência pública da CDHM

A CDHM debateu, no dia 2 de junho, proposta de alteração, por meio de decreto, da regulamentação do Marco Civil da Internet, que tem como objetivo limitar a moderação de conteúdo pelas plataformas de internet. A partir da alteração, diversos conteúdos só poderiam ser excluídos pelas plataformas com ordem judicial.

Demi Getschko, diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br e Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, destacou que a internet brasileira é vista como referência devido à sua estabilidade e à legislação estabelecida com o Marco civil e com a lei de proteção de dados, a LGPD.

“Não podemos ter um Ministério da Verdade no governo federal e nem um controle privado dessas plataformas”, afirmou Jonas Valente, do Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB, destacando que o debate é complexo.

Para Jonas, existem aspectos-chave que precisam ser debatidos de forma cuidadosa e participativa: fixar condutas vedadas em lei, atualizar as obrigações das plataformas, assumir que há determinados tipos de moderação que podem ser feitos diretamente pelas plataformas e assegurar os devidos processos das plataformas, que muitas vezes são automatizados e erram muito.

Flávia Lefèvre, do Intervozes, reforçou a importância do processo democrático que levou à construção da lei do Marco Civil e a necessidade de estabelecer mecanismos de governança multissetorial e transparentes, e argumentou que a participação do comitê é fundamental nessa discussão.

“O Marco Civil estabeleceu diretrizes claras para a participação dos poderes públicos nas três esferas federativas: necessidade de estabelecer mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica”, destacou.

Flávia argumentou que a proposta de decreto ignorou as disposições do Marco Civil, que estabelece governança multissetorial e a participação do CGI, e também fere princípios da legalidade e da reserva legal e significam uma distorção do processo democrático. Além disso, teriam vícios de motivação e finalidade, pois o decreto seria uma reação devido à exclusão de conteúdos com base nos termos das plataformas por divulgação de informações falsas.

“É necessário pensar em garantias para que as plataformas não removam conteúdos de usuários que são permitidos, mas não é isso que o decreto está fazendo, e isso precisaria ser feito por lei”, destacou Mariana Valente, da InternetLab.

Mariana destacou como problemática a indicação de um órgão do governo para agir como fiscalizador da moderação. “Uma das expressões mais importantes da liberdade de expressão é o direito de criticar um ente público”.

Para ela, o decreto toca em pontos que merecem ser debatidos, mas existe um extrapolamento de questões relacionadas ao direito autoral, que perdem a autenticidade como impedimento para exclusão de conteúdo.

Para Raquel Saraiva, da Coalizão Direitos na Rede, o decreto extrapola limites estabelecidos na lei do Marco Civil da Internet, promovendo inovação de atividades já reguladas, e acarretaria na judicialização de moderação de questões rotineiras.

“A lei como está redigida já promove a garantia do direito à liberdade de expressão, que é justamente a justificativa do governo para a edição desse novo decreto”, disse.

“Esse regime é visto até hoje como modelo em todo o mundo, e nós devemos conservá-lo assim sob pena de insegurança jurídica tanto para usuários quanto para empresas”, reforçou Raquel.

A deputada Carla Zambeli, que já teve conteúdo excluído, argumentou que as plataformas estariam agindo como juízes. A parlamentar acrescentou que muitas pessoas não teriam condições para acionar a justiça e questionar as plataformas, que estariam descumprindo a Lei do Marco Civil e do direito autoral. “A gente sabe que a liberdade econômica é algo importante, eu sou uma defensora da liberdade econômica, mas ela não pode vir antes da liberdade de expressão”.

Jonas Valente rebateu a fala da parlamentar e reforçou que a liberdade de expressão não pode ser encarada como um valor absoluto, pois existe arcabouço jurídico que prevê limites e reconhece crimes como o racismo. Para Jonas, o desafio é construir um equilíbrio para promover a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, o direito de informação do cidadão. “Se a gente absolutizar a liberdade de expressão, as pessoas podem promover medicamentos sem eficácia, colocar mentiras, crimes de ódio e uma série de problemas que a gente já tem visto e que afetam a nossa democracia”, destacou.

Valente reforçou que o mundo inteiro vem debatendo soluções regulatórias nesse sentido, e que no Brasil a solução passa por preservar o espírito e o regime de responsabilização do Marco Civil, mas que é preciso avançar na discussão da medição pelos grandes agentes. Ele defendeu a retomada da discussão do Projeto de Lei n° 2630, e que deve ser pensada uma regulação pública democrática. “Nós precisamos de uma solução sofisticada, inteligente, democrática, que não signifique deixar o poder na mão das plataformas, mas também não signifique que o governo federal inove e extrapole por decreto e defina como vai se dar essa regulação”, concluiu.

“A gente decidiu fazer essa audiência pública para sensibilizar os órgãos do governo, para que não seja publicado um decreto que, no lugar de resolver distorções e problemas, cause muito mais problemas, inclusive para a liberdade de expressão do povo brasileiro”, declarou o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, ao final da audiência.

7.3. ONU demonstra preocupação com projeto de lei sobre terrorismo

Em análise, solicitada pela Presidência da CDHM, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos aponta que o PL n° 1595/2019 poderá criar fortes limitações às liberdades fundamentais, estimular e facilitar a repressão e impactar diretamente a atuação da sociedade civil, movimentos sociais e pessoas defensoras dos direitos humanos

A Câmara dos Deputados instalou a Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei n° 1595/2019, que dispõe sobre ações contraterroristas e altera as Leis n° 10.257/2001 e n° 9.807/1999, no dia 29 de junho. O deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES) foi eleito presidente da comissão e designou o deputado Sanderson (PSL-RS) como relator da matéria.

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou, em abril, análise da proposição ao Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos, Jan Jarab. Em resposta, no dia 25 de maio, o Escritório Regional reforçou o apoio ao Estado brasileiro no cumprimento dos seus compromissos internacionais de direitos humanos e expressou preocupação com o andamento do projeto.

O documento destaca que o Conselho de Direitos Humanos da ONU tem observado com preocupação casos em que a legislação nacional de segurança e contra o terrorismo foram mal utilizadas, com o intuito de cercear o importante trabalho desenvolvido por defensoras e defensores dos direitos humanos, colocando em risco a segurança desse grupo e minando eventuais oposições políticas.

Ressalta ainda que o Pacto Internacional dos Direitos Políticos e Civis (PIDCP) garante o direito à liberdade de opinião e expressão, à liberdade de reunião pacífica, à liberdade de associação e o direito de participar na condução dos assuntos públicos. E que, nesse sentido, o Comitê de Direitos Humanos declara: “Embora os atos de terrorismo devam ser criminalizados de acordo com o direito internacional, a definição desses crimes não deve ser excessivamente ampla ou discriminatória e não deve ser aplicada de maneira que restrinja ou desencoraje o exercício do direito de reunião pacífica”.

Em sua Resolução n° 7/36, o Conselho de Direitos Humanos da ONU firmou a necessidade de garantir que a invocação da segurança nacional, incluindo quando utilizada para conter o terrorismo, não seja usada injustificadamente ou arbitrariamente, restringindo o direito à liberdade de opinião e expressão.

A análise destaca que a própria justificativa do Projeto da Lei admite que o Brasil não é um alvo típico para ações de cunho terrorista e que os argumentos são especulativos e hipotéticos, e sinaliza preocupação especial com o trecho que alega que “os crimes cometidos por alas radicais de movimentos sociais” são “extremamente próximos conceitualmente do que seria o terrorismo”.

Segundo o Escritório, o trecho seria uma “construção ideológica” e seria um exemplo da “velha tendência dos Estados a recorrer ao conceito de ‘terrorismo’ para desacreditar movimentos políticos, éticos, regionais ou de outro tipo que simplesmente não gostam”.

De acordo com a análise, ao reduzir as sanções para agentes do Estado que ferirem ou matarem em legítima defesa, somado à amplitude do conceito do terrorismo, concederia uma espécie de licença para matar em caso de hipótese, ainda que vaga, de ameaça.

A inclusão dos atos não tipificados como crime de terrorismo na aplicação da Lei Antiterrorismo seria, de acordo com o parecer, contrária às normas internacionais, por propiciar espaço de ambiguidade. A lei penal deve definir claramente a conduta que é proibida. O princípio da segurança jurídica exige que as leis penais sejam suficientemente precisas para evitar uso arbitrário.

RELATORES DA ONU

Além da manifestação aos deputados, em carta enviada ao governo brasileiro, no dia 15 de junho, sete relatores da ONU também apontaram que o PL 1595/2019 da Câmara e PLS 272/2016 do Senado ameaçam silenciar críticos e a oposição, criminalizar movimentos sociais e greves, além de restringir liberdades fundamentais. Os relatores recomendaram a revisão e reconsideração de certos aspectos das propostas para garantir que estejam em conformidade com as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil e alertaram que o momento de pandemia da Covid-19 não permite o necessário escrutínio público das matérias.

7.4. Observatório Parlamentar examina evolução dos direitos à manifestação e à organização

A CDHM, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, examinou no dia 3 de setembro o cumprimento das recomendações feitas ao Brasil para garantir os direitos de livre manifestação e organização.

A RPU é um mecanismo onde os países membros da Nações Unidas fazem recomendações uns aos outros com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos.

Os participantes demonstraram preocupação com o andamento do PL 1595, por entenderem que criminaliza os movimentos sociais e representa graves riscos à liberdade de organização e manifestação.

Alan García Campos, Chefe da Seção sobre graves violações de Direitos Humanos do Escritório ACNUDH no México, reforçou a importância do Poder Legislativo para a garantia dos direitos humanos, seja por meio de legislações, seja pela ratificação de tratados internacionais ou por meio de processos participativos. García Campos destacou que o tema é relevante em toda a América Latina e que nos últimos dois anos foram vistas manifestações populares em países como Chile, Peru, Bolívia, Paraguai e Brasil, mas que muitas vezes as autoridades reagiram utilizando força desnecessária e desproporcional.

Lembrou que a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos divulgou relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil alertando sobre medidas legislativas e judiciais que pretendem limitar o exercício das manifestações e sobre

o uso crescente das polícias militares nos protestos intimidando manifestantes, com registro inclusive de pessoas feridas. “Nenhum país está isento dos desafios que representam respeitar o direito a manifestações e reuniões pacíficas”, disse.

E citou ainda a preocupação do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos com tendências repressivas aos movimentos sociais, mas também sobre a existência de manifestações que promovam uma agenda anti-direitos humanos e promovam discursos de ódio, contra instituições com papel insubstituível para a vigência de todo o regime democrático, como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

“A plena proteção daqueles que participam em reuniões pacíficas somente é possível quando a gente protege os outros direitos relacionados à liberdade política. Particularmente a liberdade de expressão, mas também direitos como a liberdade de associação e a participação política.”

“O respeito ao direito da reunião pacífica deve ser neutro e deve favorecer a expressão da pluralidade política social e cultural dos nossos povos”, reforçou Alan García Campos.

PREOCUPAÇÃO COM LEGISLAÇÕES ANTITERRORISTAS

“Ao comparar a atuação dos movimentos sociais ao conceito de terrorismo, ao propor a criação de todo um sistema paralelo de segurança, ao estabelecer que ações contraterroristas possam ser consideradas hipóteses de excludente de ilicitude, a eventual aprovação do PL 1595 pode criar fortes limitações a liberdades fundamentais, impactando diretamente na atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais”, afirmou Jan Jarab, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

“Esse projeto traz conceitos muito abertos, excludentes de ilicitude, investigações sem processo, estruturas de investigação paralela. A quantidade de investigações sobre atos de terrorismo no Brasil é muito pequena e ela é feita pelas estruturas do CISBIN, da ABIN, da Polícia Federal, do Ministério Público, de forma absolutamente eficiente. A constituição de uma estrutura desse tipo seria inclusive um desperdício de dinheiro público”, argumentou o Procurador Enrico Rodrigues.

“E esse projeto, se aprovado, gera a possibilidade de criminalização de movimentos e organizações da sociedade civil”, finalizou, pedindo a inclusão de nota técnica elaborada pela PFDC sobre o projeto.

“Esse projeto (PL 1595) já recebeu alertas da comunidade internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos enviou carta técnica à CDHM destacando graves violações do direito internacional dos direitos humanos, inclusive destacando que há um impacto direto na sociedade civil, movimentos e defensores”, alertou Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos

“Para que nós não descumpramos essa recomendação (Iraque), é necessário que se suspenda a tramitação e o arquivamento imediato do Projeto 1595”, reforçou Asano.

LIBERDADE DE REUNIÃO E ORGANIZAÇÃO

Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador da República e Coordenador do Grupo de Trabalho Liberdades: Consciência, Crença e Expressão, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (PFDC), elencou notas técnicas emitidas pelo órgão que procuram contribuir com o respeito a liberdades fundamentais para a democracia, como a de imprensa, a de reunião e de organização.

“O Supremo fixou a tese de que não há necessidade de um aviso prévio de forma a determinar que uma manifestação se tornasse ilícita. Que esse aviso pode ser feito de qualquer forma, inclusive por meio de redes sociais que cheguem ao poder público. Não há exigências de nenhuma comunicação formal e prévia”, destacou Enrico.

O Procurador ainda chamou atenção para duas medidas: a implementação de câmeras de filmagem pelos policiais em suas abordagens e a necessidade de protocolos de atuação policial públicos.

USO DA FORÇA

Davi Quintanilha, Defensor Público do Estado de São Paulo, representando a Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (ANADep), apontou a ausência de protocolos de uso da força por agentes em contextos de manifestações e destacou ação por parte do órgão, que busca a edição de uma normativa.

Quintanilha lembrou que a perda da visão por uma manifestante levou a Defensoria a fazer denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que o Brasil adequasse o seu padrão de atuação às normas internacionais de direitos humanos e para que editasse uma legislação federal com diretrizes para o uso da força no contexto de manifestação.

“A Defensoria busca que o poder público aprimore esse treinamento da força de segurança pública e também do próprio sistema de justiça”, afirmou, indicando que as iniciativas já existentes ainda são insuficientes para coibir excessos e garantir a liberdade de manifestação. O defensor concluiu lembrando que manifestações culturais também sofrem com a repressão.

“A gente viu o que aconteceu em Pernambuco numa manifestação em maio, quando a polícia, de forma desproporcional, atirou contra os movimentos populares. A gente vem acompanhando a forma com que o Estado ataca os movimentos populares no seu direito de se manifestar”, afirmou Ana Maria Moraes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Apontaram ainda a importância da revogação da Lei de Segurança Nacional e a aprovação da nova Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, mas lamentaram o veto do presidente justamente ao trecho que tinha como objetivo prevenir a violência contra manifestantes.

“Aqui eu faço um chamamento para que o Parlamento siga no seu papel de garantidor das liberdades democráticas e derrube esse veto”, disse Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos.

“Enfrentamos um contexto de avanços do autoritarismo no país permeado por uma crise sanitária que aprofunda desigualdades e aumenta a perseguição às vozes dissidentes. Falar de liberdade de expressão e do direito de protesto hoje no Brasil é falar do uso da força e da emergência de legislações que criminalizam movimentos sociais e quem vai às ruas, mas é também falar do crescimento da lógica do inimigo interno, da promoção do racismo, da LGBTQIA+ fobia, do discurso de ódio pelas autoridades brasileiras”, comentou Raisa Ortiz Cetra, do Coletivo RPU e do Artigo 19.

“O Brasil hoje persegue e intimida as vozes dissidentes, reduz os espaços democráticos, retrocede no que havíamos avançado e algumas autoridades usam a liberdade de expressão como um pretexto para fortalecer um governo que o que faz é violar sistematicamente a liberdade de expressão no país”, afirmou Raisa.

7 DE SETEMBRO

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), apontou a contradição de movimentos que ocupam as ruas, mas defendem medidas autoritárias. “É bom lembrar também para aqueles que vão às ruas pedir intervenção militar que eles estão cometendo um ato contra o próprio ato deles de se manifestarem. Porque, com intervenção militar, com ditadura, não tem manifestação, não tem direito de organização”.

“Eu peço que os olhos do mundo estejam voltados às ruas no dia 7 de setembro. É muito importante que a gente possa acompanhar a movimentação. Eu espero e desejo que os protestos sejam pacíficos e ordeiros”, afirmou Ana Maria, do MST.

PARLAMENTARES

“O Brasil vive um franco retrocesso, a democracia está ameaçada, a soberania ameaçada, os direitos dos trabalhadores, ameaças aos movimentos sociais, a livre manifestação, a a liberdade de imprensa e ameaça sobretudo aos direitos humanos”, afirmou o deputado Helder Salomão (PT/ES).

“A liberdade de manifestação e liberdade de organização são valores que por si só se justificam, mas são instrumentos para construção de uma sociedade democrática, uma sociedade de direitos. Quando se silencia um segmento da sociedade, você está criando as condições para o domínio e para o arbítrio”, argumentou a deputada Erika Kokay (PT/DF).

RELATÓRIO PRELIMINAR

Segundo o relatório preliminar que avalia o cumprimento das recomendações, as realizadas pelo Egito, de certificar que a Lei Antiterrorista de 2016 corresponda aos padrões internacionais de direitos humanos, e pelo Iraque, para assegurar que a legislação combata apenas grupos terroristas e não englobe defensores dos direitos humanos, não foram cumpridas, já que a legislação não foi alterada no sentido indicado.

O relatório reconhece avanço no cumprimento das recomendações da Eslováquia, para um código de conduta baseado em padrões internacionais de direitos humanos, a fim de estabelecer condições específicas para o uso da força por parte de agentes da lei durante protestos e manifestações, e de Ruanda, para prevenir abusos por parte de alguns agentes responsáveis pela aplicação da lei, inclusive através do treinamento apropriado em direitos humanos.

A aprovação da Lei 13.675/2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criou uma base normativa de âmbito nacional para orientar a formação e treinamento dos agentes responsáveis pela aplicação da lei.

Sobre a recomendação do Sudão, para fortalecer a sociedade civil para que ela possa participar da assistência humanitária e de grandes eventos esportivos, o documento identifica retrocesso no cumprimento, pois desde 2017, houve redução dos espaços de deliberação e participação social no âmbito do governo federal.

7.5. CDHM debate extinção e alteração dos colegiados de participação popular

Captura e Montagem Fernando Bola



A CDHM debateu na quarta-feira (14/07) em audiência pública a extinção e alteração dos colegiados de participação popular, realizadas por meio do Decreto 9759/2019.

A audiência contou com a participação de membros e ex-membros de colegiados de diferentes áreas, como Meio Ambiente, Psicologia, Segurança Alimentar e Nutricional, população LGBTQIA+, crianças e adolescentes, entre outros. Os participantes reforçaram a importância dos colegiados e denunciaram que o Decreto impactou negativamente a participação social na formulação e monitoramento das políticas públicas.

“Estamos diante de um verdadeiro desmonte do sistema democrático e participativo que vinha se consolidando no país, desde a Constituição Federal de 1988”, afirmou Ana Sandra Fernandes, presidenta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), órgão que perdeu assento no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

Ana Fernandes explicou que o CFP, junto com outras entidades profissionais e organizações da sociedade civil, foi retirado da composição do CONAD por meio do Decreto. O Conselho é responsável por aprovar, reformular e acompanhar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, por acompanhar diretrizes para prevenção do uso indevido, pela atenção à reinserção social de usuários e dependentes de drogas, entre outras competências.

Fernandes afirmou que o Decreto 9759 promoveu no âmbito do CONAD o negacionismo científico. “Proibir o Conselho Federal de Psicologia de contribuir com as políticas nacionais sobre drogas é negacionismo científico e uma afronta à Lei 5766, que nos institui nesse lugar de órgão consultivo do Estado brasileiro em matéria de psicologia”, disse.

Ela reforçou que o desmonte do CONAD desconfigurou a Política Nacional de Drogas, fazendo com que caminhasse para um financiamento público das comunidades terapêuticas, e o consequente esfacelamento da Rede de Atenção Psicossocial e sucateamento dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).

“Expulsaram a ciência, expulsaram as trabalhadoras e os trabalhadores, expulsaram quem precisa ser atendido e amparado pela política sobre drogas. Então, quem e quais interesses estão conduzindo as políticas sobre drogas no atual governo?”, questionou Ana.

COMBATE À FOME

“A extinção do CONSEA significa virar a página do combate à fome em nosso país, é virar a página do Fome Zero, significa a desestruturação do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)”, lamentou Anderson Santos, representante da Via Campesina no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), extinto por meio do Decreto.

Anderson Santos afirmou que a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), responsável pela coordenação e pelo monitoramento das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, ao combate à fome e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), também teve seu escopo reduzido a um papel burocrático, sem nenhum diálogo com a sociedade civil.

Ele destacou que com a extinção do CONSEA a sociedade civil vem se organizando e realizando conferências populares como forma de resistência.

“O resultado de tudo isso é o retorno das pessoas para a situação de fome, é o retorno do Brasil pro mapa da fome. A gente chegou a 4,2% de pessoas em insegurança alimentar e estamos agora com 19 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave e mais da metade da população brasileira em insegurança alimentar leve”, disse, afirmando que o Brasil perdeu durante a pandemia instrumentos fundamentais que pudessem atuar na questão de segurança alimentar.

ESVAZIAMENTO DOS COLEGIADOS

Ariel Castro Alves, ex-conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, afirmou que o CONANDA também sofreu com esse processo: teve a quantidade de membros reduzida, sua forma de eleição alterada, encontros mensais inviabilizados mesmo antes da pandemia.

“Essa intervenção arbitrária, antidemocrática, acabou inviabilizando uma série de trabalhos e atividades, inclusive a própria Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”, relatou.

Alves destacou que foi a atuação do Supremo Tribunal Federal, em resposta à ação da sociedade civil, que permitiu que o CONANDA continuasse em funcionamento, garantindo os mandatos que haviam sido cassados, reuniões mensais, custeio dos deslocamentos e a eleição da mesa diretora por meio do colegiado.

Carlos Bocuhy, ex-conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), demonstrou preocupação com o futuro e as vulnerabilidades sociais e ambientais brasileiras. Segundo ele, relatório do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, previsto para 2022, aponta para o aumento de um grau e meio na temperatura global até 2050, o que era esperado para 2100.

“Nós temos que ter políticas públicas, participação social, temos que garantir essa qualidade na defesa ambiental para que se possa fazer frente a um estágio de intensa vulnerabilidade que vai se apresentar cada vez mais para o Brasil”, afirmou, destacando que a atual crise hídrica já faz parte desse quadro desafiador.

“O Brasil é detentor de 20% da biodiversidade do planeta. O CONAMA estabelece políticas públicas para a área ambiental, mas, mais do que isso, ele estabelece toda a normativa sobre qualidade ambiental. Então, é fundamental que o Conselho tenha uma participação social muito efetiva”, defendeu.

Carlos Bocuhy apontou que o Decreto não conseguiu extinguir o CONAMA por ser previsto em lei, mas o desfigurou a ponto de neutralizar a sociedade civil, alterando a representação dos biomas e regiões e eliminando a participação da ciência, dos trabalhadores e das populações tradicionais. Bocuhy sugeriu que houvesse uma articulação para instituir os conselhos por lei.

Danielle Brígida, Presidenta eleita do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT+, destacou que foi a participação social que permitiu a formulação de políticas públicas para a população LGBTQIA+. “Se hoje o SUS tem atendimento para a nossa população, é porque existiu participação social”.

“A nossa população ainda precisa que essas políticas avancem muito e tudo que a gente tem visto é retrocesso. A nossa população ainda é marginalizada, ainda está fora do ensino regular, ainda não consegue o atendimento básico na saúde. A nossa população nunca saiu do mapa da fome”, afirmou, destacando que os dados produzidos, mas não divulgados pelo governo, apontam a dificuldade de acesso dessa população às políticas.

“A partir do momento que o governo se ausenta das suas responsabilidades ele também é responsável pelas nossas mortes”, finalizou Danielle.

Diva Santana, da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, afirmou que o colegiado também sofreu desmonte, lembrou que a Presidente da Comissão, a promotora federal Eugênia Gonzaga, foi destituída em 2019, juntamente com mais três conselheiros. Ela destacou que as substituições não cumpriram o orientado pela Lei 9040/1995, que criou a Comissão e designa a participação de um representante do Ministério da Defesa, e que atualmente dois representantes do Ministério estão no conselho.

A representante destacou que a Comissão vem funcionando precariamente, e que existiria interesse em acabar com a instituição, além de dificuldade para ter acesso a informações sobre a continuidade de importantes trabalhos, como a investigação de ossadas do cemitério de Perus, que trariam respostas às famílias que tiveram desaparecidos.

Lucia Secoti afirmou que o Conselho Nacional do Idoso (CNDI) também sofreu desmonte e foi descaracterizado. “A gente não tem controle social nenhum na pandemia no segmento da pessoa idosa, nem em outros segmentos”. Secoti pediu apoio ao PL 4249/2020, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, para definir a composição e funcionamento do CNDI, e ao PDL 454/2019, que susta o decreto que alterou o Conselho.

A representante do CNDI ainda lamentou a ausência de relatórios do Disque 100, que eram gerados anualmente, impossibilitando o acompanhamento das denúncias.

A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A pesquisadora da Universidade de Brasília Débora Rezende desconstruiu os argumentos utilizados pelo governo na época para justificar a extinção dos conselhos, como a acusação de distorção da representação e da participação, burocratização da administração e o alto custo para Estado.

Sobre o argumento da distorção, ela destacou que os colegiados são resultado da luta de vários atores desde a redemocratização do Brasil. “São frutos de debates intensos durante a Constituinte sobre como seria possível reverter nossa história autoritária e excludente, que não incluía a vontade e a participação social”, disse, destacando que antes esse debate estava concentrado nas elites.

Débora rebateu o argumento de burocratização afirmando que a participação não causa disfunção ao Estado e que várias pesquisas comprovam que a atuação conjunta entre governo e sociedade civil resulta em políticas mais inovadoras.

“As políticas sociais que conhecemos hoje são frutos dos movimentos da sociedade civil. O SUS nasce de

uma conferência nacional e depois é implementado a partir de normativos pensados nos conselhos. O SUAS também é desenhado em conferências e conselhos. A política nacional de segurança alimentar nasce do controle social nos conselhos. E tudo isso está em risco hoje”, afirmou, falando que políticas melhores formuladas custam menos ao Estado.

A pesquisadora destacou ainda que mesmo durante a pandemia o Conselho Nacional de Saúde tem sido enfraquecido, com redução de recursos e tendo suas resoluções desconsideradas, apesar de o Conselho ser o órgão máximo de deliberação na área.

PRECEITO CONSTITUCIONAL

“O que está acontecendo hoje no Brasil é um desmonte do pacto federativo. É um desmonte do pacto republicano estabelecido em 1988. A única justificativa para este ato é a incapacidade do governo de dialogar com aqueles que pensam diferente do seu projeto. E não aceitar o conflito político, que é central para democracia, coloca em sérios riscos à democracia no Brasil”, afirmou Débora.

Para Mônica Alckmin, membro da mesa diretora do CNDH e Coordenadora da Comissão Especial sobre Participação Social, o Decreto é parte de uma escolha por uma estratégia não democrática.

“Quando a gente fala do ataque a essas políticas, nós estamos falando do ataque à estrutura democrática do país. Essas medidas, esses posicionamentos, a dificuldade de dar transparência impacta especificamente na democracia do país”.

Para Mônica, é fundamental denunciar a gravidade do cenário ao Legislativo e às instâncias internacionais. “A perda da democracia de um país com a dimensão política e territorial do Brasil vai impactar no mundo”.

Para o pesquisador da Unicamp Wagner Romão, a participação da sociedade civil foi cerceada a partir da edição do Decreto. Romão apresentou estudo de como o Decreto impactou de diferentes formas os colegiados, desde a quantidade de participantes, a forma de escolha dos integrantes, que acontecia por eleição, a periodicidade dos encontros, afetando também os conselhos nos estados e municípios.

Para o deputado Helder Salomão (PT/PE), ex-presidente da CDHM, que presidiu a audiência, as medidas causam impactos severos e graves com relação à participação social no Brasil. “Não é uma escolha de governo, é um preceito constitucional, é um princípio democrático. Então, cabe aos governos cumprirem princípios democráticos e preceitos constitucionais”, afirmou.

A audiência contou ainda com a participação dos parlamentares Erika Kokay (PT/DF) e Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB).

7.6. MPF Goiás apura denúncia de abordagem intimidatória e interferência estatal em movimentos sociais

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Substituta, Ana Borges Coelho, comunicou a instauração, no âmbito da Procuradoria da República de Itumbiara, de notícia de fato “com o objetivo de apurar a abordagem intimidatória de suposto integrante da PM-GO a membros de movimento social ligado à reforma agrária e interferência estatal no funcionamento das associações”.

A manifestação se deu em resposta ao Presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE), que havia solicitado, no último dia 22 de novembro, providências ao Ministério Público para investigar as denúncias realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

O MST havia reportado despacho do 4º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás, que demandava informações sobre Movimentos Sociais do Campo, como “identificar e qualificar as lideranças locais desses movimentos, bem como levantar o quantitativo de pessoas em cada assentamento/acampamento (quantidade de crianças, mulheres e faixa etária dos integrantes desses movimentos); identificar e qualificar o envolvimento com políticos; e pormenorizar o histórico de invasões, conflitos, ou qualquer assunto de interesse da segurança pública na região da Unidade”.

O MST também comunicou que suposto policial militar teria, reiteradamente, buscado informações relacionadas aos movimentos sociais do campo, por meio de aplicativo de mensagem, e-mail e presencialmente.

Em ofício às autoridades, o parlamentar reforçou que o direito ao protesto e à organização dos cidadãos em movimentos sociais de caráter reivindicatório é resultado de três postulados essenciais: o direito à liberdade de expressão, à liberdade de reunião e à liberdade de associação. “Todos são direitos humanos fundamentais protegidos pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e devem ser observados pelos agentes públicos ao lidar com ativistas”, afirmou.

SAIBA MAIS: PARÂMETROS INTERNACIONAIS

O direito ao protesto é reconhecido por diversos instrumentos das Nações Unidas. Considera-se que o direito a se manifestar é essencial não só para a promoção e defesa dos direitos humanos, mas também para a democracia e o pluralismo. A Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, da Organização dos Estados Americanos, estabelece que a liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática, e que toda pessoa tem o direito de externar suas opiniões.

7.7. Conduta da PM em protesto no Recife

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou providências ao Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Ministério Público do Estado e à Secretaria de Defesa Social, sobre a conduta da Polícia Militar durante a manifestação no sábado 29 de maio.

Imagens mostram também que um policial militar disparou spray de pimenta diretamente no rosto da vereadora Liana Cirne Lins (PT). Um dos vídeos mostra o momento da agressão à vereadora, que cai de imediato no chão.

Assessores da vereadora explicaram ao Portal Metrôpoles que um grupo de advogados estava nas ruas para evitar ações arbitrárias contra os manifestantes, quando teriam sido avisados que próximo ao Palácio do Governo, a PM disparava balas de borracha e gás de pimenta contra as pessoas. “A vereadora foi até lá para tentar dialogar e evitar a violência, mas a resposta dos policiais foi gás de pimenta”, contou o assessor Pedro Ivo Bernardes ao portal.

Para Veras, as imagens, tanto em relação a Lins, quanto em relação a outros manifestantes, indicam, além da violação da integridade física, violação das normas sobre uso da força por agentes de segurança e aos direitos à liberdade de expressão e manifestação, garantidos no direito nacional e no direito internacional dos direitos humanos.



Mary Lawlor - Relatora Especial sobre a situação dos defensores dos Direitos Humanos
Foto: Câmara dos Deputados

8. DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

8.1. Observatório Parlamentar verifica situação de proteção a defensoras e defensores de Direitos Humanos no Brasil

O Observatório Parlamentar da RPU verificou no dia 15 de setembro o cumprimento pelo Brasil de recomendações para garantir a segurança de defensoras e defensores de direitos humanos.

A proteção às defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil está amparada pelo Decreto nº 6.044/2007, que aprovou a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH), e pelo Decreto nº 9.937/2019, que instituiu o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).

“Defensoras e defensores de direitos humanos são imprescindíveis à democracia, à manutenção da paz e do desenvolvimento sustentável de todos os estados e nações”, afirmou Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres Brasil.

Anastasia destacou que relatório de 2021 da relatora especial da ONU mostrou que, entre 2015 e 2019, 1323 defensores e defensoras de direito foram assassinadas em todo o mundo, sendo que 166 eram mulheres e 174 eram brasileiras e brasileiros, colocando o Brasil em segundo lugar com maior número de assassinatos, atrás apenas da Colômbia, com 397 casos.

A representante da ONU Mulheres enfatizou ainda a importância de esforços para investigar o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Mary Lawlor, Relatora Especial das Nações Unidas sobre a situação dos defensores dos Direitos Humanos, comentou o quadro atual no país e o contraste entre a realidade dos números e o apoio formal às recomendações sobre o tema.

“Quando olhei a série de recomendações relativas a pessoas defensoras de direitos humanos que o Brasil apoiou em 2017, meu primeiro pensamento foi que se essas recomendações tivessem sido implementadas plenamente, talvez tivéssemos visto menos assassinatos e ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos nos últimos quatro anos. Infelizmente, este não é o caso”, disse.

Lawlor também apontou o assassinato de 174 pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil entre 2015 e 2019, o que corresponde a 13% do total global de mortes registrado no período.

Em sua avaliação, a situação no país permanece crítica, sendo um dos exemplos da gravidade da questão no Brasil o assassinato de Fernando dos Santos Araújo, testemunha-chave e sobrevivente do massacre de Pau D’Arco em 2017, e o assédio judicial contra seu advogado, José Vargas Sobrinho Junior.

“Tivemos um ataque a pessoas defensoras exigindo o direito de comunidades para o acesso e posse de terras, assassinatos extrajudiciais por parte das forças do Estado, uma investigação profundamente falha dos perpetradores e a acusação de um advogado de direitos humanos e de testemunha por exigirem justiça e responsabilização”, comentou.

Para ela, a falta de proteção oferecida a Fernando e José Vargas, apesar do perigo que existia – e continua existindo para José Vargas – sugere uma falta de vontade política e “na melhor das hipóteses, uma atitude sem comprometimento das autoridades em levar a sério suas responsabilidades para proteger pessoas defensoras de direitos humanos”.

Lawlor também mencionou o caso de Cacique Babau, líder indígena e defensor dos direitos humanos que recebeu informação de uma fonte confidencial sobre um plano para assassiná-lo. Apesar de ter sido formalmente incluído no programa de proteção, o líder indígena continuou enfrentando ameaças em sua comunidade, e não houve abertura de investigação sobre as supostas ameaças de assassinato.

A Relatora enfatizou que, no Brasil, há violência sistemática contra lideranças indígenas e defensores de direitos humanos devido ao que considera um “ambiente favorável” para mineiros, madeireiros e pecuaristas agirem sem punição, lembrando a violência e as ameaças sofridas pelos povos Munduruku e Yanomami devido à mineração ilegal em territórios indígenas.

SOCIEDADE CIVIL

“O país pouco ou quase nada fez para atender as recomendações que espontaneamente acatou a fim de garantir a proteção e o enfrentamento à impunidade das violações cometidas contra defensores e defensoras de direitos humanos”, afirmou Alane Luzia da Silva, da Terra de Direitos. Para ela, o grave cenário de ameaças é resultado da impunidade vivenciada ao longo de décadas.

“Com tramitações em instâncias internacionais, temos exemplos como o de Marielle Franco e Anderson Gomes, Monica Benício, o assassinato dos trabalhadores sem-terra Antonio Tavares e Sebastião Camargo, ambos já atravessando vinte anos de impunidade, na Amazônia o Pau D’arco, na Bahia violência contra lideranças quilombolas, e o assassinato do líder quilombola Flavio Gabriel, que completa seus quatro anos de impunidade”.

“Não se tem sequer notícias sobre a instalação de investigação federal de todos os casos de violência contra defensores”, disse Alane, comentando a recomendação 112. Ela ainda destacou a falta de respostas aos crimes de violência contra mulheres na política.

“A política não cumpre seus objetivos diretos, ou seja, a proteção eficaz e adequada a cada uma das realidades, e

também seus objetivos indiretos, que seria o enfrentamento das causas que geram as ameaças e as violações sofridas pelas defensoras e defensores”, apontou.

Luismar Ribeiro, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, sustentou que a política pública deve ir além dos programas de proteção a defensores. “São necessários, mas insuficientes, é preciso pensar em uma proteção integral”.

“A gente acha que esse plano precisa contar com a participação da sociedade civil. Sem a participação, vai ser um plano de cima para baixo, que dificilmente vai considerar as ações necessárias para atuar na proteção integral aos defensores de direitos humanos”.

“O plano precisa criar conexões com outras políticas públicas a fim de resolver as causas desses desses problemas”, acrescentou. Luismar ainda destacou a dificuldade encontrada por defensores com delegados de polícia, que muitas vezes se negam a registrar boletim de ocorrência ou que não resultam em investigação.

“Temos o direito de nos organizar para fazer a luta pelos direitos humanos. Parece óbvio o que eu estou dizendo, mas não é assim para a imensa maioria dos brasileiros e das brasileiras”, afirmou Paulo César Carbonari, do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

“Sobre nós pesa a pecha de que somos defensores de bandidos, esse é o contexto geral, ainda estamos longe de encontrarmos um ambiente onde a atuação dos defensores e defensoras dos direitos humanos seja respeitada, seja valorizada, seja tida pelas autoridades como uma atividade de ampla, profunda e reconhecida relevância pública”.

FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS

Para o Procurador Enrico Rodrigues de Freitas, da Procuradoria de Defesa do Cidadão, existe uma relação direta entre o risco e ataques a defensores de direitos humanos com a fragilização dos próprios direitos.

“A defesa dos direitos dos defensores de direitos humanos passa pela defesa e garantia mais ampla de direitos”.

Enrico lembrou que o Estado brasileiro está com mais de 14 anos de atraso na elaboração do plano e defendeu como essencial a participação da sociedade civil. “Sem ela é absolutamente impensável construir um plano de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos e entendemos inclusive que essa participação deve ser paritária em todo o processo de construção e diálogo sobre esse plano”.

MMFDH

Mariana Neris, Secretária Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), afirmou que o órgão vem preservando o programa, destacando que hoje ele atende 604 pessoas em todo o território nacional.

Neris demandou esforços do Congresso Nacional para o fortalecimento das estruturas estaduais. “Eu queria destacar a importância de termos esse olhar regionalizado, para que possamos ter maior efetividade em termos de proteção e defesa de direitos humanos desses ambientalistas, comunicadores e defensores de direitos humanos. O olhar local é fundamental”, defendeu.

Neris destacou que o MMFDH vem realizando, junto com as entidades executoras, diagnósticos com o objetivo de aprimorar o programa. Afirmou ainda que o Ministério está comprometido com a elaboração do Plano Nacional e com a execução do plano em curso.

RELATÓRIO PRELIMINAR

As 12 recomendações podem ser agrupadas em cinco sugestões: melhorar a proteção dos defensores de direitos humanos (recomendações 111, 114, 117, 120 e 121); fortalecer a participação da sociedade civil no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (111, 117); assegurar a investigação e a responsabilização nos casos de violência contra defensores (112, 114, 121); implementar efetivamente a Política Nacional de Proteção de Defensores (113, 122); e implementar e reforçar o Plano/Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (115, 116, 118, 119, 121, 122).

Relatório preliminar avaliou que nenhuma das 12 recomendações foi cumprida. O documento aponta que não houve melhoria dos mecanismos de proteção, nem sinalização de mudanças para incluir a sociedade civil no processo de concepção e execução das políticas de proteção.

O documento também apontou que persistem os assassinatos de ativistas, que as investigações dos casos continuam na esfera estadual, e que não há mudanças em curso no sentido de sua federalização. E que a impunidade e a ausência de responsabilização na maioria dos casos permanecem como características do problema no Brasil

Segundo a avaliação técnica preliminar, o Programa continua a ser executado de forma dispersa, intermitente e com carência de medidas mais efetivas de proteção e a sociedade civil continua alijada da participação na Política e no Programa de Proteção.

8.2. Defensores de direitos humanos no Pará: encontro busca contribuir com soluções efetivas

Captura e Montagem Fernando Bola



A Presidência da CDHM realizou, em 1º de junho, reunião focada nas violações de direitos humanos que estão acontecendo no estado do Pará, especialmente as realizadas por garimpeiros contra os indígenas Munduruku, e nas ameaças sofridas por defensores e defensoras de direitos humanos nas regiões de Anapu, Altamira, Novo Progresso e distrito de Castelo dos Sonho.

Jan Jarab, representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, disse que a ONU tem acompanhado com grande preocupação os ataques aos povos indígenas Munduruku. Jan lembrou que a organização se pronunciou em um comunicado conjunto com a ONU Mulheres, que conclama as instituições do Estado brasileiro a proteger os territórios dos povos indígenas. “Clamo às autoridades do estado do Pará, às autoridades federais, que tomem ações urgentes e efetivas para acabar com os graves efeitos das ações dos invasores”, reforçou.

Sobre as ameaças aos defensores de direitos humanos no contexto de conflitos agrários, Jan declarou que o escritório também acompanha a situação e que se preocupa com o padrão de impunidade no estado. O representante da ONU lembrou do massacre de Pau D'arco, em 2017, que resultou na morte de 10 trabalhadores rurais, e do assassinato de Fernando dos Santos Araújo, sobrevivente e testemunha da chacina, morto em janeiro deste ano, apontando a necessidade de investigação e de reparação às famílias.

“Quais medidas foram adotadas pelo Estado brasileiro para proteger as defensoras e defensores dos direitos humanos no estado do Pará? Para permitir que os trabalhadores e trabalhadoras do campo possam prosseguir com suas atividades em um ambiente seguro, livre de ameaças e ataques?”, questionou Jan Jarab.

Para Yuri Costa, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a morosidade do Estado agrava as violações de direitos. “Há uma omissão por parte de órgãos que têm uma missão institucional de defesa de minorias, de grupos vulnerabilizados. Os compromissos do Estado consolidados na nossa Constituição não podem ficar a reboque daquilo que o governante de hoje ou de amanhã pensa, eles são compromisso da Federação”, observou.

MUNDURUKU

Alessandra Munduruku, da Associação das Mulheres Munduruku Wakaborun, pediu a continuidade da operação para a retirada dos invasores do território. “A gente foi forçado a sair por conta dessas ameaças. Eles iam nos matar. Os garimpeiros estão lá como se a terra fosse deles. Por que que a gente tem que sair do nosso território? Lá é a nossa casa, eles estão invadindo. Agora eles querem ter direito? Exigindo que regularize a mineração dentro do nosso território, eles não têm esse direito. A gente pede que ponham esses criminosos na cadeia e que a operação continue”, afirmou.

Auricelia Arapiun, do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), conta que lideranças indígenas estão sendo cooptadas pelos invasores e que a situação vem dividindo famílias. Segundo Auricelia, a mineração, o garimpo e o agronegócio estão tomando conta do território.

“O Rio Arapiuns voltou a ser um corredor de extração de madeira. São balsas que vão com maquinários e que vêm cheias de madeiras, destruindo todo um território. Eles estão usando hoje os nossos parentes, estão cooptando as nossas lideranças, é a pior briga que tem. A gente vive um momento de terror no nosso país, a gente não sabe mais pra quem denunciar, não sabe mais em quem confiar”, declarou.

“Não dá mais pra gente viver inseguro, pra gente ficar sendo expulso dos nossos territórios como lá no Alto Tapajós. Isso não é justo com ninguém, são crianças, mulheres, jovens, lideranças, idosos que estão sendo expulsos. O território é a nossa vida, sem o território não há mais vida para nós”, explicou Auricelia.

PROTEÇÃO DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

O Padre José Boing, da Rede Pan-Amazônica (REPAM), destacou que já são mais de 70 casos de defensores e defensoras de direitos humanos em risco na região acompanhados pela Campanha Vida por um Fio, e que a situação é grave em toda a Amazônia. José Boing reforçou a necessidade de os órgãos atuarem de acordo com suas funções institucionais e sugeriu a criação de um fórum permanente para acompanhamento dos casos.

“Como oferecer segurança aos defensores em seus territórios? Um defensor de direitos humanos não tem condição de fazer uma denúncia em uma delegacia, essa pessoa já fica intimidada”, pontuou sobre as dificuldades de instaurar inquéritos para investigar as ameaças de violência.

Dion Monteiro, da Rede Xingu Vivo e da Campanha: Amazônia Por Um Fio, lembrou o histórico de violência do estado, como no caso da irmã Dorothy Stang, assassinada em Anapu, e destacou casos de três defensores que foram ameaçados por grileiros e que já teriam registrado denúncias. Dion apontou também que alguns assentados estariam sendo cooptados por grileiros para intimidar outros agricultores. “Eles estão em um local restrito, sigiloso, por causa das ameaças. Mas não aceitam mais ser expulsos, tendo que sair do seu local de origem por conta de ameaças, querem retornar para sua terra”, falou, sobre a necessidade de o Estado garantir a segurança de Erasmo Alves (coordenador da Cooperativa dos Produtores Rurais e Agropastoril do Xingu), Vanusa Cardoso (Assentamento Pilão) e Maria Márcia (Assentamento Terra Nossa).

AUTORIDADES

O delegado de Polícia Federal Joselito de Araújo reconheceu a complexidade da situação da região, apontou que existem limites estruturais para a atuação do órgão, mas afirmou que a operação para proteção dos Munduruku segue em andamento.

Coronel Dantas, representante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, destacou que o programa de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos atende atualmente cerca de 60 pessoas no estado. São pessoas que recebem medidas protetivas por parte da Polícia Militar e Civil. “Nós temos um estado com dimensões territoriais muito grandes, 144 municípios, uma tropa da Polícia Militar com treze mil homens e a Polícia Civil com dois mil policiais”, apontou, a respeito das dificuldades encontradas para deslocamento do efetivo para atendimento das demandas.

Nathalia Mariel, Procuradora da República (MPF/PA), falou sobre ações do Ministério Público para contribuir com a garantia dos direitos humanos na região e sobre a cobrança de atuação efetiva por parte dos órgãos responsáveis. “Seguimos vigilantes, cobrando especialmente FUNAI, IBAMA, todas as instituições que teriam responsabilidade sobre a regularização e fiscalização dessas áreas, em razão da insuficiência de proteção policial, da insuficiência de fiscalização por parte desses órgãos, e até em alguns momentos da deslealdade com a missão institucional de diversas entidades que deveriam estar na proteção dessas comunidades e não estão”, afirmou.

“Infelizmente, o Brasil é o país que mais assassina defensores de direitos ambientais, de direitos humanos, de povos

indígenas. A gente precisa garantir a proteção das pessoas que estão lá na área, a integridade física das pessoas que estão fazendo denúncias”, apontou a deputada Joenia Wapichana (REDE-RO), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

“A decisão judicial já existe. Então, o que está acontecendo? Por que não há uma ação?”, questionou a parlamentar sobre a garantia de isolamento dos povos indígenas.

A parlamentar Vivi Reis (PSOL/PA) defendeu a necessidade de diagnóstico do atual cenário da região e de um plano detalhado para garantir a segurança dos indígenas, principalmente das mulheres. “Nós precisamos garantir a integridade dos povos indígenas e defensores de direitos humanos e ambientalistas. Para isso é necessário um reforço do efetivo da Polícia Militar em Jacareacanga. É claro que isso não vai ser a solução dos problemas, mas pode intimidar, e nós precisamos de responsabilização dos agentes envolvidos nesses ataques. Não dá pra fechar os olhos para o que está acontecendo no Pará, nós precisamos de medidas efetivas”, reforçou.

O deputado Airton Faleiro (PT/PA) apontou que existem interesses em disputa no território da Amazônia, além de uma forma equivocada de reconhecer a importância da região para o planeta. “Vamos ter que enfrentar as coisas pela raiz. Nós não podemos só fazer operação, vai ter uma contra ofensiva, uma reação de quem está na atividade ilegal, precisamos dar proteção. Talvez tenhamos que ter força tarefa do Estado, Força Nacional lá dentro das aldeias, temos que mais que inibir, temos que penalizar quem está fora da lei atacando e ameaçando as lideranças”, apontou Faleiro, que destacou que as ações são necessárias para evitar que o Pará volte a ocupar as manchetes por crimes e assassinatos.

A reunião contou com a participação de José Francisco Pantoja, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Pará (PPDDH), Maria Eduarda Dantas, consultora da ONU Mulheres, Cel Dantas, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, Verena Arruda, Puyr Tembe, Sydnei Souza, Alexandre Julião, Heloíse Rocha, do Grupo Consciência Indígena (GCI), Tsitsina Xavante, Maria Lucia Mundurucus, Carlos Augusto Santos Silva, da Contag, de João de Jesus Sousa, da Fetagri, e de Raione Lima Campos, da Comissão Pastoral da Terra.

ENCAMINHAMENTOS

Entre os encaminhamentos da reunião está o pedido de garantia da participação das organizações da sociedade civil e movimentos sociais na gestão e operacionalização do programa de proteção de defensores de direitos humanos (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará).

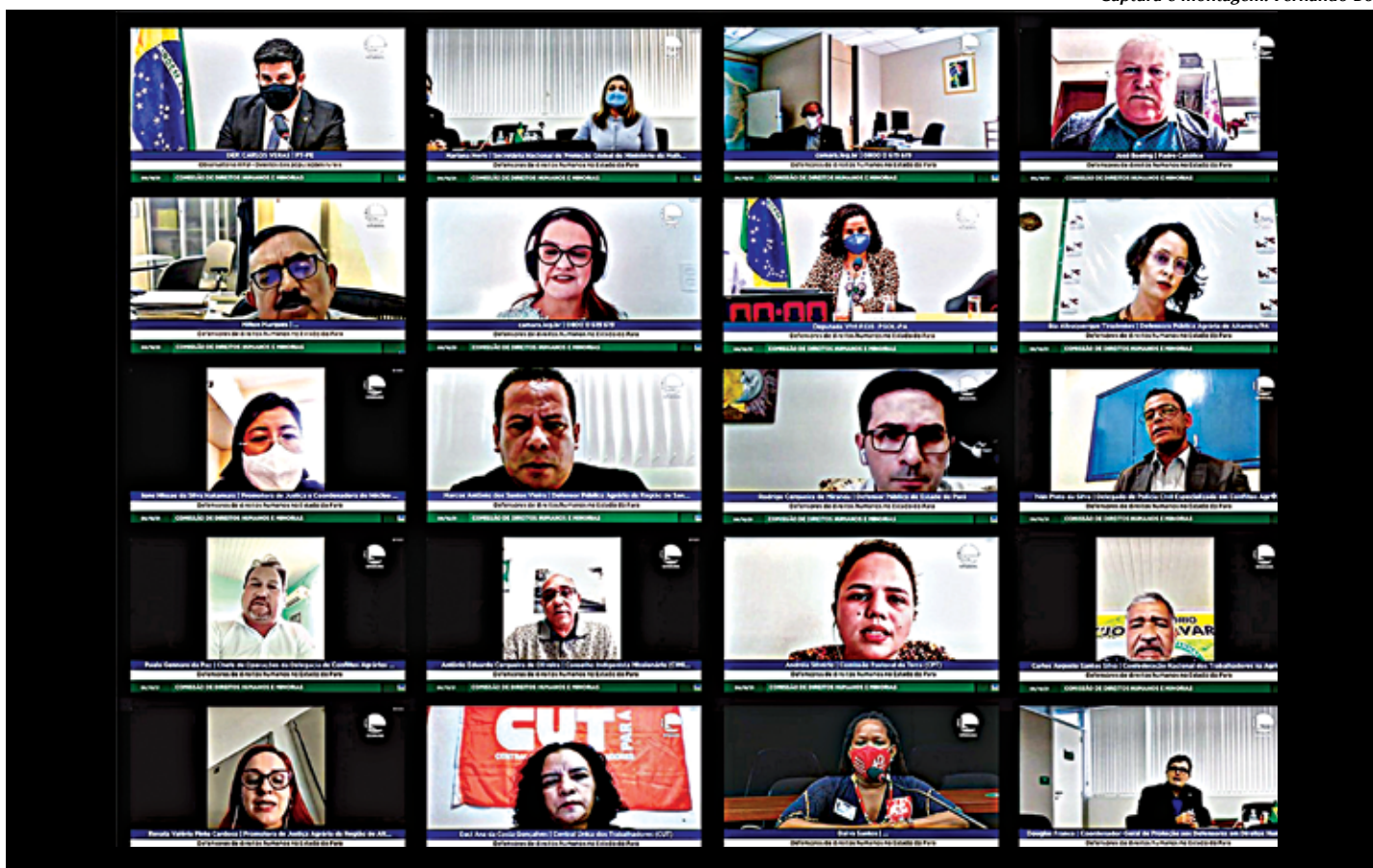
A proteção de Erasmo Alves, de Vanusa Cardoso e de Maria Márcia, ameaçados de morte, foi objeto de pedido de especial atenção à SEJUDH e à Secretaria de Segurança.

Além disso, foi proposto o reforço nas ações de proteção feitas pela Secretaria de Segurança Pública e pela Polícia Federal aos indígenas, com aumento do efetivo em Jacareacanga.

Sugeriu-se ainda que o Ministério Público Federal atue na reparação e na criação de um gabinete interinstitucional de crise sobre a questão do garimpo em terras indígenas, composto pela Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, FUNAI, para acompanhar o caso de forma integrada e exigir a retirada de grileiros e efetivação das políticas públicas por parte do INCRA, IBAMA e FUNAI, além de fortalecer fórum permanente de acompanhamento da situação de violência no campo.

8.3. Audiência pública debate conflitos agrários e proteção aos defensores de direitos humanos do Pará

Captura e montagem: Fernando Bola



A CDHM debateu no dia 6 de outubro conflitos agrários nos municípios de Anapu, Altamira, Novo Progresso e distrito de Castelo dos Sonhos e ameaças de morte contra defensores de direitos humanos no estado do Pará.

Organizações da sociedade civil vêm denunciando atos violentos e ameaças de morte que seriam perpetrados por grileiros, madeireiros e garimpeiros contra assentados, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra. Além disso, defensores de direitos humanos da região se encontrariam desassistidos pelo poder público.

DESAFIO PARA O GOVERNO FEDERAL E OS ESTADOS

Mariana Neris, Secretária Nacional de Proteção Global do MMFDH, lembrou que os estados têm autonomia para desenvolver programas próprios e que atualmente 54 defensores de direitos humanos estão incluídos no Programa Estadual do Pará, e 17 casos estão em análise.

“Dos defensores incluídos, cerca de 80% estão ligados à militância de defesa de territórios”, apontou Neris, reforçando que estão envolvidos no combate ao desmatamento, contra o uso abusivo de agrotóxicos, fiscalização ambiental, contra garimpos ilegais e exploração ilegal de madeira, pesca ilegal e uso indevido do solo e demais atividades que afetem a vida de lideranças e de suas comunidades.

Neris afirmou que o Ministério vem atuando junto a diferentes órgãos para capacitar os diferentes atores para operar na proteção aos defensores. Para ela, o grande desafio é que os programas de proteção integrem uma política pública específica, o que demanda do Estado uma certa estrutura e celeridade.

FOCO NA FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA

Padre José Boing, da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), que atua há 30 anos na região, reforçou as dificuldades vivenciadas pelos defensores. “Temos uma angústia muito grande: os defensores querem fazer a sua denúncia na delegacia e muitas vezes o delegado não quer atender. Isso é uma exigência do programa de proteção, mas lá na ponta o defensor não se sente seguro de fazer sua denúncia”.

“Muitos dos nossos soldados, sejam da Polícia Civil ou Militar, não aceitam muitas vezes aquela luta do defensor, como se eles estivessem cometendo um crime. Isso é muito grave”, apontou.

Boing sugeriu a formação dos agentes de segurança como forma de contribuir para uma mudança de cultura na região. “Precisamos preparar os delegados e aqueles que vão fazer a escolta dos defensores, e que a segurança pública realmente possa intimidar lá na ponta as pessoas que têm poder econômico e que muitas vezes estão ameaçando os trabalhadores”.

“A exemplo do que já acontece aos juízes, promotores e defensores públicos, [é preciso] que exista uma qualificação tanto para policiais civis quanto para os delegados que atuam na área agrária, incluindo disciplinas do direito

agrário nos cursos de formação da academia de polícia”, defendeu também Lílian Viana Freire, Promotora de Justiça Agrária da Região de Marabá.

GRAVIDADE DO CENÁRIO

“Só na região de Altamira, a Defensoria Pública apurou que entre os anos de 2015 e 2019, 19 trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças foram assassinados nestes conflitos agrários e até a presente data não foi apurada a autoria delitiva, e as famílias sequer conseguem ter acesso a esses processos criminais”, apontou Bia Albuquerque Tiradentes, Defensora Pública Agrária de Altamira”, sobre a gravidade do cenário.

A defensora também apontou a morosidade na titulação de áreas quilombolas pelo ITERPA e citou, inclusive, um caso concreto na região de Porto Moz que desrespeita ordem judicial pela não titulação do território, além da realização pela Polícia Militar de despejos forçados sem decisão judicial, como ocorreu no assentamento Vila Camutá, em São Caetano de Odivelas. Além disso, famílias de trabalhadores rurais teriam sido ameaçadas, com casas e plantações queimadas.

DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Ivan Pinto da Silva, Delegado de Polícia Civil Especializada em Conflitos Agrários em Altamira, apontou que muitas vezes os profissionais não possuem formação sobre o direito agrário e comentou sobre uma cultura na Polícia Civil de as delegacias comuns preferirem encaminhar para as especializadas, e que estas muitas vezes estão sobrecarregadas por atender muitos municípios distantes centenas de quilômetros.

“Não é falso dizer que o delegado que assume a cadeira da DECA muitas vezes sequer tem conhecimento da matéria que ele vai lidar, na academia não é ministrado o direito agrário”, reconheceu.

“Não pode ser um delegado encastelado, tem que ser um delegado chão de fábrica, tem que ir até o local. É desgastante fisicamente, psicologicamente, você vai lidar com repressão a crimes ambientais, repressão a direitos concessórios e ali você tem que decidir pela vida”, disse.

ATUAÇÃO FUNDAMENTAL PARA A SOCIEDADE

A gente precisa ampliar mais esse debate sobre a importância da atuação dos defensores de direitos humanos no estado do Pará e no Brasil. A sociedade brasileira precisa reconhecer a importância da atuação desses defensores que muitas vezes são criminalizados pelo Estado e também pela sociedade em decorrência da sua atuação”, argumentou Andréia Silvério, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Como resultado da audiência foram sugeridos alguns encaminhamentos, que foram posteriormente formalizados por Carlos Veras às autoridades competentes.

Ao governador do Pará, Helder Barbalho, foi demandada a descentralização territorial do Instituto de Terras (Iterpa), com instalação de unidades do órgão em municípios, facilitando o acesso dos cidadãos interioranos, considerando as dimensões do Estado, proporcionando agilidade nas atividades setoriais que buscam a eficiência e eficácia na atribuição de tarefas e o robustecimento de recursos humanos e orçamento dos órgãos de política agrária, para que atendam às suas finalidades institucionais.

Ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, Walame Fialho Machado, foi demandado o fortalecimento das Delegacias de Polícia Civil Agrárias (DECAS), com mais equipamentos e recursos humanos e a criação de delegacias especializadas em crimes ambientais.

Também foi demandada a capacitação de policiais das DECAS, incluindo aulas de mediação de conflitos agrários e direitos humanos, com aplicação do Direito Agrário, visando à qualificação dos Agentes e Delegados que atuam na área agrária e auxílio na logística de deslocamento dos membros que atuam no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Pará.

O presidente da CDHM ainda solicitou informações sobre o inquérito policial que apura as circunstâncias do homicídio de Fernando dos Santos Araújo, ocorrido em janeiro deste ano.

As notas taquigráficas da audiência foram encaminhadas à Presidente do TJ do Pará, a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, com sugestões para a criação dentro do órgão de Comissão Estadual de Combate à Violência no Campo, com o objetivo de tratar dos conflitos agrários nos moldes do trabalho desenvolvido pela então Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinta no ano de 2016. Também foi solicitada agilidade na prestação jurisdicional de Ação Civil Pública que versa sobre pedido da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Maripi, Tauer, Taper, Buiu e Tur.

Durante a audiência pública, a Defensora Pública Agrária de Altamira, Bia Albuquerque Tiradentes, apontou que, entre os anos de 2015 e 2019, somente naquela região, 19 trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças foram assassinados em conflitos agrários.

Nesse contexto, foram solicitadas informações sobre o andamento de 12 casos ao Procurador-Geral de Justiça do Pará, César Mattar Júnior, além de providências quanto ao conflito agrário no assentamento rural Vila Camutã, em São Caetano de Odivelas, onde, segundo também relatado pela defensora Bia Albuquerque, agricultores estariam sendo ameaçados e tendo plantações destruídas por grupo armado.

À Ministra Damares Regina Alves foi solicitado o aumento do limite orçamentário dos programas de proteção aos defensores de direitos humanos do Estado do Pará e a elaboração de manual impresso e virtual voltado ao trabalhador rural sobre o funcionamento dos programas de proteção.

Também foi demandado ao MMFDH para realizar gestão no sentido de que os órgãos estaduais auxiliem na logística de deslocamento dos membros que atuam no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, que enfrentam dificuldades no atendimento das denúncias de atos violentos e ameaças de morte supostamente perpetradas por grileiros, madeireiros e garimpeiros contra assentados, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra.

Ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Pará, José Francisco Pereira, foi solicitado o fortalecimento dos programas de proteção aos defensores de direitos humanos do Estado do Pará, com aumento do seu limite orçamentário e gestão no sentido de que os órgãos estaduais auxiliem na logística de deslocamento dos membros que atuam no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Pará, que enfrentam dificuldades no atendimento das denúncias de atos violentos e ameaças de morte.

Ao Presidente do Incra, Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, foi demandada a recriação da Unidade Avançada de Altamira e o fortalecimento das Ouvidorias Agrárias Regionais, para que retomem, com urgência, as mediações de conflitos no campo, com o propósito de garantir a preservação dos direitos humanos e sociais na zona rural.

8.4. Presidência da CDHM demanda apuração de morte de família no Pará

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 12 de janeiro ao Procurador-Geral de Justiça do Pará, César Mattar Jr., e ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ualame Machado, a rigorosa apuração da morte de um casal e sua filha em São Félix, no Pará, na primeira semana de janeiro.

Segundo a imprensa, as três vítimas do triplo homicídio são um homem, sua esposa e a filha do casal. Moradores da região há 20 anos, a família desenvolvia projetos de proteção a animais como tartarugas e jabutis. Ainda de acordo com reportagens, munições foram encontradas no local e a principal linha de investigação é que os suspeitos sejam pistoleiros.

Carlos Veras destacou que segundo o levantamento da Global Witness, lançado no ano passado, 20 ambientalistas foram assassinados no Brasil em 2020, o que coloca o país na posição de 4º mais letal para defensores do meio ambiente no mundo.

A Bancada do PT, por meio do Líder na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), também cobrou o empenho dos órgãos para a imediata apuração das mortes e identificação dos responsáveis e o acompanhamento do caso pela Presidência da CDHM. Em nota, afirmou também que encaminhará requerimento para a instalação de uma Comissão Externa de acompanhamento das investigações.



*Balakrishnan Rajagopal: Relator Especial sobre moradia adequada da ONU - Audiência Pública
Observatório Parlamentar da RPU - Direito à moradia no Brasil - Foto: Câmara dos Deputados*

9. MORADIA E PREVENÇÃO A DESPEJOS

9.1. Projeto que proíbe despejo de imóveis na pandemia é aprovado pela Câmara. Em 2020 a ONU se declarou favorável à proposta

O Projeto de Lei 827/20 suspende as ordens de remoção de março de 2020 até dezembro de 2021.

Foto Câmara dos Deputados



Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP)

A Câmara dos Deputados aprovou, em 18/05, projeto que suspende as ordens de remoção e despejo concedidas entre março de 2020 e dezembro de 2021, exceto aquelas já concluídas. A proposta será enviada ao Senado.

A proposta original é de autoria dos deputados André Janones (Avante/MG), Natália Bonavides (PT/RN) e Professora Rosa Neide (PT/MT). O Plenário aprovou um substitutivo do relator, o deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP), que reúne os textos e prevê que serão suspensos os efeitos de qualquer ato ou decisão de despejo, desocupação ou remoção forçada coletiva de imóvel privado ou público, urbano ou rural, seja os de moradia ou para produção.

O projeto considera desocupação ou remoção forçada coletiva a retirada definitiva ou temporária de indivíduos e famílias de casas ou terras ocupadas sem a garantia de outro local para habitação isento de nova ameaça de remoção.

A nova habitação deverá oferecer serviços básicos como energia elétrica, água potável, saneamento, coleta de lixo, estar em área que não seja de risco e permitir acesso a meios habituais de subsistência, como o trabalho na terra ou outras fontes de renda e trabalho.

O projeto também proíbe a concessão de liminar de desocupação para imóveis urbanos alugados até 31 de dezembro de 2021. Vale para situações de inquilinos com aluguel em atraso, fim do prazo de desocupação pactuado, demissão do locatário em contrato vinculado ao emprego ou permanência de sublocatário no imóvel.

O locatário deverá demonstrar que a incapacidade de pagamento do aluguel está relacionada ao momento da pandemia. A proibição será aplicada somente a contratos cujo valor mensal de aluguel seja de até R\$600 para imóveis residenciais e de até R \$1,2 mil para imóveis não residenciais.

Caso locador e locatário não entrem em acordo sobre desconto, suspensão ou adiamento do pagamento de aluguel durante a pandemia, o inquilino poderá desistir do contrato sem multas ou aviso prévio de desocupação também até 31 de dezembro de 2021.

Essa possibilidade ainda poderá ser aplicada para imóvel não residencial urbano no qual se desenvolva atividade profissional que tenha sofrido interrupção contínua em razão da imposição de medidas de isolamento ou quarentena por prazo igual ou superior a 30 dias.

HISTÓRICO

Em agosto de 2020, os deputados Helder Salomão (PT/ES, então presidente da CDHM), Natália Bonavides (PT/RN), Professora Rosa Neide (PT/MT), Paulo Teixeira (PT/SP) e Marcelo Freixo (PSOL/RJ), solicitaram ao Alto Comissariado das Nações Unidas para a América do Sul e ao Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos no Brasil, uma análise do Projeto de Lei 1975/2020, apensado no PL 827/2020, que prevê a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas relacionadas a despejos, desocupações ou remoções forçadas durante o estado de calamidade pública provocados pela pandemia.

Em setembro, os representantes da ONU afirmaram que o PL 1975/2020 e a Lei 14.010 contribuiriam com o objetivo de proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade em relação às ações de despejos e remoções no país neste momento de pandemia. Reforçaram também profunda preocupação com ações nesse sentido durante este período, afirmando que sua continuidade pode representar a violação de direitos humanos estabelecidos em instrumentos internacionais de proteção ao direito à moradia, além de descumprimento de princípios e diretrizes relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

CONGRESSO DERRUBA VETO PRESIDENCIAL E MANTÉM PROIBIÇÃO DE DESPEJOS NA PANDEMIA

Deputados e senadores derrubaram no dia 27 de setembro o veto presidencial ao Projeto de Lei 827/20, que proíbe despejos e desocupações de imóveis até o fim de 2021. Na Câmara, foram 435 votos pela rejeição e seis pela manutenção, e no Senado, 57 votos pela derrubada e nenhum pela manutenção.

Saiba mais: parâmetros internacionais

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) também tem estimulado todos os países a parar os despejos e remoções durante a pandemia. A ONU aponta que os despejos afetam as populações mais pobres e vulnerabilizadas, que vivem em bairros precários, assentamentos informais e favelas, resultando em graves violações ao direito fundamental à moradia e criando riscos adicionais significativos no contexto da pandemia da Covid-19.

A ONU-Habitat estimula os países a pararem todos os despejos e remoções durante a pandemia, pois afetam as populações mais pobres e vulnerabilizadas, que vivem em bairros precários, assentamentos informais e favelas. O organismo afirmou que negar o direito à moradia durante a pandemia pode ter consequências devastadoras, como maior risco de exposição à doença, perda de renda e acesso limitado a redes de segurança socioeconômica e aos sistemas de saúde. Além disso, o pagamento do aluguel enquanto se vivencia uma perda ou redução de renda pode comprometer a capacidade dos indivíduos de satisfazer necessidades básicas, como comprar alimentos e água.

O relator especial da ONU para o direito à moradia, Balakrishnan Rajagopal, ao abordar os despejos durante a pandemia no Brasil, afirmou que novas ordens de despejo continuam sendo emitidas, priorizando a retomada de propriedades de grandes empresas e proprietários de terras, em detrimento da saúde e segurança de pessoas vulneráveis.

O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH) orientou que as autoridades devem tomar medidas para evitar que mais pessoas se tornem desabrigadas e que práticas como moratórias em despejos e adiamentos de pagamentos de hipotecas devem ser amplamente reproduzidas.

O ACNUDH-ROSA e a ONU-Habitat Brasil ressaltam também que é obrigação do Estado a proteção contra ações que comprometam o pleno direito à moradia, conforme disposto em instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e garantidos pela Constituição.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao se pronunciar sobre o assunto, reconheceu que a América é a região mais desigual do planeta, onde a pobreza e a pobreza extrema constituem um problema transversal a todos os Estados da região, assim como a ausência ou precariedade no acesso à água potável e ao saneamento, a insegurança alimentar, as situações de contaminação ambiental e a inadequação habitacional.

9.2. Decisões do STF garantem suspensão de despejos durante a pandemia

Em fevereiro de 2021 o CNJ recomendou aos órgãos do Poder Judiciário que, em caso de determinação judicial de desocupação coletiva de imóveis urbanos ou rurais, é preciso garantir o respeito às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 10/2018, do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Segundo a resolução, remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto, sem-terra e sem território, não afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes e não prejudiquem colheitas vindouras, assegurando tempo razoável para o levantamento das benfeitorias.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou no dia 3 de junho a suspensão, por seis meses, de “medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis”.

No início de dezembro o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT), reforçou junto ao Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, pedido protocolado pelo PSOL para manter suspensas as ordens judiciais de despejos enquanto durar a pandemia.

Veras reforçou que a crise social e humanitária contabilizava então mais de 600 mil mortos pela Covid-19, cerca de 14 milhões de desempregados e de 30 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

EM 9 DE DEZEMBRO A MAIORIA DO STF MANTEVE A SUSPENSÃO DE DESPEJOS ATÉ MARÇO DE 2022.

Para o relator, Barroso, a medida era urgente, considerando a existência de 123 mil famílias ameaçadas de despejo no país. O ministro argumentou que a crise sanitária ainda não foi plenamente superada, e justifica a prorrogação da suspensão de despejos e desocupações por no mínimo mais três meses. “Com a chegada de dezembro, constata-se que a pandemia ainda não chegou ao fim e o contexto internacional – notadamente com a nova onda na Europa e o surgimento de uma nova variante na África – recomenda especial cautela por parte das autoridades públicas”, disse.

9.3. Observatório Parlamentar examina direito à moradia no Brasil

A CDHM, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, examinou no dia 22 de outubro o cumprimento de três recomendações feitas ao Brasil para melhorar o acesso ao direito à moradia: reforçar as políticas públicas para reduzir a falta de moradia e criar moradias acessíveis para famílias de baixa e média renda (Angola); implementar esforços para garantir habitação adequada para todos (Bangladesh) e melhorar a promoção e proteção dos direitos da criança, com o objetivo de erradicar completamente a falta de moradia entre crianças (Croácia).

Os participantes apontaram o não cumprimento pelo Brasil das recomendações, percebido no enorme déficit habitacional brasileiro, especialmente para famílias de baixa renda, e reforçaram que a pandemia aprofundou as desigualdades de acesso ao direito à moradia já existentes.

“Já havia uma pandemia de despejos e desabrigados no Brasil, antes mesmo da eclosão da Covid-19. O vírus tornou os impactos muito mais sérios e generalizados, especialmente em comunidades marginalizadas, incluindo comunidades quilombolas”, afirmou Balakrishnan Rajagopal, Relator Especial da ONU sobre moradia adequada.

O Relator da ONU parabenizou os estados que interromperam os despejos e também o Congresso Brasileiro pela aprovação do projeto que proíbe despejos e pela derrubada do veto que manteve a iniciativa. Rajagopal apontou que essas pessoas ainda estarão em condições frágeis em 2022 e defendeu que o Parlamento brasileiro deve atuar para pensar alternativas. “Em dezembro de 2021, nem a pandemia, nem as várias centenas de milhares de famílias que estão sob ameaça de despejo terão acabado”.

“Um dos principais padrões internacionais de direitos humanos é que ninguém deve ser despejado em situação de rua, com obrigação do Estado de fornecer moradias alternativas que respeitem os padrões básicos de adequação”, disse.

Para Balakrishnan Rajagopal, despejar aqueles que não têm meios para encontrar moradias alternativas aumentará a situação de desabrigados e as crises sociais e econômicas.

“Os despejos devem ser sempre evitados e somente realizados quando todas as outras alternativas possíveis tenham sido exploradas. Se não puderem ser evitados, devem ser realizados em total conformidade com as normas internacionais de direitos humanos que regem os despejos”.

LOCALIZAÇÃO E OPORTUNIDADES

Vanessa Gapiotti Nadalin, da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destacou que a habitação é indissociável da sua localização. “A habitação não é adequada se estiver desconectada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outros equipamentos sociais, ou se estiver em áreas poluídas ou perigosas”, afirmou.

A pesquisadora explicou também que existe o ônus por aluguel, e que o valor gasto com a habitação não pode ultrapassar 30% da renda da família, para não comprometer outras necessidades. Ela ainda reforçou que as melhores oportunidades estão ligadas às melhores localizações, mas que nessas regiões os valores de aluguel são mais altos.

“As políticas habitacionais que fazem um subsídio à demanda, como o Minha Casa, Minha Vida, contribuem para o aumento do preço da terra nas grandes cidades. Ao invés de aumentar a acessibilidade econômica, está piorando, então é necessário planejar outras estratégias”, disse, defendendo que as políticas devem ser pensadas para reduzir esses valores.

DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA

Raquel Ludemir, da Campanha Despejos Zero, ressaltou que aproximadamente 20.000 famílias foram despejadas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil e que mais de 93 mil famílias se encontram em situação de ameaça de despejo atualmente.

“O que será que vai acontecer com essas 93 mil famílias que estão hoje ameaçadas de despejo? A gente está falando de um país que, mesmo antes da pandemia, tinha um déficit habitacional de quase seis milhões de domicílios, e isso sequer inclui a população em situação de rua, que não entra nesses dados, e inadequação de 25 milhões de domicílios”.

“Nós precisamos parar definitivamente os despejos no Brasil. Mesmo com esse arcabouço jurídico construído, que tem sido muito importante para diminuir a situação dos despejos, a gente tem percebido que os despejos estão ocorrendo com extrema violência. É fundamental que a gente possa estender esses prazos e que as famílias possam ter a garantia do seu direito à moradia”, reforçou Benedito Roberto Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

FUNÇÃO SOCIAL

Getúlio Vargas, Coordenador da Comissão Permanente de Direito à Cidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos, afirmou que no entendimento da instituição qualquer despejo é uma violação do direito humano, por ser uma violência.

Vargas ainda destacou que a Emenda 95 impactou negativamente a política habitacional, e que mais de 90% do déficit brasileiro está nas famílias de baixa renda.

“Os artigos 182 e 183 da Constituição determinam que a cidade e a propriedade precisam cumprir sua função social. Nesse sentido, nos preocupa que não haja retomada da construção do processo de participação popular e de elaboração junto à sociedade de uma política habitacional, de desenvolvimento urbano no Brasil”, disse.

Para o coordenador, a situação brasileira só não está ainda pior devido à ADPF 828, que proíbe despejos durante a pandemia, e à Lei 827/20, que proíbe o despejo ou desocupação de imóveis até o fim de 2021, que teve o veto presidencial derrubado pelo Congresso.

RELATÓRIO PRELIMINAR

O relatório preliminar considerou as três recomendações relacionadas ao direito à moradia como não cumpridas. Na realizada pela Angola, para reforçar as políticas públicas que reduzam a falta de moradia e criem moradias para famílias de baixa e média renda, o documento aponta que o Programa Minha Casa, Minha Vida sofreu mudanças estruturais e considerável diminuição de orçamento, sobretudo na faixa de renda mais baixa.

Na recomendação de Bangladesh para continuar os esforços para garantir habitação adequada para todos, o relatório destaca que em 2019, 21,6% da população brasileira residia em domicílios nos quais havia ao menos uma inadequação domiciliar, o que significa que 45,2 milhões de pessoas, residentes em 14,2 milhões de domicílios, enfrentavam algum tipo de restrição ao direito à moradia adequada. E que entre 2016 e 2019, o déficit habitacional absoluto apresentou tendência de aumento. A habitação precária cresceu de 1.296.754 de domicílios em 2016 para 1.482.585 em 2019.

Ao examinar a recomendação da Croácia para melhorar a promoção e proteção dos direitos da criança, com o objetivo de erradicar completamente a falta de moradia entre crianças, o documento demonstra que mais de 6,35 milhões de famílias no Brasil não tinham casa em 2019, o que significa mais de 30 milhões de pessoas sem teto, e que a população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012.

9.4. Comunidade da Linha, em Recife

Em 19 de março, o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), manifestou-se, perante as autoridades responsáveis, sobre a reintegração de posse na comunidade do Sítio Santa Francisca, conhecida como “Comunidade da Linha”, no bairro do Ibura em Recife (PE).

A área é da União e foi concedida para a empresa Ferrovia Transnordestina Logística, responsável pela ação na justiça. A Defensoria Pública da União advoga pelas famílias.

O documento reporta a denúncia de que as famílias estão na iminência de serem despejadas sem o devido plano de remoção e reassentamento, como determina resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

De acordo com a normativa, remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a elaboração de um plano prévio que inclua o reassentamento.

“Além disso, estamos em meio à emergência de saúde por causa da pandemia da Covid-19. O desalojamento das famílias neste momento viola princípios humanitários”, pondera Veras. O parlamentar solicita “esforços a fim de que se evite o desrespeito aos direitos fundamentais, e no sentido de que a solução desses conflitos seja obtida por meio de políticas públicas, objeto de diálogo entre as três esferas de governo e com a população afetada”.

Texto: Pedro Calvi

ADIADA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Em 3 de maio a 5ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco comunicou à Presidência da CDHM o adiamento da diligência de reintegração de posse no bairro de Ibura.

9.5. Desocupação em Brasília

Foto: Brasil de Fato



O presidente da CDHM Carlos Veras e a 2ª vice-presidente da comissão, Erika Kokay, oficiaram, em 7 de abril, em caráter de urgência, o Governo do Distrito Federal, sobre a necessidade de suspensão da ordem de remoção das habitações de 32 famílias que atuam na coleta de material reciclável e vivem em área próxima ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília.

“O despejo coloca essas famílias em situação de extrema vulnerabilidade e de maior exposição à Covid-19, e isso atenta contra a dignidade humana”, reforça o presidente da CDHM e deputado federal Carlos Veras, sobre a situação.

Também foi solicitado ao GDF para que receba as deputadas federais Natália Bonavides (PT-RN), Talíria Petrone (PSOL- RJ) e a deputada e 2ª vice-presidente Erika Kokay (PT-DF), representante da CDHM, com o objetivo de buscar soluções para a questão.

O Plano Emergencial para o Enfrentamento da Covid-19 nas periferias, que consta na Lei Distrital 6.657, de 17 de agosto de 2021, assegura às famílias o direito de se manterem isoladas em seu domicílio. Além disso, o Plano prevê o acesso a insumos para manutenção de boas condições de higiene, a informações sobre a pandemia, suas causas e práticas efetivas de prevenção e aos serviços de saúde, segurança pública e assistência social.

A lei distrital proíbe a remoção de ocupações e a efetivação de ordens de despejo, desde que a posse tenha se iniciado antes

do período de pandemia, além de garantir o acesso das famílias ao Benefício Excepcional da Política de Assistência Social. A ação de despejo ocorreu na tarde da quarta-feira. Para Erika Kokay, é fundamental que a proteção da ordem urbanística do DF esteja associada à proteção da vida e da dignidade humana. “Infelizmente, a desumanidade, a insensibilidade e a covardia prevaleceram”, afirmou.

Em nota, a deputada repudiou a ação truculenta do GDF de dar sequência ao despejo de moradores da Ocupação do CCBB, em especial neste momento em que o DF se encontra com a saúde colapsada e com a quase totalidade dos leitos de UTI de Covid-19 ocupados.

Veras solicitou que as famílias alvo da ação de derrubada sejam atendidas numa perspectiva integral, que garanta com urgência o acesso aos direitos básicos assegurados pelas políticas de assistência social, saúde, habitação e trabalho.

9.6. Comunidade Jacutinga

Carlos Veras solicitou, em cinco de maio, a suspensão da reintegração de posse que atinge a Comunidade Jacutinga, no município de Porto Nacional, em Tocantins. A presidência da Comissão oficiou o Juiz Ciro Rosa, da Comarca de Porto Nacional, a Desembargadora Jaqueline Adorno, do Tribunal de Justiça, e o Governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, buscando encontrar uma solução que garanta os direitos das famílias que vivem na comunidade.

Segundo denúncia, transmitida à CDHM pelo Deputado Federal Célio Moura (PT/TO), o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse afetará 31 famílias que residem na comunidade há 32 anos. As famílias estariam na iminência de serem despejadas, sem o devido plano de remoção e reassentamento.

A presidência da Comissão reforçou também que o desalojamento das famílias, no momento de pandemia, viola princípios humanitários e pode ter consequências devastadoras, como maior risco de exposição à doença, perda de renda, dificuldade de acesso ao sistema de saúde e até comprometimento da capacidade das famílias de satisfazer necessidades básicas, como comprar alimentos e água.

9.7. Camaragibe, Pernambuco

O presidente da Comissão de Direitos e Minorias, Carlos Veras, solicitou no dia 13 de maio à juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe, Jacira Jardim de Souza, e ao Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco, José Fabrício Silva de Lima, esforços para que se evite o desrespeito aos direitos fundamentais das 35 famílias que ocupam desde 2019 o terreno da antiga Faculdade de Odontologia de Camaragibe e para que a solução do conflito seja obtida por meio do diálogo e do acesso a políticas públicas.

Segundo denúncia transmitida à CDHM, pela advogada Verônica Pereira da Silva, aproximadamente 35 famílias, a grande maioria desempregadas, estariam na iminência de serem despejadas, sem o devido plano de remoção e reassentamento.

9.8. Despejo do acampamento Maria Rosa do Contestado é revogado

Antônio César Bochenek, juiz da 2ª Vara Federal de Ponta Grossa, no Paraná, revogou a liminar de despejo contra a comunidade Maria Rosa do Contestado, localizada na fazenda Capão do Cipó. A decisão, publicada no dia 30 de agosto, atendeu a uma ação civil pública proposta pela Defensoria Pública da União (DPU).

O acampamento é formado por cerca de 100 famílias, que produzem alimentos sem agrotóxicos, e desde março de 2020 possui certificação agroecológica para 100% da produção. A área de 440 hectares é de propriedade da União e foi utilizada por duas décadas pela Fundação ABC.

Em 2014, o INCRA solicitou à Secretaria de Patrimônio da União o domínio do imóvel, para que ele fosse destinado ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Em agosto de 2015, famílias do Movimento de Trabalhadores Sem Terra ocuparam a área e criaram o acampamento Maria Rosa do Contestado.

Desde abril de 2014 havia um pedido de reintegração de posse por parte da União contra a Fundação, com multa diária de R\$20 mil reais. A ação de reintegração de posse foi movida pela União em julho de 2019, com decisão favorável ao despejo por parte da 2ª Vara Federal, mas ficou suspensa devido a negociações administrativas entre as partes envolvidas.

Em novembro de 2020, Antônio César Bochenek realizou visita de inspeção à comunidade, como parte de uma negociação mediada pelo judiciário, que incluiu também a realização de duas audiências.

Em seu despacho, o juiz concedeu prazo de 45 dias para que as partes juntem aos autos propostas que tenham como objetivo uma solução negociada e consensual e envolvam todos os interessados, e não somente a destinação ao CTP, como proposto pela União. O juiz apontou que tal proposta pode ser uma parte da solução, mas não é recomendado que a solução do litígio não contemple todos os envolvidos, ainda que ocorram concessões mútuas e recíprocas.

Bochenek concedeu ainda 45 dias para que as partes avaliem, estudem, conversem, analisem as propostas com o objetivo de elaborar e construir um termo de ajustamento de conduta. A próxima audiência está agendada para o dia 2 de dezembro.

ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CDHM

Em dezembro de 2019, a Presidência da CDHM pediu apoio da justiça para resolver impasse em acampamento de agricultores no Paraná.

Em 2019, apesar de se tratar de terra da União sobre a qual o INCRA manifestou a intenção de transformar em um assentamento, a AGU pediu a reintegração de posse da área.

O então presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou ao juiz Antônio César Bochenek informações sobre a situação dos acampados, além da investigação de possíveis ameaças ou violações de direitos humanos.

9.9. Suspensa reintegração de posse da ocupação Jorge Hereda em São Paulo

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes atendeu pedido da Defensoria Pública e de advogados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e concedeu liminar, no âmbito da Reclamação (RCL) n° 49.355, de autoria do PSOL, que suspendeu a reintegração de posse de área na zona leste de São Paulo.

Moraes constatou que a ausência de local adequado para assentar as famílias está em desacordo com parâmetros estabelecidos pelo Supremo para medidas de desocupação de áreas durante a pandemia da covid-19.

Na decisão, Moraes cita que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) afirmou que não dispõe de local para a realocação das famílias e que as vagas disponíveis seriam insuficientes até mesmo para o acolhimento de indivíduos em situação de rua para pernoite nos centros de acolhimento.

O ministro ainda apontou que a Reclamação demonstrou que nas reuniões preparatórias no batalhão de polícia militar para a reintegração de posse não foram asseguradas as condicionantes da ADPF no 828, que estipulam que o poder público assegure que as pessoas removidas possam ser levadas para abrigos. Órgãos de Estado, como o Conselho Tutelar, não teriam sequer participado. A reintegração de posse estava agendada para o dia 27 de setembro.

No dia 17 de setembro, os deputados Carlos Veras, presidente da CDHM, Talíria Petrone, Líder do PSOL, e Marcelo Freixo, Líder da Minoria, haviam solicitado audiência com o Moraes para tratar sobre os efeitos da decisão cautelar no âmbito da reclamação.

Na ocasião, os parlamentares destacaram que o acampamento reúne aproximadamente 800 famílias vulneráveis e a possível reintegração não observava as devidas cautelas resultantes da ADPF.

COM INFORMAÇÕES DO STF

Presidente da CDHM aborda situação de ocupação Jorge Hereda em audiência com Alexandre de Moraes

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), se reuniu no dia 7 de outubro com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para discutir a situação de famílias acampadas na zona leste de São Paulo.

O parlamentar reforçou a necessidade de manutenção da suspensão da reintegração de posse até que sejam garantidos os direitos das famílias acampadas.

9.10. STF suspende desocupação da comunidade Dubai em João Pessoa

Foto Câmara dos Deputados



Deputado Frei Anastácio (PT/PB)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu no dia 29 de novembro liminar determinando a suspensão da desocupação da comunidade Dubai, na zona sul de João Pessoa, na Paraíba.

A decisão teve como origem um pedido do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba e possibilita que moradores da comunidade permaneçam no espaço e o retorno das famílias que saíram em razão do despejo. Segundo o noticiado, desde a semana passada, pessoas da comunidade estão alojadas em escolas.

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou ao Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), providências para garantir os direitos das cerca de 300 famílias da comunidade Dubai.

A denúncia foi encaminhada pelo deputado Frei Anastácio (PT/PB), que comunicou o início da execução, na madrugada do dia 24 de novembro, da ordem judicial de reintegração de posse da ocupação.

Segundo o parlamentar, a Defensoria Pública do Estado, parte da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), que tem como objetivo prevenir e reduzir a violência especialmente nos conflitos de caráter coletivo, não teria sido alertada sobre a ordem judicial em questão.



No dia 30 de novembro a denúncia foi reforçada pelo deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB) à presidência da CDHM.

9.11. Esforço para adiar reintegração de posse e garantir direitos de famílias de assentamentos em Pernambuco

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou, em 24 de janeiro, agenda com o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, e com o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Geraldo Melo Filho, para tratar de questões relativas à reintegração de posse de assentamento situado nos Engenhos São Gregório, Alegre I e Alegre II, na zona rural do município de Gameleira, em Pernambuco.

Carlos Veras também enviou ofícios ao juiz federal Tarcísio Corrêa Monte, e aos desembargadores relatores, Rubens Canuto e Fernando Braga, destacando os possíveis impactos sociais que podem advir da reintegração de posse da área e reforçando as principais diretrizes internacionais sobre o direito à moradia.

As providências são encaminhamentos de reunião organizada pelo Ministério Público Federal e realizada na última sexta-feira (21), da qual participaram, além de Veras, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do INCRA e da Procuradoria-Geral do Estado.

ASSENTAMENTOS

Conforme relatado no encontro, mais de 100 famílias de trabalhadores rurais (112 parceiros e mais de 700 pessoas) tornaram-se beneficiárias da política nacional de reforma agrária em 1996, quando o imóvel de 912 hectares foi declarado de interesse social por meio de decreto presidencial. Porém, após disputas judiciais, o decreto expropriatório foi anulado em 2016, e recentemente foi deferida a reintegração de posse de todo o imóvel.

Posteriormente, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Reclamação nº 51223/PE, resguardou do despejo as áreas ocupadas por moradia e as utilizadas na produção agropecuária dos agricultores.

Os agricultores familiares mantêm no local produção de abacaxi, coco, cana de açúcar, mandioca, entre outros, e a área a ser reintegrada conta com 3 escolas, 2 subpostos de saúde e estrutura para abastecimento de água.

Com a iminência de cumprimento da reintegração de posse sobre a área ocupada há 25 anos, onde atualmente residem cerca de 200 famílias, aproximadamente 800 pessoas, e considerando as benfeitorias realizadas, além dos relevantes investimentos públicos federais, estaduais e municipais realizados no local, o parlamentar apontou a urgência da necessidade de discussão, entre os órgãos do poder público, de medidas para manter as famílias na área ou para conter os impactos sociais que poderão advir da reintegração de posse.

INCRA

Para o deputado, é fundamental que o INCRA cumpra com sua missão institucional de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, sob a diretriz da democratização do acesso à terra. “Essa democratização, por meio da implantação de assentamentos rurais, contribui para a redução da violência e da pobreza e a promoção de igualdade e desconcentração fundiária”, afirmou Carlos Veras.

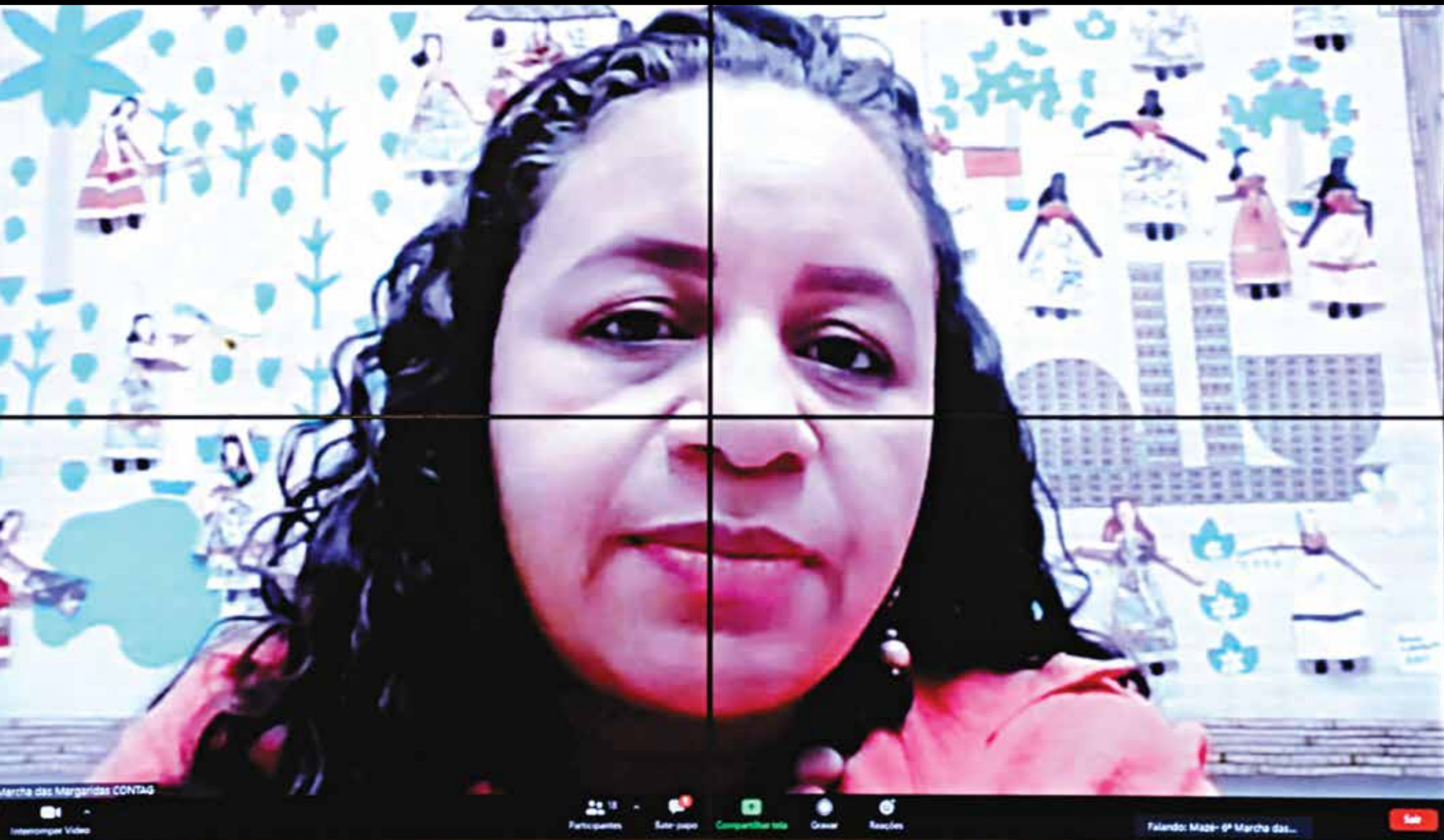
PARÂMETROS INTERNACIONAIS

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, aponta que os Estados tomarão medidas apropriadas para assegurar o direito à moradia.

No âmbito da pandemia da Covid-19, a ONU-Habitat promoveu declaração estimulando os Estados a parar todos os despejos e remoções, pois afetam as populações mais pobres e vulnerabilizadas, e que negar aos moradores de bairros precários, assentamentos informais e favelas o direito à moradia pode ter consequências devastadoras, incluindo um maior risco de exposição à doença, além da insegurança, violência, perda de renda e acesso limitado a redes de segurança socioeconômica, bem como o escasso acesso aos sistemas de saúde e cuidados públicos, e até comprometer a realização de necessidades mais básicas, como comprar alimentos e água.

O relator especial da ONU para o direito à moradia, Balakrishnan Rajagopal, tratou especificamente sobre despejos durante a pandemia no Brasil, ponderando que embora “alguns tribunais estejam suspendendo as ordens de despejo até que a crise de saúde acabe, outros continuam emitindo novas ordens, e autoridades locais parecem priorizar a retomada de propriedades pertencentes a grandes empresas e proprietários de terras, em detrimento da saúde e segurança de pessoas vulneráveis.

O CNJ recomendou aos órgãos do Poder Judiciário que, em caso de determinação judicial de desocupação coletiva de imóveis urbanos ou rurais, é preciso garantir o respeito às diretrizes do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que orienta que remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto, sem-terra e sem território, não afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes e não prejudiquem colheitas vindouras, assegurando tempo razoável para o levantamento das benfeitorias.



*Maria José (Mazé) Morais: Coordenadora da Marcha das Margaridas e Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da (CONTAG)
Audiência Pública Observatório Parlamentar da RPU - Direitos das populações rurais - Foto: Câmara dos Deputados*

10. DIREITOS DAS POPULAÇÕES RURAIS E CONFLITOS NO CAMPO

10.1. Observatório Parlamentar da RPU debate direitos das populações rurais no Brasil

O Observatório Parlamentar da RPU examinou no dia 6 de outubro o cumprimento pelo Brasil das recomendações feitas ao Brasil para garantir os direitos humanos das populações rurais.

A RPU é um mecanismo no qual os 193 países membros da ONU se avaliam mutuamente e fazem recomendações com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos.

A audiência pública foi a 18ª realizada no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Nações Unidas, e se concentrou no cumprimento de 12 recomendações, das mais de 240 aceitas pelo país no último ciclo da Revisão, iniciado em 2017.

“Sou agricultor familiar do sertão pernambucano e sei como a população do campo tem sofrido, não só durante essa pandemia, mas desde 2016, quando se estabelece uma série de retrocessos nas políticas: na assistência técnica; na questão do crédito; na política de um milhão de cisternas, que não está sendo executada; no PAA; no PNAE, em todas as áreas. Nós, que representamos a agricultura familiar, o semiárido brasileiro, temos um desafio enorme para que os trabalhadores e trabalhadoras não sofram tanto, principalmente em períodos de pandemia”, afirmou o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE).

Os Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), convidados para participar da audiência pública, não enviaram representantes.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

Rafael Zavala, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations) do Brasil, apontou que os efeitos da pandemia atingem ainda mais as pessoas mais vulneráveis, como as populações rurais, especialmente as mulheres.

Zavala lembrou a experiência do Brasil com a Campanha “Mulheres rurais, mulheres com direitos” e defendeu o fortalecimento do trabalho intersetorial. “O Brasil precisa ampliar seu conjunto de políticas, transformando os setores agrícolas para que sejam mais eficientes, sustentáveis e inclusivos, com políticas ampliadas de proteção social, melhorando o uso de recursos naturais e promovendo empregos rurais não agrícolas e a agricultura familiar”.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

“Entendemos que é necessário fortalecer o arcabouço de políticas públicas de desenvolvimento rural e de proteção

social que garantem ao agricultor a inclusão produtiva, principalmente aos mercados internacionais, e a resiliência durante períodos de crise econômica. É de fundamental importância evitar o retrocesso do desenvolvimento que foi alcançado nas últimas décadas no Brasil”, afirmou Claus Reiner, Diretor do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil, sobre o enfrentamento da pobreza e desigualdade no campo.

Reiner destacou ainda que a organização tem observado o aumento de relatos de casos de violência contra a mulher rural, especialmente durante a pandemia. “É importante que todos os Poderes da República estejam atentos a esta situação preocupante e direcionem ações e recursos para combatê-la”, disse, reforçando a necessidade de fortalecimento de mecanismos de denúncia e empoderamento da mulher dentro da economia rural.

SOCIEDADE CIVIL

“O Brasil está longe, muito longe de alcançar a igualdade, a paz e a justiça que desejamos. Aliás, muitas das recomendações poderiam ser avaliadas como em retrocesso, além de não cumpridas”, afirmou Mazé Moraes, da Marcha das Margaridas.

“A fome e a violência são estruturais e mais evidentes no meio rural. E para combatê-las é preciso haver mudanças estruturais fundamentais, como a questão da democratização da terra, o reconhecimento dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais. Além disso, qualquer caminho para o enfrentamento à fome e à pobreza, deverá passar pelo fortalecimento da agricultura familiar”, reforçou.

Alexandre Henrique Pires, da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), destacou a diminuição de recursos voltados para programas e políticas públicas para as populações do campo, especialmente o programa de cisternas.

“O programa de cisternas é um dos programas que atendem de forma direta as milhares de mulheres agricultoras, que são quem normalmente recebe a tarefa de abastecimento de água das casas na zona rural, sobretudo no semiárido, onde a gente não tem fontes de água destinada para o consumo humano, para cozinhar e para a atividade produtiva”.

“O programa de cisternas não só assegura o direito à água para o consumo humano, para a saúde da população rural, como também contribui para a melhoria da qualidade de vida de milhares de mulheres agricultoras”, acrescentou o representante da ASA..

Ayala Ferreira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reforçou a concordância com as avaliações realizadas pelo relatório preliminar sobre o cumprimento das recomendações e lamentou a ausência de participação do Executivo na audiência.

“A gente tem percebido que o governo tem assumido um papel de violador e inviabilizador das possibilidades de implementação dessas recomendações e dos direitos das populações do campo”.

Ayala ainda destacou aspectos adotados pelo Estado que iriam abertamente contra os direitos das populações do campo: ausência de medidas emergenciais para as populações rurais, o veto a Lei Assis de Carvalho, os despejos realizados mesmo no contexto de pandemia, a paralisação da reforma agrária e o aumento de conflitos nos territórios causados pelo aumento da mineração e pelo avanço da pulverização de agrotóxicos nos territórios.

“Lamentavelmente, além do capital, dos empreendimentos privados, nós temos o Estado brasileiro como violador dos direitos das populações do campo”, completou.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar que se debruçou sobre as 12 recomendações diretamente relacionadas aos direitos das populações rurais avaliou todas as recomendações como não cumpridas até o momento.

A análise de recomendações voltadas a enfrentar a violência contra a mulher nas zonas rurais (109, 183 e 186) apontou a alta concentração de serviços e redes de atendimento nos municípios das capitais, orçamento para 2021 aproximadamente 20% menor do que o proposto para 2020 e redução de recursos públicos destinados especificamente ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes.

Sobre a recomendação 127, para estabelecer uma estratégia nacional para lidar com a escravidão moderna, o relatório destacou que entre 2017 e 2019, 2.076 trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão. O documento destaca ainda que o Brasil ainda não ratificou o protocolo de 2014 da OIT à Convenção sobre o Trabalho Forçado e que foram realizados cortes orçamentários e humanos na fiscalização.

Em recomendações que tratam de promoção da igualdade de gênero e da diminuição da pobreza (140 e 176), o relatório apontou o desmonte de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cisternas e o descumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que afeta diretamente parcela significativa da população rural e os diferentes segmentos de mulheres rurais.

O documento ainda cita o aumento da extrema pobreza no meio rural e o veto do presidente da República à inclusão dos agricultores e agricultoras familiares para o recebimento do auxílio emergencial pago pelo governo como medida de combate à pandemia de Covid-19.

Ao abordar recomendações que tratam da educação em zonas rurais e da proteção de direitos de minorias nessas áreas (167, 172, 207 e 210), o documento aponta que a escolaridade média no campo não está avançando o suficiente e que a meta do PNE não será cumprida no prazo, além de indicar a redução do número de matrículas em escolas do campo em 2019.

O relatório destaca também que a Emenda Constitucional 95/2016 resultou em uma perda de bilhões de reais de investimentos em educação em 2019, e que a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 com re-

lação à educação inclusiva também não foi cumprida. Além disso, o relatório aponta que o Decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial foi altamente criticado por segregar os estudantes e contrariar a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

10.2. Audiência Pública debate conflitos agrários em terras públicas

A CDHM realizou no dia 2 de junho audiência pública focada nos conflitos agrários em terras públicas. O encontro contou com a participação de organizações da sociedade civil e de representantes do governo.

O advogado Afonso Chagas, professor da Universidade Federal de Rondônia, apontou que a grilagem de terras da União na Amazônia legal é a raiz dos problemas de violência na região, e que apesar de ser um problema histórico, os conflitos vêm se intensificando nos últimos anos. “Essa situação de grilagem em terras públicas é uma matriz de violência, que resulta em graves prejuízos a toda a coletividade dos camponeses e dos movimentos sociais”, disse.

Chagas demonstrou preocupação com legislações que possam estimular a grilagem de terras públicas e citou projeto aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia que reduziu áreas de proteção ambiental. “Duas grandes áreas foram reduzidas, legitimando uma forma de grilagem aquecida por determinada legislação”.

O professor apontou também que a atuação da polícia militar em áreas de ocupações e acampamentos tem sido problemática. “Esses movimentos vêm sofrendo, de forma intensiva, um verdadeiro clima de terror por parte da polícia militar”, disse, reforçando que há uma criminalização dos movimentos sociais que atuam em defesa dos pequenos agricultores.

Para Afonso, a situação deveria ser objeto de políticas públicas e de atuação responsável por parte dos órgãos do Estado. “Tratam-se de terras públicas da União, são bens públicos da população que merecem tutela e proteção, e merecem reversão de atitudes administrativas no sentido de promover essa regularização”, completou.

Dom José Ionilton, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), também demonstrou preocupação com projetos de lei que visam à regularização fundiária e que poderiam servir de incentivo para o aumento da grilagem de terras e prejudicariam os pequenos agricultores. “Essa regularização fundiária o governo vem tentando fazer desde aquela medida provisória no final de 2019, que caducou. Aí vieram esses projetos de lei. Nós somos contrários, queremos que eles sejam retirados de pauta. Eles não contribuem, pelo contrário, vão fazer muito mal para quem está aqui na Amazônia, para quem vive da terra”, afirmou.

“O que a gente percebe na questão de conflitos em terras públicas são três problemas: falta de mediação e diálogo, falta de planejamento e destinação das terras públicas e omissão de atores e o terceiro é a chancela de irregularidades”, afirmou Júlio José, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

O procurador observou que há uma omissão do Poder Executivo na concretização do projeto constitucional, no

planejamento e destinação de terras para políticas, além de diálogos seletivos e uma tendência para a criminalização dos movimentos sociais, como na paralisação da reforma agrária e no Programa Titula Brasil.

Para Júlio, certas iniciativas podem representar um estímulo indireto à invasão dessas terras públicas. “Os projetos de regularização fundiária, marcos temporais, aumento de áreas, criam a expectativa de que vale a pena acirrar e levar adiante conflitos, porque eles serão em alguma medida cancelados”, destacou.

João Pedro Camara, diretor da Câmara de Conciliação Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destacou o esforço do órgão para sistematizar os conflitos agrários e, ainda, apontou os limites para a atuação da Câmara. “Não temos predileção por um setor ou outro”, disse, reforçando que a Câmara busca soluções pacíficas e legais para os conflitos e realiza os encaminhamentos de pleitos e demandas para os órgãos finalísticos.

A deputada Rosa Neide (PT/MT) destacou que em seu estado, Mato Grosso, também há ocupação de terras públicas por grileiros e citou manifestação de desinteresse do INCRA em assentar famílias na região. Para a parlamentar, um país com a dimensão do Brasil deveria investir nos agricultores familiares e aproveitar o potencial de exportação de alimentos sem agrotóxicos no mundo atual. “Nós precisamos ter um observatório, condições de denunciar os conflitos agrários e permitir que a população do campo viva mais e melhor, em condições humanas e dignas neste país”, defendeu.

A audiência contou ainda com a participação dos parlamentares Erika Kokay (PT/DF), Éder Mauro (PSD/PA), Vivi Reis (PSOL/PA) e da subprocuradora-chefe do INCRA, Isabella Maria Lemos.

ENCAMINHAMENTOS

Como encaminhamento da audiência, Carlos Veras (PT/PE), solicitou no dia 4 de junho audiências com o Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, com o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, e com Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados.

A audiência com o Ministro Marco Aurélio, do STF, se concentraria na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 769, que trata da paralisação da reforma agrária no Brasil, que o ministro relata.

A ADPF 769 foi ajuizada pelos partidos políticos PT, PSOL, PSB, PCdoB e REDE, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil), e busca que sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões a preceitos da Constituição Federal por órgãos federais decorrentes da paralisação da reforma agrária.

Com Arthur Lira, Carlos Veras tratou do PL 2633/2020, que dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações em terras da União, foi apontado por representantes da sociedade civil como problemático, por acirrar conflitos e cancelar invasões de terras públicas.

A agenda com o Ministro Fux teria como objetivo apontar a importância da reinstalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, criado em 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça, e posteriormente desativado.

10.3. Presidência da CDHM solicita ao CNJ mediação de conflitos fundiários

Em resposta à solicitação ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Carlos Veras (PT/PE) se reuniu no dia 17 de junho com o Secretário-Geral do CNJ, Valter Shuenquener.

Carlos Veras destacou que o relatório de 2020 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstra um aumento de 25% nos conflitos por terra em relação ao ano de 2019, e 57,6% em relação ao ano de 2018, maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado.

Em 2010, o CNJ instalou o Fórum de Assuntos Fundiários, com objetivo monitorar ações e resolver questões que demandem assuntos de natureza fundiária, conflituosas ou não, que pudessem colocar em risco a segurança no campo e nas cidades ou exijam ações concretas para assegurar o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural. O coletivo teve sua última indicação em 2013 e foi extinto em 2021.

Carlos Veras sugeriu, então, que o CNJ publicasse, como instrução normativa, as orientações contidas no Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva. Criado em 2008 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, o Manual estabelece passos que os responsáveis pelo cumprimento das determinações devem obedecer durante a execução de ordens judiciais.

Veras também demandou atuação do Observatório de Direitos Humanos do CNJ no julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, relatado pelo Desembargador Daniel Paes Ribeiro, sobre anulação dos Contratos de Alienação de Terras Públicas.

O parlamentar destacou que, no entendimento de movimentos sociais e de operadores do direito que atuam no caso, as demandas não podem ter tratamento uniforme, já que abrangem, ao mesmo tempo, potenciais regularizações de grilagem de terras na Amazônia Legal e terras de pequenos posseiros.

CNJ CRIARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA TRABALHAR EM MANUAL COM DIRETRIZES PARA CASOS DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

O Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Valter Shuenquener de Araújo, comunicou, no dia 2 de setembro, ao Presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), que o órgão instituirá Grupo de Trabalho para estudar a criação de um manual com diretrizes para a atuação judicial em casos de manutenção e reintegração de posse coletiva.

10.4. Diligência à Mata Sul em Pernambuco

Foto: Elton Lima



O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), esteve em diligência no município de Jaqueira, na Mata Sul de Pernambuco, no dia 15 de dezembro, com o objetivo de ouvir as denúncias dos agricultores familiares e procurar contribuir com a mediação de conflitos na região.

Mais de 150 pessoas participaram de reunião, na qual as lideranças relataram situações de conflitos agrários, ameaças e medo de viver em suas terras. Segundo os moradores, as ameaças são realizadas por empregados dos donos das usinas, e também demandaram que as reivindicações da comunidade fossem levadas ao governo do estado. Afirmaram também que a usina da região acumula milhões em dívidas trabalhistas e que leilões estariam sendo utilizados por devedores para retirar trabalhadores das terras.

O vereador de Jaqueira, Manoel de Corubas, destacou que a cidade é 50% rural e que a economia depende da agricultura familiar. Corubas também reforçou o pedido para que as reivindicações da comunidade sejam levadas até o governador.

HISTÓRICO

Famílias de agricultores que residem há anos na comunidade Barro Branco denunciaram à Presidência da CDHM violência recorrente que seria praticada por empregados de empresas de segurança privada contratadas por agropecuárias e imobiliárias da região. Afirmaram ainda que as empresas de segurança contariam com apoio de policiais civis e militares e ex-policiais, tanto de Pernambuco quanto de Alagoas.

Os moradores contaram que sofrem com ameaças de morte, destruição de lavouras, contaminação de fontes de água, pulverização aérea com agrotóxico, destruição de benfeitorias realizadas e com o cerceamento no deslocamento, em razão de porteiros que impedem o trânsito aos seus sítios. Afirmam ainda que já registraram diversas ocorrências policiais sobre a situação.

Lembraram também que no mês de abril deste ano, pessoas com spray de pimenta e cães de guarda teriam chegado à Comunidade Barro Branco disparando tiros para o chão e para o alto, apontando armas para os agricultores, e que dias depois teriam destruído aproximadamente 40 mil pés de banana na comunidade Barro Branco.

No dia 30 de abril, empregados da empresa teriam estado novamente no local, ameaçando destruir lavouras e retirar os antigos posseiros de suas moradias e posses, sendo que algumas das famílias residem no local há mais de 100 anos. Ainda nesse dia, de acordo com os relatos, teria sido executada liminar de reintegração de posse, apesar de sua execução estar suspensa em razão da pandemia de Covid-19. Segundo os moradores, os limites da ordem judicial foram excedidos e as áreas de plantio e os acessos à água dos agricultores teriam sido cercados.

Devido à gravidade das denúncias, a Presidência da CDHM expediu ofícios às autoridades solicitando que as forças de segurança garantissem a integridade física dos agricultores da Comunidade Barro Branco e a apuração dos fatos denunciados. Como resposta, o Promotor de Justiça Agrário comunicou a instauração de processo com o objetivo de coletar informações, requisitar abertura de inquérito policial, promover e acompanhar diligências e adotar outras medidas administrativas e judiciais, se pertinentes, a fim de apurar os possíveis delitos violentos em desfavor dos trabalhadores rurais.

RELATOS DOS AGRICULTORES

“É preciso agir em favor dos pequenos. Não tem emprego, se não for da terra, como os pequenos vão sobreviver? Os pequenos não têm ninguém. Só Deus e a Justiça”, disse Carlos Gomes da Silva, do Engenho Pau d’Óleo, em Catende.

“Estamos precisando de muita ajuda. Sair da sua moradia e se ver abandonado para conseguir o pão da sua família, não é fácil. Levaram equipamentos, estragaram A cidade está assombrada”, afirmou Valdemar José da Silva, de Engenho Jaqueira.

“Os grandes não querem os pequenos com pedaço de terra, com independência”, disse Silvia Martins, presidente da Associação do Assentamento Padre Cícero.

Maria Etiene, presidente do STR de Jaqueira, explicou que empresas devedoras se aproveitam de ações de execução fiscal e conseguem que imóveis penhorados sejam subavaliados. “Esses imóveis são levados a leilão judicial e arrematados por valor vil. São arrematados por pessoas que, como todos indícios apontam, são das relações das próprias empresas devedoras”.

Lenivaldo Lima, da CPT, narrou que os donos da usina não respeitam os acordos realizados com os agricultores e chegam a destruir tudo nas terras. “Jaqueira não pode continuar uma cidade do povo que tem medo, medo de sair de casa, medo de plantar”, disse.

O parlamentar também afirmou que relatório com as reivindicações dos trabalhadores rurais será entregue ao governador do estado.

“Essas terras são de vocês, são de direito. Antes de eu nascer, vocês já estavam aqui, produzindo. São vocês que alimentam o Brasil. E merecem produzir com tranquilidade, sem ameaças”, disse o presidente da CDHM.

ENCAMINHAMENTOS

Durante a diligência em Jaqueira, Veras dezembro ao Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, relatório sobre as denúncias. Veras também apresentou projeto de lei sobre destinação de terras à reforma agrária.

10.5. Assassinato do menino Jonatas

Foto: Edton Lima



Carlos Veras, Humberto Costa e Paulo Câmara.

Em 11/2/2022 homens armados e encapuzados invadiram a casa de Geovane da Silva Santos, presidente da Associação dos Moradores do Engenho Roncadorzinho. O líder rural sobreviveu a um disparo no ombro. Mas seu filho, Jonatas de Oliveira, de 9 anos, foi atingido por tiros e morreu.

Roncadorzinho fica na Mata Sul de Pernambuco, região em que foi realizada a diligência em dezembro.

Em 18 de fevereiro Carlos Veras, Presidente da CDHM, e Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, realizaram missão oficial à região, com o objetivo de acompanhar as investigações do assassinato.

A agenda da comitiva teve início com reunião na área coletiva do Engenho Roncadorzinho, que ouviu os trabalhadores rurais da região. Crianças e adultos presentes vestiam camisetas com foto de Jonatas e seguravam cartazes clamando por justiça e pelo fim da violência no campo. Agricultores e lideranças de trabalhadores rurais relataram episódios de violência e se manifestaram a respeito do clima de insegurança na região e da ausência do Poder Público na efetivação do programa de reforma agrária em Pernambuco.

Em seguida, a comitiva foi recebida por João Batista, vice-prefeito de Barreiros; Júlio Elihimas, promotor de Justiça; e Onilda Belo, secretária municipal de Educação do município. O promotor de Justiça afirmou que o Ministério Público avalia a possibilidade de incluir os familiares de Jonatas no Programa de Proteção a Testemunhas, e relatou que as investigações da Polícia Civil estão sendo acompanhadas e que equipe da Polícia Militar permanecerá na comunidade de Engenho Roncadorzinho pelo período de 6 meses, para proteção dos moradores.

AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR DE PERNAMBUCO

Em reunião no Palácio do Governo de Pernambuco, com o governador Paulo Câmara, o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, destacou os principais objetivos e encaminhamentos da Missão Oficial: acompanhar as investigações da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos; reforçar a importância do PL 4522/2021, que dispõe sobre a penhora, arresto e adjudicação de imóveis rurais para destinação à reforma agrária no âmbito das execuções fiscais; reativar a Comissão de Conflitos Agrários do Tribunal de Justiça; a criação de uma Delegacia de Polícia Civil e da Polícia Militar Especializada em Conflitos Agrários, além de solicitar o empenho do Governo Estadual para resolver os conflitos agrários e o clima de tensão na zona rural de Pernambuco.

O senador Humberto Costa, presidente da CDH, também reforçou que a violência no Engenho Roncadorzinho, assim como na zona rural de Pernambuco, gera pânico e terror aos moradores da região.

O secretário de Defesa Social de Pernambuco, Humberto Freire de Barros, reforçou que a Polícia Civil está atuando de forma intensa na apuração da morte de Jonatas de Oliveira dos Santos. Relatou também que a Polícia Civil prendeu dois homens e apreendeu um menor, todos suspeitos de envolvimento no crime, e que prossegue com as investigações, na busca de outros possíveis envolvidos e na elucidação da motivação desse crime.

André Carneiro Leão, defensor regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU), manifestou preocupação quanto à eventual investigação acelerada e uma precipitação na localização e identificação de pessoas que eventualmente não tenham participação no homicídio de Jonatas. Apontou ainda que os Juízes Estaduais que atuam nos processos de execução fiscal estão alheios ao contexto de violência da Mata Sul de Pernambuco.

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, determinou a criação de um Grupo de Trabalho, com a participação de diversos órgãos estaduais, para discutir conflitos agrários e fundiários em Pernambuco e agilizar o Programa de Reforma Agrária e Regularização Fundiária no Estado.

10.6. PL sobre destinação de imóveis devedores à reforma agrária

Como encaminhamento da diligência a Jaqueiras, Carlos Veras (PT/PE) apresentou projeto de lei que dispõe sobre a penhora, arresto e adjudicação de imóveis rurais para destinação à reforma agrária no âmbito das execuções fiscais.

O PL 4522/2021 prevê que grandes devedores de tributos ou impostos a estados ou à União e proprietários de grandes áreas poderão ter seus imóveis rurais penhorados a partir de decisões judiciais, e posteriormente ser destinados à reforma agrária.

Segundo o texto, se a decisão judicial deferir a adjudicação o imóvel rural poderá ser destinado ao assentamento de trabalhadores rurais.

Carlos Veras apontou que de acordo com dados de 2015 do Departamento de Gestão de Dívida Ativa da União, entre os 4.013 contribuintes que possuíam dívidas com a União acima de R\$ 50 milhões, 729 possuem imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Juntos, eles deviam aproximadamente R\$200 bilhões de reais, e seus imóveis totalizavam 6,5 milhões de hectares, conforme comentou o deputado.

O parlamentar destacou que, considerando a informação do INCRA sobre o tamanho do lote médio nacional de 30,58 hectares por família assentada, a partir desses números seria possível assentar 214.827 famílias, o que corresponde a 165,94% das famílias acampadas no Brasil.

Destacou também que, segundo dados de 2019 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), as 50 empresas que mais devem tributos à União acumulavam débitos na ordem de R\$205 bilhões.

“A penhora dos imóveis rurais de grandes devedores de dívidas tributárias teria o poder não só de facilitar e aumentar a arrecadação de tributos federais, mas também de promover programas de inclusão produtiva e cidadã e de resolver conflitos agrários”, afirmou Veras sobre a importância do projeto de lei.

10.7. Delegado em conflitos agrários no Pará

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, acionou no dia 26 de abril o Ministério Público, a Corregedoria Geral da Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e o Governo do Pará, para apurar supostos excessos cometidos pelo delegado de Polícia Civil Ivan Pinto da Silva, da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, no Pará.

A Presidência da CDHM recebeu nota pública assinada por diversos movimentos sociais, datada do dia 12 de abril, relatando uma série de supostas condutas excessivas, como o cumprimento de reintegrações de posse sem ordem judicial e prisões ilegais de agricultores.

A nota pública é assinada pelas seguintes organizações: Comissão Pastoral da Terra (CPT Pará), Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP, Articulação Pará), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sem Terra (MST), Instituto Zé Cláudio e Maria, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Nova Ipixuna, Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Goianésia, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Pará (FETRAFI) e Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais na Agricultura Familiar de Goianésia.

A denúncia é de que fazendeiros teriam procurado o delegado para, em conjunto, planejarem as operações violentas, inclusive com envolvimento de milícias armadas. E esclarece que alguns dos imóveis possuem decisões judiciais de reintegração de posse deferidas pela Vara Agrária de Marabá, mas que estão suspensas em razão da pandemia de Covid-19, e que a execução dessas ações não competiria à Polícia Civil.

SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PARÁ VAI APURAR POSSÍVEIS EXCESSOS POR PARTE DE DELEGADO

O Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, Ualame Fialho Machado, comunicou, no dia 17 de maio, que instaurou processo administrativo interno para apurar a conduta do Delegado Ivan Pinto da Silva, da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, no Pará.

10.8. Despejo em região de conflitos agrários no norte do país

De acordo com estudo Mapa de Conflitos da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), vinculada à Fiocruz, o município de Vilhena, no sul de Rondônia e na divisa com Mato Grosso, é região de inúmeros conflitos agrários entre posseiros, fazendeiros e empresários com títulos provisórios de terra.

Um destes conflitos refere-se a uma ação de reintegração de posse dos lotes 62, 63 e 64 da Gleba Corumbiara, setor 7, Linha 85, distrito de São Lourenço. No local, vivem 70 famílias que estão na iminência de serem despejadas, sem o devido plano de remoção e reassentamento. Os trabalhadores rurais sem-terra fazem parte da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Linha 85.

No dia 26 de março, o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE) solicitou para autoridades locais e federais “esforços para que a solução desses conflitos seja obtida por meio de políticas públicas, objeto de diálogo entre as três esferas de governo e com a comunidade afetada”.

O documento foi enviado para Marcos Rocha dos Santos, governador de Rondônia; Aluildo Leite, procurador-geral de Justiça do estado; Daniel Alves Pereira, defensor público-geral Federal da União; Hans Lucas Immich, defensor público-geral do Estado de Rondônia; Raphael Beviláqua, procurador regional dos Direitos do Cidadão de Rondônia e José Araújo Júnior, procurador da República e Coordenador do Grupo de Trabalho Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da PGR.

“Rondônia é emblemático quanto à violência no campo, a Comissão Pastoral da Terra aponta que, entre 2015 e 2017, a região de Vilhena registrou diversas mortes e massacres, além de denúncias de atuação de milícias armadas”, afirma Carlos Veras.

O presidente da CDHM destaca nos ofícios, entre outros pontos, a resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que determina que “remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto, sem-terra e sem território, que não prejudiquem colheitas vindouras, devendo-se assegurar tempo razoável para o levantamento das benfeitorias”.

O documento alerta ainda quanto “à gravíssima emergência de saúde ocasionada pela pandemia da Covid-19 e suas novas variantes, e o desalojamento das famílias neste momento viola princípios humanitários e colocam em risco concreto a vida de crianças, idosos, e de todas as 70 famílias”.

Em fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia recomendado aos órgãos do Poder Judiciário para que, em caso de determinação judicial de desocupação coletiva de imóveis urbanos ou rurais, garantam o respeito às diretrizes estabelecidas em outra resolução do CNDH que prevê a adoção das devidas “cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do coronavírus (Covid-19)”.

Texto: Pedro Calvi

10.9. Violência, prisão e tortura em povoado de trabalhadores rurais no oeste baiano

Montagem Fábria Pessoa - Fotos: banco de imagens Câmara dos Deputados



Os deputados Valmir Assunção (PT/BA) e Afonso Florence (PT/BA)

Desde o dia 24 de março, cerca de mil pessoas que moram e trabalham no Povoado do Arroz, em Formosa do Rio Preto (BA), vivem com medo e insegurança. Naquele dia, sem ordem judicial, as casas das famílias foram invadidas. Trabalhadores foram ilegalmente presos e objetos destruídos.

Esses são os relatos recebidos no dia 29 de março, pela Presidência da CDHM, de representantes dos trabalhadores rurais, de instituições da sociedade civil e de parlamentares, que pediram o apoio para apuração do caso, responsabilização e ações que tragam segurança para a região. Valmir Assunção (PT/BA) e Afonso Florence (PT/BA) trouxeram a denúncia para a CDHM.

Por motivos de segurança, de acordo com a denúncia, aproximadamente 200 famílias se dispersaram e, desde então, não conseguem retornar para suas casas diante de novas ameaças de invasão por pistoleiros e milicianos.

“Vivemos um momento difícil e precisamos lutar e queremos contribuir e denunciar situações como essa, que estão acontecendo em várias regiões do país”, afirma Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM.

Rosilvado da Cunha, trabalhador rural, foi um dos presos. “Oito policiais militares e milicianos entraram nas nossas casas ameaçando de morte. Vivemos essa violência desde o tempo do meu avô”, relata. O boletim de ocorrência da prisão dele, e de Álvaro Miranda Pulgas, registra que houve tortura. Os dois fizeram exame de corpo de delito e foram liberados.

Os trabalhadores rurais disseram também que, depois de longo período rodando dentro da viatura da polícia militar, foram conduzidos à Delegacia Territorial de Barreiras. Eles afirmaram que não teriam sido ouvidos e teria prevalecido somente a versão dos policiais.

“Desconfiamos que esse registro não foi feito, não tivemos até agora acesso ao depoimento e documentos do processo”, afirma Juliana Borges, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR).

A AATR divulgou uma nota oficial na qual relata que um grupo armado estaria desmatando e destruindo benfeitorias e roças dos agricultores do Povoado de Arroz.

“O oeste baiano é uma fronteira agrícola em forte expansão. Isso provoca conflitos permanentes entre as comunidades tradicionais e o agronegócio. E dessa vez, foi muita violência e terror. Os pistoleiros ainda estão rodando por lá”, denuncia Martin Mayr, da diocese de Barreiras.

Dessa vez, relata, o conflito iniciou depois de uma ação coletiva da comunidade, que impediu o desmatamento de uma área de aproximadamente 1.500 hectares. A permissão para o desmatamento havia sido obtida por um fazendeiro.

Maurício Correia, também da AATR, afirma que a fuga das famílias transformou o local em “um povoado fantasma, sem condições de segurança. Estamos acompanhando o agravamento da situação. Fazendeiros e grileiros formam milícias particulares para brigar entre si e comunidades ficam espremidas no meio desses conflitos, é fundamental pensar nessas famílias e como podem retornar”. O advogado popular ressalta ainda que “hoje na região é que o judiciário está desacreditado por causa da Operação Faroeste”.

A deputada estadual Neusa Cadore (PT/BA) lamenta que “em plena pandemia, como todos os riscos que corremos, toda uma comunidade, crianças e idosos tiveram que sair de casa, do território, para tentar se defender”.

A Presidência da CDHM encaminhou ao governador da Bahia, Rui Costa (PT) e para Ricardo Mandarin, secretário de Segurança Pública, solicitação para que “que determine que as forças de segurança do Estado da Bahia promovam rondas ostensivas para manter a ordem pública e a integridade física dos agricultores do Povoado de Arroz”.

Também receberam solicitações o prefeito de Formosa do Rio Preto, Manoel Afonso de Araújo (PSD); o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Adolfo Menezes (PSD); a Corregedoria-Geral da Polícia Militar, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Departamento de Polícia Federal e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

Para essas instituições foi solicitado, entre vários pontos, que seja informado o trâmite da ocorrência registrada na Delegacia Territorial de Polícia Civil de Barreiras; a imediata apuração da atuação dos policiais militares como seguranças privados e possíveis responsabilizações administrativas e criminais; informações sobre as investigações e operações sobre a fiscalização das empresas de segurança privada na região, principalmente em função da atuação de policiais militares.

Texto: Pedro Calvi

10.10. Povoado do Arroz

A Presidência da CDHM, por meio do deputado Carlos Veras, encaminhou, em março, ao governador da Bahia, Rui Costa (PT), e ao secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino, solicitação para apurar denúncias de violações de direitos e garantir que as forças de segurança da Bahia atuassem para manter a integridade física dos agricultores do Povoado de Arroz.

A denúncia, apresentada à CDHM pelos deputados Valmir Assunção (PT/BA) e Afonso Florence (PT/BA), informou que 200 famílias, cerca de mil pessoas, que moram e trabalham no Povoado do Arroz, em Formosa do Rio Preto (BA), estavam impossibilitadas de voltar para suas casas devido a violações de direitos. Segundo representantes dos trabalhadores rurais, muitas famílias tiveram suas casas invadidas sem ordem judicial, pessoas foram presas ilegalmente, ameaçadas e torturadas. A situação fez com que as famílias da comunidade se dispersassem e, temendo novas ameaças de invasão por pistoleiros e milicianos, não retornassem às suas casas.

Para Carlos Veras, a atuação do Estado, em diferentes frentes, mostra-se necessária nessas situações. “O compromisso da atuação responsável das forças de segurança é um avanço para resolver a situação. A presença do Estado é fundamental para garantir que situações de violência assim não ocorram. É ela que pode mediar essas situações e fazer com que os conflitos e desavenças sejam resolvidos dentro da lei, e com respeito à dignidade das pessoas envolvidas”, afirmou Carlos Veras (PT/PE) sobre a ação da PMBA.

RESPOSTAS

Em resposta à ação da presidência da Comissão, a Polícia Militar, por meio da 86ª CIPM, informou que foi instaurado inquérito policial sobre os fatos imputados a policiais militares. Informou ainda que vem intensificando o policiamento na Comunidade Gerazeira do Povoado de Arroz em Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, com a realização de “ações preventivas a fim de mitigar os conflitos entre as partes envolvidas em disputas por imóveis rurais, com o objetivo de garantir a ordem pública e a paz social”.

O Procurador da República, Rafael Guimarães Nogueira, do MPF Barreiras, informou à presidência da CDHM sobre

a instauração de procedimento para o acompanhar a situação ocorrida no dia 23 de março, envolvendo membros de comunidade Gerazeira e policiais militares que, fora de serviço, teriam dado apoio a fazendeiro durante vistoria em fazenda objeto de litígio.

O MPF Barreiras informou, em despacho, que entrou em contato com o promotor de justiça local para informar sobre a situação, e solicitou ao Comando do Policiamento da Região Oeste e ao Coordenador da Polícia Civil em Barreiras informações sobre a investigação dos policiais envolvidos, e a adoção de medidas a fim de evitar novos conflitos.

O despacho aponta, ainda, que a Comarca de Formosa do Rio Preto (BA) está sem Juiz, Promotor de Justiça e Delegado de Polícia titular. A conflituosidade severa no local seria fator de desestímulo para a lotação dos cargos vagos. E a ausência de solução da disputa fundiária por parte da Justiça fomentaria a multiplicação de conflitos.

10.11. Denúncia de violência contra trabalhadores rurais em Minas Gerais

Foto Câmara dos Deputados



Deputado Padre João (PT/MG)

O Deputado Federal Padre João (PT/MG) transmitiu à Presidência da CDHM denúncia de violência física e ameaças de morte contra trabalhadores rurais sem-terra que ocupam a Fazenda Barreirinho, no município do Prata, em Minas Gerais. Segundo a denúncia, grupos contratados por fazendeiro da região estariam praticando uma série de violências contra os trabalhadores rurais que ocupam a localidade desde 2011: derrubada de cercas, corte de energia, destruição de lavouras, furto de animais e ferramentas, além de bloqueio do acesso dos trabalhadores rurais aos seus sítios.

Carlos Veras oficiou a Superintendência Regional da Polícia Federal, a Secretaria de Justiça e Segurança, a Procuradoria Geral de Justiça e a Coordenação do Centro de Apoio Operacional Especializado na Área de Conflitos Agrários do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pedindo providências para solucionar os conflitos agrários e a situação de violência no município do Prata.

“As denúncias são graves. É preciso que o Estado esteja presente, buscando soluções para esses conflitos agrários, por meio de uma atuação integrada que garanta que os direitos dos trabalhadores rurais sejam respeitados”, reforçou Carlos Veras.

A denúncia afirma que no mês de fevereiro aproximadamente 40 pessoas, sob o comando do fazendeiro, teriam agredido agricultores e agricultoras. Na ocasião, nove trabalhadores rurais sem-terra teriam ficado feridos.

Já em março, um grupo de pessoas, liderado pelo fazendeiro, teria incendiado a casa de trabalhadores rurais idosos, deixando um cenário de destruição total. Em um outro imóvel, um grupo teria ameaçado de agressão física os agricultores, destruído lavouras e colocado veneno na água consumida pelas famílias.

Os atos de ameaças de despejos, de violência física e destruição de bens teriam sido praticados por grupos que seriam empregados de empresas de segurança privada que prestam serviços em áreas rurais, sobretudo na região do Triângulo Mineiro, e indicam o envolvimento de milícias armadas. Além disso, os fatos violentos já teriam sido registrados reiteradamente na Delegacia de Polícia Civil do Prata, sem que tivessem sido solucionados.

10.12. Acampamento Olhos D'Água

O presidente da CDHM, Carlos Veras, acionou, no dia 22 de abril, a Polícia Civil, o Ministério Público e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, pedindo apuração de situação de ameaças e providências para a resolução de conflitos agrários no acampamento Olhos D'Água, na zona rural do município de Joáima, em Minas Gerais.

O Deputado Federal Padre João (PT/MG) transmitiu à CDHM da Câmara dos Deputados a denúncia sobre atos violentos praticados contra trabalhadores rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A denúncia informa que, por volta das 22 horas do dia 15, um grupo armado teria atacado, com tiros, o acampamento de trabalhadores rurais e ateado fogo no barraco de um deles, fazendo com que agricultor tivesse que passar

a noite escondido na mata. Segundo as informações, já existe registro policial na Delegacia de Polícia Civil de Jequitinhonha sobre o atentado.

Os trabalhadores rurais sem-terra há algum tempo denunciaram desmatamento ilegal na área que, segundo eles, é praticado por pessoas infiltradas no acampamento, que ameaçam as famílias de morte e de agressão. As ocorrências também foram registradas na mesma delegacia.

Carlos Veras solicitou à Polícia Civil de Jequitinhonha informações sobre o andamento das ocorrências policiais mencionadas na denúncia, e também ao Ministério Público a apuração da denúncia e a investigação das ocorrências, para que a Presidência da CDHM siga acompanhando o caso. À Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais foi solicitada a apuração das denúncias de desmatamento ilegal.

10.13. Anapú

O Presidente da CDHM, o deputado Carlos Veras (PT/PE), oficiou no dia 25 de maio o presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, questionando quais medidas foram adotadas pelo órgão sobre a situação judicial do assentamento Pilão Poente II (Comunidade Castanheira), no município de Anapu, no Pará.

No dia 29 de abril foi realizada reunião virtual entre a Presidência da CDHM e lideranças de movimentos sociais rurais da região Sudoeste do Pará, além de representantes de outras entidades, na qual foram relatados graves conflitos agrários na região de Anapu, Altamira, Novo Progresso e distrito de Castelo dos Sonhos.

As lideranças denunciaram durante a reunião que foi determinada judicialmente ao Incra a reintegração de posse do Assentamento Pilão Poente II, onde residem, desde 2009, 100 famílias de trabalhadores rurais. Os presentes afirmaram que a área, apesar de se tratar de assentamento, está ocupada por grileiros e madeireiros.

Participaram da reunião representantes da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento Xingu Vivo, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-Pará).

10.14. Imóveis rurais incidentes em terras públicas em Rondônia

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), reuniu-se no dia 9 de junho com o desembargador Daniel Paes Ribeiro, do TRF-1ª Região. O magistrado é relator do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), suscitado pelo Juízo Federal da Seção Judiciária de Vilhena, em Rondônia. A ação abrange vários processos que discutem anulação de Contratos de Alienação de Terras Públicas.

Os procuradores da República Raphael Bevilaqua e Caio Hideki Kusaba (do MPF/RO) e Júlio Araújo (GT/Reforma Agrária, PFDC/MPF), que também participaram da agenda, manifestaram preocupação com a demanda judicial. Bevilaqua e Kusaba enfatizaram que muitos dos processos vinculados ao IRDR têm situações diferenciadas, que necessitam de decisões que devem considerar cada caso apresentado individualmente.

Os processos vinculados ao IRDR objeto da audiência versam sobre imóveis rurais situados em Terras Públicas, que foram alienados pelo Inca a particulares, mediante a formalização de Contratos de Alienações de Terras Públicas.

Além das autoridades acima citadas, participaram da audiência Afonso Chagas e Mara Carvalho, Advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom José Ionilton, Bispo da Prelazia de Itacoatiara (AM) e Presidente Interino da entidade, Adilson Machado, Conselheiro da instituição, Ronilson Costa, Coordenador da Comissão, e Nilton Tubino, assessor parlamentar do deputado Patrus Ananias.

10.15. Destinação de imóvel para reforma agrária em Mato Grosso

Foto Câmara dos Deputados



Deputada Rosa Neide (PT/MT)

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Carlos Veras (PT/PE), se reuniu no dia 21 de setembro com o desembargador Daniel Paes Ribeiro para tratar de decisão liminar que resultou em mandado de segurança que suspendeu decisão do juízo da 1ª Vara Federal de Sinop. A decisão reconhece a imissão da União na posse de parte da Fazenda Cinco Estrelas, na área pública da União, intitulada Gleba Nhandu, no município de Novo Mundo, em Mato Grosso.

A área foi reivindicada pela União para o Projeto de Assentamento denominado Novo Mundo, criado pelo Incra em 2002. O Juízo da 1ª Vara Federal de Sinop reconheceu a imissão da União, mas mandado de segurança suspendeu a posse, dificultando a possível destinação do imóvel ao programa de reforma agrária.

A deputada Rosa Neide (PT/MT) destacou que são cerca de 70 famílias que há 15 anos constroem suas vidas no local. “Se a terra é pública, entendemos que as famílias, por direito, devem ter sua base garantida, e que a terra cumpra seu papel social conforme a Constituição”, defendeu a parlamentar.

Mara Carvalho, Advogada da Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacou que as famílias estão há 15 anos acampadas na área e que o assentamento vai propiciar dignidade às pessoas e tranquilidade para que possam focar ainda mais na produção de alimentos saudáveis. Mara lembrou ainda que relatório do Incra de junho deste ano reforça a destinação da área para projeto agrônômico e de assentamento dessas famílias.

“Essa decisão (liminar que suspendeu a decisão da 1ª vara de Sinop) mais uma vez distancia o sonho do projeto de assentamento, do cumprimento da função social desta terra com a dignidade humana dessas famílias e dessas pessoas que ocupam a área há mais de quinze anos”, lamentou Mara.

Carlos Veras reforçou a importância de políticas de apoio à agricultura familiar, como os assentamentos agrários, para garantir que os alimentos cheguem até as mesas dos brasileiros. “Nós estamos vivendo um processo de desabastecimento no Brasil. Se nossos camponeses não tiverem condições dignas de produzir alimentos, corremos esse risco de desabastecimento no país”, apontou.

Veras lembrou ainda que a maioria dos conflitos agrários atuais ocorrem em terras públicas e que a outra parte envolvida na disputa pela área chegou a ser denunciada pelo Ministério Público do Estado por prática de trabalho análogo ao escravo.

10.16. Acampamentos Arco-íris e Beira-Rio, em Minas Gerais

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), e representantes de diferentes órgãos como INCRA, DER e Ministério Público, além de representantes de organizações da sociedade civil se reuniram no dia 21 de setembro para buscar soluções para a situação dos acampamentos Arco-Íris, situado às margens da rodovia MG 461, e Beira-Rio, na cidade de Fronteira, em Minas Gerais.

Augusto César, advogado dos Trabalhadores Rurais, fez um breve histórico da situação e lembrou que a CDHM fez diligência aos acampamentos em 2019.

Sobre o acampamento Arco Íris, ele destacou que as famílias estão há 13 anos nas margens da rodovia MG 461 e que em 2018 foi editado decreto de desapropriação da fazenda, gerando expectativa de assentamento das famílias. O decreto perdeu a validade e em março deste ano, o INCRA deu novo parecer sobre a produtividade da área e arquivou o processo administrativo.

“O arquivamento do processo tem agravado e muito o conflito lá no acampamento Arco-Íris. Trabalhadores têm tido seus barracos destruídos por tratores, teve alguns episódios também de atear fogo em alguns barracos. O acampamento tem sido diariamente vigiado por jagunços armados. As ameaças de remoção forçada das famílias são rotineiras”, disse, apontando que uma saída para a situação seria encontrar uma alternativa de assentamento para as famílias.

Para ele, o INCRA não cumpriu com o seu papel constitucional de efetuar o assentamento das famílias mesmo com o decreto de desapropriação, e também não deu alternativa para essas famílias.

Augusto destacou que a ação de reintegração de posse movida pelo DER também não favoreceu a resolução da questão, pois não contribuiu com iniciativas que buscassem garantir a segurança das pessoas acampadas, como a instalação de um redutor de velocidade no local. “Nós sabemos que o local ideal para essas pessoas morarem não é às margens da rodovia, ninguém está na margem da rodovia porque deseja, porque quer, e sim por uma necessidade, por uma expectativa de assentamento gerada”.

Sobre o acampamento Beira-Rio, Augusto explicou que, apesar de o local ter um procedimento de regularização bastante avançado, a justiça não tem avançado na possibilidade de regularização. “Além disso, tem sido sistematicamente ignorada em Minas Gerais a decisão cautelar da ADPF 828, do ministro Luís Roberto Barroso, que suspendeu as remoções forçadas por seis meses por causa da pandemia. Os acampamentos preenchem todos os requisitos, são anteriores à pandemia, são utilizados para moradia, produção e de posse coletiva”, explicou.

“Nós estamos falando de mais de 60 famílias acampadas às margens de uma rodovia, onde tem uma ação miliciana hostilizando e ameaçando suas lideranças desde a constituição do acampamento, doze anos atrás”, disse Jairo dos Santos Pereira, da Coordenação Nacional do MTST/MG, sobre situação no acampamento Arco-Íris.

Para ele, a negligência do Estado em desapropriar e realizar a reforma agrária vem agravando os conflitos. “A gente teve uma diligência da Comissão de Direitos Humanos nesses dois locais e na data da diligência, com a presença dos deputados, da Polícia Rodoviária Federal, nós tivemos alguns jagunços passando às margens do acampamento”, relatou, sobre a existência de uma força “de segurança paralela” que contaria com a conivência do poder público local.

“O que a gente está discutindo aqui é a legitimidade conferida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária à ação dos jagunços da Fazenda Arco-Íris”, disse. Para Jairo, o arquivamento do processo legitima a ação

milicianas na região e viola os direitos das famílias acampadas.

“A gente precisa de uma manifestação dura do Ministério Público Federal no sentido de responsabilizar o INCRA. Em Fronteira, a gente observa a mesma situação, em que a negligência do Estado e a ausência do poder público colocou famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra em risco de vida”.

INCRA

João Pedro de Arruda Câmara, Diretor da Câmara de Conciliação Agrária do INCRA, argumentou que a expectativa de desapropriação não foi gerada pela atual gestão e que existem limitações orçamentárias. “Temos todo o interesse em resolver todas as questões relativas à reforma agrária. Mas, assim como todos os órgãos públicos, temos orientações muitas vezes orçamentárias que nos impossibilitam de fazermos aquilo que gostaríamos de fazer”.

Batmaisterson Schmidt, Superintendente de Minas Gerais do INCRA, elencou ações realizadas na região, mas também alegou dificuldades orçamentárias. “Lembrando que o orçamento do INCRA não é gasto somente com novas desapropriações, o INCRA precisa também fazer o pagamento das antigas desapropriações que estão correndo no Judiciário”.

“Tendo caducado o decreto da Usina Gurinhatã (Arco-Íris), não restou outra alternativa senão o arquivamento desse processo de desapropriação. Quanto à Fazenda Fronteira, nós não localizamos nenhum processo administrativo de desapropriação”.

O DER não sinalizou tendência para interromper o processo de reintegração em relação ao acampamento Arco-Íris. Sobre a situação do acampamento Beira-Rio, a prefeitura argumentou que está sem orçamento e que depende de decisão da Justiça sobre massa falida.

REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO

Para Júlio Araújo, da PFDC, é fundamental pensar na reforma agrária como política de Estado. “É sim responsabilidade da União, do INCRA buscar soluções, independentemente de a gente discutir a legalidade da paralisação da desapropriação”.

“Qualquer situação de conflito agrário, de violência no campo, deve mobilizar todos os atores, do sistema de justiça ou não, para que a gente possa buscar soluções que deem estabilidade”, reforçou, apontando que tem percebido falta de disposição dos órgãos relacionados à reforma agrária para esse diálogo e a necessidade de uma mesa de diálogo para construção de alternativas.

“As autoridades públicas precisam encontrar soluções para a execução das políticas públicas, não dá para a gente achar que não tem nada para fazer e pronto. Um governo, quando assume a gestão, assume a responsabilidade de dar continuidade ao processo, não pode paralisar as políticas públicas. Faça um apelo aos representantes do

INCRA, do DER, da Prefeitura: precisamos encontrar caminhos”, reforçou Carlos Veras.

“Nós estamos à beira de passar por um processo de desabastecimento de alimentos. A Reforma Agrária, o apoio à produção da agricultura, são essenciais para a gente poder alimentar as pessoas. É a agricultura familiar que alimenta o nosso país”, complementou o parlamentar.

10.17. Nova Ipixuna

Montagem Fábria Pessoa - Fotos: banco de imagens Câmara dos Deputados



Os deputados Célio Moura (PT/TO) e Paulão (PT/AL)

O presidente da CDHM, Carlos Veras, demandou no dia 5 de novembro ao governador do Pará, Helder Barbalho, a apuração de possível violência contra trabalhadores rurais no município de Nova Ipixuna.

Os deputados Célio Moura (PT/TO) e Paulão (PT/AL), Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Bancada do PT, transmitiram à CDHM denúncia da Comissão Pastoral da Terra sobre ataque de pistoleiros contra trabalhadores rurais sem-terra do acampamento São Vinícius, no dia 3 de novembro.

Segundo o relato, um grupo de pistoleiros teria atado fogo em motos dos acampados, destruído barracos e atirado contra as famílias camponesas. Denunciaram ainda que agricultores teriam sido baleados e outros teriam fugido para uma área de floresta próxima.

Também foram solicitadas providências ao Secretário de Segurança Pública, ao Delegado de Conflitos Agrários de Marabá, ao Comandante-Geral da PM e à Promotora de Justiça Agrária de Marabá.

Ao Secretário de Segurança Pública e ao Delegado de Conflitos Agrários de Marabá foram solicitadas a adoção urgente das medidas investigativas sobre o caso. Ao Comandante-Geral da PM foram demandados esforços para pacificar a zona rural do município de Nova Ipixuna. À promotora de Justiça Agrária de Marabá foi requisitada a adoção das medidas pertinentes à situação.

10.18. Violência em Rondônia

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 19 de novembro ao Governador de Rondônia, Marcos Rocha dos Santos, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, a apuração de denúncias de violações de direitos humanos no acampamento Tiago dos Santos, em Nova Mutum, em Rondônia.

Segundo denúncia da Associação Brasileira de Advogados do Povo (ABRAPO), os trabalhadores rurais sem-terra do acampamento vêm sofrendo com uma série de episódios de violência.

A ABRAPO relatou que, apesar da suspensão pelo STF dos despejos durante a pandemia, casas e pertences dos trabalhadores sem-terra teriam sido destruídos por forças policiais. Além disso, a associação afirma que duas lideranças do acampamento foram executadas e que animais mortos e óleo teriam sido jogados dentro dos poços de água potável que abastecem o acampamento.

Também foram solicitadas providências ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia, Coronel José Hélio Cysneiros Pachá, ao Corregedor-Geral da Polícia Militar de Rondônia, Coronel José Carlos da Silva Júnior, ao Defensor Público-Geral da União, Daniel de Macedo Alves Pereira, e ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Rondônia, Ivanildo de Oliveira.

10.19. Denúncias de intoxicação de comunidades no Maranhão

O presidente da CDHM, Carlos Veras, acionou, no dia 4 de maio, diferentes órgãos do estado do Maranhão, sobre denúncia de intoxicação e danos à saúde de comunidades tradicionais da zona rural do município de Buriti, em razão de lançamento, por meio terrestre e aéreo, de agrotóxico nas lavouras de soja da região.

Representantes do Programa de Assessoria Rural e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA) informaram à CDHM que moradores da Comunidade Tradicional, denominada Carranca, têm relatado sentir falta de ar e vômitos, e as crianças estariam com diarreia e febre. As pessoas acreditam que os sintomas são resultado do uso de agrotóxicos em uma fazenda que fica a 15 metros da comunidade. O proprietário utilizaria agrotóxico na sua lavoura de soja, por via aérea, quase diariamente, e o uso teria aumentado nas últimas semanas.

Vicente de Paulo Costa Lira, agricultor da Comunidade atingida, afirma que teria feito reiterados pedidos aos responsáveis da fazenda para cessar o lançamento de agrotóxico. Ele relata que, além de sua família, toda a comunidade Carranca tem sido impactada pelo uso do herbicida, e que, nos últimos quatro anos, muitos moradores teriam adoecido e vários animais teriam morrido pelo contato com os produtos químicos lançados no local.

Além disso, o presidente da Associação da Comunidade Araçá, Edimilson Silva de Lima, informou que, entre os dias 20 e 22 de abril de 2021, aviões teriam lançado agrotóxico nas lavouras próximas à comunidade, causando problemas de saúde como febre e coceira intensa pelo corpo, nos moradores, sobretudo em idosos e crianças. Uma senhora teria sido atingida em todo o corpo, e ao menos 5 crianças que brincavam no terreiro da comunidade teriam sido atingidas, causando-lhes queimaduras por todo o corpo.

Os moradores denunciam que os aviões realizam voos em baixas altitudes, gerando um odor intenso, que causaria sufocamento, fazendo com que eles precisassem se refugiar em suas casas. Segundo a denúncia, apesar dos problemas vivenciados pelos moradores, eles não tiveram, até o momento, atendimento de saúde.

De acordo com o documento, as comunidades tradicionais Capão, Belém, Angelim, Cacimbas, Mato Seco, Brejinho e Baixão também seriam afetadas pelo lançamento de agrotóxico pelos sojicultores da região de Buriti.

A presidência da CDHM solicitou à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público, ao Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, ao Promotor de Justiça do Município de Buriti e ao Secretário de Estado de Meio Ambiente do Maranhão a adoção de medidas para apurar as denúncias e cessar as violações de direitos humanos narradas, bem como as consequentes sanções legais.

Carlos Veras pediu também ao Secretário de Estado de Saúde e ao Governador do Maranhão o deslocamento urgente de equipe de saúde para atender os moradores das comunidades afetadas.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA INSTAURA PROCEDIMENTO PARA INVESTIGAR LANÇAMENTO AÉREO DE AGROTÓXICOS QUE TERIA PREJUDICADO COMUNIDADES RURAIS NO MARANHÃO

Em resposta à CDHM, o Promotor de Justiça, Laécio Ramos, informou que instaurou notícia de fato para apurar o caso, referente às Comunidades Araçá e Carranca.

A promotoria informou também que notificou os possíveis autores para prestar esclarecimentos, requisitou a instauração de inquérito policial para investigar a prática de crime e solicitou informações sobre o caso à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e à Secretaria Municipal de Saúde de Buriti sobre as pessoas atendidas em decorrência desse fato.

Além disso, comunicou que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão propôs ação judicial para obrigar o fazendeiro, apontado como responsável, a cessar imediatamente a pulverização de agrotóxico por via aérea, e que, caso seja realizada por via terrestre ou qualquer outro meio, se mantenha a uma distância mínima de 1 km dos povoados da zona rural, especialmente das comunidades de Carranca, Araçá, Angelim e Capão, e a custear o envio de equipe médica aos povoados atingidos para que a comunidade passe por atendimento, diagnóstico e tratamento das enfermidades decorrentes de agrotóxicos.

10.20. Violência em Tocantins

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 11 de agosto a diversos órgãos ações com o objetivo de esclarecer denúncias de violência contra posseiros e agricultores na Gleba Anajá. Foram encaminhados ofícios à Polícia Federal, à Secretaria de Segurança Pública, à Procuradoria-Geral de Tocantins, ao Juiz da Comarca de Colinas e ao Incra.

As informações foram transmitidas à Presidência da CDHM pelo deputado Célio Moura (PT/TO). Segundo relatado, no dia 6 de agosto, pessoas armadas teriam atacado posseiros e agricultores ligados à Associação de Trabalhadores Rurais do Acampamento Maria Bonita, na Gleba Pública da União denominada Anajá, no município de Palmeirante.

Segundo os relatos, teriam sido perpetradas inúmeras agressões físicas contra os trabalhadores rurais, queima de barracos utilizados como moradia pelos posseiros, matança de seus animais e um agricultor teria sido assassinado.

Trabalhadores rurais ainda denunciam ameaças de pessoas armadas contra os posseiros, e grilagem de terra e desmatamento ilegal de madeira na região.

O Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas do Tocantins proferiu ordem de reintegração de posse referente à Fazenda Navarro, no Lote 268 da Gleba Anajá, em desfavor de 22 famílias. No entanto, a ordem, executada no dia 18 de maio, teria abrangido todo o perímetro da Gleba Anajá, atingindo aproximadamente 100 famílias de agricultores que, até o momento, ainda estariam fora de suas casas.

Em nota, o Ministério Público de Araguaína afirmou que acompanha o caso desde 2018, por meio de inquérito civil, e que, nesse contexto, o Juízo da 1ª Vara Federal de Araguaína determinou que o Incra dê seguimento a processo administrativo, com a vistoria da Fazenda Navarro, tendo como objetivo a sua destinação à reforma agrária.

Na mesma nota, o MPF declara que, no dia 5 de maio, solicitou ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Colinas

do Tocantins a suspensão da execução da ordem de reintegração de posse da Fazenda Navarro. E que teria alertado à Polícia Civil e ao Ministério Público do Estado do Tocantins, por cinco vezes cada, sobre as ameaças e os atos de violência praticados contra a comunidade de trabalhadores rurais.

O MPF informou ainda que peticionou ao mesmo Juízo Estadual, em 30 de julho, a declaração de nulidade de todos os atos processuais e o declínio da competência, da Justiça Estadual para a 1ª Vara Federal Judiciária de Araguaína, uma vez que se trata de área pública da União.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS

Ao Secretário de Segurança Pública do Tocantins, Cristiano Barbosa, foram solicitadas informações sobre as ações adotadas pela Polícia Civil relacionadas aos alertas expedidos pelo MPF de Araguaína sobre as ameaças e os atos de violência praticados contra a comunidade de trabalhadores rurais residentes na Gleba Anajá e, ainda, quanto às medidas adotadas a respeito dos outros fatos ocorridos no dia 6 de agosto.

Procuradoria-Geral de Justiça de Tocantins

Ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, Luciano César Casaroti, a Presidência da CDHM questionou sobre o andamento das medidas adotadas em relação aos alertas expedidos pelo MPF de Araguaína que tratam dos atos de violência praticados contra a comunidade de trabalhadores rurais.

POLÍCIA FEDERAL DE TOCANTINS

À Superintendente da Polícia Federal no Tocantins, Maria Amanda Mendina de Souza, Carlos Veras indagou sobre medidas adotadas pelo órgão no caso narrado, especialmente sobre os eventos ocorridos no dia 6 de agosto e as denúncias de grilagem e desmatamento ilegal.

JUIZADO DA COMARCA DE COLINAS

O Juiz da Comarca de Colinas, José Roberto Ferreira Ribeiro, foi interpelado sobre possível transgressão dos limites no cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse e sobre o andamento do pedido formulado em 30 de julho pelo MPF de Araguaína, quanto ao deslocamento de competência para a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araguaína.

INCRA

Veras demandou ainda ao Presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, informações sobre o andamento do processo que trata da destinação da Gleba Anajá à reforma agrária.



Silvio Porto: Professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - Audiência Pública CDHM - Modelo agrário, desabastecimento alimentar e fome - Foto: captura da transmissão realizada pela TV Câmara

11.COMBATE À FOME; SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

11.1 Audiência Pública debate importância de incentivos à agricultura familiar e Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU

Captura e Montagem Fernando Bola



A CDHM realizou no dia 12 de maio audiência pública com o objetivo de debater a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e iniciar diálogos sobre a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU. Pesquisa da Rede PENSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) mostrou que 116,8 milhões de brasileiros viveram com algum grau de insegurança alimentar em 2020, e que, desses, 19 milhões passaram fome diariamente.

Na abertura da audiência, o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), citou os principais dados da pesquisa e reforçou a importância do encontro, que reuniu representantes de diversas organizações da sociedade civil e do governo, e apontou a importância da agricultura familiar para que o Brasil supere o grave contexto de fome atual. “Se o campo não planta, a cidade não janta! É a soberania alimentar que está em jogo. Uma ação importante é o apoio à produção da agricultura familiar. Como agricultor familiar, sertanejo, sei da dificuldade que cada agricultor, cada agricultora encontra para produzir os alimentos. Pela falta de assistência técnica, de crédito, de apoio à produção, à comercialização”.

“Lamentavelmente esse inquérito revelou que o nosso país, embora seja constantemente alardeado como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, não consegue assegurar o direito humano à alimentação de boa parte da população. É um país que está convivendo com o retorno da fome a patamares que já tínhamos superado há bastante tempo”, declarou Renato Maluf, da Rede PENSSAN.

Em exposição, Renato Maluf mostrou que os dados de 2018 já revelavam uma inflexão da curva da situação de segurança alimentar dos domicílios. “O país vinha numa trajetória virtuosa de 2004 até 2013, atingindo 77% dos domicílios em segurança alimentar. Os dados de 2018 já revelavam uma inflexão dessa curva, que reduziu o número de domicílios para apenas 63%. Os dados de dezembro mostram menos da metade dos domicílios em segurança alimentar. O país tinha conseguido avançar na condição alimentar e nutricional das suas famílias. Foi quando o país saiu do mapa da fome. Portanto, a pandemia não é a causa única dessa condição, ela já estava se manifestando em 2017, 2018. Entre 2013 e 2018, o país retrocedeu 15 anos, em termos da sua condição. Em 2018, tínhamos voltado à condição em que estávamos em 2004”, apontou.

Para Luana de Brito, da Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a pandemia reforçou desigualdades já existentes no país. “A gente sabe que no país a fome tem cor. Tem gênero, tem raça, tem territórios. E no Brasil, ela se intensifica bastante em alguns territórios. Como já foi apresentado nos estudos, é a população preta e pobre que é a mais atingida. E agora, no contexto de pandemia, essas desigualdades foram escancaradas”.

IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COMBATE À FOME

Fernando Schwanke, Secretário da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, elencou dados do censo agropecuário que reforçam a importância da agricultura familiar para o Brasil. “A agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos rurais do nosso país. Se nós colocarmos ainda os pequenos produtores que já saíram dos critérios da agricultura familiar, esse número passa de 80%. E quando colocamos também o médio produtor rural, o censo mostra que 80% deles vivem na propriedade rural ou no núcleo próximo da propriedade rural. Nós vamos chegar a mais de 90% dos estabelecimentos rurais do nosso país. Isto por si só

explica a importância de se ter políticas públicas destinadas a esse público, não só por uma questão produtiva, que é extremamente importante, mas também por uma questão social. A agricultura familiar é a guardiã da cultura de um país que era essencialmente rural até as décadas de 30, 40”.

“A agricultura familiar é um grupo que tem seus direitos previstos, mas ela tem uma importância para um projeto de sociedade, para garantir alimentação, para garantir saúde, não só a saúde das pessoas, mas para a saúde do planeta”, declarou Valéria Burity, da FIAN Brasil. Valéria também reforçou que os agricultores familiares são os maiores responsáveis pela ampliação da produção de alimentos orgânicos no país. “E isso é relevantíssimo, considerando a crise ambiental que ameaça a todos nós”, acrescentou.

Alberto Broch, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), reforçou que é impossível dissociar o combate à fome da agricultura familiar. “Nós entendemos que o agronegócio tem o seu papel, mas ele por si só não faz frente para enfrentar o tema da fome”, disse.

CÚPULA DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Sobre a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, o representante da CONTAG sinalizou preocupação com o processo de organização do encontro, que parece privilegiar corporações, afirmando que, ao contrário das demais reuniões, não estaria existindo amplo debate envolvendo estados, instituições e sociedade civil. “Qualquer cúpula que não discuta as falhas, os sistemas corporativos, pode, inclusive, acentuar os problemas”, ressaltou Broch.

“O espaço da cúpula dos sistemas alimentares é importante para denunciar esse processo que o Brasil está vivendo. O processo de fome, da falta de alternativa. Como se organizar para ter incidência nesse espaço? Para que ele não vire mais um espaço de fortalecimento das corporações que dominam o processo de produção, industrialização e comercialização?”, acrescentou Claudeilton Luiz, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), lembrando que organizações da sociedade civil emitiram nota pública sobre a Cúpula, afirmando a necessidade de construção de uma conferência popular que valorize a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

ATUAÇÃO DO EXECUTIVO

Claudeilton Luiz lamentou os vetos do Executivo à lei que beneficiava a agricultura familiar. “A lei 14.048, conhecida como Lei Assis Carvalho, tinha um objetivo muito claro de um fomento produtivo, crédito rural emergencial, central para o enfrentamento do contexto de fome. E, infelizmente, a resposta do Executivo foi praticamente vetar a lei”. Ele também reforçou que o contexto de fome não se deve somente à pandemia. “Esse contexto de fome, de insegurança e desemprego deve-se às medidas adotadas pelo Executivo. O que está sendo apresentado como alternativa a esse contexto de aumento da desigualdade, da volta da fome e do desemprego em alta?”, questionou.

Débora Nunes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ressaltou que o investimento do Estado em políticas públicas não reflete a importância da agricultura familiar no enfrentamento à fome. “A agricultura familiar precisa ser vista como prioridade. E lamentavelmente não é isso que a gente vivencia aqui do chão de onde eu piso. O Censo Agropecuário já apontou que mais de 70% dos alimentos são produzidos pela agricultura familiar”, disse.

“Nós vivemos uma ofensiva, um desmonte de políticas que foram construídas ao longo dos anos, políticas conquistadas pelos agricultores e agricultoras do nosso país. Políticas essenciais para produção de alimentos e consequentemente para o enfrentamento da fome. E aí, dentro dessas ofensivas, eu gostaria de reforçar que há uma paralisia total em relação à reforma agrária, e o Incra está atuando em uma contra reforma agrária, e não em garantir as condições para que nós, assentados da Reforma Agrária, possamos permanecer no campo produzindo alimentos saudáveis”, denunciou a representante do MST.

Débora pediu urgência na votação do PL 823 e também lamentou os vetos à Lei 14.048/2020. Ela reforçou que a lei seria um auxílio emergencial que possibilitaria ao pequeno agricultor se manter e continuar produzindo alimentos. “É um ataque a quem, efetivamente, pode contribuir para o enfrentamento à situação da fome do nosso país”, disse.

Tiago Costa, da Articulação do Semiárido (ASA), apontou que a paralisação de políticas públicas possibilita o retorno de um cenário grave, com famílias morrendo de fome e de sede. “As famílias precisavam caminhar quilômetros e mais quilômetros atrás de água, em busca de oportunidades, de emprego e renda. E a gente tem visto essa realidade se acentuar”, finalizou.

No final da audiência, o presidente da Comissão, Carlos Veras, antecipou que as contribuições da audiência serão entregues à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e ao presidente da Câmara, Arthur Lira, solicitando a imediata apreciação do PL 823/2021.

11.2. Projeto que institui medidas de amparo a agricultores familiares é aprovado na Câmara

Foto: Câmara dos Deputados



Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

O Projeto de Lei 823/21, conhecido como Lei Assis Carvalho II, institui medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares que serão adotadas até 31 de dezembro de 2022 para diminuir os impactos socioeconômicos causados pela pandemia do novo coronavírus.

A proposta foi inspirada no PL 735/20 (Lei 14.048/20 - Lei Assis Carvalho), que também tratava de medidas de auxílio para agricultores familiares durante a pandemia e foi aprovada pelo Congresso Nacional em agosto do ano passado, mas vetada quase integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro. Apresentado pelo deputado Pedro Uczai (PT/SC) e pela bancada do PT, o texto recupera a ideia com alguns ajustes.

Também cria o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural, destinado a agricultores familiares que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. O valor do fomento será de R\$2,5 mil por unidade familiar e, no caso de mulher agricultora, de R\$3 mil, podendo chegar a R\$3,5 mil caso o projeto seja de implementação de cisternas ou outras tecnologias de acesso à água, e será pago em parcela única.

O projeto de lei concede automaticamente o Benefício Garantia-Safra, previsto na Lei 10.420/02, a todos os agricultores familiares aptos a receber o benefício até dezembro de 2022, e prevê ainda que o Conselho Monetário Nacional crie linhas de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A proposta ainda institui o Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar (PAE-AF), que contará com recursos orçamentários destinados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, para compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e doação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que deverá ser operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) até dezembro de 2022. Os agricultores familiares deverão se cadastrar no site da Conab para participar do programa.

O projeto ainda prorroga as dívidas rurais da agricultura familiar para um ano após a última prestação, considerando parcelas vencidas ou que vão vencer até dezembro de 2022. Serão suspensos também o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso, assim como o prazo de prescrição das dívidas.

A Lei da Agricultura Familiar considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família; ter percentual mínimo da renda familiar originada dessas atividades econômicas; e dirigir o estabelecimento ou empreendimento com a família.

SOCIEDADE CIVIL REIVINDICA APROVAÇÃO DO PL

Participantes de audiência pública da CDHM, realizada no dia 12 de maio, apontaram a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar para o enfrentamento à fome no contexto da pandemia.

Com informações da Agência Câmara

11.3. CDHM debate modelo agrário, desabastecimento alimentar e fome

Os reflexos do agronegócio exportador no desabastecimento alimentar interno, a inflação de alimentos, a ampliação da fome e da miséria, além da importância dos estoques públicos de alimentos, foram debatidos no dia 25 de agosto em audiência pública realizada pela CDHM.

Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN demonstrou que 116,8 milhões de brasileiros viveram com algum grau de insegurança alimentar em 2020, 43 milhões de pessoas não tinham alimentos em quantidades suficientes e 19 milhões enfrentavam a fome diariamente.

Para Silvío Porto, Professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, a escolha por um modelo que privilegia a exportação e outras políticas equivocadas contribuíram para o aumento da fome no Brasil. “A pesquisa identificou que mais de 55% da população brasileira encontrava-se em algum nível de insegurança alimentar e cerca de 19 milhões de pessoas estavam efetivamente passando fome. Um quadro de extrema preocupação, reflexo de uma inação por parte do Estado e de políticas equivocadas”, disse o pesquisador, indicando que o cenário deve se agravar ainda mais em 2021.

“Essa fome tem rosto, cor e classe. As mulheres negras são as mais afetadas, as pessoas analfabetas ou com baixíssima escolaridade, tanto na área rural quanto urbana, e também as mulheres chefes de família que vivem nas periferias da cidade”, reforçou o professor.

Para o pesquisador, a paralisação do programa de cisternas expôs ainda mais os agricultores aos períodos de estiagem, dificultando a produção de alimentos. Sobre a inflação de alimentos, Silvío argumentou que é uma questão estrutural e que alcança frutas, verduras, legumes, grãos, carnes.

Outro dado destacado pelo pesquisador foi o aumento da produção de determinados grãos, que estaria quase 90% concentrada na produção de milho e soja, e a maior parte acabaria destinada à exportação, devido às vantagens cambiais e de imposto.

Silvío destacou ainda que quando se considera os principais produtos necessários para o abastecimento interno, como arroz e feijão, vê-se que tiveram suas áreas de produção reduzidas, o que mostra que o mercado prioriza a soja e o milho.

O professor criticou a postura do governo, que deixou de formar estoques públicos de alimentos. “Quando a gente olha para os outros países, inclusive os Estados Unidos, tem lá um bom nível de estoque para garantir o abastecimento. O Brasil produz pouco, não dispõe de estoque, e o governo fica de expectador, qualquer problema que ocorra é a iniciativa privada que vai resolver”.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E CONAB

Para Guilherme Soria Bastos Filho, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, há uma elevação dos preços de determinados produtos devido a uma conjunção de fatores: demanda internacional, aumento das exportações, desvalorização cambial e intempéries climáticas.

Segundo ele, existe monitoramento sistemático dos mercados domésticos para avaliar se há possibilidade de desabastecimento.

Guilherme defendeu que as exportações agrícolas possibilitam a disseminação de tecnologia e estimulam o aumento da produção e da produtividade e, por conseguinte, resultam em menores preços aos consumidores.

Para ele, existe uma expectativa de aumento de produção para a safra 2021/2022, o que pode contribuir com a redução e estabilização dos preços.

Sérgio de Zen, Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimentos, argumentou que existe uma defasagem tecnológica que impede o monitoramento eficiente de toda a produção nacional. Ele destacou que vem sendo realizado o desenvolvimento de um sistema informatizado que reúna informações que beneficiem pequenos, médios e grandes produtores e consumidores.

DESVALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Alair Luiz dos Santos, Secretário da Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), o avanço da fome é resultado do modelo de agonegócio exportador. “A gente percebe o grande avanço da fome. Isso é culpa de um agonegócio exportador que pensa na ampliação da produção, no aumento da produtividade para exportar, e não traz benefício para o povo brasileiro”.

“Nós passamos nesses últimos dois anos por uma forte desvalorização do papel da agricultura familiar brasileira. A agricultura familiar é que produz para garantir a alimentação interna, que produz alimentos que abastecem o mercado local, de grande importância para a mesa do brasileiro”, reforçou Alair.

Frei Sérgio Goergen, dirigente nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também destacou o abandono vivenciado pelos trabalhadores rurais. “As políticas públicas para os pequenos produtores, que são os que alimentam o mercado interno, que põem comida na mesa do povo brasileiro, estão em um abandono muito grande. Se não houver apoio aos pequenos produtores, os grandes não vão fazer o abastecimento do mercado interno. Um governo que não mantém estoques reguladores é um governo que não se dispõe a controlar preços e garantir o abastecimento”.

“Não dá para conviver com milhões de brasileiros passando fome em um país que se orgulha de ser um grande exportador de grãos. Não estamos questionando grandes e médios produtores, estamos dizendo que os pequenos agricultores, os agricultores familiares, precisam de apoio para colocar comida na mão do povo brasileiro”, reforçou Frei Sérgio.

DESIGUALDADE SOCIAL E DESEMPREGO

Bruno Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), argumentou que a fome é resultado da desigualdade e que o agonegócio seria parte da solução. “Qual é o problema hoje da questão da fome? É a distribuição de renda. O agro é uma parte dessa solução. Nós temos 14% de desempregados que não têm condições de comprar alimento, independente se estiver alto ou baixo. Entre abril e setembro do ano passado

nós tínhamos 600 reais de auxílio emergencial, isso reduziu os índices de pobreza do Brasil. Mostra que a política pública de incremento de renda para a população é o caminho neste momento, ao invés de fazermos estoque em um país que produz muito alimento, vamos colocar dinheiro na veia da população, seja com o auxílio ou com a doação de cestas”, disse.

PROGRAMAS EFICIENTES E TRANSVERSAIS

Para Cátia Grisa, Professora no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o apoio aos agricultores familiares pode resultar em ganhos para toda a população.

“O IBGE tem mostrado a elevação da pobreza e da extrema pobreza e a gente tem um problema sério de saúde relacionado com o sobrepeso e a obesidade. É fundamental em um cenário de escassez de recursos que a gente pense em políticas que sejam eficientes. A gente viu experiências de governos estaduais com cestas verdes, que compravam alimentos da agricultura familiar, com produtos in natura, base para uma alimentação saudável, e distribuíam para a população em situação de vulnerabilidade. Experiências como essa poderiam estar gerando renda para a agricultura familiar e fomentando, promovendo a alimentação saudável”, destacou Cátia.

PARLAMENTARES

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), lamentou as dificuldades vivenciadas. “É muito triste ver os agricultores e agricultoras familiares enfrentando uma enorme dificuldade para poder viver no campo, para poder continuar produzindo e ajudando na garantia da soberania alimentar nesse país. É incontestável que a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos que vão à mesa do povo brasileiro”.

“A CONAB tem um papel fundamental na regulação dos preços, é um papel do Estado controlar a inflação, regulamentar os preços”, destacou Veras.

“Fui testemunha de um produtor no município de Exu que pegou a produção dele de macaxeira e teve que doar. O preço para poder colher era maior do que ele ia conseguir ao vender. Cadê o PAA? O PAA é essencial para que o trabalhador tenha onde comercializar o seu produto, não fique refém do atravessador”, reforçou.

“Espero que a partir dessa audiência a gente possa sensibilizar o Governo para garantir apoio, crédito, assistência técnica à produção e à comercialização desses trabalhadores e trabalhadoras. Nós temos apresentado uma proposição para que o Garantia Safra, o Seguro Safra seja liberado de imediato. O recurso vai gerar desenvolvimento no município. O dinheiro do trabalhador e da trabalhadora não vai para a bolsa de valores, vai para o mercado, para

a farmácia. Espero que a gente possa encontrar caminhos para atravessar esse momento difícil que o Brasil tem vivenciado”, complementou o presidente da CDHM.

O deputado Padre João (PT/MG) também destacou que o enfraquecimento de programas como o Pronaf e o PAA vem impactando o abastecimento interno. “Nosso povo está vivendo na miséria e na fome, inclusive na zona rural. O PAA com menos de 80 milhões. Cadê a formação de estoques reguladores? Não existe. A realidade é de grande vulnerabilidade”.

“O Estado brasileiro está deixando o povo na miséria e da fome. Não lança mão das políticas reguladoras ou de um conjunto de programas para garantir o abastecimento. Se o Governo conseguisse pelo menos reconhecer essa realidade, dava pra gente ter esperança. Quando eu estou no caminho errado e não reconheço, não tem perspectiva de melhorar. A gente melhora e muda quando reconhece, e o Governo ignora a situação de miséria e de fome, o abandono das políticas que de fato fortalecem a agricultura familiar”, finalizou o parlamentar.

11.4. Audiência Pública reforça importância dos Censos para a formulação de políticas públicas

A CDHM debateu no dia 25 de novembro a importância do Censo Agropecuário para a formulação de políticas públicas.

A audiência foi proposta pelo presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), que apontou que o Censo Agropecuário é o mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileiras e que leituras sobre a importância da agricultura familiar, da reforma agrária e de populações tradicionais no estudo ainda são pouco debatidas e valorizadas na elaboração de políticas públicas.

Foi convidado representante do INCRA para a audiência, mas o Instituto declinou do convite.

RETRATO DA REALIDADE

Octavio Costa de Oliveira, Coordenador de Agropecuária da Diretoria de Pesquisas do IBGE, destacou que o último Censo Agropecuário de 2017 alcançou 5 milhões de estabelecimentos, envolvendo 20 mil entrevistadores.

“O Censo permite conhecer detalhadamente não apenas o que se produz, mas quem produz, como produz, com quais recursos ele conta, de mão de obra, de maquinaria, de tecnologia, em cada unidade produtiva que nós identificamos no Brasil. Isso é de fundamental importância para as políticas públicas, pode-se planejar novas políticas, avaliar as já existentes”, explicou Octavio. O Coordenador ainda apontou que é necessário garantir orçamento por três anos para garantir a preparação, a execução e a finalização adequada do Censo.

Octávio apontou a necessidade de garantir orçamento e servidores para a realização dos censos, mas afirmou que o IBGE tem autonomia técnica para definir o conteúdo temático do Censo. "Foi o que aconteceu com o questionário, foi uma decisão da própria casa, uma reflexão do tamanho do questionário, em função da lei de limitação orçamentária sim, mas em função do Censo de 2006. Ele foi o mais amplo em termos de alcance temático que o país já teve, só que ficou um questionário extremamente complexo, difícil de fazer treinamento dos recenseadores", explicou.

Marco Antonio Mitidiero Junior, professor de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, apontou que o Censo Agropecuário é a maior e mais importante base de dados sobre a sociedade rural e sobre o território rural brasileiro. "É nossa grande base de dados, é por isso temos que discuti-la e defendê-la, sobretudo em um momento de insegurança alimentar, em um momento que 100 milhões de brasileiros sofrem algum tipo de insegurança alimentar e 19 milhões estão passando fome", afirmou.

O professor também apontou que a priorização pela produção de commodities para exportação vem levando ao desabastecimento de produtos como arroz e feijão. E reforçou que é preciso defender o orçamento e que não haja cortes de perguntas nos questionários. A dimensão do questionário é fundamental para manter a qualidade das pesquisas, garantindo que sejam independentes de interesses específicos, como o agronegócio, para, assim, trazerem respostas para a sociedade.

"Se a gente olhar para a série histórica do Censo Agropecuário e do Censo Demográfico, nós podemos concluir que ele não acontece quando tem convulsão política, como foi a revolução de 30, mas sobretudo ele não acontece ou sofre perturbação em momentos de minimização do papel do Estado", explicou, sobre a tentativa de minimização da importância dos dados.

INDEPENDÊNCIA TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA

Dione Conceição de Oliveira, Diretora do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE), apontou o recorrente adiamento de pesquisas e a insuficiência dos orçamentos destinados aos censos, muitas vezes complementado por emendas parlamentares. "É um absurdo a gente ter que passar por isso, emenda é para projetos pontuais, não é para programa estatístico nacional, para programa de pesquisa do órgão oficial de estatística", disse, lembrando que o orçamento para pesquisa também foi impactado pela PEC de teto de gastos.

"A gente precisa de um IBGE independente de Governo. Precisa que nosso programa de trabalho seja garantido, que tenha orçamento garantido, independência técnica, independência orçamentária. E que a gente não sofra essas flutuações de acordo com o momento, porque prejudica o nosso trabalho", acrescentou.

PENSAR O FUTURO

Antônia Ivoneide, Representante do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), argumentou que é preciso garantir a autonomia do IBGE e a inclusão de questões sobre assentamento e ocupações, com o objetivo de apresentar um cenário mais próximo da realidade brasileira.

A representante do MST defendeu que as organizações devem estar mobilizadas neste momento, quando se percebe desprezo pela pesquisa. Para ela, muitos prezam pela ignorância para encobrir fatos da realidade brasileira, a questão da violência, do aumento do desmatamento.

“É fundamental a gente ter o Censo, ele traz a informação necessária para a sociedade brasileira ter conhecimento e, para um governo que queira fazer política para atender à demanda da realidade do seu país, é fundamental ter esse conhecimento do que mudou. Mas a pesquisa precisa ser autônoma, o Censo não pode ser censurado. Tem que ter a autonomia do IBGE”, afirmou a representante do MST.

Arnaldo Brito, representante da CONTAG, afirmou que abrir mão do Censo é abrir mão de planejar o futuro. “O Censo Agropecuário é o mais completo levantamento sobre a estrutura e produção agropecuária brasileira. O Censo traz um perfil do campo brasileiros, quais as suas principais demandas, quais políticas públicas precisam ser construídas. Abrir mão do Censo Agropecuário, ou de qualquer censo, é deixar de realizar hoje, e se eximir de planejar o amanhã”, afirmou Brito.

“O Censo é um farol”, afirmou Gerson Borges, Representante do Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), que reforçou a necessidade de o Censo ser realizado presencialmente.

“Ao mesmo tempo que temos recordes de exportação, temos a fome aumentando. Que agricultura é essa que deixa o povo passar fome?”, questionou Borges.

POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

“O país precisa ter o direito de se conhecer. Há um Brasil muito invisibilizado, um Brasil profundo, que existe, que precisa ser desvendado. Então, é fundamental que nós tenhamos dados concretos, que venham através do Censo, para que a gente possa pensar as políticas públicas necessárias”, defendeu a deputada Erika Kokay (PT/DF), 2ª vice-presidente do colegiado.

“Os dados são importantes para a construção de políticas públicas, projetos de lei e ações que ajudem a população. O que está em jogo hoje no país é a soberania alimentar, estamos à beira de um desabastecimento, está faltando arroz e feijão nas prateleiras. Só tem arroz, feijão, farinha, na mesa, se tiver apoio a agricultura familiar. É o campo que coloca 75% dos alimentos na mesa do brasileiro e produz para alimentar o Brasil”, afirmou o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), que é agricultor familiar.

ENCAMINHAMENTOS

Dando seguimento ao debate ocorrido na audiência, a presidência da CDHM solicitou ao IBGE que amplie o Censo Agropecuário para considerar a produção e o perfil dos assentamentos de reforma agrária e populações tradicionais, e que o planejamento ocorra com antecedência em diálogo com as entidades representativas e movimentos sociais. Em resposta, o IBGE informou que o planejamento próximo censo agropecuário será iniciado em 2022, e um levantamento de necessidades de informações será feito junto a usuários, governo e a sociedade em geral.



*Francisco Cali Tzay: Relator Especial das Nações Unidas para Direitos dos Povos Indígenas - Audiência Pública
Observatório Parlamentar da RPU - Direitos dos Povos Indígenas - Foto Câmara dos Deputados*

12. POVOS INDÍGENAS

Foto Câmara dos Deputados



CDHM recebe Ministro da Justiça

12.1. Relator da ONU pede que STF rejeite marco temporal

O Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, Francisco Cali Tzay, fez um apelo no dia 23 de agosto para que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeite a tese do marco temporal. “Apelo ao Supremo Tribunal Federal para que defenda os direitos dos povos indígenas a suas terras tradicionais, territórios e recursos naturais”, disse.

O relator da ONU afirmou temer que uma decisão favorável ao marco temporal legitime a violência contra os povos nativos e aumente os conflitos na Floresta Amazônica.

Segundo Tzay, “a decisão do STF não só determinará o futuro destas questões no Brasil para os próximos anos, mas também sinalizará se o país pretende estar à altura de suas obrigações internacionais de direitos humanos”.

JULGAMENTO STF

O Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365 é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e indígenas do povo Xokleng¹, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanõ.

Em decisão no dia 11 de abril de 2019, o STF reconheceu a repercussão geral do julgamento do RE 1.017.365, significando que o caso servirá como referência a todos os casos envolvendo terras indígenas.

Em 2020, o Ministro do STF Luiz Edson Fachin, em duas liminares nessa ação, decidiu pela suspensão das “ações possessórias, anulatórias de processos administrativos de demarcação, bem como os recursos vinculados a essas ações”, mas sem prejuízo dos direitos territoriais dos povos indígenas; e suspendeu os efeitos do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), que determinava a aplicação da tese do marco temporal.

Há duas teses em disputa: a “teoria do indigenato”, que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito “originário” – ou seja, anterior ao próprio Estado, e a tese do marco temporal, que defende que povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse ou em disputa judicial ou material no dia 5 de outubro de 1988.

ATUAÇÃO DA CDHM

A Presidência da CDHM se manifestou em 2019 e em 2020 endossando os pedidos da Comunidade Indígena Xokleng. No dia 20 de agosto, Tzay participou de audiência pública do Observatório da Revisão Periódica Universal sobre as recomendações relativas aos direitos dos povos indígenas no Brasil. Na ocasião, a paralisação das demarcações foi debatida, entre outros temas.

¹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/quem-sao-os-xokleng-os-indigenas-que-podem-mudar-a-trajetoria-juridica-das-demarcacoes>

ACAMPAMENTO LUTA PELA VIDA

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) realizou entre agosto e setembro, em Brasília, a mobilização nacional 'Luta pela Vida'.

A mobilização reuniu indígenas de todas as regiões do país e o acampamento na Esplanada dos Ministérios. Um dos objetivos foi acompanhar o julgamento que está na pauta do STF no dia 25 de agosto e pode definir o futuro das demarcações das terras indígena

Veras solicitou, no dia 4 de setembro, em caráter de urgência, ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, reforço de segurança para o acampamento – os indígenas permaneciam em Brasília na expectativa do julgamento e mulheres indígenas de todo o país estavam em Brasília para a realização da Marcha das Mulheres Indígenas e demais atividades que acontecem entre os dias 7 e 11 de setembro.

O deputado Patrus Ananias (PT/MG) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) transmitiram à CDHM denúncia sobre vídeo que circula no WhatsApp com ameaça aos indígenas, afirmando “que vai ter derramamento de sangue”, no contexto das manifestações previstas para o dia 7 de setembro.

12.2. Audiência pública reforça a necessidade de medidas de proteção dos povos indígenas contra a Covid-19

Audiência conjunta entre a CDHM e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas foi presidida pela deputada Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita parlamentar. Realizada no dia 19 de abril, data em que os povos indígenas celebram sua trajetória de resistência, a audiência conjunta remota teve como foco a imunização de povos que vivem fora de aldeias, em áreas rurais, nas periferias dos centros urbanos e em áreas que aguardam demarcação, excluídos do Plano Nacional de Vacinação (PNI) contra a Covid-19 do Governo Federal.

“É importante lembrar e repetir o que estabelece o artigo 196 da nossa Constituição Federal de 1988: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, disse o presidente da CDHM, Carlos Veras, ao iniciar o encontro, e passar a presidência da audiência para a deputada Joenia Wapichana.

“Essa audiência pública é de extrema importância. Hoje é considerado o Dia do Índio. Nesta pandemia, a situação dos povos indígenas do Brasil é altamente crítica. Desde o início, em março de 2020, até o presente momento, já foram contabilizados cerca de 52.494 casos confirmados, e 1039 indígenas mortos em 163 povos afetados, segundo dados do Comitê Nacional de Memória e Vida Indígena”, apontou a parlamentar. A deputada lembrou que a lei

14.021/20 reforça a necessidade de um plano de enfrentamento à Covid que proteja povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

“Quero saudar os povos indígenas nesta data, pela reafirmação de direitos, de identidade, de resistência na luta, que já vem se arrastando há mais de 521 anos e que tem colocado os povos indígenas como protagonistas na defesa de seus direitos e buscado sensibilizar a sociedade brasileira. Os povos indígenas têm encarado esse processo de colonização que ainda não terminou, constantemente nós vemos projetos afrontando direitos constitucionais. Existe muito a ser consolidado. Neste mês de abril, todo o movimento indígena está voltado a viabilizar a situação dos povos indígenas, suas demandas, propostas e soluções”, complementou a parlamentar, lembrando que em tempos normais o “abril indígena” lotaria presencialmente espaços como as comissões da Câmara dos Deputados e outros ambientes de discussão política.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Gustavo Kenner, Procurador da República e membro do Grupo de Trabalho Saúde Indígena da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, focou na questão dos indígenas de áreas urbanas, que não estão sendo vacinados. Ele relembrou que em Santarém, no Pará, a primeira indígena morta pela Covid estava em contexto urbano e em situação de vulnerabilidade. Tratava-se de uma anciã importante para o povo Borari. “Esse critério de exclusão dos indígenas em áreas urbanas parte de um equívoco de vincular uma identidade indígena e as suas condições à territorialidade. Você deve vincular para ampliar direitos, e não para restringir”, argumentou.

O procurador explicou que muitas vezes essas pessoas saem de seus territórios para ampliar a luta pelos seus direitos, indo para as universidades e para outros empregos, por exemplo. Os indígenas urbanos atuam como pontes entre as aldeias, evitando que muitas pessoas precisem ir até a cidade para receber benefícios, por exemplo, com o objetivo de proteger a comunidade.

COBERTURA VACINAL E FAKE NEWS

Em Santarém, uma ação judicial garante o atendimento a todos os indígenas, mas a divulgação de fake news pode estar prejudicando a cobertura vacinal. Segundo o procurador, existem informações sobre uma sistemática propagação de fake news entre os indígenas. As fake news seriam difundidas por madeireiros, garimpeiros e alguns missionários que estariam repassando informações de que as vacinas causam mutações - e isso se soma à relutância natural dos povos indígenas, depois de tantos ataques, quanto à ação do Estado para garantir a prioridade de algo positivo e benéfico.

ALTA VULNERABILIDADE INDÍGENA

Ana Lucia de Moura Pontes, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), apresentou dados que indicam que o risco de exposição é maior entre os povos indígenas.

“Na mesma localidade, comparando cor ou raça, se identificou que populações indígenas têm até cinco vezes mais chances do que pessoas brancas de terem sido expostas à Covid-19. Isso é uma chance de até 87% a mais que uma pessoa branca na mesma localidade”, apontou Ana Lúcia, a partir de um estudo da Universidade Federal de Pelotas.

Análise parcial por faixa etária, considerando até setembro de 2020, indicou que a mortalidade indígena é maior do que em não-indígenas. Em todas as faixas etárias, com exceção da entre 30 e 39 anos, a mortalidade indígena é pelo menos 50% maior que a dos não-indígenas, chegando a ser sete vezes maior entre zero e nove anos de idade.

VÍTIMAS E PERDAS IRREPARÁVEIS

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), lamentou os ataques que retiraram direitos de povos indígenas.

“Os povos indígenas no Brasil já há alguns anos vêm lamentando a precarização do atendimento à saúde, principalmente nas aldeias. Esse atendimento vem sofrendo intervenções, no sentido de retirar desses povos esses direitos. Uma delas foi a desarticulação do Mais Médicos, precarizando ainda mais o serviço. As comunidades indígenas não têm sido ouvidas, então, quando a Covid chega ao Brasil, ela pega as comunidades totalmente desprovidas, uma vez que se soma ao contexto de violências contra as suas vidas e seus territórios”, reforça Antônio Eduardo.

Segundo ele, a pandemia evidenciou a precariedade das condições já existentes. “Não há água potável, habitações são precárias, falta profissionais de saúde e equipamentos médicos, muitas comunidades passaram a ser assoladas pela fome. O quadro é dramático. A contaminação chegou às aldeias, vitimando os sábios, os anciões, deixando sequelas que serão sentidas por muitos anos. Os povos originários estão perdendo bibliotecas inteiras de conhecimentos e saberes tradicionais”, relata. Antônio apontou ainda que a presença de invasores nos territórios contribuiu para a contaminação das comunidades, principalmente as que estão em regiões de isolamento, como os Yanomami.

Douglas Rodrigues, do Projeto de Xingu, apresentou dados sobre a cobertura vacinal, que deveria alcançar indígenas em contexto urbano, e também reforçou a necessidade de mais agilidade na instalação de barreiras que protejam essas comunidades. “A gente está deixando uma porta de entrada aberta para o vírus dentro das comunidades. Em relação aos isolados, as barreiras estão sendo instaladas de forma muito lenta, muito desarticulada, não existem protocolos, um monitoramento. Quando você junta a estratégia de barreiras com essas outras medidas, isso nos deixa em uma situação muito preocupante”, afirmou.

ESTRATÉGIA INEFICAZ

Para Dinamam Tuxá, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, as informações sobre o andamento da vacinação estão sendo repassadas de forma distorcida pelos entes do Estado. “A estratégia de vacinação não está sendo eficaz, há janelas, abre precedente para que o vírus chegue. Existem indígenas em trânsito, que moram no perímetro urbano, mas que têm relação direta com a comunidade. Se não houver imunização de 100% da população indígena, há o risco iminente de contaminação”, apontou.

Para Dinamam, é fundamental um plano que contemple a realidade dos povos indígenas, atendendo a todos os indígenas que habitam o território nacional.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Para Elaine Moreira, integrante da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a pandemia chegou ao país em um cenário já marcado por uma série de retrocessos na política indigenista, com cortes de orçamento, a não demarcação de territórios nos últimos três anos e a entrada de profissionais sem experiência na FUNAI, que não vem atuando de acordo com seu papel institucional.

Elaine elencou uma série de situações que devem ser apuradas: a notícia de troca de vacina por ouro na terra Yanomami, fake news que se espalham pelo território nacional, distribuição de cloroquina sem outro acompanhamento de remédios que, combinados, são usados no combate à malária. Segundo Elaine, existe aumento de casos de malária no distrito Yanomami e na região do leste de Roraima, e falta medicação para o tratamento.

A integrante da ABA também falou sobre a necessidade de vacinar toda a população indígena, bem como a realização de campanha de informação voltada para esses povos sobre a vacina, os intervalos e cuidados necessários e a proteção integral das comunidades indígenas isoladas.

HISTÓRICO

De acordo com censo realizado pelo IBGE em 2010, dos 896,9 mil indígenas, 517.383 mil (57,7%) vivem em terras indígenas (TIs) e 379.535 mil (42,3%) vivem em cidades ou na zona rural, em terras indígenas que estão nas primeiras etapas do processo de demarcação.

Em resposta à ADPF 709, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e de seis partidos políticos para garantir a vacina contra a Covid-19 para todos os povos indígenas, independente do contexto territorial, o STF determinou que seja assegurada prioridade na vacinação aos povos de terras não homologadas e urbanos sem acesso ao SUS, em igualdade de condições com os demais povos indígenas.

O requerimento para audiência foi realizado pela deputada e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos

Direitos dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana (REDE-RR), e contou com o apoio dos parlamentares Erika Kokay (PT-DF), Camilo Capiberibe (PSB-AP), Frei Anastácio (PT-PB), Helder Salomão (PT-ES), Padre João (PT-MG), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ) e Vivi Reis (PSOL- PA).

12.3. Demarcação Tekoha Guyraroká, no Mato Grosso do Sul

Tekohá Guyraroka – Foto: Fernando Bola



No dia 23 de março, o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), manifestou, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), apoio à demarcação Tekoha Guyraroká, no Mato Grosso do Sul.

O processo de demarcação foi anulado em 2015, quando a Segunda Turma adotou a tese do marco temporal, segundo a qual somente teriam direito à demarcação os povos indígenas que estivessem sob posse de suas terras no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

O documento assinado por Veras resgata o parecer do constitucionalista José Afonso da Silva, que lembra que todas as Constituições, desde 1934, reconheceram os direitos dos indígenas às suas terras, pelo que não faria sentido estabelecer como marco temporal a data da promulgação da Constituição de 1988 para assegurar um direito já consagrado anteriormente.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, registra o Presidente da CDHM, reconhece que foi executada uma política de expulsão dos indígenas de seus territórios, pelo Estado brasileiro, no período de 1946-1988, notadamente dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. O parlamentar pontua que “não se pode dizer que os indígenas não estavam sobre suas terras porque as teriam abandonado; eles foram expulsos de seus territórios, mas nunca perderam contato com eles”.

Em 2017, os integrantes da Terra Indígena Guyraroka denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a situação da comunidade, vítima de risco de despejo, ameaças e atos de violência constantes. Em 2019, a CIDH emitiu medidas cautelares ao Estado Brasileiro para que fosse assegurada a proteção física e cultural do povo Guarani Kaiowá, até que seja definitivamente julgado o caso na Corte Interamericana.

A CDHM da Câmara dos Deputados acompanha desde 2015 a situação da Terra Indígena Guyraroka. Naquele ano, fez uma diligência à região, no Mato Grosso do Sul, com representantes do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Conselho Indigenista Missionário e do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Texto: Pedro Calvi

POR UNANIMIDADE, STF ACOLHE RECURSO DO POVO GUARANI KAIOWÁ E ABRE CAMINHO PARA REVERTER PRECEDENTE SOBRE O MARCO TEMPORAL

O Supremo Tribunal Federal admitiu, no dia 7 de abril, por 11 votos a zero, o recurso do povo Guarani Kaiowá, que busca reverter a anulação da demarcação da Terra Indígena (TI) Guyraroka, no Mato Grosso do Sul. Com a decisão, a comunidade indígena teria a oportunidade de ser ouvida em um novo processo para a demarcação da TI Guyraroka. 26 famílias ocupavam uma área de apenas 55 hectares.

12.4. Vacinação dos indígenas da Aldeia Pankararu, em Pernambuco

A presidência da CDHM enviou ofício, no dia 7 de maio, ao Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI), Robson Santos da Silva, pedindo prioridade na vacinação dos indígenas da Aldeia Pankararu, em Petrolândia.

O líder indígena Pankararu, Sr. Ubirajara Fernandes, transmitiu à CDHM denúncia de que os indígenas da Comunidade Angico Pankararu, no município de Petrolândia, não teriam sido vacinados contra a Covid-19.

A Lei 14.021/20 assegura prioridade de vacinação aos povos indígenas, independentemente de onde vivam. O STF, ao julgar a ADPF 709/20, também reafirmou tal direito, e seus respectivos direitos humanos e fundamentais, aos grupos populacionais vulneráveis, no caso, as populações indígenas, mesmo que residam fora das terras indígenas, em áreas urbanas ou rurais.

Estudos já demonstraram a grande vulnerabilidade dos indígenas à covid-19, também em áreas que não sejam os territórios reconhecidos e demarcados. Pesquisa do Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), por exemplo, apontou que a prevalência do coronavírus entre os indígenas em meios urbanos é de 5,4%, enquanto que esse índice entre a população branca, nos mesmos locais, é de 1,1%.

12.5. Povo Yanomami

O Presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou no dia 18 de maio ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, ao Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e ao presidente da FUNAI, Marcelo Augusto, providências urgentes para garantir proteção à comunidade indígena Palimiu, da etnia Yanomami, contra os garimpeiros. Veras requereu também rigorosa apuração e repressão aos crimes ambientais e de ameaças e ataques contra a comunidade.

Segundo reportagens, garimpeiros realizaram, nos dias 10, 11 e 16 de maio, ataques a tiros e com bombas de gás lacrimogêneo contra a comunidade indígena, no município de Alto Alegre, em Roraima. De acordo com informações, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) relata a morte de duas crianças pequenas durante os ataques. As crianças, dois meninos, de um e cinco anos, teriam sido encontradas no rio no dia 12 de maio.

No dia 10, houve um ataque dos garimpeiros contra a comunidade, quando muitas crianças teriam corrido para a mata e para o rio.

No dia 11, a Polícia Federal trocou tiros com os garimpeiros, conforme imagens veiculadas pelo Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no domingo, 16 de maio. As imagens mostram cerca de 15 barcos passando pelo rio e atirando contra a comunidade. Três dos barcos aportaram e garimpeiros abriram fogo contra os policiais federais que estavam no local investigando o conflito.

No dia 13 de maio, a Justiça Federal determinou que a União enviasse em no máximo 24 horas tropa policial ou militar para a comunidade Palimiu. No entanto, a Associação Yanomami (HAY) e o Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna (Condisi-Y) denunciam que a determinação judicial ainda não foi cumprida.

Ainda de acordo com a imprensa, após a operação do dia 11 de maio, a Polícia Federal deixou a aldeia e não retornou. Os indígenas estariam se defendendo com poucos recursos, ao passo que os garimpeiros contariam com armamento de alto calibre, conforme informado pelo Delegado Adolpho Hugo de Albuquerque.

A imprensa noticiou ainda que as mulheres e crianças indígenas estariam dormindo na mata com medo de novos ataques. Os denunciantes pediram, em ofícios enviados à PF, ao MPF, ao Exército e à FUNAI proteção imediata, com instalação de um posto avançado emergencial do Exército ou de outra força de segurança na comunidade de Palimiu, com o objetivo de manter a segurança no local e no rio Uraricoera e o apoio logístico para demais ações dos órgãos públicos.

A presidência da CDHM requereu também a garantia de funcionamento do posto de saúde indígena na aldeia, em consonância com o direito fundamental à saúde e à dignidade humana.

A Constituição Federal veda a atividade de garimpo em terras indígenas sem a autorização do Congresso Nacional e sem consulta às comunidades afetadas. No âmbito patrimonial, tanto as terras indígenas, de usufruto exclusivo pela comunidade tradicional, quanto os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.

PRESIDENTES DA CDHM E DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS SOLICITAM QUE STF ADOTE MEDIDAS PARA RETIRAR GARIMPEIROS E PROTEGER POVO YANOMAMI

O Presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE), e a Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), solicitaram no dia 19 de maio, em caráter de urgência, ao Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), a retirada imediata dos garimpeiros e outros infratores da terra indígena, e a proteção constante da comunidade Yanomami.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) requereu, no dia 11 de maio, ao Supremo Tribunal Federal a determinação para a retirada imediata de garimpeiros ilegais da terra indígena Yanomami, apontando as reportagens que noticiam ataques a tiros e com bombas de gás lacrimogêneo contra a Comunidade Palimiu, no município de Alto Alegre, em Roraima.

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) reforçou que o ataque armado dos garimpeiros resultou na morte por afogamento de duas crianças. Segundo o noticiado, no dia 10, foi realizado um ataque dos garimpeiros contra a comunidade, e muitas crianças teriam corrido para mata e para o rio.

No dia 11, a Polícia Federal trocou tiros com os garimpeiros. As imagens foram veiculadas pelo Fantástico, da Rede Globo de Televisão, e mostram cerca de 15 barcos passando pelo rio e atirando contra a comunidade. Três dos barcos ancoraram à margem e os garimpeiros desceram atirando contra os policiais federais que estavam no local investigando o conflito.

A Justiça Federal, atendendo a pedido do Ministério Público Federal, determinou no dia 13 que a União enviasse, em no máximo 24 horas, tropa policial ou militar para a comunidade Palimiu. No entanto, a Associação Yanomami (HAY) e o Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna (Condisi-Y) denunciam que a determinação judicial ainda não foi cumprida.

A imprensa também noticiou que depois da operação no dia 11 de maio, a Polícia Federal deixou a aldeia e não retornou. Os indígenas estariam se defendendo com poucos recursos, enquanto os garimpeiros contariam com armamento de alto calibre, conforme informado pelo Delegado Adolpho Hugo de Albuquerque.

Segundo a imprensa, no dia 16 de maio teria ocorrido mais um ataque à comunidade, e mulheres e crianças estariam dormindo na mata com medo de novas situações de violência.

A Associação Yanomami (HAY) e o Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna (Condisi-Y) pediram, em ofícios enviados à PF, ao MPF, ao Exército e à FUNAI, proteção imediata, com instalação de posto emergencial do Exército ou de outra força de segurança na comunidade de Palimiu, com o objetivo de manter a segurança no local e no rio Uraricoera e para oferecer apoio logístico para ações dos órgãos públicos.

A Constituição Federal veda a atividade de garimpo em terras indígenas sem a autorização do Congresso Nacional e sem consulta às comunidades afetadas. No âmbito patrimonial, tanto as terras indígenas, de usufruto exclusivo pela comunidade tradicional, quanto os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União. A terra indígena Yanomami completará, em 2022, 30 anos de homologação.

Em agosto de 2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou cautelar deferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, no julgamento da ADPF 709, que determinou à União que incluía, no Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19 para os Povos Indígenas, medida emergencial de contenção e isolamento dos invasores em relação às comunidades indígenas, com o objetivo de evitar o contato. Na ação, Barroso afirmou que é dever da União desenvolver um plano de desintrusão das terras indígenas e prometeu voltar ao tema caso o plano não fosse desenvolvido. Nove meses depois da decisão, os garimpeiros continuam no local e, agora, entrando em conflito armado com os indígenas.

As presidências da CDHM e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, observando a gravidades dos fatos relatados, endossaram o pedido de retirada dos garimpeiros feito ao STF pela Articulação dos Povos Indígenas, que teme um genocídio do povo Yanomami.

A presidência da CDHM apontou também que a Justiça Federal confirmou, em 2020, decisão proferida em 2018, em Ação Civil Pública, que determinava a reabertura de três Bases de Proteção Etnoambiental, conectadas à repressão do garimpo na terra indígena Yanomami, para suprir a insuficiência das operações esporádicas para coibir o garimpo, mas de acordo com reportagem da Reuters, até o momento somente uma teria sido reaberta.

A situação calamitosa em que essas populações vivem foi objeto de decisão por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que emitiu recentemente a Recomendação 35/2000 ao Estado Brasileiro, a fim de, cautelarmente, instruir o Governo a atuar na proteção dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana.

LUÍS ROBERTO BARROSO, DO STF, DETERMINA QUE UNIÃO ADOTE MEDIDAS IMEDIATAS PARA PROTEGER TERRAS INDÍGENAS

Em decisão no dia 24 de maio, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, deferiu ação protocolada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e por seis partidos, que pedia ao governo federal a adoção imediata de providências para proteger os indígenas que vivem nas Terras Yanomami, em Roraima, e Munduruku, no Pará.

Segundo a medida cautelar deferida no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, o efetivo destacado para atingir essa finalidade deverá permanecer nas Terras Indígenas (TI) enquanto houver risco.

O ministro afirmou que foram demonstrados indícios de ameaça à vida, à saúde e à segurança das comunidades localizadas na TI Yanomami e na TI Munduruku, agravadas pela presença de invasores, pelo contágio que eles geram e pelos atos de violência que praticam.

Para o ministro, a demora de ação por parte do governo pode implicar em conflitos, mortes ou contágio. Barroso declarou que os riscos são agravados pela “recalcitrância e a falta de transparência que têm marcado a ação da União” na ADPF.

Barroso ainda proíbe a União de dar publicidade às suas ações e determina que o governo se abstenha de divulgar datas e outros elementos que, ainda que genéricos, possam comprometer o sigilo da operação, de modo a assegurar sua efetividade.

Para evitar a reiteração do ilícito, a liminar autoriza que as medidas de intervenção sejam acompanhadas da destruição ou da inutilização de produtos e instrumentos da infração. Barroso determinou que a Polícia Federal dê ciência da decisão aos servidores que participarem da operação para que destruam os equipamentos.

12.6. Morte de indígena Yanomami

Foto Câmara dos Deputados



Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 5 de agosto ao Diretor Geral da Polícia Federal, Paulo Gustavo Maiurino, e ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Roraima, José Roberto Peres, a apuração de atropelamento de jovem Yanomami por avião utilizado no garimpo ilegal.

Segundo a denúncia, amplamente divulgada na imprensa e encaminhada à CDHM pela Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), Edgar Yanomami, de 25 anos, morreu após supostamente ter sido atropelado por um avião utilizado pelo garimpo ilegal, no dia 30 de julho, na Comunidade de Homoxi.

O corpo do jovem teria sido levado para a comunidade Yamasipiu, a 15 quilômetros de distância, cerca de uma hora após o atropelamento. Segundo informado à imprensa pelo presidente do Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna (Condisi-YY), Júnior Hekurari Yanomami, os garimpeiros teriam tentado subornar a família da vítima para que o fato não fosse denunciado.

“Ele foi atropelado às 14h30 e disseram que umas 15h20 eles levaram o corpo de helicóptero. Os garimpeiros falaram para os yanomami não denunciar e deram ouro para a família dele. Eu vi o ouro, mas não tinha como tirar foto. Tinha muitos garimpeiros armados no local”, disse.

Veras demandou a adoção de providências urgentes de apuração da responsabilidade sobre a morte por atropelamento do jovem Edgar Yanomami, e reiterou pedido para que a decisão judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que determina a adoção de medidas urgentes de combate ao garimpo na Terra Indígena Yanomami, seja cumprida imediatamente.

PF INSTAURA INQUÉRITO PARA APURAR MORTE DE JOVEM YANOMAMI EM RORAIMA

O Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Gustavo Maiurino, comunicou no dia 12 de setembro ao presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), que foi dado encaminhamento à Notícia Crime referente ao atropelamento de jovem Yanomami por avião possivelmente utilizado em garimpo ilegal.

Maiurino afirmou que os fatos que chegaram ao conhecimento da Superintendência de Polícia Federal no estado de Roraima levaram à instauração de Inquérito Policial (IPL), que foi remetido para distribuição entre as autoridades policiais.

12.7. Audiência com Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos aborda o garimpo na Terra Indígena Yanomami

Captura e Montagem Fernando Bola



Atendendo à solicitação da deputada Joenia Wapichana, foi realizada no dia 8 de setembro, audiência com a Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, para tratar das violações aos direitos indígenas provocadas pelo garimpo na terra Yanomami, em Roraima.

A parlamentar relatou sobre o aumento de violência nos últimos anos e como mulheres e crianças estão sendo afetadas, sem que tenham, por parte do Governo Brasileiro, uma resposta à altura do problema. Também comentou sobre propostas legislativas que, de acordo com ela, visam a diminuir ou a acabar com direitos constitucionalmente previstos, como o PL 490/2019, que regulamenta a exploração de recursos naturais em terras indígenas.

Wapichana informou que, desde julho, milhares de lideranças têm passado por Brasília para se manifestar contra essas propostas e para acompanhar o julgamento pelo STF sobre a demarcação da Terra Indígena dos Xokleng de Santa Catarina. Há duas teses em disputa: a “teoria do indigenato”, que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito “originário” – ou seja, anterior ao próprio Estado, e a tese do marco temporal, que defende que povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse ou em disputa judicial ou material no dia 5 de outubro de 1988

Dario Kopenawa, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY), reforçou as denúncias relatadas em documentos anteriormente enviados à ONU. Dario informou que os Yanomami estão reunidos no Fórum Yanomami, que agrega sete organizações indígenas e que estão cobrando a retirada imediata de todos os garimpeiros.

Edinho Batista, Coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), informou que os efeitos do garimpo na Terra Indígena Yanomami se refletem também nas terras indígenas Macuxi e Wapichana, localizadas ao sul e contaminadas com água poluída. Ele mencionou que o incentivo do governo brasileiro contribuiu para o garimpo dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com graves consequências às comunidades e ao meio ambiente.

O Presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), registrou as ações que o colegiado tem desenvolvido para a garantia dos direitos indígenas, em especial a seus territórios. No dia 20 de agosto, a comissão, em parceria com o ACNUDH, realizou audiência, no âmbito do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, sobre o cumprimento das recomendações feitas ao Brasil para melhorar a situação dos direitos humanos dos povos indígenas.

Jan Jarab, Representante Regional do ACNUDH para a América do Sul, também participou da audiência e reforçou o compromisso do Escritório no acompanhamento da temática, bem como em apoiar o diálogo com autoridades nacionais e demais atores internacionais.

A Alta Comissária da ONU manifestou satisfação com a oportunidade de tratar dos temas relacionados aos povos indígenas no Brasil e afirmou que está atenta às ameaças e aos eventuais retrocessos. Bachelet ressaltou que o Alto Comissariado continuará a contribuir para que o Governo Brasileiro adote as medidas necessárias para proteger os direitos indígenas.

Em discurso proferido no dia 13 de setembro ao Conselho de Direitos Humanos na Suíça, a Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, expressou preocupação com direitos humanos no Brasil e afirmou estar alarmada com os recentes ataques contra os povos Yanomami e Munduruku por garimpeiros ilegais na Amazônia.

Com informações da assessoria da Deputada Joenia Wapichana.

12.8. Mundurukus

A sede da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku- Wakomborum (Amim), em Jacareacanga, no sudoeste do Pará, foi depredada, queimada e saqueada na manhã do dia 25 de março.

Em nota pública, divulgada logo após o ataque, a Associação denuncia que a ação foi de um “pequeno grupo de Munduruku favorável ao garimpo, junto com os demais bandidos pariwat invasores da nossa terra, queimaram nosso escritório, depredaram todos nossos documentos e equipamentos coletivos. Eles já vinham anunciando que iam fazer isso e o poder público local e os demais órgãos competentes nada fizeram para manter a nossa segurança”.

No dia 26 de março, o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), solicitou ao governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), em caráter de urgência, audiência para discutir as providências imediatas para a proteção do povo Munduruku - Wakomborum. A denúncia do caso foi feita na CDHM pela deputada Vivi Reis (PSOL/PA).

Ofício com o mesmo teor foi enviado para Walame Fialho Machado, secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.

Outros documentos pedem providências e a apuração do caso para Eduardo Bim, presidente do Ibama; Washington Luis Rodrigues, superintendente do Ibama no Pará; Marcelo Xavier da Silva, presidente da Funai; José Macedo Leal, coordenador regional substituto da Funai/Tapajós; Rolando Souza, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal e Wellington Santiago da Silva, superintendente Regional da Polícia Federal.

Conforme notícia do Ministério Público Federal, “a tensão causada pela invasão garimpeira já vinha aumentando com a chegada de grande número de pás carregadeiras à região do igarapé Baunilha, próxima a uma das principais bacias que garantem a vida Munduruku- Wakomborum”.

O MPF informa ainda que, na semana passada, reiterou um pedido feito em 2020 à Justiça Federal para que forças federais fossem obrigadas a atuar com urgência para impedir ataques violentos dos garimpeiros ilegais aos indígenas.

O GARIMPO

Segundo os dados do IBGE, divulgados pelo site Jornalistas Livres, com imagens da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), a “Terra Indígena Munduruku é uma das regiões com mais expressividade de exploração garimpeira da região amazônica. São 422 pontos de garimpo ilegal, como demonstra o mapa abaixo. A terra indígena convive com atividade garimpeira em diferentes distâncias, sendo a distância mínima de 10 km e a máxima de 198 km”.

Texto: Pedro Calvi

12.9. Reunião ouve indígenas e debate medidas

No dia 2 de junho, a Presidência da CDHM realizou reunião com o objetivo de construir medidas para coibir as violações à Terra Indígena de Munduruku por garimpeiros e as ameaças aos defensores de direitos humanos no contexto de conflitos agrários na região.

O encontro contou com a participação de Jan Jarab, representante regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que apontou que a ONU tem acompanhado com grande preocupação os ataques aos povos indígenas Munduruku. “Clamo às autoridades do estado do Pará, às autoridades federais, que tomem ações urgentes e efetivas para acabar com os graves efeitos das ações dos invasores”.

Alessandra Munduruku, da Associação das Mulheres Munduruku Wakaborun, pediu na ocasião a continuidade da operação para a retirada dos invasores do território. “A gente foi forçado a sair por conta dessas ameaças. Eles iam nos matar. Os garimpeiros estão lá como se a terra fosse deles. A gente pede que ponham esses criminosos na cadeia e que a operação continue”, afirmou.

Segundo Auricelia Arapiun, do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), o garimpo e o agronegócio estão tomando conta do território, além disso, lideranças indígenas estariam sendo cooptadas e famílias sendo divididas.

O delegado da Polícia Federal Joselito de Araújo reconheceu a complexidade da situação da região e afirmou que a operação para proteção dos Munduruku seguia em andamento.

12.10. Polícia Federal realiza operação no Pará

A operação, batizada de ‘Mundurukânia 2’, reuniu agentes da Polícia Federal, da Força Nacional e da Força Aérea Brasileira e cumpre mandados de prisão e de busca e apreensão nas comunidades Munduruku e Sai Cinza, em Jacareacanga.

No dia 16 de junho, a Polícia Federal, em ação conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública e a Força Aérea Brasileira, iniciou a Operação Mundurukânia 2, com o cumprimento de seis mandados de prisão preventiva e de cinco de busca e apreensão relacionados às manifestações violentas e ataques contra os agentes de segurança pública que participaram da Operação Mundurukânia, e também aos incêndios provocados nas residências das lideranças indígenas Munduruku nos dias 25 e 27 de maio.

Segundo comunicado pela Polícia Federal de Santarém, participaram da ação 45 policiais federais e 30 integrantes da Força Nacional, além de militares da FAB. Entre os crimes investigados estão o de associação criminosa, incêndio, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo e coação no curso do processo.

No dia 15 de junho, a Justiça Federal determinou o envio de agentes federais para as duas terras indígenas em resposta ao ataque a um ônibus com indígenas Munduruku.

12.11. CDHM recebe presidente da FUNAI

No dia 11 de agosto, a CDHM recebeu o presidente da FUNAI, Marcelo Augusto Xavier, em audiência pública, para esclarecer sobre as ações desenvolvidas pelo órgão para os povos indígenas e sobre representação feita à Procuradoria do Distrito Federal que aponta abuso de autoridade.

A audiência contou com a participação dos deputados Joenia Wapichana (REDE/RR), Professora Rosa Neide (PT/MT), Neri Geller (PP/MT), Nelson Barbudo (PSL/MT), Nilto Tatto (PT/SP), Sérgio Souza (MDB), Leonde Brito (PT/AC), Erika Kokay (PT/DF), Vivi Reis (PSOL/PA), Coronel Tadeu (PSL/SP), Delegado Pablo (PSL/AM), José Medeiros (PODE/MT), Túlio Gadelha (PDT/PE), Aline Sleutjes (PSL/PR), Delegado Éder Mauro (PSD/PA) e Coronel Armando (PSL/SC).

“É uma nova FUNAI, eu não tenho dúvida disso”, afirmou Marcelo ao entregar ao presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), o livro “FUNAI, autonomia e protagonismo indígena”, que reúne ações desenvolvidas pela instituição.

O presidente da FUNAI destacou que durante a pandemia foram investidos 50 milhões de reais em ações preventivas em terras indígenas, que incluíam aproximadamente 950 mil cestas básicas, 221 mil kits de higiene e limpeza, além de créditos de 235 milhões de reais para a criação de barreiras sanitárias com o objetivo de proteger os indígenas.

ÚNICA PARLAMENTAR INDÍGENA

“O órgão indigenista federal foi criado justamente para proteger e fazer consolidar os direitos dos povos indígenas, tais como estão garantidos em nossa Constituição Federal. É preciso deixar essa mensagem bastante clara”, afirmou a presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), primeira parlamentar federal indígena eleita.

“Concordamos que deve ter projetos e programas que incentivem e encorajem a produção indígena, a economia indígena. No entanto, existe um direito que é principal para isso e sobre o qual há muita preocupação, que é o direito à terra. A gente vê que existem pendências na linha da demarcação e da proteção das terras indígenas”, disse.

A parlamentar destacou a instrução normativa da FUNAI (IN-9/20), que, segundo várias entidades indigenistas, legitima a grilagem e permite a emissão de títulos de propriedade para os invasores das terras. Joenia também questionou a redução do orçamento e da estrutura da FUNAI, e da paralisação das demarcações e homologações de novas áreas.

“Não seria uma tentativa de legalização da ilegalidade, da invasão, do esbulho das terras indígenas, principalmente das terras não homologadas?”, questionou, indicando que a instrução seria uma inversão das atribuições legais do órgão.

PREOCUPAÇÃO COM DIMINUIÇÃO DE ORÇAMENTO

“Nos preocupa a esqueletização orçamentária da FUNAI. Nós não temos visto ações da própria FUNAI para recompor o seu próprio orçamento. De 2013 a 2020 houve uma redução de mais de 30% do total de recursos empenhados no âmbito da FUNAI”, disse a deputada Erika Kokay. Para ela, é importante garantir recursos para que o órgão possa cumprir sua missão constitucional em defesa dos povos indígenas.

TRATAMENTOS DESIGUAIS

A deputada Vivi Reis (Psol-PA) apontou a existência de uma diferença de tratamento do órgão em relação às lideranças e, ainda, que a denúncia contra Sônia Guajajara teria sido feita com o objetivo de criminalizar os representantes contrários ao governo federal. “A FUNAI fechou as portas para as lideranças indígenas. O discurso está realmente muito afinado com o projeto da bancada ruralista e do agronegócio. Queremos que se faça um espaço amplo de escuta das lideranças e não só de alguns indígenas que estão cooptados com um projeto de garimpeiros e de grileiros”, declarou a deputada.

Sobre representação feita junto à Procuradoria da República no Distrito Federal, que aponta eventual prática de crime de abuso de autoridade e improbidade administrativa, em decorrência de inquéritos policiais contra os líderes indígenas Sônia Guajajara e Almir Suruí por difamarem o governo, Marcelo Xavier alegou que as lideranças teriam inflado dados.

PL 191

Marcelo Xavier afirmou que a FUNAI investiu 30 milhões em projetos voltados para a geração de renda nas aldeias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo. O presidente destacou ainda que o órgão iniciou processo para compra de 40 tratores para entrega em terras indígenas. E citou exemplos como o da Terra Indígena de Pareci, Nambiwara e Manoki, em Mato Grosso, com 20 mil hectares de área plantada, ocupando 1,7% da área indígena e estaria gerando 20 milhões ao ano.

“Eu sou favorável ao PL 191, porque acho que pode ser a solução para áreas indígenas. O PL pode trazer uma geração de renda, possibilidade da própria atividade, desde que tudo seja feito de forma sustentável. Nós estamos em 2021, é possível o desenvolvimento da atividade mineral em terras indígenas de forma sustentável”, afirmou Xavier.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E INSTRUÇÃO NORMATIVA 9/2020

Sobre ações de fiscalização, ele afirmou que foram utilizados 17,2 milhões de reais em cerca de 500 ações de combate ao garimpo e ao desmatamento ilegal em terras indígenas. Ressaltou ainda que, segundo o Centro de Monitoramento Remoto (CRM), de 2019 a 2020 houve uma redução de 23,3% no desmatamento em terras indígenas da Amazônia Legal.

Marcelo ainda deu destaque à Instrução Normativa n° 9/2020. “Falam que ela serviria para a grilagem de terra, para criar conflito fundiário, muito pelo contrário, a IN 9 veio trazer segurança jurídica”, citando que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região referendou a instrução como legal.

“Com ela, compatibilizamos direitos de indígenas e de não indígenas até que venha o decreto homologatório”, disse, apontando que só constam no sistema áreas homologadas por decreto presidencial

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Para o deputado Sérgio Souza (MDB/PR), o parlamento deveria avançar na regulamentação do artigo 231 da Constituição, que trata do reconhecimento aos direitos indígenas.

“Eu sou da bancada dos produtores de alimentos. Inclusive sou o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária. Nós defendemos que o índio tenha liberdade, que ele possa dispor do seu território da melhor maneira para sua subsistência e para garantia dos seus costumes. Nós queremos que o índio tenha a condição do seu sustento. O índio é hoje o grande proprietário de terras neste país. Nós temos menos de um milhão de população indígena e algo em torno do 14% do território nacional é terra indígena demarcada, e tem mais uns 6% aí por se demarcar”, afirmou Souza.

PANDEMIA COVID-19 E ADPF 709

Questionado pelas deputadas Erika Kokay e Vivi Reis sobre a distribuição de hidroxiclороquina aos povos indígenas, declarou que somente a SESAI poderia responder o questionamento. “A FUNAI não cuida da distribuição de remédios em terras indígenas, até por atribuição legal”, disse Marcelo Xavier.

Sobre a ADPF 709, do Supremo Tribunal Federal, Marcelo afirmou que a FUNAI ficou com duas obrigações: a garantia da segurança alimentar dos povos indígenas e a constituição de barreiras sanitárias, e que elas foram executadas pela instituição.

Marcelo Xavier afirmou ainda que 85% dos povos indígenas já estariam vacinados com a primeira dose e 76% com as duas doses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcelo Xavier reconheceu que estão pendentes de homologação cerca de 10 milhões de hectares de terras indígenas delimitadas e declaradas e que existem 493 pedidos de novas áreas em fase inicial e 120 em estudo, mas apontou que existe insegurança jurídica sobre o tema e que a FUNAI aguarda uma decisão do Supremo Tribunal Federal para retomar as demarcações.

“Em tempos de acirramento, esta Casa precisa ter equilíbrio político, não podemos disseminar a intolerância, o ódio, a gente tem que fazer o debate político. Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande pela condução dos trabalhos e esta Comissão vai continuar sendo a voz daqueles e daquelas que têm os seus direitos humanos violados”, finalizou Carlos Veras.

12.12. Observatório Parlamentar da RPU verifica evolução dos direitos indígenas no Brasil

A CDHM verificou no dia 20 de agosto, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, a evolução das recomendações feitas ao Brasil para melhorar a situação dos direitos humanos dos povos indígenas.

A audiência pública, presidida pela 3ª vice-presidente da CDHM, deputada Vivi Reis (PSOL/PA), foi a 12ª realizada pelo Observatório e verificou 25 recomendações feitas ao Brasil no último ciclo da Revisão Periódica Universal. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), apesar de convidada para o encontro, não enviou representante.

“Lamentamos a ausência do órgão que tem como atribuição coordenar a política indigenista no país e é responsável direto pela maior parte das recomendações que serão aqui debatidas”, disse Reis ao início da audiência.

Jan Jarab, Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, lembrou que mais de 10% das 242 recomendações feitas ao Brasil mencionam expressamente os direitos humanos dos povos indígenas, mostrando a relevância da garantia dos direitos indígenas no cenário internacional.

Jarab prestou solidariedade à Associação de mulheres indígenas Munduruku e a outras associações que vêm sofrendo com ameaças e reforçou pedido ao Estado brasileiro para que investigue os ataques e proteja as comunidades indígenas.

“As recomendações aceitas pelo Brasil pedem para que se garantam que os povos indígenas estejam protegidos de todas as formas de violência e discriminação”, complementou.

Jan Jarab afirmou que as Nações Unidas veem com preocupação as práticas ilegais em territórios indígenas, como o garimpo, que contaminam o solo e a água e representam risco para o modo de vida dos povos indígenas. Jarab falou ainda sobre iniciativas legislativas que terão impacto nos direitos indígenas, como o Projeto de Decreto Legislativo 177, que retira do Estado a obrigação da consulta prévia estabelecida pela convenção 169 da OIT.

“Levando em consideração o princípio de não retrocesso para os compromissos em direitos humanos, insto os parlamentares para impedirem que o Estado não retroaja nesses compromissos”, disse Jan Jarab.

“A existência de um Observatório Parlamentar para implementação das recomendações do terceiro ciclo da RPU no Brasil representa uma oportunidade para enfatizar a necessidade de ações imediatas e específicas, em particular, no âmbito legislativo, para garantir o respeito dos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas no Brasil,

em conformidade com a declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas”, apontou Francisco Cali Tzay, Relator Especial das Nações Unidas para Direitos dos Povos Indígenas.

O relatório preliminar aponta que até o momento, das 25 recomendações feitas ao Brasil em 2017 sobre os direitos dos povos indígenas, 17 não foram cumpridas e oito estariam em retrocesso.

PARALISAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES

Jan Jarab reforçou que “são inúmeras as recomendações da Revisão Periódica Universal para que o Estado dê continuidade ao processo de demarcação das terras indígenas. Isso precisa ser feito com celeridade, considerando seus direitos históricos, suas culturas e meios de subsistência. Os povos indígenas são um elemento vital para a diversidade e para o avanço de nossas sociedades”.

Eliana Torelly, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, apontou que os processos de demarcação de terra indígena estão paralisados. “O que se tem conseguido avançar nesse tema tem sido por conta de decisões judiciais. O MPF tem recebido informação de que vários processos já aptos à publicação do relatório de identificação e delimitação, portaria declaratória ou mesmo do decreto, estão sendo restituídos à Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI para adequação à tese do Marco Temporal”.

Esequiel Roque, Secretário Adjunto Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, argumentou que o processo de demarcação dos territórios estaria paralisado devido à decisão do Ministro Fachin, que teria orientado a suspensão de todos os processos judiciais de reintegração e de anulação de demarcações de terras indígenas no Brasil enquanto durar o estado de calamidade pública.

Para Cleber César Buzatto, Secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), porém, a “decisão do ministro Fachin é pró-ativa no sentido de defender os direitos dos povos indígenas contra ações judiciais que questionam a regularidade dos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas e não tem nada a ver com a questão de proibir que o governo dê seguimento aos procedimentos de demarcação”.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Para Esequiel Roque do Espírito Santo, do MMFDH, o governo vem trabalhando para a garantia dos povos indígenas. Esequiel afirmou que o MMFDH vem realizando cursos, acordos de cooperação, para a formação de professores e cumprimento da Lei nº 11.645, sobre o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas.

Roque ainda elencou ações como distribuição de cestas básicas, kits de higiene e vacinação de grande parte da população indígena contra covid.

Geórgia Belisario Mota, Coordenadora de Relatórios Internacionais de Direitos Humanos da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apontou a transversalidade das recomendações e afirmou que a RPU deve ser compreendida como um exercício mais amplo e não reduzido a informações situacionais.

REPRESENTANTES DOS POVOS INDÍGENAS

“Eu penso que a ausência hoje do órgão indigenista oficial corrobora com as ausências que estão presentes neste relatório, ausências de políticas públicas ao enfrentamento a Covid, ausência de uma política eficiente de demarcação de terras, ausência de um projeto político ambiental”, apontou Maurício Terena, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), indicando que outro ponto abordado pelo relatório e que vem trazendo preocupação é a criminalização de lideranças indígenas.

“Para que nós possamos continuar existindo como povos indígenas a política de demarcação de terras precisa ser implementada”, reforçou.

“Retirar a OIT [Convenção 169] de nós é retirar a voz dos povos indígenas, é retirar o nosso direito de consulta prévia. É necessário que se inicie uma articulação dentro do Congresso Nacional para que se freie essa retirada. Retirar essa convenção é retirar a participação popular dos povos indígenas nas decisões que mais nos interessam”, afirmou Maurício.

Cleber César Buzatto, do CIMI, afirmou que, segundo o observado pela instituição, as recomendações não estão sendo cumpridas pelo Estado. “O CIMI tem produzido anualmente o relatório de violência contra os povos indígenas do Brasil, é muito evidente o não reconhecimento do direito fundamental dos povos indígenas às suas terras. São 829 casos de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas do país em 2019. Um outro dado relativo à questão da proteção territorial é que foram identificados 256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. Na nossa avaliação, o governo brasileiro não tem cumprido nenhuma destas recomendações”.

“Essa portaria [IN 9 da FUNAI] está facilitando o que a gente pode caracterizar como uma nova fase de esbulho possessório contra terras indígenas, inclusive terras indígenas em processos de demarcação em fases avançadas, e isso evidentemente nos preocupa”, afirmou Cléber.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Eliana Torelly destacou que o órgão vem atuando em diversos casos envolvendo o combate ao preconceito, à discriminação, ao racismo e à violência contra os povos indígenas, inclusive em ação civil que busca a declaração da omissão do Estado brasileiro na condução da política indigenista e a violação de direitos fundamentais do povo Waimiri Atoari, em razão do fomento ao discurso de ódio e da defesa de um projeto integracionista.

“Nós estamos vivendo um momento de extrema preocupação por conta do recrudescimento de um discurso de ódio que tem motivado invasões de terras indígenas e nos trazido grande preocupação”, refletiu Torelly.

Torelly também afirmou que o MPF vê com preocupação iniciativas legislativas que podem contribuir com a violação dos direitos dos povos indígenas, como o PDL 177, que trata da convenção 169 da OIT, o PL 490, que altera o processo de demarcação, e o PL 191, que regulamenta o garimpo em terras indígenas.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal, apontou equívocos cometidos pelo Estado quanto ao cumprimento das recomendações da RPU e que vão contra os compromissos assumidos internacionalmente. Segundo ele, o serviço da Polícia Federal que deveria atuar em situações de conflitos agrários envolvendo terras indígenas, estaria com capacidade insuficiente de pessoas para atuar nas situações. E lembrou da situação de violência vivenciada pela terra Munduruku.

“A FUNAI precisa retomar com urgência o protagonismo histórico na defesa dos direitos dos povos indígenas, valendo-se de ações para garantir esses direitos, retomando as demarcações e iniciando as ainda não iniciadas e brigando pela desintrusão dos invasores das TIs ilegalmente ocupadas. É preciso não só afastar as discussões acerca da retirada do Brasil da Convenção 169, mas sepultar de vez a tese do Marco Temporal e retomar a trilha do cumprimento das recomendações acolhidas pelo Brasil”, finalizou.

PARLAMENTARES

Para o deputado Helder Salomão (PT/ES), a ausência da FUNAI na audiência é reflexo da postura atual do órgão na atuação em defesa dos direitos indígenas. “A ausência da FUNAI aqui hoje é uma demonstração de como o governo vem conduzindo a causa indígena no nosso país. A FUNAI representa mais os invasores, os grileiros, os que desmatam e os que ameaçam os territórios indígenas, ao invés de representar os interesses dos povos originários”, afirmou o parlamentar, defendendo a substituição de Marcelo Xavier na Fundação.

“O Brasil tem vivenciado tentativas muito profundas de retrocesso. Há uma lógica da pessoa que está no latifúndio, falar em nome dos povos indígenas. É um absurdo”, apontou a deputada Érika Kokay.

“Todos os Poderes e todos os brasileiros e brasileiras devem cumprir o que está na Constituição, e ela é clara sobre os direitos dos povos originários, de preservação cultural. Isso é soberania, é patrimônio imaterial. Defender territórios indígenas é soberania”, reforçou Kokay.

A audiência contou ainda com a participação de Dário Vitório Kopenawa Yanomami, Vice- Presidente da Hutukara Associação Yanomami, Edinho Macuxi, Coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), e Juliana de Paula Batista, representante do Instituto Socioambiental (ISA).

12.13. CDHM debate Terra Indígena Raposa Serra do Sol

A CDHM debateu no dia 18 de agosto em audiência pública a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Expositores falaram sobre os avanços e desafios enfrentados desde a demarcação do território, em 2005.

A Terra Indígena, localizada ao norte de Roraima, tem uma extensão de 1.747.464 hectares e uma população de cerca de 25.635 pessoas, dos povos indígenas Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapichana, distribuídos em 209 comunidades em todo o território.

A presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), primeira mulher indígena eleita para a Câmara dos Deputados, lembrou o processo de demarcação do território e apontou sua importância para os povos indígenas.

A parlamentar, que é advogada, foi responsável pela sustentação oral feita no Supremo Tribunal Federal em defesa da demarcação. Joenia lembrou que o processo de demarcação teve início em 1977, que em 1994 foi realizada uma primeira identificação do território, em 1998 o Ministério da Justiça fez uma primeira demarcação, e que somente em 2005 a Terra foi homologada.

A homologação foi questionada e em 2008, o relator Carlos Ayres Britto emitiu parecer favorável à demarcação integral e aos direitos originários. Em março de 2009, dez dos 11 Ministros confirmaram a demarcação contínua da Terra Indígena.

“O caso da Raposa Serra do Sol tem uma história muito significativa para o povo brasileiro. Ela fala da ditadura, mas também fala da Constituição de 88. E o Supremo Tribunal Federal estudou, se debruçou e confirmou a integralidade da demarcação das terras indígenas conforme o decreto presidencial de 2005”, declarou Wapichana. A parlamentar ainda lembrou que foram retiradas mais de 600 ocupações ilegais e a Terra foi reintegrada à comunidade, o que evitou danos ambientais como a pulverização de agrotóxicos por via aérea, trazendo tranquilidade para as comunidades.

AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Ivo Cípio Aurelindo, do povo Macuxi, assessor jurídico do Conselho Indígena de Roraima, fez uma apresentação sobre as diversas atividades que são desenvolvidas no território de forma sustentável e respeitando o direito de escolha dos povos indígenas.

Ivo destacou que os projetos são desenvolvidos de forma coletiva e respeitam a autonomia e a sustentabilidade. Ele ainda destacou a diversidade das ações realizadas, que incluem a criação de bovinos com manejo sustentável, produção agrícola sem uso de agrotóxicos, criação de peixes, artesanato, saúde e medicina tradicional, educação escolar indígena e ensino profissionalizante.

Citou ainda a elaboração de plano de gestão territorial e ambiental da TI, projetos para produção de energia eólica, criação de protocolos de consulta aos povos, estudos sobre mudanças climáticas, capacitação de agentes territoriais indígenas, formação de brigadas indígenas para atuar em incêndios e fazer o manejo do fogo no território, além do programa Operadores de Direito, que capacitou 155 lideranças indígenas para atuar em conflitos.

Ivo questionou narrativas que colocam os povos indígenas como empecilho para o desenvolvimento do país. “Esse tipo de discurso reforça a discriminação existente em relação aos povos indígenas e fere os pilares do Estado Democrático de Direito e a própria Constituição Federal”, disse.

“A Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um marco histórico dos povos indígenas no Brasil. Nós temos hoje povos indígenas organizados e que buscam fortalecer suas organizações sociais”, afirmou.

“A Terra Indígena Raposa Serra do Sol livre de invasões e ameaças é uma terra de liberdade e de um povo feliz”, finalizou Ivo.

PREOCUPAÇÃO COM PROJETOS DE LEI

Amarildo da Silva Mota, do povo Macuxi, coordenador do Centro Willimon da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, defendeu que não é preciso pensar novas legislações para permitir atividades econômicas nas terras indígenas. “Não precisa criar ou aprovar lei para as comunidades indígenas trabalharem, porque já tem lei, é legalizado e os povos indígenas têm que trabalhar do jeito que eles entendem, de forma sustentável”.

“Não aceitamos nenhum tipo de projeto que venha acabar com o direito originário dos povos indígenas, nós sabemos sobreviver de acordo com a nossa cultura, não somos obrigados a viver como o Governo quer ou como algumas pessoas pensam. Nós temos que escolher como nós, povos indígenas, vamos estar convivendo dentro do território”

“Pessoas que falam mal das comunidades indígenas, que os indígenas são empecilho para o desenvolvimento do estado, que são atraso para Roraima, é porque não conhecem as comunidades indígenas”, afirmou Amarildo.

LEGITIMIDADE

Carla Jarraira de Almeida, do povo Macuxi, coordenadora local de jovens da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, falou que a demarcação foi importante também para garantir direitos às mulheres indígenas. “Hoje podemos dizer que temos voz, que a gente pode expressar o que a sente”. Ela também celebrou a ocupação de diferentes espaços por indígenas, como as universidades.

“Todas essas leis que vocês estão criando, que dizem que é progresso, se machuca o povo indígena, você está sendo egoísta, não está se colocando no lugar de quem mora na comunidade”, questionou.

“Deixem a gente escrever a nossa história, deixem a gente ser protagonista de uma trajetória que a gente está trilhando agora. Não queremos que a história de 1500 seja repetida, não queremos mais genocídio”, afirmou Jarraira.

Jarraira ainda falou sobre a importância da preservação dos territórios indígenas e as alterações climáticas. “No Brasil está nevando, como vocês explicam isso? É a natureza dando a resposta. Ela está dizendo não. Não destrua. A Amazônia é o pulmão, não é uma pessoa que vai sentir, somos todos nós”.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Wapichana reforçou que é possível conciliar respeito aos direitos humanos dos povos indígenas e desenvolvimento. “As comunidades não estão proibidas de exercer nenhuma atividade econômica, não é preciso mudar a legislação para libertar os povos indígenas. A nossa Constituição já dá essa autonomia, reconhece a organização dos povos indígenas. Não precisa retirar direitos dos povos indígenas para reconhecer nenhuma atividade econômica. É possível conciliar a sustentabilidade com o desenvolvimento econômico. Desenvolvimento econômico sim, mas não de qualquer jeito”.

“Existem muitas fake news dizendo que os povos indígenas são presos aos direitos constitucionais, no caso é o contrário, a Constituição protege a coletividade e não o individualismo. Por isso é necessário criar políticas para reforçar e não retroceder. A terra garante uma finalidade social pros povos indígenas no sentido de possibilitar a sua existência, a sobrevivência física e cultural”, finalizou a parlamentar.

A audiência contou ainda com a participação de Edinho Batista de Souza, do povo Macuxi, do Conselho Indígena de Roraima, de Alcebias Constantino, do povo Sapará, coordenador estadual da juventude indígena de Roraima, e dos parlamentares Erika Kokay (PT/DF) e Helder Salomão (PT/ES).

12.14. Mulheres indígenas denunciam violências vivenciadas

Foto Câmara dos Deputados



As Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Defesa dos Direitos da Mulher realizaram no dia 9 de setembro audiência pública com o objetivo de debater as violações e violências vivenciadas por mulheres indígenas no Brasil.

A audiência foi presidida pela deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e primeira mulher indígena eleita para a Câmara Federal. Joenia lembrou que a população indígena do Brasil é formada por 305 povos, aproximadamente 900 mil pessoas, sendo 448 mil mulheres, que historicamente atuam em defesa de seus territórios e contra toda vulnerabilização das políticas indigenista e ambiental.

Joenia ressaltou a ausência de dados específicos que abordem a violência contra a mulher indígena, o que impossibilita a formulação de políticas públicas efetivas.

Participantes reforçaram a importância da questão territorial para a identidade indígena e manifestaram preocupação com iniciativas legislativas que podem impactar negativamente os direitos dos povos indígenas, como os projetos de lei 490 e 191, além do Projeto de Decreto Legislativo, cujo objetivo é retirar o Brasil da Convenção 169 da OIT, que trata da consulta prévia. Cerca de 4000 mil mulheres indígenas estão em Brasília para participar de agendas que compõem a Marcha Nacional de Mulheres Indígenas. Elas também desejaram força a deputada Joenia Wapichana e afirmaram que ela sim representa os povos indígenas.

As mulheres indígenas também cobraram a investigação e respostas para os assassinatos de Daiane Griá, do povo Kaingang, de 14 anos, e Raissa Silva, de 11 anos, do povo Guarani Kaiowá.

Maria Betania Mota de Jesus, Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas (CIR/UMIAB), destacou que as mulheres são fundamentais na luta em defesa dos direitos indígenas, e que os territórios estão diretamente ligados à identidade dos povos.

Ela, que é do povo Macuxi, em Roraima, explicou que a violência alcança as mulheres indígenas de muitas formas: ameaças, estupro, assassinatos, invasões de territórios. E destacou que a luta das mulheres indígenas é uma luta pela humanidade.

“Nós defendemos a nossa mãe terra não só para nós, mas para o mundo. Pelo nosso bem viver, pela nossa soberania, pela nossa autonomia enquanto povo. Os nossos territórios estão clamando por socorro. Nós, mulheres, estamos na linha de frente, ao lado das nossas lideranças. A mãe terra é sagrada para nós”, afirmou.

Para Alessandra Munduruku, da Associação das Mulheres Munduruku e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), as grandes economias também são cúmplices no cenário de violações aos direitos dos povos indígenas. “Os países da Ásia, da Europa são culpados por essas violações também, porque compram a soja, os minérios, gado, madeira e isso vem de sangue indígena”.

Alessandra ainda apontou a importância dos povos indígenas para a preservação climática do planeta. “Nós fazemos tudo de graça, em troca de nada. A única coisa que nós queremos é viver em paz, infelizmente nós não temos isso, o que temos é violência”.

Elisângela Baré, representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), afirmou que as mulheres indígenas já marcham há mais de 521 anos.

“Nós, mulheres indígenas, somos biomas desse Brasil, estamos na luta e na resistência contra a violência doméstica, contra a invasão dos nossos territórios, contra todas as atrocidades que vêm atingindo os povos originários. Nós precisamos ser ouvidas. Vocês não querem respirar, não querem água? Vocês não querem ar puro? Nós, mulheres indígenas, fazemos isso pelo coletivo, Nós estamos aqui com o propósito de reflorestar a mente dos humanos”, afirmou.

Baré contou ainda que as comunidades trabalham na gestão territorial do próprio território e com base em um desenvol-

vimento sustentável, mas lamentou o aumento da violência doméstica causado nos territórios em razão da pandemia.

“O fogo e a bala não vão nos calar. A gente vai continuar a lutar porque é a vida do nosso filho que está em jogo. Nós sabemos desenvolver o nosso território, jamais a gente vai trocar o nosso desenvolvimento pelo desenvolvimento que eles querem, barragem, ferrovia, hidrovía, mineração, destruir tudo”, afirmou Maria Leusa, do povo Munduruku, que chegou a ter sua casa invadida.

MULHERES-BIOMAS

A procuradora Márcia Brandão Zollinger, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, apontou as múltiplas violações vivenciadas por mulheres indígenas, como a discriminação e o racismo, e comentou que iniciativas legislativas podem contribuir ainda mais com o cenário de violação de direitos dos povos indígenas, como os PLs 490 e o 191, I e o PDL 177, que tem como objetivo autorizar o presidente a denunciar a convenção 169 da OIT.

“A gente deveria estar fazendo o contrário, deveria estar garantindo a todos os povos indígenas que eles fossem consultados a respeito de todos esses projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, pois diz a convenção 169 da OIT que qualquer medida legislativa que possa impactar povos indígenas devem ter o procedimento de consulta prévia, livre e informada, visando o consentimento desses povos por meio das suas instituições representativas”, disse.

“As mulheres indígenas sofrem duas vezes o racismo e a discriminação, em razão da sua identidade étnica e da questão do gênero. As mulheres indígenas carregam no seu corpo essa sobreposição de sistemas de opressão, de dominação e de discriminação”.

“Elas resistem e não se curvam jamais a essas violações de direitos que lhes são impostas e a vida e a existência dessas mulheres é a prova de que todas as violências das colonialidades no passado e de agora não conseguiram derrotá-las. Essas mulheres, com sua vida e seus corpos, demonstram o sucesso dessa estratégia de enraizamento dessas mulheres-biomas nos seus solos, nos seus territórios”, afirmou a procuradora sobre as mulheres indígenas.

MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS

Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres Brasil, apontou que mulheres que defendem o direito à terra, como as indígenas, correm ainda mais riscos e estão expostas a múltiplas violências.

“As violações de direitos humanos sofridas por mulheres e meninas indígenas devem ser vistas no contexto do amplo espectro de violações dos direitos humanos, devido às suas vulnerabilidades como membros das comunidades indígenas. Os abusos e violações são alarmantes e constituem uma violência estrutural”, apontou a representante da ONU, defendendo uma abordagem multidimensional.

“É fundamental que as mulheres indígenas tenham a possibilidade de afirmar sua autonomia e o papel que desempenham nas comunidades. Portanto, o empoderamento das mulheres indígenas não deve ser considerado um fator de desintegração de sua cultura, ou interpretado como imposição de direitos individuais sobre direitos coletivos”.

PARLAMENTARES

A deputada Vivi Reis (PSOL/PA) celebrou a presença de tantas mulheres indígenas na Câmara dos Deputados e defendeu a necessidade de um parlamento mais diverso. “Que possamos ter muito mais mulheres indígenas em todos os lugares”, disse. Reis ainda questionou a demora do Governo para tirar os invasores das terras indígenas e a falta de prioridade dada a esses povos, representada na ausência de recursos do orçamento.

“O cocar veio antes da coroa, veio antes da farda, veio antes da faixa presidencial. Os povos indígenas foram vítimas de um colonialismo, um genocídio que os arrancou do seu próprio território. O marco temporal foi construído por aqueles que querem passar as boiadas nos territórios indígenas”, apontou a deputada Erika Kokay (PT/DF).

12.15. CDHM recebe Ministro da Justiça

Foto Câmara dos Deputados



Audiência Pública – Esclarecimentos sobre a morte de crianças da etnia Yanomami.

A CDHM recebeu no dia 24 de novembro o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, convidado para prestar informações sobre a morte de duas crianças Yanomami no dia 12 de outubro, em Roraima.

O ministro Anderson Torres afirmou que o governo vem desenvolvendo uma série de ações voltadas à proteção dos povos indígenas, especialmente os povos Yanomami e que o problema do aumento dos garimpos ilegais em Roraima está relacionado com a crise na Venezuela e o envolvimento de imigrantes venezuelanos no garimpo. “Sabemos que os problemas relacionados à saúde e proteção dos povos indígenas são históricos e que não serão resolvidos em quatro anos de governo”, disse Torres, afirmando que o governo vem atuando de forma integrada para cumprir as medidas previstas na ADPF 709.

Joenia Wapichana (REDE/RR), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas e primeira parlamentar indígena eleita para a Câmara Federal, listou uma série de violações vivenciadas pelos Yanomami, como o aumento de violência na região, o alto número de casos de malária e a enorme taxa de desnutrição entre as crianças.

“Existe uma falta de uma ação permanente”, argumentou a parlamentar, que reconheceu o empenho da Polícia Federal, mas reforçou a necessidade de mais investimento e fortalecimento das ações que possibilitem o efetivo combate ao garimpo ilegal.

“O ritmo desse avanço da mineração ilegal é preocupante. Segundo a Hutukara Associação Yanomami, há mais de 20 mil garimpeiros na região. Existe alguém por trás que está financiando, acobertando, inclusive, os pousos das aeronaves e o abastecimento para que haja funcionamento e atividade desse garimpo ilegal”, afirmou.

“A gente tem que agir para salvar a vida do povo Yanomami, especialmente das crianças, que estão mais vulneráveis”, complementou Wapichana.

“Os problemas estão crescendo, não estão diminuindo. É um problema histórico sim, mas é o momento mais grave do garimpo ilegal no Brasil”, afirmou Helder Salomão (PT/ES), autor do requerimento, que contou com o apoio de 38 parlamentares, que deu origem à audiência.

Salomão destacou que relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que 2020 foi o pior ano em conflitos com os povos indígenas desde 1985. “De acordo com esse documento, no que tange aos territórios invadidos, houve um aumento de 102,85% nos conflitos. Calcula-se que mais de 81 mil famílias tiveram suas terras invadidas em 2020 e 58 mil famílias destas são indígenas”, disse, mencionando a diminuição do orçamento voltado para as políticas indígenas a cada ano.

SUPERINTENDENTE EM RORAIMA DA POLÍCIA FEDERAL

José Roberto Peres, Delegado Superintendente Regional da Polícia Federal em Roraima, explicou que está na região há seis meses e que vários esforços estão sendo realizados para combater o garimpo ilegal. “Os senhores são testemunhas desse trabalho, que com certeza está muito diferenciado do trabalho do ano passado. Teremos

operações ainda este ano, com esse foco, e ano que pretendemos intensificar o trabalho de combate a este garimpo que tanto incomoda a comunidade yanomami”, disse apontando que a pandemia também foi um elemento complicador da situação.

O superintendente afirmou que foram realizadas oito grandes operações, resultando no bloqueio de 50 milhões de reais e da inutilização devido a apreensão de aeronaves, balsas e outros bens que totalizam outros 60 milhões de reais. Peres reforçou que a Terra Indígena Yanomami é do tamanho de Portugal, com cerca de 330 aldeias indígenas espalhadas pela região, com acesso feito por meio aéreo ou fluvial, e, portanto, um desafio para o combate ao garimpo ilegal.

O delegado apontou que a entrada de cerca de 600 venezuelanos por dia demanda grande parte do efetivo da Polícia Federal na região

FUNAI

O presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Marcelo Xavier, que acompanhou o ministro, defendeu que a questão do garimpo ilegal na região é um problema histórico e citou matérias dos anos de 1989, 2001 e 2002 para ilustrar a dificuldade de combater o problema. “Esse problema que enfrentamos em Roraima se arrasta há muito tempo. Eu tenho reportagens que datam de 2001”, disse lendo manchetes antigas.

Xavier argumentou que o problema da região é estrutural e que pessoas vindas da Venezuela em busca de melhores condições estariam trabalhando no garimpo.

INVESTIGAÇÃO DA MORTE DE DUAS CRIANÇAS

Gilberto Waldyr Kirsch Júnior, chefe da delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente, delegado responsável pelo inquérito, explicou que a investigação ainda está em andamento, mas que pode ter ocorrido um acidente. Segundo Kirsch, a mãe de uma das crianças mortas não conseguiu relacionar o ocorrido com a presença das dragas no local.

“Essas crianças estavam usando carotes de combustível cortados ao meio como embarcação. E esses carotes viraram e essas crianças vieram a morrer afogadas”, disse o delegado afirmando que quando o corpo de bombeiro esteve no local não encontraram balsas.

“Nós não estamos falando que não há presença de balsas no local, estamos falando que após o fato elas não estavam mais no local. Mas a Polícia Federal está fazendo as investigações e com várias programações de combate ao garimpo ilegal no ano que vem. A Polícia Federal vem fazendo todos os esforços possíveis para realizar a desintrusão dentro da terra indígena Yanomami”.

ENCERRAMENTO DA AUDIÊNCIA

O presidente do colegiado, deputado Carlos Veras (PT-PE), encerrou a audiência pública devido a tumulto envolvendo parlamentares e lideranças indígenas presentes no plenário da Comissão.

12.16. CDHM aprova moção de solidariedade à Sônia Guajajara, Coordenadora Executiva da Articulação da População Indígena do Brasil (APIB)

Conforme aprovado em reunião deliberativa extraordinária de 22 de abril de 2021, a CDHM expressou solidariedade à Sônia Guajajara, Coordenadora Executiva da Articulação da População Indígena do Brasil (APIB), diante dos ataques a ela publicados no site da Fundação Nacional do Índio (Funai). “Este colegiado repudia a utilização de uma plataforma oficial do governo brasileiro para promover a criminalização e deslegitimação de organizações que lutam pelos direitos dos povos indígenas no Brasil”, diz o texto.

12.17 Levante pela Terra

O presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE), se reuniu, no dia 17 de junho, com Alberto França Dias, cacique Terena, do Mato Grosso do Sul, Doto Takak Ire, representando os povos Kayapó do Pará e do Mato Grosso, Shirley Adilson Silva, liderança Krenak, de Minas Gerais, e Cunlluon Vei-Tcha Teie, cacique Xokleng, do Rio Grande do Sul.

A audiência, solicitada pela Articulação dos Povos Indígenas, ocorreu no contexto do acampamento indígena denominado Levante pela Terra, e teve como objetivo reforçar junto à Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias a preocupação com proposições legislativas que impactam diretamente a vida dos povos indígenas e violariam os artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Os representantes das delegações destacaram que entre os projetos que violariam os direitos dos povos indígenas está o PL 490, debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que diz respeito ao regime constitucional das terras indígenas, e o PL 2633/2020, que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, que impactam e prejudicam a situação dos povos indígenas.

Também manifestaram preocupação com o PL 3729/2004, aprovado pela Câmara, que tramita no agora Senado e flexibiliza regras de licenciamento ambiental e pode afetar as terras indígenas. Os representantes argumentam que não foram ouvidos sobre o tema e que a mobilização é para evitar que o projeto seja aprovado no Senado.

Carlos Veras destacou que a Presidência da CDHM tem atuado de forma conjunta com a Presidência da Frente Parlamentar Mista dos Povos Indígenas pela defesa dos direitos consagrados na Constituição e em tratados internacionais.

O Levante pela Terra aponta que existe uma agenda anti-indígena nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que coloca em risco a vida de todos os povos indígenas. A mobilização vem resultando em uma série de ações que incluem manifestação na sede da FUNAI, questionando a atuação do órgão em defesa dos povos indígenas e pedindo a substituição do presidente e na frente da Agência Nacional de Mineração (ANM), em Brasília, para denunciar as violações e violências causadas pela mineração em territórios indígenas.

“Nós, povos indígenas, vivemos em estado de constante ameaça, que nos exige estarmos em permanente vigília e mobilização. Neste momento, junho de 2021, ainda sob as restrições de uma pandemia devastadora, que se aproxima de vitimar 500 mil brasileiras e brasileiros, dos quais mais de 1.110 parentes nossos fazem parte, nos vemos obrigados a intensificar as nossas lutas e a amplificar nossa voz de protesto para defender nossos direitos mais básicos: nossas vidas e nossos territórios”, dizia trecho de manifesto divulgado.

ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CDHM

Na manhã do dia 18 de junho, Carlos Veras enviou ofício ao Secretário de Saúde do Distrito Federal, Osnei Okumoto, pedindo providências e informações para garantir atendimento à saúde para indígenas acampados na Esplanada, em Brasília.

O parlamentar apontou que são cerca de 850 indígenas acampados na Praça da Cidadania, lideranças e representantes de 40 povos de todas as regiões do país que cobram do poder público a superação do marco temporal, medidas efetivas contra o garimpo ilegal e a exploração de seus territórios por empreendimentos. E demandou garantia de atendimento, pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena ou pelo Sistema Único de Saúde, a todos os indígenas do acampamento que necessitem.

12.18. ONU expressa preocupação com projeto de lei que trata da demarcação de terras indígenas

Foto Fábria Pessoa



Acampamento Levante pela terra

O Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) formalizou no dia 23 de novembro preocupação com o Projeto de Lei 490/2007, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas.

Jan Jarab, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em encontro presencial com presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), entregou o documento que afirma que a proposta legislativa deveria ser revista pela Câmara dos Deputados, por poder resultar em retrocessos irreversíveis aos povos indígenas e ao meio ambiente.

Jarab apontou que o Legislativo possui papel fundamental em garantir a conformidade do governo com suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos e traduzi-las em legislação e políticas. O representante do ACNUDH reiterou ainda a preocupação com os recorrentes ataques sofridos pelos povos indígenas no Brasil e com o enfraquecimento de políticas que garantam sua proteção, destacando o avanço da mineração ilegal, o desmatamento, a poluição de rios, a paralisação da demarcação de terras e territórios e a desnutrição que ataca crianças.

ANÁLISE DO PL

A análise do PL foi realizada por Deborah Duprat, renomada jurista brasileira e especialista na temática relacionada aos direitos dos povos indígenas e subprocuradora-geral da República aposentada, para o ACNUDH. O estudo aborda perspectivas dos povos indígenas no Brasil, regimes jurídicos e contextualização histórica, normas e jurisprudências internacionais e iniciativas legislativas em curso que violam o regime internacional dos direitos indígenas.

Duprat aponta que a Constituição de 1988 contém sete normas específicas sobre “terras tradicionalmente ocupadas por índios”, reconhecendo os direitos originários sobre as áreas e determinando que a sua demarcação se dê de acordo com os usos, costumes e tradições de cada grupo.

VIOLAÇÃO AO REGIME INTERNACIONAL DOS DIREITOS INDÍGENAS

A jurista destaca a ausência de consulta aos povos indígenas no decorrer do processo legislativo da proposta e lembra que tanto a Convenção 169 da OIT quanto a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas estabelecem a obrigatoriedade da consulta antes da edição de alguma medida legislativa que os afetem. “A discussão do PL 490 sem a participação dos povos indígenas afeta o seu direito mais fundamental: a autodeterminação”.

Foto: Fábria Pessoa



Jan Jarab entrega parecer sobre o PL 490 ao presidente da CDHM

Ela destaca que não há registro, na tramitação do PL 490, de providências com o objetivo de realizar algum tipo de consulta aos povos indígenas. E que também não foi adotado pelo órgão indigenista brasileiro – a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – qualquer mecanismo que permitisse chegar aos povos indígenas o conteúdo do debate a ser travado no âmbito do Poder Legislativo, de modo a fazer com que eles próprios se mobilizassem a respeito.

DIREITO ORIGINÁRIO

A advogada aponta que o PL 490 incorpora a chamada “tese do marco temporal”, estabelecida pelo Supremo Tribunal por ocasião do julgamento do caso Raposa Serra do Sol, que considera terras tradicionalmente ocupadas as que estivessem em posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988.

Ela ressaltou que ainda não há uma “tese do marco temporal” firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que a questão é objeto do Recurso Extraordinário, e que o respectivo Relator, Ministro Edson Fachin, votou no sentido da inconstitucionalidade da estipulação de um “marco”. O julgamento encontra-se suspenso, sem data prevista para a sua retomada.

Duprat destacou também que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em relatório sobre a “Situação dos direitos humanos no Brasil”, afirmou que a tese do marco temporal desconsidera os inúmeros casos nos quais povos indígenas haviam sido violentamente expulsos dos territórios que ocupavam tradicionalmente e, apenas por essa razão, não o ocupavam em 1988.

A CIDH considera a tese como contrária às normas e padrões internacionais e interamericanos de direitos humanos, especialmente a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

CONCLUSÃO

O parecer entende que o PL 490, seus apensos e o substitutivo do Relator estão no contexto de uma agenda parlamentar anti-indígena. Ela lembrou que a CIDH recebeu informações de que, no final de 2018, havia mais de 100 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que objetivavam a restrição de direitos indígenas, especialmente em matéria de demarcação de terras.

O documento destaca especialmente os pontos mais obviamente contrários à jurisprudência internacional sobre os direitos indígenas, mas considera que a proposta é uma evidente tentativa de neutralizar o artigo 231 da Constituição brasileira, cujo conteúdo está totalmente alinhado aos parâmetros internacionais.

“O PL 490 insiste na forma mais colonial de exploração e controle do ‘outro’, mediante a sua negação, a ausência de reconhecimento de que seja produtor de saber, e não mero consumidor”, afirmou Duprat.

12.19. Ministério Público instaura inquérito para apurar a condução pela FUNAI de situação territorial da comunidade Kanela do Araguaia

A presidência da CDHM solicitou ao Ministério Público Federal providências para proteger a integridade física e o modo de vida dos indígenas Kanela do Araguaia da Aldeia Nova Pukañu, bem como a adoção de medidas para o reconhecimento e a demarcação do território ocupado pela Comunidade Pukañu. Em resposta, no dia 25 de março, o Ministério Público informou sobre a instauração de inquérito civil para apurar a condução dos procedimentos de

estudo para identificação e delimitação do território da Terra Indígena Kanela do Araguaia por servidores da FUNAI, além de solicitar cópia integral do processo.

O MPF também reforçou a necessidade de a FUNAI cumprir sua função institucional e atuar para garantir os direitos territoriais dos indígenas Kanela do Araguaia. E demonstrou preocupação com o despacho proferido pela presidência da FUNAI que levantou dúvidas acerca da existência da etnia e demonstrou interesse em recorrer da decisão que conferiu posse à comunidade. Para o Ministério Público, a responsabilidade pela demora no processo de demarcação somente pode ser imputada à FUNAI e à União.

“São claros os danos e as conseqüentes violações de direitos ocasionadas/agravadas pela omissão/mora estatal: vão desde a comercialização/exploração de terras potencialmente de posse tradicional indígena; variada gama de crimes e impactos ambientais (desmatamento, assoreamento de corpos d’água, pesca e caça predatórias, dentre outros), insegurança jurídica a todas as partes envolvidas, risco de ameaças e hostilização, confinamento territorial, dentre outros”, informou o Ministério Público em ofício ao presidente da Comissão, o deputado Carlos Veras.

“É preocupante essa posição recente da FUNAI, que, ao invés de atuar de acordo com a sua função institucional e resolver de uma vez por todas a questão territorial da comunidade Kanela do Araguaia, levanta dúvidas sobre a identidade étnica e manifesta interesse em recorrer de decisão judicial. A omissão estatal agrava a situação e contribui para a contínua violação aos direitos territoriais indígenas, além de gerar insegurança jurídica na região”, aponta o deputado.

DENÚNCIAS

Entre as denúncias transmitidas à Comissão em 2020 pela Associação da Comunidade Indígena Kanela, está o avanço de cercas de posseiros sobre a aldeia, com apoio de homens armados, impedindo o acesso dos indígenas à mata e à lagoa e prejudicando a subsistência da comunidade. Segundo os denunciantes, falta também proteção por parte da Polícia Federal. A aldeia está situada em terra pública da União, conhecida como Gleba São Pedro, em Luciara, no Mato Grosso.

HISTÓRICO

Os indígenas da Aldeia Nova Pukañu são da etnia Kanela do Araguaia, e suas origens remontam ao início do século XX no Maranhão. Após intenso processo de usurpação por fazendeiros, os indígenas migraram para outras regiões do país. Parte desse grupo construiu suas aldeias na região do Araguaia. E, nas décadas de 60 e 70, com a especulação sobre suas terras, foram expulsos dos seus territórios. Muitos passaram a residir nas cidades de forma precária ou acampados esperando solução pela FUNAI.

Foi nesse contexto que, em 2016, foi fundada a Aldeia Nova Pukañu, após a retirada forçada da Aldeia Pukañu

um ano antes. São ao todo 400 indígenas em 100 moradias, que, em virtude do avanço da grilagem, ocupam um espaço de 48 hectares. Os denunciante relatam, ainda, que os particulares realizam queimadas e desmatamento na região, violando a legislação ambiental. A Comunidade denuncia ainda a construção de casas e venda de lotes.

O conflito na região é objeto de Ação Civil Pública na 1ª Vara Federal de Barra do Garça. Em 2018, houve decisão liminar de manutenção de posse em favor dos indígenas. Durante diligência ao local no mesmo ano, a FUNAI constatou vestígios de construção de novas cercas nos limites da Gleba São Pedro, evidenciando descumprimento daquela ordem judicial.

Nesse relatório, a FUNAI concluiu que o grupo indígena Kanela do Araguaia precisa permanecer na área da Gleba São Pedro, reforçando que são 400 pessoas, a maioria crianças e adultos, revelando uma tendência de aumento populacional, o que demonstra a urgência de decisão favorável quanto à posse permanente. O documento apontou ainda que a área necessária para a subsistência da Comunidade é de 2 mil hectares, região bem maior que o reduzido espaço de 48 hectares ocupados atualmente em razão do avanço incessante das cercas dos posseiros.

Apesar de a FUNAI ter constatado em 2018 a necessidade de permanência da Comunidade na Aldeia Nova Pukañu, segue pendente a demarcação do território.

12.20. Indígenas Kanela do Araguaia denunciam recusa de concessionária em fornecer energia elétrica

O presidente da CDHM, Carlos Veras, oficiou, no dia 13 de maio, o prefeito de Luciara, Parassu de Souza, solicitando providências para fornecimento de energia elétrica nas Aldeias Nova Pukañu e Porto Velho, da etnia Kanela do Araguaia, no Mato Grosso. Ofícios também foram enviados aos Procuradores da República com atuação em Barra do Garças, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso e ao CEO do Grupo Energisa.

A Associação da Comunidade Indígena Kanela do Araguaia destaca que a falta de energia elétrica impede o acesso à água potável dos poços artesianos, uma vez que as bombas de água dependem de energia elétrica. Além disso, dificulta a comunicação por aparelhos eletrônicos e prejudica o acompanhamento de aulas remotas por cerca de 80 crianças e adolescentes matriculados nos ensinos fundamental e médio. O não fornecimento de energia também impede o adequado armazenamento de alimentos e agrava a insegurança alimentar.

A presidência da CDHM apontou que o direito ao fornecimento regular de energia elétrica integra o mínimo existencial e que negar tal direito afronta a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais à saúde e à educação. Nesse contexto, a responsabilidade sobre o não fornecimento desse serviço essencial à comunidade indígena deve ser apurada de forma rápida e o problema, urgentemente sanado.

A demanda também foi submetida ao Judiciário, por meio de Ação Civil Pública, ajuizada pelo MPF, que tramita na Vara Federal Cível e Criminal de Barra do Garças; ainda não houve decisão judicial acerca do caso.

12.21. FUNAI deixa de recorrer contra ordem de despejo da Comunidade Indígena Tupinambá

O presidente da CDHM, Carlos Veras, enviou ofício à Procuradora-Geral da República, Eliana Torelly de Carvalho, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, comunicando a falta de interesse da presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em recorrer de decisão judicial que determinava a reintegração de posse contra a Comunidade Indígena Tupinambá, na Bahia.

Veras destacou a omissão da União e da FUNAI em promover e proteger os direitos fundamentais indígenas expressos especialmente no artigo 231 da Constituição Federal, que entende os direitos territoriais indígenas a partir da tradicionalidade da ocupação, e não do processo de demarcação, cuja responsabilidade é do Poder Público, mais precisamente da Fundação.

No dia 23 de abril, o juiz suspendeu a ordem de reintegração e intimou as partes para se manifestar sobre o pedido de intervenção da DPU. Mesmo nesse contexto, é preciso apurar a conduta da FUNAI em manifestar inexistência de interesse recursal quanto a uma decisão que culminaria com o despejo de toda uma comunidade indígena em plena pandemia, à revelia da suspensão nacional das ações possessórias contra indígenas, determinada pelo Ministro Edson Fachin em 2020.

Em despacho no dia 22 de abril, a presidência da FUNAI afirmou que não iria recorrer da sentença de reintegração de posse enquanto a área sob litígio não for homologada. No documento, a Fundação defende que deve haver a desocupação da área e remoção dos indígenas, uma vez que esses teriam, enquanto durar o processo administrativo de demarcação, apenas expectativa de direitos.

O processo administrativo de demarcação contava com Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, publicado em 2009, e com proposta de expedição de portaria declaratória pelo Ministério da Justiça, em 2012, mas ainda assim foi devolvido à FUNAI em 2019 pelo Ministro da Justiça para revisão.

A presidência da CDHM sinalizou que o posicionamento da FUNAI no caso não encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro e vai contra a missão institucional do órgão de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. O documento lembra que, de acordo com a Convenção 169, os governos deverão adotar as medidas “necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”.

O ofício ainda acrescenta que na Revisão Periódica Universal, mecanismo da ONU de avaliação da situação de direitos humanos, 34 das 240 recomendações recebidas no III Ciclo (2017) estavam relacionadas aos povos indígenas e seus direitos, entre elas: conferir celeridade aos processos de demarcação e aos judiciais que versem sobre terras indígenas, adotar medidas de prevenção e punição aos crimes cometidos contra indígenas, e garantir a consulta prévia, livre e informada, especialmente em projetos desenvolvimentistas que afetem seus territórios.

12.22. Fogo na Aldeia Barreira Preto

O presidente da CDHM, Deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 25 de junho ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Gustavo Maiurino, a adoção urgente de providências para assegurar a apuração da denúncia de suposto incêndio criminoso em terra indígena em Minas Gerais, bem como o policiamento ostensivo e preventivo na região.

Segundo a denúncia, encaminhada pelo Deputado Padre João (PT/MG), teria ocorrido um incêndio criminoso na Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, na madrugada do dia 24 de junho. A Terra Indígena Xakriabá é homologada e um bem da União, portanto, a investigação do caso é de responsabilidade da Polícia Federal.

Matéria do G1 informa que o fogo teria atingido a biblioteca, a secretaria da escola indígena e a casa de medicina tradicional da Aldeia Barreira Preto, queimando computadores, arquivos e outros objetos importantes para preservação cultural do povo Xakriabá. De acordo com a matéria, a Polícia Civil iniciou a perícia criminal e o laudo será encaminhado à Polícia Federal.

O parlamentar também solicitou ao presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, suporte da Fundação à comunidade para garantir atendimento psicossocial, apoio material para reconstrução da escola e da casa de medicina, entre outras medidas que se façam necessárias.

Também foram encaminhados ofícios ao Secretário de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, Rogério Greco, e à Subprocuradora-Geral da República Eliana Torelly, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, do Ministério Público Federal, para acompanhamento do caso.

12.23. Presidência da CDHM recebe informações sobre atendimento psicossocial de comunidades indígenas e ribeirinhas no Amazonas

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos enviou, no dia 19 de julho, ao presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), esclarecimentos sobre atendimento psicossocial às comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Rio Abacaxis, no estado do Amazonas.

No dia 26 de fevereiro, o então presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, atendimento às comunidades da localidade.

O parlamentar reportou a grave situação de vulnerabilidade psicossocial das comunidades indígenas e ribeirinhas depois de violenta operação policial em agosto de 2020 entre os municípios de Nova Olinda e Borba. A operação, executada pela Polícia Militar, envolveu cerca de 50 agentes e teria resultado, segundo denúncias colhidas pelo Deputado Federal José Ricardo (PT/AM), em tortura e possíveis execuções sumárias. Os corpos de um indígena e de três moradores de um projeto de assentamento do Incra foram encontrados boiando no rio nos dias seguintes à operação.

Na ocasião, o parlamentar também solicitou a realização de estudos técnicos e a elaboração e implementação de um plano de assistência psicossocial às comunidades indígenas e ribeirinhas atingidas pela operação policial, de forma articulada com os Ministérios da Justiça, da Saúde e da Cidadania, a FUNAI e demais órgãos pertinentes.

RELATÓRIO MMFDH

Documento elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), reúne informações sobre ações realizadas diante do caso de conflito na região do Rio Abacaxis. Aponta ainda que as medidas de segurança e saúde em razão do novo Coronavírus tornaram complexo o desenvolvimento de iniciativas na região.

Segundo o documento, o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) que atua no município de Borba (AM) não pôde desenvolver ações de assistência psicológica na região do Rio Abacaxis em obediência às medidas de prevenção contra a Covid 19, que suspenderam o envio de embarcações para evitar aglomerações.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Nova Olinda do Norte relatou que foram prestados atendimentos psicossociais. A Secretaria não obteve autorização para entrar na comunidade para realizar o atendimento in loco, mas as famílias foram atendidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cereija Taquita, com benefícios eventuais, cestas básicas de alimentos, enxoval de bebê, além da concessão de urnas funerárias para as sete vítimas fatais.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) informou que foram realizadas ações com equipe formada por médicos, psicólogos, enfermeiros, cirurgião dentista e defensor público em seis aldeias: Terra Preta, São José, Maruim, Santa Terezinha, Tupanawa e Kawhera. Os atendimentos individuais/familiares, visitas domiciliares e pequenas rodas de conversa teriam obedecido aos protocolos de segurança para a não disseminação do novo Coronavírus. Segundo o documento, as lideranças locais relataram que o atendimento foi de grande valia. Após a conclusão dos atendimentos em saúde mental nas aldeias, três indígenas foram encaminhados para atendimento no CAPS de Nova Olinda, pois apresentavam sinais e sintomas de estresse pós-traumático.

A SESAI teria se oferecido ainda para levar as equipes municipais às comunidades ao longo do rio, pela facilidade de trânsito que eles têm por realizar ações voltadas para a saúde e bem estar.

A SNPIR informou que, com exceção das dificuldades encontradas pelo município de Borba em prestar atendimento, as demais famílias ribeirinhas e as comunidades indígenas foram assistidas pelo poder público.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CDHM

Em agosto de 2020, a presidência da CDHM demandou a investigação de denúncias de execuções sumárias e tortura contra indígenas e ribeirinhos na região do Rio Abacaxis, entre os municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, no Amazonas.

De acordo com manifesto assinado por 53 instituições da sociedade civil, durante uma ação policial sob comando da Polícia Militar, “foram usadas práticas de tortura, cerceamento de liberdades individuais e coletivas e execuções por arma de fogo de moradores locais”. Ainda de acordo com o manifesto, o trânsito pelo Rio Abacaxis, tanto para comprar comida na cidade de Nova Olinda do Norte quanto para pesca e caça, teria sido impedido.

Segundo noticiado pelo portal G1, o Ministério Público Federal (MPF) acionou a Polícia Federal para investigar os potenciais abusos e ilegalidades na operação da polícia militar no Rio Abacaxis.

12.24. Presidência da CDHM demanda apuração de morte de jovem indígena no Rio Grande do Sul

Foto Fábيا Pessoa



Acampamento Levante pela Terra em Brasília

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 9 de agosto ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, ao Superintendente Regional de Polícia Federal, Aldronei Pacheco Rodrigues, e ao Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior, a apuração urgente da morte da jovem indígena de apenas 14 anos.

A indígena Kaingang Daiane Griá vivia na Terra Indígena do Guarita e teria sido assassinada no dia 4 de agosto. O corpo da jovem foi encontrado em uma lavoura no Setor Estiva, da Terra Indígena do Guarita, no município de Redentora, na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Localizada em uma área de 23,4 mil hectares, a Terra Indígena do Guarita é homologada desde 1991 e abrange os municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, no noroeste gaúcho.

A denúncia foi encaminhada à CDHM pela deputada e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana (REDE/RR), pelo deputado Paulo Pimenta (PT/RS) e pela vereadora Laura Sito (PT/RS), da Comissão de Direitos Humanos, Segurança e Direitos do Consumidor da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Segundo reportagem do Portal Sul21, o corpo de Daiane foi encontrado nu e com partes da cintura para baixo dilaceradas. Haveria também relatos de outros casos de ataques contra mulheres indígenas na região.

Ao jornal Folha de São Paulo, o delegado responsável pelo caso, Vilmar Alaídes Schaefer, disse que a parte inferior do corpo foi dilacerada, provavelmente por ação de animais. Ainda segundo o noticiado na imprensa, a principal linha de investigação é a de homicídio, mas a Polícia também busca apurar se a jovem foi vítima de crime sexual e se houve ocultação do cadáver.

Joenia Wapichana, única parlamentar federal indígena, destacou que a violência contra mulheres e meninas indígenas no Brasil é histórica e invisibilizada. “A omissão estatal na implementação de políticas públicas específicas e efetivas, além do silenciamento de dados oficiais, potencializa negativamente a realidade da dupla violação que as persegue, a de gênero e a do racismo contra os povos indígenas”, afirmou.

Veras também encaminhou a denúncia à Procuradora do Município de Erechim, Letícia Carapeto, ao Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Marcelo Lemos Dornelles, e à Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, a Subprocuradora Eliana Torelly, demandando a rigorosa apuração dos crimes e dos relatos de violações sistemáticas contra mulheres e crianças indígenas.

12.25. Presidente da CDHM aciona PF para apurar morte de indígena em Tocantins

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), encaminhou no dia 17 de setembro, em caráter de urgência, ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Gustavo Maiurino, solicitando a apuração da morte de indígena Karajá na Ilha do Bananal, em Tocantins. Também foram encaminhados ofícios à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público de Tocantins e à Procuradoria-Geral de Justiça.

O deputado Patrus Ananias (PT/MG) transmitiu denúncia à Presidência da CDHM sobre a morte de Lourenço Rosemar Filho, conhecido como Lourencinho, do Povo Indígena Karajá, na Aldeia Santa Isabel do Morro, no município de Lagoa da Confusão, Ilha do Bananal, ocorrida na quinta-feira (16).

De acordo com informações do Conselho Indigenista Missionário, ele teria sido morto por policiais civis durante execução de mandato perante muitos indígenas, inclusive familiares e crianças, que estariam no local. Representante da FUNAI também teria presenciado a morte. Vídeos que circulam em redes sociais mostram o indígena desfalecido, sendo atirado na carroceria de uma caminhonete.

Veras demandou providências para apuração das circunstâncias e, se for o caso, consequente responsabilização dos envolvidos.

12.26. Presidência da CDHM demanda apuração de mortes de indígenas no Rio Grande do Sul

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, demandou em caráter de urgência ao Superintendente do Rio Grande do Sul da Polícia Federal, Aldronei Antônio Pacheco Rodrigues, a apuração da morte de quatro indígenas Kaingang na Terra Indígena Serrinha, no município de Ronda Alta. Além das mortes, uma casa e três veículos também teriam sido incendiados, na manhã do dia 16 de outubro.

Segundo a imprensa, indígenas relatam que um grupo de 12 famílias expulsas da Reserva pelo Cacique Márcio Claudino se preparava para iniciar um protesto na rodovia RS 324, quando foi atacado na localidade de Setor Alto Recreio. Márcio Claudino, por outro lado, afirma que o confronto aconteceu quando ele passava de carro e sofreu uma emboscada. Nem ele nem os outros três ocupantes do veículo ficaram feridos.

Carlos Veras também demandou providências ao Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Rinaldo Vieira Júnior, à Subprocuradora Eliana Torelly, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, e ao Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Marcelo Augusto Xavier da Silva.

12.27. Presidência da CDHM aciona órgãos para apurar denúncia de violência contra indígenas em Roraima

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), demandou no dia 18 de novembro ao Governador de Roraima, Antônio Denarium, ao Ministro de Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Roraima, Delegado Marcos Ronki, e ao Corregedor-Geral da Polícia Militar de Roraima, Coronel Wilson Nunes Pereira, a apuração de denúncia de violência policial na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

A denúncia, encaminhada à Presidência da CDHM pela deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), afirma que policiais militares teriam ingressado no último dia 16, sem ordem judicial, na Comunidade Tabatinga, inserida na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, deixando seis indígenas feridos, entre eles uma mulher.

A deputada relatou também que o território padece com invasões constantes de garimpeiros, que estimulam o tráfico de drogas, com a entrada de armas de fogo, a circulação de pessoas estranhas às comunidades e a venda de bebidas alcoólicas, sem que o poder público adote medidas efetivas para cessar as ilegalidades.

Segundo o noticiado pela imprensa, a PM argumenta que estaria cumprindo determinação judicial, que proíbe o bloqueio de rodovias na Raposa Serra do Sol. Ainda segundo matérias divulgadas, os indígenas afirmam que as barreiras eram postos de vigilância para combater a entrada de drogas e o avanço da Covid-19.

A apuração da denúncia e pedido de providências também foram encaminhados ao presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Marcelo Augusto Xavier da Silva, ao Procurador da República do Ministério Público Federal em Roraima, Alisson Marugal, e à Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República.



*Célia Cristina da Silva Pinto - Centro de Cultura Negra do Maranhão - Audiência Pública Observatório Parlamentar da RPU
Direitos das comunidades quilombolas - Foto: captura da transmissão realizada pela TV Câmara*

13.COMUNIDADES TRADICIONAIS

13.1.Observatório Parlamentar da RPU examina evolução dos Direitos das Comunidades Quilombolas

O deputado Bira Pindaré (PSB/MA) presidiu, na sexta-feira 21 de maio, audiência pública do Observatório Parlamentar focada na evolução das recomendações voltadas aos direitos das Comunidades Quilombolas no âmbito da RPU. O parlamentar, que preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas, destacou que o Maranhão, estado que representa, possui o maior número de comunidades quilombolas do Brasil, solicitou à Fundação Cultural Palmares quadro comparativo sobre as certificações e alertou para o risco que a lei 3729/2004 de licenciamento ambiental representa para os territórios.

“Esse novo licenciamento ambiental torna ainda mais vulnerável a situação dos territórios quilombolas, a ameaça é permanente. Os empreendimentos poderão ser implantados sem qualquer licenciamento prévio, isso é uma ameaça muito grande às comunidades quilombolas e também para as comunidades indígenas que não têm suas terras tituladas”.

Laércio Fidelis Dias, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio-Afro-Brasileiro – DPA/FCP da Fundação Cultural Palmares, disponibilizou o relatório de gestão de 2020 e citou políticas como a de certificação da Fundação, de regulação fundiária, e programas como Brasil Quilombola, Mais Luz e Bolsa Permanência, além do Plano Nacional de Enfrentamento à Covid, que, segundo ele, contribuem especialmente com os objetivos da recomendação 221, de assegurar acesso igualitário de afro-brasileiros a políticas de redução da pobreza e programas de benefícios sociais como meios de proteção de seus direitos fundamentais (Botsuana).

O Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Esequiel Roque, declarou que as comunidades quilombolas são prioridade na atuação da Secretaria e destacou o pagamento do auxílio emergencial, a distribuição de mais de 1,7 milhão de cestas durante a pandemia, o projeto cisternas e a parceria com o Incra para titulação territorial como formas de contribuir com a evolução dos direitos das comunidades quilombolas.

Em 2020, a taxa de certificação pela Fundação Cultural Palmares atingiu 11%, a menor proporção desde 2004, início do acompanhamento da série histórica.

Leandro Mitidieri, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, falou sobre a atuação do Ministério Público para garantir a prioridade de vacinação para as comunidades quilombolas, e demonstrou preocupação com a baixa participação social e com a queda das certificações. “Nós tivemos uma notória diminuição da participação nos conselhos e isso é objeto de procedimento na Procuradoria do Distrito Federal e o número de certificações é o menor já registrado desde 2004”, disse. Segundo Leandro, estariam sendo realizados cálculos de custo-benefício por família para desapropriação de terras, prejudicando a reforma agrária e a titulação de comunidades quilombolas. “É uma preocupação muito grande,

se partimos para essa ideia de custo-benefício, é colocar uma pá de cal na regularização das terras quilombolas”.

“A única terra quilombola titulada no atual governo foi a de Rio dos Macacos. E sobrou uma série de questões, a área titulada foi muito menor do que a reivindicada. E hoje aquela comunidade sofre uma permanente ameaça de segurança. Reforçamos aqui a necessidade de um monitoramento por câmeras da área”, completou o procurador, que também enfatizou que já existe recomendação do MP para não acontecer remoção durante a pandemia em Alcântara.

Gabriel Saad, Secretário-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU), demonstrou preocupação com a redução de recursos voltados para a distribuição de alimentos para as comunidades quilombolas e reforçou que é obrigação do Estado garantir a segurança alimentar e nutricional como direito fundamental. “O direito à segurança alimentar e nutricional compõe o mínimo existencial, tendo em vista que sem alimentos não existimos, o alimento é a base da vida e do desenvolvimento social. A origem das comunidades quilombolas é essencialmente vinculada à resistência a um poder de opressão, escravização e extermínio da população negra no Brasil”, afirmou.

Para Célia Cristina, do Centro de Cultura Negra do Maranhão, as ações precisam ir além da distribuição de cestas, que devem ser estruturadas a longo prazo, reconhecer os territórios, incentivar a produção de alimentos de qualidade e fortalecer a questão das sementes crioulas, e assim garantir efetivamente a soberania e a segurança alimentar.

Célia também destacou que o Maranhão é o estado com maior número de comunidades quilombolas, com o maior número de processos no Incra e de certificação na Palmares. Segundo ela, o processo que analisaria a situação de Alcântara estaria parado na Casa Civil, e a entrega de títulos individuais na região prejudica as comunidades quilombolas. “Esses títulos individuais foram entregues para pessoas que foram expulsas desse território étnico para as agrovilas. Não são títulos de território, e sim de um pedacinho de terreno. E isso pra gente não significa titulação de território quilombola. É até preocupante. Chegar dentro de um território étnico e dar títulos individuais pode acirrar ainda mais o conflito”.

Para Célia, o Programa Titula Brasil aumenta conflitos dentro dos territórios, pois, ao priorizar títulos individuais, possibilita a venda e provoca embates na comunidade, inclusive com venda para estrangeiros. Ela também destacou que o Incra estaria alegando falta de recursos para dar continuidade aos processos.

COVID-19

“A pandemia veio para mostrar aquilo que nós temos denunciado há muito tempo: a situação de vulnerabilidade das comunidades quilombolas, uma condição sub-humana. O negacionismo sobre a nossa situação, a situação do país, uma situação de vulnerabilidade muito grande. Tanto é que nós chegamos a 442 mil mortes, muitas delas quilombolas. Nossas bibliotecas estão sendo perdidas, perderam suas vidas e nós não podemos nem chorar os nossos mortos por causa da Covid”, declarou Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Para Denildo, as políticas públicas universais, como o Auxílio Emergencial, ou outras que utilizam o Cadastro Único como base, não deveriam ser utilizadas pelo governo para fazer referência à evolução dos direitos quilombolas, é necessário políticas públicas específicas a essas comunidades. Segundo ele, a CONAQ acionou o Ministério Público por causa da dificuldade encontrada por muitos para acessar o benefício pelo celular.

PREOCUPAÇÃO COM PROJETOS DE LEI

Para Maira de Souza Moreira, da Terra de Direitos, existe hoje no Brasil descumprimento das normas relacionadas aos Direitos Humanos, e a população estaria sendo subdimensionada pelas políticas. Considerando os dados do IBGE, apenas 5,4% das comunidades estariam tituladas, representando um déficit expressivo. Maíra também destacou preocupação com reformas legislativas, que poderiam prejudicar os direitos dos quilombolas. “Nós vemos na verdade uma contramarcha legislativa contra os quilombolas”, disse.

Maíra manifestou preocupação com o PDL 177/2021, que pretende autorizar o governo a denunciar a Convenção 169 da OIT, com o PL 2633, que trata da regulação fundiária e desrespeitaria os territórios quilombolas, o PL 3729, que dispensa licenciamento ambiental para inúmeras atividades, o PL 3292/2020, que não prioriza a compra de alimentos produzidos por comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Segundo ela, as legislações representam grave retrocesso e risco para as comunidades quilombolas.

“A Convenção 169 determina a consulta prévia, livre e informada diante de qualquer medida relacionada aos povos originários, aos povos tribais, aos povos tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas. A convenção está incorporada ao nosso ordenamento jurídico e tem força constitucional”, reforçou o Deputado Bira do Pindaré.

Além dos representantes da sociedade civil, a audiência contou com a participação dos deputados Helder Salomão (PT/ES), Camilo Capiberibe (PSB/AP), Vivi Reis ((PSOL/PA) e Erika Kokay (PT/DF).

13.2. Comunidade Quilombola Boca do Rio, na Bahia

Carlos Veras (PT/PE), enviou em 4 de abril denúncia à Procuradoria-Geral da República de violações de direitos humanos e ambientais, formulada pela Comunidade Quilombola Boca do Rio, no município de Candeias, Bahia. Entre as denúncias, restrição ao direito de ir e vir (falta de acesso à mata e aos manguezais), de intimidações com ataques químicos, dificuldade de acesso a transporte público, falta de acesso a políticas sociais e invasão e depredação do território tradicional.

A comunidade alega ter título de propriedade sobre uma parcela da área, mas, ainda assim, empresas que usam parte do território estariam restringindo, por meio de portarias com segurança privada, o acesso dos quilombolas e pescadores à mata e aos mangues, comprometendo a subsistência das famílias, que vivem da pesca e da coleta de frutos.

Além disso, a Comunidade Boca do Rio relata ter sido surpreendida com o início das obras de construção do complexo portuário pela empresa Bahia Terminais S/A, ocasionando devastação de mata atlântica, manguezais, terraplanagem de morros, aterro sobre o mar e destruição de rios e fontes d'água. Em nenhum momento as famílias teriam sido ouvidas. A Justiça cassou as licenças ambientais e determinou a paralisação da obra sob multa diária de R\$ 230 mil para o caso de descumprimento. Ainda assim, a comunidade informou à CDHM a continuidade das obras no dia 25 de março.

A Fundação Cultural Palmares reconheceu a autodefinição da comunidade como quilombola, em novembro de 2020. Segue agora pendente o processo de regularização no Incra.

Os povos quilombolas têm seu modo de viver consagrado como direito fundamental e patrimônio cultural brasileiro e seus direitos territoriais devem ser resguardados e garantidos pelo Estado para que possam viver com dignidade, segundo a Constituição Federal. “Assim, preocupado com a segurança e a integridade física e cultural das famílias do Quilombo Boca do Rio, solicito a Vossa Excelência providências para que sejam apuradas as denúncias”, solicita o presidente da CDHM, Carlos Veras, em ofício encaminhado ao subprocurador-Geral da República Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho.

Mariana Sacramento

13.3. Alimentos para comunidade Quilombola em Pernambuco

A Presidência da CDHM recebeu solicitação da coordenação-geral da Associação Quilombola Borda do Lago Negros de Betinho (AQBLANB), no município de Petrolândia, em Pernambuco, para atuar na inclusão da comunidade na lista de recebimento de cestas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Segundo as informações, transmitidas à CDHM pela AQBLANB, a CONAB de Recife teria iniciado a distribuição de cestas de alimentos na região de Petrolândia, mas a associação não estaria contemplada.

Preocupado com a subsistência e a saúde das famílias quilombolas, e considerando as atribuições da CDHM de fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos, o presidente da comissão, Carlos Veras, oficiou a CONAB, em caráter de urgência, solicitando providências para assegurar o serviço de entrega de alimentos à comunidade.

A solicitação de inclusão das famílias quilombolas na lista de distribuição de alimentos também foi encaminhada à CONAB Recife e à Fundação Palmares.

13.4. Comissão debate direitos dos pescadores artesanais

Foto Câmara dos Deputados



A CDHM debateu no dia 24 de novembro, em audiência pública, as dificuldades enfrentadas por pescadores artesanais no Brasil.

Representantes dos trabalhadores da pesca narraram as dificuldades vivenciadas para ter acesso a direitos previdenciários e manifestaram preocupação com o recadastramento dos profissionais já em curso. Eles argumentam que não foram ouvidos a respeito da metodologia e que a opção por realização de atualização digital desconsidera dificuldades regionais e de acesso à internet.

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), afirmou que o argumento de coibir fraudes não pode ser utilizado para desconsiderar as enormes desigualdades brasileiras de acesso à internet. “Pescadores e pescadoras artesanais contribuem com a segurança alimentar no país e ajudam a preservar o planeta, as florestas e a natureza. O grito de vocês não pode ficar restrito aos seus territórios, o Brasil precisa ouvir”, reforçou.

Para o deputado Joseildo Ramos (PT/BA), o cadastramento, da maneira que vem sendo realizado, nega os direitos desses trabalhadores. O parlamentar apontou que o atendimento na base deveria ser priorizado. “Qual o acesso que os pescadores têm, nesse imenso território nacional, a internet de qualidade para que, no tempo certo, possam fazer o cadastramento?”, questionou.

Florivaldo Mota, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), explicou que entre as principais reivindicações dos pescadores estão a necessidade de diálogo por parte do INSS e a questão das regras para o cadastramento. “Ele [o governo] não quis saber se o pescador que mora lá na Amazônia, que precisa de quatro, cinco horas de barco para chegar em uma cidade que tem internet, vai ter condição de fazer. Nós não somos contra o cadastramento, somos contra o modelo que o governo está impondo. Pescadores de todo o Brasil não vão conseguir fazer até a data prevista”.

Ormezita Barbosa, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), relatou que os representantes dos pescadores não conseguiram ser ouvidos pelo INSS e pediu apoio para o PL 131/2020, que trata do reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras. A proposta teria como objetivo garantir a essas comunidades a concretização e efetivação de seus direitos individuais, coletivos e difusos de natureza econômica, social, cultural e ambiental, compreendendo a proteção e promoção de seus modos de criar, fazer e viver.

“Pescadores e pescadoras artesanais são guardiões das águas e das terras, é preciso olhar para esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras como quem produz alimento, como quem gera vida”, reforçou Ormezita, citando que atualmente são cerca de 1 milhão e meio de pescadores e que um censo efetivo pode chegar a número muito maior.

Wilson Rocha Fernandes Assis, procurador da República, representante da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, argumentou que o racismo estrutural existente no Brasil impacta esses trabalhadores. “É racismo que a gente criminalize determinados modos de vida”, apontou.

TRANSITORIEDADE PERMANENTE

O procurador explicou que o desconhecimento das especificidades da atividade profissional, da sazonalidade das atividades ainda leva a leituras equivocadas sobre benefícios e direitos garantidos por lei a esses profissionais. “No Brasil eles vivem uma situação de transitoriedade permanente. O Estado constantemente adia o reconhecimento dos direitos dessas comunidades. Uma transitoriedade que acaba se estabelecendo como permanente, colocando-os em uma situação de permanente vulnerabilidade”, citou, usando conceito da pesquisadora Raquel Rolnik.

“Existe no mundo, segundo essa pesquisadora, uma crise global de insegurança das posses em razão do capitalismo hegemônico, que não respeita direitos humanos, que coloca o lucro acima da vida das pessoas. E a gente vê as posses de povos e comunidades tradicionais no Brasil e no mundo constantemente ameaçadas”, acrescentou Wilson, defendendo que a mobilização social e a articulação entre diferentes setores é fundamental para garantir os direitos dos pescadores artesanais.

REPRESENTANTE DO GOVERNO

Natali Piccolo, diretora do Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), explicou que o plano de transformação digital do governo federal tem o propósito de garantir a oportunidade de acesso aos serviços públicos por meio de plataformas digitais. Com isso, haveria uma redução de custos, uma base de dados mais eficiente e a promoção do acesso a serviços independentemente de uma estrutura pública federal na ponta. Segundo ela, é uma busca de otimizar o oferecimento do serviço ao público.

“Antes os pescadores precisavam se mover à superintendência para resolver os seus problemas, e agora nós estamos passando por um procedimento tanto de dar acesso por meio do peticionamento eletrônico, bem como acessar o cadastro on-line”, explicou.

13.5. Presidente do INSS se compromete a criar força-tarefa para analisar solicitações dos pescadores

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), e representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) apresentaram no dia 25 de novembro demandas previdenciárias das pescadoras e dos pescadores artesanais de todo o Brasil ao presidente do INSS, João Carlos Oliveira.

A agenda com o presidente do INSS foi uma das demandas apresentadas pelos representantes dos pescadores artesanais em audiência pública da CDHM realizada no dia 24 de novembro.

Como resultado do encontro foi encaminhada a criação de uma força-tarefa para analisar pedidos de benefícios, como seguro-defeso e licenças médicas, represados e indeferidos, visto que milhares de trabalhadoras e trabalhadores vêm encontrando dificuldade para acessar direitos. Além disso, foi apontada a necessidade de capacitação e da contratação de mais servidoras e servidores para o instituto.



Kenzo Jucá - Instituto Socioambiental (ISA) - Audiência Pública Observatório Parlamentar da RPU
Meio ambiente e mudanças climáticas - Foto: Câmara dos Deputados

14. MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

14.1 Observatório Parlamentar da RPU debate meio ambiente e mudanças climáticas

O Observatório Parlamentar da RPU realizou no dia 27 de outubro audiência pública com o objetivo de verificar o cumprimento pelo Brasil de duas recomendações relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas: esforços de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima no que diz respeito à redução do desmatamento na região amazônica (Etiópia) e assegurar que atividades econômicas considerem o respeito ao meio ambiente e à biodiversidade (Vaticano).

A RPU é um mecanismo no qual os 193 países membros da ONU se avaliam mutuamente e fazem recomendações com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos.

A audiência foi a 21ª realizada pelo Observatório Parlamentar da RPU, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Nações Unidas que tem como objetivo avaliar o cumprimento das mais de 240 recomendações aceitas pelo Brasil no último ciclo da Revisão, iniciado em 2017.

RETROCESSOS

Renata Camargo, especialista em Política Climática do WWF Brasil, apontou a desconstrução das metas de redução de desmatamento dentro da política nacional levadas para o acordo de Paris. “O Brasil está hoje entre os quatro maiores emissores históricos de carbono do mundo, entre os seis emissores anuais, e a grande causa das emissões é o desmatamento descontrolado”, disse.

“A gente chegou agora num estado de total retrocesso, em que a gente tem novamente um cenário de desmatamento descontrolado e descontrole das emissões”, complementou a especialista, destacando que a revisão feita pelo Brasil permite mais emissão e coloca o Brasil entre os maiores emissores do G20. “A gente chegou em 2020 e a meta não só não foi cumprida como a gente chegou com uma proporção de desmatamento 176% maior acima do previsto”, disse.

Renata também citou preocupação com o PL 1539/2021, que criaria falsas soluções por não apresentar base de cálculo confiável e poderia levar ao aumento de emissão de gases de efeito estufa. A especialista argumentou que é possível reduzir essa emissão com políticas efetivas e vontade política e que isso ainda melhoraria a renda dos brasileiros e reduziria o desemprego. “Quando a gente fala de mudanças climáticas, a gente está falando de vidas. A crise climática é uma crise de direitos humanos”.

REDUÇÃO POSSÍVEL

Ritaumaria Pereira, Diretora-Executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), destacou que entre 2004 e 2012 o Brasil mostrou que é possível reduzir o desmatamento por meio de políticas em diferentes áreas, como a moratória da soja, fiscalização eficiente, acordos com frigoríficos. “A gente percebeu que essas ações trouxeram resultados positivos na luta contra o desmatamento, e que é possível reduzir e chegar ao desmatamento zero”.

“Há a possibilidade de aumentar a produtividade sem a necessidade de desmatar nenhuma árvore sequer”, defendeu, citando que a pecuária é hoje a principal atividade responsável pelo desmatamento.

“A gente vê que após 12 anos de acordos, apenas 50% dos frigoríficos assinaram os acordos com o MPF. A gente está falando de uma cadeia produtiva que não é rastreável”, citou, afirmando que a falta de fiscalização específica contribui para atividades ilegais como a grilagem e invasão de terras de áreas protegidas e que a expectativa de futuras anistias desencadeadas por propostas legislativas aumenta as ações ilegais.

OBSERVATÓRIO DO MEIO AMBIENTE

Lívia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, lembrou que em fins de 2020, foi construído o Observatório do Meio-Ambiente e a partir de então o CNJ trabalha com mais afinco na gestão dessa política judiciária ambiental, e mencionou a aprovação de resolução da política judiciária ambiental, ainda não publicada, de vanguarda, um normativo dedicado à capacitação dos magistrados e servidores na temática ambiental, com pontos de grande relevo, como a consulta prévia livre e informada da Convenção 169 da OIT.

“O que está ao alcance do Conselho Nacional de Justiça, enquanto comandante da gestão estratégica do Poder Judiciário, para essa temática, para que se dê uma resposta mais rápida e efetiva para as demandas que são judicializadas, está sendo feito”, disse.

LIMITES NECESSÁRIOS

Gustavo Luedemann, técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Economia Aplicada (IPEA), enfatizou a necessidade de se cumprir a lei quanto às relações entre economia e bens ambientais. “Nós precisamos entender que essa economia que paga alguma coisa por um bem ambiental existe por conta de reconhecer a escassez. A gente precisa entender e enfrentar que algumas políticas são restritivas, sim. O ambiente impõe restrições. Invadir áreas indígenas para retirar madeira é um exemplo de como existe uma dificuldade cultural de se entender o que é um limite”, comentou.

Para ele, é preciso enfrentar limites também no caso das emissões. Segundo Luedemann, as proposições legislativas em tramitação parecem não levar em conta que, quando se fala em mercado de carbono, não é somente receber, é

preciso criar a demanda. “De onde vem a demanda? Da restrição. E é da restrição que vem a necessidade de alguém pagar por um serviço ambiental”, finalizou.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório Preliminar apontou retrocesso no cumprimento das duas recomendações analisadas. Sobre a Recomendação 55, da Etiópia, para dar continuidade aos esforços de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima no que diz respeito à redução do desmatamento na região amazônica, o documento aponta que a descontinuidade do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e mudanças infralegais levaram à inexistência de ações claras para enfrentamento do desmatamento na Amazônia legal.

Destaca ainda o enfraquecimento do próprio objetivo de redução do desmatamento para as próximas décadas. Esse enfraquecimento pode ser constatado inequivocamente ao se comparar a primeira e a segunda versões da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira submetidas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Ao analisar o cumprimento da recomendação do Vaticano (226) para assegurar que atividades econômicas levem em consideração os direitos dos povos indígenas e o respeito ao meio-ambiente e à biodiversidade, o relatório reforça recrudescimento da atividade ilegal dentro das terras indígenas, o que originou a necessidade de intervenção do STF para garantir o direito básico à segurança. O documento ainda cita como problemáticas as iniciativas de mudança da legislação indigenista com potencial para levar agricultura, pecuária e mineração em larga escala para as terras demarcadas.

14.2. Presidente da CDHM participa da COP 26

Uma das mais importantes pautas da COP foi a urgência em neutralizar a emissão de gases poluentes para controlar o aquecimento global, com o objetivo de garantir a vida humana sobre a Terra. Foi nesse contexto que o parlamentar percebeu a necessidade de levar esse debate para as escolas brasileiras, apresentando o PL 3950/2021, que prevê a inclusão de conteúdo sobre mudanças climáticas nos currículos da educação básica. A proposta foi protocolada no dia 9 de novembro.

Veras reforçou que o cumprimento de metas que assegurem um futuro sustentável passa pela conscientização das novas gerações sobre a importância de transformar as formas como a sociedade interage com o meio ambiente.

O parlamentar apontou que educadores de vários países destacaram a necessidade de incluir o conteúdo no currículo escolar e que a Itália já está um passo à frente, por ter tornado o conteúdo sobre as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável obrigatório já em 2020.

“O Brasil não pode ficar de fora desse processo. A importância de o país liderar esse tema é um posicionamento já

consolidado por grandes líderes mundiais, uma vez que a Amazônia brasileira representa mais de 60% do total da floresta de todo o globo”, disse.

A agenda na Conferência incluiu encontros com lideranças políticas e defensores dos direitos humanos de inúmeros países, parlamentares brasileiros, além de movimentos sociais e centrais sindicais que desenvolvem ações e programas em defesa do meio ambiente e da vida. “Defender o controle climático tem tudo a ver com o combate à fome e à desigualdade no Brasil e no mundo. É a sobrevivência da espécie humana que está em jogo”, apontou o parlamentar em suas redes sociais.

Veras participou também de grande ato por justiça climática na cidade de Glasgow e assinou a carta “Climate Education Now”, construída por jovens ativistas que cobram maior compromisso dos líderes mundiais no controle da crise climática. “Não há justiça climática sem democracia”, afirmou na ocasião.

Veras reforçou a importância do compromisso efetivo do Estado brasileiro com as metas de redução de gases e a importância dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos agricultores familiares para o cuidado com o planeta. “Para cumprir a promessa de reduzir em 50% as emissões de gases poluentes, o governo brasileiro deve começar a combater o desmatamento da Amazônia”, comentou.

“Voltamos agora ao Brasil com mais força, com mais energia, com mais experiência na bagagem para poder continuar a luta em defesa dos direitos humanos, em defesa do planeta, em defesa da vida humana, em defesa da população brasileira”, disse Veras, antecipando a necessidade de realização de audiência pública para debater a relação entre mudanças climáticas e violação de direitos humanos com a sociedade civil.

Mais de 190 líderes mundiais participaram da COP 26, que é realizada desde 1995 com o objetivo de debater medidas para enfrentar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas e avaliar o cumprimento pelos países do acordo de Paris, realizado em 2015, um marco nas negociações internacionais sobre o clima.

14.3. Seminário mostra a relação entre as mudanças climáticas e a garantia de direitos humanos na Amazônia

Foto Ascom mandato Vivi Reis (PSOL/PA)



A CDHM, representada pela deputada Vivi Reis (PSOL/PA), 3ª vice-presidente do colegiado, realizou no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o seminário Mudanças Climáticas, Direitos Humanos e Amazônia, no auditório João Batista, da Assembleia Legislativa do Pará, em Belém.

A data não poderia ser mais significativa, como apontou Vivi Reis. "Hoje não podemos debater direitos humanos sem falar em Amazônia, sem falar em meio ambiente e sem falar em território. É preciso colocar com centralidade o debate dos povos indígenas, dos ribeirinhos, dos agricultores, dos quilombolas, dos defensores e defensoras de direitos humanos e do povo das periferias dos grandes centros da região", afirmou a deputada na abertura do seminário.

O seminário reuniu representantes de instituições públicas, movimentos e organizações não governamentais ligados à defesa dos Direitos Humanos e do meio ambiente, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Unipop, Greenpeace, Ministério Público Estadual, OAB-PA, Movimento Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros.

O seminário foi aberto com uma apresentação do pesquisador Guilherme Carvalho. Ele falou sobre os erros do processo de desenvolvimento da Amazônia e mostrou que a degradação do ambiente é parte do projeto que resulta no enriquecimento do norte global. “Nos anos 1990, um relatório que vazou do Banco Mundial dizia que era preciso levar a produção industrial suja dos países mais ricos para o terceiro mundo”, contou, acrescentando que a estratégia era levar os riscos para países onde os problemas sociais e econômicos já fossem grandes os suficientes a ponto de diluir os impactos das atividades poluidoras. “Hoje, quando eu olho para Barcarena, vejo essa proposta em execução”, afirmou.

Sobre a explosão no armazém da mineradora francesa, na qual produtos químicos pegaram fogo e liberaram uma fumaça tóxica na noite do dia 6 de dezembro Carvalho apontou que “só a Imerys esteve envolvida em nove crimes ambientais, mas nenhuma atitude é tomada, como a suspensão de atividades, proibição de acesso a recursos públicos, financiamentos, isenções fiscais, tributárias”, afirmou.

Para Vivi Reis, o seminário trouxe elementos muito importantes para discussão e também sugestões que serão incorporadas às ações do mandato. “Um bom resumo de tudo o que foi debatido é que ficou ainda mais nítido que precisamos fortalecer o combate a essa política perversa na qual o lucro se sobrepõe à vida. Este é um dos primeiros encontros dessa construção permanente em defesa da Amazônia”, disse.

Com informações de Simone Romero, Ascom do mandato Vivi Reis.

14.4. Delegado detalha denúncias de crime ambiental contra Ricardo Salles; deputados governistas criticam investigação

O ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, detalhou, na Câmara dos Deputados, as denúncias de organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização por parte do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. As denúncias constam de notícia-crime que o delegado enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 14 de abril. Saraiva participou, na segunda-feira dia 26 de abril, de audiência pública conjunta das Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos.

Alexandre Saraiva explicou que os supostos crimes de Ricardo Salles ocorreram após a Operação Handroanthus, da Polícia Federal, apreender 213 mil metros cúbicos de madeira ilegal na divisa entre Amazonas e Pará, no fim do ano passado. A investigação apontou desmatamento ilegal, grilagem de terra, fraude em escrituras e exploração madeireira em áreas de preservação permanente. Saraiva foi exonerado da superintendência do Amazonas um dia após enviar a notícia-crime para o STF. O delegado relatou aos deputados a atuação do ministro Ricardo Salles em prol de quem chamou de “criminosos ambientais”.

“O senhor Ministro deu várias entrevistas criticando a operação, mas não ficou só no discurso. Ele foi até a área e fez uma pseudoperícia de 40 mil toras: ele olhou duas e disse que, em princípio, estava tudo certinho e que as pessoas apresentaram escrituras”, disse o delegado. Segundo Saraiva, porém, não apareceram os donos de mais de

70% da madeira apreendida. "Se ninguém reivindicou, como é que o ministro pode dizer que está tudo certo e a investigação da Polícia Federal está errada?", questiona.

O delegado afirma que o ministro recebeu da divisão de meio ambiente da Polícia Federal todos os laudos periciais e que a principal empresa que atua na região já recebeu mais de 20 multas do Ibama, somando aproximadamente R\$ 9 milhões. "O senhor ministro fez uma inversão: tornou legítima a ação dos criminosos e não a dos agentes públicos."

A participação de Salles na tentativa de legalizar supostas irregularidades teria sido a gota d'água para a notícia-crime, segundo o delegado Alexandre Saraiva. Ele contou que a Polícia Federal vinha solicitando, desde dezembro, acesso ao processo administrativo do órgão ambiental do Pará. Segundo Saraiva, eles começaram a trabalhar assim que os documentos foram reunidos em Santarém, pois Salles teria indicado prazo de uma semana para a conclusão das perícias. "Quando eu vi o conjunto de documentos, que foi uma reunião organizada – ou, pelo menos, com a participação direta do ministro do Meio Ambiente – e que se tornou uma fraude que buscava iludir a autoridade policial, eu entendi correto encaminhar notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal."

SANDERSON IDENTIFICOU "ARROGÂNCIA E PREPOTÊNCIA" EM DELEGADO

Houve tumulto e bate-boca durante a audiência. Desde o início, deputados governistas tentaram impedir o depoimento do delegado, sob o argumento de que as Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos não tratam de questões ambientais nem criminais. Vice-líder do governo, o deputado Sanderson (PSL-RS) identificou "arrogância e prepotência" em Alexandre Saraiva, e avalia que o espaço ocupado pelo delegado na mídia quanto a esse caso tem "ultrapassado" o comportamento de um agente administrativo e o coloca sob risco de demissão da Polícia Federal.

"O delegado Saraiva não fala pela Polícia Federal. Se tiver que fazer representação ao Ministério Público, ao ministro da Justiça e ao corregedor da Polícia Federal, nós a faremos, porque ninguém é maior do que a Polícia Federal dentro da Polícia Federal", disse o deputado.

Outros governistas questionaram o fato de o então superintendente conduzir inquéritos na Polícia Federal, o que seria atribuição apenas dos demais delegados. Também alegaram falta de competência legal para a superintendência do Amazonas atuar em áreas do Pará.

O líder do PSL, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que Ricardo Salles só atuou no caso da apreensão de madeira para atender apelos de autoridades que se queixavam de desrespeito ao devido processo legal e ao direito da ampla defesa durante a investigação.

Já o vice-líder da Oposição, deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e um dos autores do requerimento de audiência pública, classificou o caso de "gravíssimo" a ponto de justificar a demissão do ministro. "Nós estamos aqui vivendo um

dos mais graves crimes ambientais praticados em todos os tempos no Brasil pelo ministro do Meio Ambiente. Ele quis proteger bandidos. O ministro do Meio Ambiente perdeu todas as condições de exercício do cargo por prática de crime ambiental”, afirmou.

Na mesma linha, o vice-líder da Minoria, deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), avalia que atuação do ministro Ricardo Salles mostra complacência com o desmonte da fiscalização ambiental e com a grilagem para posterior regularização fundiária. Isso, segundo Capiberibe, estaria bem distante dos compromissos de combate ao desmatamento e de neutralidade climática que o presidente Jair Bolsonaro apresentou em recente reunião de cúpula sobre o clima.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

14.5. Cármen Lúcia autoriza abertura de inquérito contra Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

Em 2 de junho, a Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu a solicitação do PGR Augusto Aras e autorizou abertura de inquérito contra Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, por suposta tentativa de atrapalhar a apuração sobre a maior apreensão de madeira do Brasil, feita na Operação Handroanthus.

A notícia-crime que fundamentou o pedido de Aras foi protocolada pelo delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, então superintendente da PF no Amazonas, afirmando que Salles dificultara a fiscalização ambiental e patrocinara interesses privados na apreensão de madeira ilegal no Pará. Uma semana depois, o governo nomeou outro delegado para o posto.

Carmen Lúcia deu prazo de 30 dias para que as investigações sejam realizadas e também autorizou as diligências propostas pela PGR, como obter depoimento de Salles, de proprietários rurais e agentes de fiscalização do Ibama e do Departamento de Polícia Federal relacionados à Operação Handroanthus.

Na decisão, a ministra também determinou que a Procuradoria Geral da República se manifestasse com urgência sobre a situação de Eduardo Bim, presidente afastado do Ibama, que não estaria incluído no pedido feito ao STF pela instituição. Em resposta, a PGR informou que o pedido de abertura de inquérito envolvia Salles, Bim e outros agentes que venham a ser identificados durante as investigações.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA CDHM

Além da audiência conjunta da CDHM com a CLP em 2021, outras ações foram adotadas.

Em abril de 2020, o então Presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), enviou Requerimento de Informações ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre normas do IBAMA para exportação de madeira e a disponibilidade de recursos para operações de fiscalização ambiental para combater a exploração ilegal de madeira, garimpo,

desmatamento e grilagem em áreas de proteção ambiental e em terras indígenas, entre outras informações.

Em outubro de 2020, a CDHM expediu ofícios, por solicitação da Deputada Érika Kokay (PT/DF), ao Ministério do Meio Ambiente e ao MPF sobre a denúncia de desmonte da Comissão de Ética do Ministério do Meio Ambiente. O caso foi encaminhado pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF à Procuradoria da República no DF.

Segundo a denúncia, o Coordenador Geral de Apoio Administrativo do Gabinete do Ministro do Meio Ambiente acessou e excluiu as minutas das portarias de designação de servidores efetivos para a Comissão de Ética, sem expor justificativa para o ato, o que poderia caracterizar violação ao princípio constitucional da transparência.



Iury Charles Paulino Bezerra (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) - Audiência Pública do Observatório Parlamentar da RPU - Rompimento de Barragens - Foto: Câmara dos Deputados

15. BARRAGENS E MINERAÇÃO

15.1. Rompimento de barragem no Maranhão

A presidência da CDHM enviou, no dia 16 de abril, ofício ao Subprocurador-Geral da República Juliano Baiocchi, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, solicitando informações e providências sobre a situação em Godofredo Viana, no Maranhão.

A denúncia, transmitida à CDHM pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), afirma que o rompimento da Lagoa do Pirocaua, no dia 25 de março, teria causado contaminação do rio Tromaí e de manguezais e a destruição da estação de água do Distrito de Aurizona.

Segundo o MAB, a região onde moram mais de 4 mil pessoas conta com importantes lagos, rios, reservas extrativistas, manguezais e florestas. O movimento também denunciou que desde 2010, quando a empresa instalou no local um dos cinco maiores projetos de extração de ouro do Brasil, constantes explosões de dinamites ocasionam rachaduras e comprometem as estruturas das casas na região.

O requerimento do Deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), apresentado à CDHM com a denúncia, informa também que desde o rompimento no dia 25 de março e a consequente destruição da estação de tratamento de água do distrito, a empresa Equinox Gold, responsável pela barragem, ainda não teria regularizado o abastecimento de água para os atingidos, deixando-os expostos à contaminação. A falta de acesso à água potável reportada ocorre em meio à pandemia da Covid-19, quando os cuidados com higiene são essenciais para salvar vidas.

Além de barragem, a mina possui pilhas de estéril (material descartado na atividade de mineração), que chegariam a 30 metros de altura, se aproximando das casas da comunidade. Notícia do Brasil de Fato informa que, em 2018, o deslizamento de pilhas de estéril bloqueou a estrada de acesso à comunidade e atingiu uma região de mangue e de igarapés; e, em 2014, teria vazado um material da área de lavra, ocasionando a mortandade de peixes.

A reportagem aponta também graves problemas no monitoramento e no licenciamento da barragem e indica que parte do Plano de Ações Emergenciais está pendente de cumprimento.

A Agência Nacional de Mineração, contudo, informa que não houve rompimento da barragem e que o alagamento da região decorreu devido a chuvas intensas e ao transbordamento da Lagoa do Pirocaua.

Notícia veiculada no portal de notícias R7 também atribui às fortes chuvas o transbordamento de uma lagoa administrada pela mineradora. De acordo com a reportagem, a grande quantidade de lama provocou a interdição da estrada que dá acesso à comunidade, e o rio que corta a região ficou com coloração alterada. A matéria também registrou a reivindicação emergencial das famílias de fornecimento de água potável, de reforma da estrada e de imediato conserto da Estação de Tratamento.

A presidência da CDHM solicitou que sejam apuradas as denúncias de irregularidades no licenciamento e na fiscalização/monitoramento da barragem; de impactos ambientais da atividade de mineração nos lagos, rios e manguezais, especialmente quanto à qualidade da água; e de impactos nas estruturas das casas da comunidade.

“É fundamental a apuração das denúncias, bem como assegurar que o funcionamento da mina não resulte em violações aos direitos fundamentais das 4 mil pessoas que residem na região”, destacou o presidente da CDHM, Carlos Veras.

15.2. Violações cometidas pela Fundação Renova são debatidas em audiência pública da CDHM

A CDHM debateu, em 9 de junho, as violações cometidas pela Fundação Renova, entidade sem fins lucrativos criada a partir de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton para promover a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015, em Minas Gerais, que causou a morte de 19 pessoas e a destruição de distritos.

O termo inclui 42 programas, que se desdobram em diversos projetos de longo prazo, em execução em 670 quilômetros de área impactada pelo rompimento da barragem do Fundão ao longo do rio Doce e afluentes.

“A Fundação Renova, convidada para a audiência de hoje, comunicou que não participará, informando que vem cumprindo suas obrigações, e que suas manifestações ocorrem nos autos do processo judicial. Nós lamentamos profundamente essa negativa, que consideramos um desprestígio ao Poder Legislativo e ao debate público”, afirmou o Presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE).

O MPMG entrou com uma ação na Justiça requerendo intervenção e extinção da instituição, alegando que a Fundação não estaria cumprindo parte do acordo feito com o Município de Mariana e o Distrito Monsenhor Horta em relação à população atingida. Segundo o relatório do MP, há “grave desvio de finalidade na utilização de recursos da Fundação”. O órgão questionou, entre outras condutas, o alto salário de diretores da Fundação e os altos gastos com propagandas.

“O mesmo descaso que teve e que tem com os atingidos, desafiando o próprio Ministério Público, ela (Fundação Renova) faz com o Congresso, com a Câmara Federal. Esse é o comportamento”, apontou o deputado Padre João (PT/MG), autor do requerimento para a audiência pública.

Para Gabriel Pereira Mendonça, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, o grande problema é que, apesar da previsão estatutária de independência e autonomia frente às mantenedoras Vale, BHP e Samarco, isso não se reflete na prática da atuação da Fundação Renova. “Nós vemos uma total subordinação”, disse, apontando o que motivou a ação de extinção da Fundação.

“Nós temos encontrado uma grande dificuldade de independência, autonomia e transparência por parte da Fundação Renova, inoperância e incapacidade de cumprir toda a sua obrigação de reparação e repactuação desses

danos”, afirmou o promotor de justiça.

“O que a gente está verificando é o sofrimento dessas pessoas, o sentimento de desesperança, de abandono, a invisibilidade, as pessoas esquecidas pelo caminho, principalmente as mais simples, porque não têm nenhum tipo de apoio técnico. A assessoria técnica é um direito que consta da política estadual de atingidos por barragem, e infelizmente até hoje não implementado”, contou Paulo Cesar Vicente de Lima, Promotor de Justiça e Coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais, acrescentando que a assessoria técnica só teria sido implementada em três regiões. O promotor informou que foram realizadas em 2021 diversas reuniões com especialistas e 13 reuniões com mais de 700 atingidos de 25 comunidades.

POUCA EFETIVIDADE NA REPARAÇÃO

Flávia Cristina Tavares Torres, Procuradora do Ministério Público Federal, afirmou que a ausência da Fundação Renova na audiência é semelhante à sua atuação nos territórios, devido à pouca efetividade nas medidas reparatórias.

“A gente precisa que a sociedade não se esqueça do que aconteceu. As pessoas costumam se lembrar apenas do dia do desastre e lamentar o que ocorreu e se esquecem que os impactos desses atos estão sendo sentidos pelas pessoas atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce há quase seis anos”, reforçou.

Mariana Sobral, Defensora Pública do Espírito Santo, destacou a luta pelo reconhecimento do impacto do rompimento também em seu estado. Segundo a defensora, até hoje as empresas e a Fundação Renova não reconhecem o litoral capixaba como atingido pelo desastre. “A gente teve que fazer um trabalho, inclusive, de mostrar ao poder público municipal que eles eram atingidos. A gente tem uma quantidade de pessoas muito grande que ainda espera uma resposta da Fundação Renova”, contou.

“Atitudes valem muito mais do que palavras. E a atitude da Fundação Renova de não estar aqui, mostra o que ela tem feito nesses cinco anos. O grande erro desse processo todo de reparação foi a privatização do desastre, que trouxe uma entidade de direito privado para dentro do processo”, acrescentou a defensora.

Para Mariana, é preciso verificar o que a Fundação Renova trouxe em termos concretos para a população atingida. A defensora demonstrou preocupação com acordos realizados durante o período de pandemia, com quitações gerais, irrestritas, amplas, dando segurança jurídica à empresa, em um momento que as pessoas precisam de recursos. “Quem tem fome, tem pressa”, declarou.

Destacou também preocupação com a situação de mulheres atingidas, que em termos percentuais estariam sendo menos contempladas com benefícios socioeconômicos. “Mais uma vez se retira da mulher a sua autonomia econômica e financeira”.

“É diferente de Brumadinho, os atingidos e as atingidas do Rio Doce estão morrendo aos poucos”, complementou a defensora.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA DA FUNDAÇÃO RENOVA

A falta de transparência da entidade também foi destacada pela Defensora Pública Carolina Morishita, do Núcleo de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise da Defensoria Pública de Minas Gerais. “Muitas vezes ofícios que trazem perguntas objetivas, práticas, são respondidos com dezenas e às vezes centenas de folhas de informações imprecisas, que trazem dados diversos do questionado, e uma impossibilidade de aferição do que realmente tem sido realizado”, afirmou, sobre a enorme dificuldade encontrada inclusive por instituições de justiça para ter acesso a informações.

“O primeiro direito de todas as pessoas, sejam das pessoas atingidas pelo rompimento ou em qualquer outra situação, é o direito à informação. Só assim conseguem tomar a melhor decisão de qual caminho elas vão seguir, qual é a melhor reparação para elas”, disse.

“Ouvir as pessoas atingidas é uma forma de compreender como depois de cinco anos e sete meses, as pessoas se veem sem alternativa, em um cenário em que se sentem obrigadas a seguir um único caminho, por não terem acesso a outras vias de informação ou de asseguramento dos seus direitos”, apontou a defensora, reforçando a importância das assessorias técnicas para a compreensão dos processos pelos atingidos.

Verônica Viana, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), elencou pontos para visibilizar práticas institucionais de violações de direitos humanos por parte da Renova, como a dependência minerária da Entidade que se manifesta no quadro de profissionais, mas também no fato de que a Fundação se nega desde o início da judicialização a apresentar informações a toda governança. Verônica apontou que a falta de critérios e objetivos claros para a condução da reparação e a inexistência de informações adequadas, estaria causando confusão e insegurança nos territórios, abrindo espaço para cooptação de lideranças.

Veronica também destacou o gasto de 17,4 milhões de reais pela Fundação Renova em 2020 em propagandas de autopromoção e a ineficiência dos programas: em quase seis anos, nenhuma comunidade foi reassentada, 34% das famílias cadastradas foram indenizadas, centenas de cancelamentos unilaterais, casas reformadas quatro, cinco vezes por falhas nos projetos. “Os últimos pontos dizem sobre a criminalização dos atingidos, a morosidade do processo reparatório. A gente deixa aqui a afirmação da importância das assessorias técnicas para que os atingidos consigam, de fato, construir o processo reparatório a partir de sua centralidade”, disse Verônica.

“Nós temos observado em Mariana uma tendência à individualização, que tem gerado espaço para essas inúmeras violações e práticas abusivas da Fundação Renova. O caminho tem que ser da construção coletiva, ouvindo as pessoas atingidas. É a partir da realidade da pessoa atingida que é possível compreender de que forma ela vai ser melhor reparada”, afirmou Caromi Oseas, da Cáritas Regional Minas, destacando que a pandemia agravou as violações, e que, mais do que acordos milagrosos, é fundamental garantir o acesso a serviços, como a água, a comunicação, pois as famílias não conseguem acessar a defensoria, a justiça, por não terem acesso à internet.

Verber Souza, da Cáritas Regional Minas, destacou problemas na fase de negociação em Mariana, apontando que a autonomia metodológica da Fundação Renova foi utilizada de forma abusiva, com definição de critérios indenizatórios que nunca foram publicizados. “As famílias atingidas participavam do espaço de negociação sem sequer saber quais seriam os critérios que iriam ser considerados naquele espaço”, disse.

Segundo Verber, a Fundação Renova utilizava um processo de cadastramento diferente do realizado pela assessoria técnica. “A Fundação Renova não tem compromisso algum com o procedimento, isso leva a negociações que duram muito mais do que o teto estabelecido no TTAC”, conta.

“As famílias têm que aceitar tudo ou nada, a gente está falando de pessoas que estão há seis anos aguardando esse processo. Existe um universo de pessoas que não têm sido reconhecidas, que recebem uma carta por correio falando que elas não são elegíveis. Eu queria trazer o que a gente observou da fase de negociação extrajudicial e desse modelo que tem sido adotado como alternativa e que nos parece bastante perigoso nesse contexto”, completou.

“A gente está falando da vida de milhares de pessoas, são dois estados que tiveram a vida completamente revirada. E que esperam e dependiam do trabalho de uma fundação que foi criada única e exclusivamente para executar as ações de reparação causadas por esse crime: o rompimento, causado pela irresponsabilidade da Vale, da Samarco, da BHP, e, posteriormente, a atuação da Fundação Renova tem sido a perpetuação de mais cenários de crime”, declarou Bianca de Jesus Souza, representante do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT).

A VIDA DEPOIS DA TRAGÉDIA E A ESPERA POR REPARAÇÃO

O morador de Tumiritinga José Pavuna Neto, representante dos atingidos, narrou as dificuldades enfrentadas e os receios vivenciados pela comunidade depois da tragédia: insegurança com a qualidade da água do Rio Doce e a possibilidade de contaminação dos alimentos produzidos pelos pequenos agricultores, vendidos inclusive no PNAE, programa que abastece escolas.

“Temos um monte de perguntas que não tem resposta. A água que a gente joga pra crescer a planta, a água crua, irrigada, a água do Rio Doce, que faz o milho crescer. Aí a gente colhe esse milho, vende para as pessoas comerem, produz leite. O metal pesado que estava na água crua passou para planta? Passou pro solo? A gente comendo a planta, a gente bebendo leite, passa para gente? São perguntas que a Renova não responde, as universidades não respondem, ninguém responde”, afirmou José, que é agricultor familiar e assentado da reforma agrária na comunidade de Cachoeirinha, que reúne 33 famílias que vivem na região há mais de 25 anos em cerca de 100 casas.

“As pessoas estão morrendo sem ver a sua casa, sem receber uma indenização. Não só os idosos, os jovens estão morrendo, sem perspectiva de vida, sem perspectiva de futuro. Estão falando de um acordo, esse acordo por acaso vai ter a participação dos atingidos? Ou vai fazer igual Brumadinho, entre o Governo e as empresas criminosas?”,

questionou Mônica dos Santos, representante dos atingidos de Bento Rodrigues. “O assassino cuida do cadáver, vai falar qual vai ser a pena”, desabafou durante a audiência.

A morosidade da entrega de casas também foi destacada por Mônica, a expectativa era de que seriam construídas 270 casas, mas até o momento apenas sete ficaram prontas, e os donos ainda não teriam aceso.

“Esses problemas estão se arrastando durante todos esses anos e a gente vê a falta de iniciativas para reparar tanto os danos ambientais quanto os danos à vida humana, a essas famílias que estão até hoje desassistidas”, destacou o deputado Helder Salomão (PT/ES), que realizou diligência à região e defendeu a continuidade da atuação da CDHM na situação até que as pessoas tenham acesso à reparação.

ATUAÇÃO DA CDHM

A CDHM vem atuando há anos no contexto do rompimento da barragem do Fundão e depois, de Brumadinho. Foram realizadas três audiências públicas: em maio de 2016, novembro de 2017 e em novembro de 2019. A CDHM também realizou duas diligências, a primeira em 2016 nos municípios de Minas Gerais e a outra, em 2019, nos territórios afetados do Espírito Santo.

Em 2016 a CDHM identificou desrespeito aos direitos à informação e à participação, ao trabalho e a padrão digno de vida, à moradia adequada, à educação, à saúde, à reparação por perdas, à cultura e aos modos de vida tradicionais. Também percebeu negativa de cadastramento de pessoas atingidas pelo desastre, impactos sobre a saúde dos atingidos, discriminação contra a mulher, prejuízo no abastecimento de água potável, indenização insuficiente das famílias afetadas e desmobilização e criminalização dos movimentos sociais.

Depois de nova diligência em 2019, a CDHM concluiu, em relatório do deputado Helder Salomão, presidente da Comissão na ocasião, que nenhuma das recomendações anteriores, seja da ONU, da Comissão Externa, ou da CDHM, foram cumpridas. Concluiu, ainda, que a Fundação Renova não vem cumprindo o objetivo de sua criação, protelando e criando dificuldades para o pagamento das indenizações e das reparações.

15.3. Pedido de que atingidos participem de Observatório Nacional

Os pedidos são desdobramento de audiência pública da CDHM sobre a atuação da Fundação Renova, de modo a contemplar os afetados ainda não registrados.

O Presidente da CDHM, deputado Carlos Veras, e os parlamentares Padre João (PT/MG) e Helder Salomão (PT/ES), solicitaram na sexta-feira (18/06), ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luiz Fux, e ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República Augusto Aras, a garantia de participação dos atingidos nos debates sobre Mariana e Brumadinho no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais,

Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.

A solicitação de garantia de participação também foi encaminhada à Coordenadora do Observatório, Maria Tereza Uille Gomes. No documento, os deputados pedem que os atingidos sejam ouvidos diretamente e que participem ativamente dos trabalhos do Observatório.

Eles enfatizaram a importância da contratação das assessorias técnicas nos territórios onde isso ainda não foi feito e a manutenção das assessorias já contratadas, além da reabertura do cadastro de atingidos, de modo a contemplar os afetados ainda não registrados.

Com o objetivo de subsidiar os trabalhos do Observatório Nacional no que diz respeito aos crimes cometidos em Mariana e Brumadinho e suas graves repercussões, foram encaminhadas notas taquigráficas das cinco audiências públicas realizadas pela CDHM relacionadas ao desastre: a primeira em maio de 2016, para avaliar o acordo sobre o rompimento da barragem de Mariana¹; outra em novembro de 2017, realizada de forma conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre os dois anos do desastre e seus impactos sociais²; uma ocorrida em maio de 2019, sobre aspectos econômicos e institucionais em Brumadinho³; uma quarta realizada em novembro de 2019, com o tema “Quatro anos do rompimento da barragem de Mariana: balanço das violações de direitos humanos⁴”; e a da audição que aconteceu no dia 9 de junho, para debater as violações praticadas pela Fundação Renova⁵.

A audiência pública contou com a participação de representantes dos Ministérios Público Federal e estaduais e das Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, de entidades da sociedade civil e dos atingidos. Os expositores denunciaram que a Fundação Renova tem sido inoperante e que há reiterado descumprimento dos acordos já firmados. A Fundação Renova, embora convidada, não compareceu.

Também foram encaminhados os relatórios das diligências realizadas pela CDHM, a primeira em 2016, a municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, com o objetivo de apurar violações de direitos humanos decorrentes do rompimento da barragem⁶, e o da visita de 2019 a municípios do Espírito Santo, para verificar a situação das populações atingidas pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana⁷.

1 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0492/16>

2 <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1795/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:00&sgFaseSessao=&Data=23/11/2017&txApelido=DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MINORIAS&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%ABlica%20Ordin%C3%A1ria%20-%20Conjunta%20dasComiss%C3%B5es%20CDHM%20e%20CMADS&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:00&txEtapa=>

3 <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/55632>

4 <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/58313>

5 <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/61827>

6 <file:///D:/Dados/Downloads/Relatorio%20diligencia%20Rio%20Doce%20-%20%20v2%20-%20depois%20AP.pdf>

7 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/relatorios-de-atividades/relatorios-sobre-diligencias-realizadas/diligencia-destinada-a-apurar-violacoes-de-direitos-humanos-decorrentes-do-rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-mg-req-no-09-2016/view>

As informações também foram encaminhadas ao Diretor-Presidente da Vale S/A, Eduardo Bartolomeo, e ao Diretor da BHP, Ken Mackenzie, com o objetivo de contribuir para a adoção das providências necessárias à devida e justa reparação dos danos socioambientais às vítimas do desastre.

SOLICITAÇÃO À 12ª VARA DE BELO HORIZONTE

A documentação também foi encaminhada ao Juiz Federal Mário de Paula Franco Júnior, da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, com o objetivo de subsidiar o julgamento de ações que tratam da reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

RELEMBRE

BARRAGEM DO FUNDÃO, EM MARIANA

Em 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, que resultou em 19 mortos, e na destruição do ecossistema ao longo do Rio Doce, atingindo municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. A barragem era de responsabilidade da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.

BRUMADINHO

No dia 25 de janeiro de 2019, outra barragem, pertencente à mineradora Vale, no município de Brumadinho (MG), rompeu, liberando 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. De acordo com as investigações, nenhuma sirene de perigo foi acionada. Na tragédia, 270 pessoas morreram e 11 continuam desaparecidas.

15.4. Relatório critica destinação de recursos do acordo de Brumadinho para construção de Rodoanel

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha o caso Brumadinho aprovou, no dia 12 de agosto, relatório que critica a destinação de parte dos recursos do acordo feito entre a Vale e o estado de Minas Gerais para projetos como o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte, por não ter relação com os atingidos pelo desastre.

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem da mina do Córrego do Feijão, pertencente à mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho (MG), rompeu, liberando 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. De acordo com as investigações, nenhuma sirene de perigo foi acionada. Na tragédia, 272 pessoas morreram e 10 continuam desaparecidas.

O acordo entre a Vale e o estado de Minas Gerais, homologado em fevereiro, é de R\$37,7 bilhões, incluindo R\$6,3 bilhões que a empresa já teria investido na reparação dos danos.

Os recursos se destinam a programas de transferência de renda, segurança hídrica, mobilidade, compensação socioambiental e indenizações. Além de Brumadinho, outras 25 cidades serão beneficiadas diretamente, mas os 853 municípios de Minas Gerais receberão recursos. O acordo tem previsão para durar 10 anos, mas poderá ser prorrogado se existirem pendências.

O relatório da Comissão Externa aponta que o valor é bem menor do que os R\$54 bilhões estimados por estudos da Fundação João Pinheiro e do Ministério Público Estadual, mas é maior do que os R\$16 bilhões oferecidos inicialmente pela Vale.

O deputado Rogério Correia (PT/MG), responsável pelo relatório, criticou a distribuição dos recursos, por destinar um percentual maior para o estado do que para os atingidos e, ainda, por incluir ações fora da área diretamente afetada. O parlamentar ainda afirmou que não foram apresentados, por exemplo, estudos de impacto do projeto do Rodoanel.

O deputado Padre João (PT-MG) criticou o sistema viário previsto para a região metropolitana da capital mineira. “No projeto vai haver crimes ambientais, crimes sociais, crimes em relação à periferia de algumas cidades, que vão ficar isoladas. É nesse sentido que esses recursos não podem financiar novos crimes, e me refiro à construção do Rodominério” disse, afirmando que o projeto atende mais ao interesse da própria Vale do que da população.

CONSELHO GESTOR

O relatório também questiona a falta de participação dos atingidos nas negociações e a ausência de consulta prévia para que as reparações atendam ao modo de vida das comunidades.

Rogério Correia defende a participação da Câmara dos Deputados e da população no Conselho Gestor que vai fiscalizar o cumprimento do acordo. “Nós sugerimos, além dele, um fórum permanente de acompanhamento das ações reparatórias do rompimento da barragem e, neste caso, referente não apenas ao desastre de Brumadinho, mas também ao da Samarco, em Mariana, e outras tragédias que ocorreram com dezenas de famílias pelo estado afora”, observou.

O parlamentar destacou que o resultado final da comissão inclui os trabalhos feitos por uma Comissão Externa e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o desastre de Brumadinho, e inclui a aprovação de vários projetos de lei. Ele afirmou que pedirá ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, celeridade em relação à Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PL 2788/19), aprovada em junho de 2019 pela Câmara.

Com informações da Agência Câmara

15.5. Presidência da CDHM demanda apuração de denúncia de poluição no Pará

Foto Câmara dos Deputados



Deputada Vivi Reis (PSOL/PA)

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Carlos Veras (PT/PE), demandou, em 14 de dezembro, providências de diversas autoridades sobre denúncia de poluição causada por explosão em depósito de empresa mineradora na cidade de Barcarena, no Pará.

A 3ª Vice-Presidente da CDHM, deputada Vivi Reis (PSOL/PA), durante audiência pública realizada no dia 8 de dezembro, manifestou preocupação com a população do local devido à explosão de depósito da Empresa Imerys Rio Capim Caulim S.A. ter causado grave poluição atmosférica.

Segundo a parlamentar, produtos químicos expelidos em decorrência do incêndio teriam atingido crianças, mulheres e idosos, ocasionando problemas respiratórios e levando famílias a abandonarem as suas casas. Reportagem publicada no site Amazônia Real descreveu que a população relatou dores de cabeça, náuseas, tonturas, coceiras e ardor nos olhos, boca e garganta, e que aproximadamente 45 pessoas foram atendidas em unidades de saúde do município de Barcarena. Ainda segundo a reportagem, algumas pessoas teriam desmaiado nas ruas ou apresentado quadro de falta de ar aguda, precisando ser removidas para atendimento na Unidade de Pronto Atendimento de Vila dos Cabanos.

Foram enviados ofícios ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Bicca, ao delegado Waldir Freire Cardoso, Titular da Delegacia Especializada em Meio Ambiente, ao Secretário de Saúde, Romulo Rodvalho Gomes, ao Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, José Mauro de Lima, à Secretária Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena, Juliana Nobre Soares, e ao Presidente da Empresa Imerys Rio Capim Caulim S.A., em Barcarena, Mário Augusto Seixas Neto.

O Ministério Público Federal de Belém do Pará expediu recomendação acionando a Secretaria de Meio Ambiente de Barcarena, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará, a Diretoria de Vigilância em Saúde do Estado do Pará, a Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal da Polícia Civil, demandando a adoção de providências. Na mesma recomendação, o MPF requisitou que a Empresa Imerys Rio Capim Caulim S.A. adote todas as ações urgentes de suporte de saúde e assistência material às pessoas atingidas e para proteção ao meio ambiente.

Veras reforçou a necessidade de providências urgentes para conter os danos causados pela explosão, para a apuração das responsabilidades pelo acontecimento e que busquem preservar o direito fundamental à saúde e à dignidade humana.

DILIGÊNCIA A BACARENA

No dia 9 de dezembro, a deputada Vivi Reis integrou a diligência criada na Assembleia Legislativa do Pará, iniciativa do deputado estadual Carlos Bordalo (PT/PA), para avaliar os impactos sociais e ambientais da fumaça tóxica emitida pelo incêndio no galpão de produtos químicos da mineradora Imerys.

A diligência foi composta por parlamentares, integrantes de entidades que atuam em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos e pessoas da comunidade, além de representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário. A diligência visitou a planta industrial e conversou com moradores do bairro Vila do Conde, que relataram dificuldade para respirar desde a explosão.

A deputada questionou se os técnicos sabiam que o produto químico que entrou em combustão, o hidrossulfito de sódio, provoca irritação no aparelho respiratório e pode provocar irritação na pele e no trato gastrointestinal.



Alexandre Pires - Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) - Audiência Pública do Observatório Parlamentar da RPU - Direitos das populações rurais - Foto: Câmara dos Deputados

16. ÁGUA E SANEAMENTO

16.1. Evolução dos direitos à água e ao saneamento básico é debatida em audiência do Observatório Parlamentar da RPU

O Observatório Parlamentar da RPU realizou, em 11 de junho, audiência pública com o objetivo de verificar a evolução dos direitos à água e ao saneamento básico no Brasil, no âmbito das recomendações da Revisão Periódica Universal.

A audiência se concentrou em três recomendações: enfrentar os desafios de água e saneamento nas favelas (África do Sul), efetuar mais esforços para melhorar o acesso à água e ao saneamento básico, especialmente no Norte e no Nordeste do país (Espanha) e intensificar os esforços para garantir o acesso à água potável e ao saneamento básico, instalando novas redes de água e tratamento (Turquia).

Para Pedro Maranhão, Secretário Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, a baixa capacidade de investimento do Estado alimentou um déficit histórico que contribuiu para o cenário atual, com 100 milhões de pessoas sem esgoto, 35 milhões de pessoas sem acesso a água tratada e com 3100 lixões a céu aberto. “Obra enterrada não dá voto”, citou, lembrando o desinteresse político histórico em obras de saneamento.

Maranhão destacou que a falta de regulamentação e de segurança jurídica do setor também não contribuiu para atrair capital e, assim, desenvolver a área. Para ele, o Marco Regulatório de Saneamento, aprovado em 2020, oferece a possibilidade de atrair investimentos e desenvolver o setor e alcançar a universalização do acesso. O secretário apontou que o marco possui exigências que consideram a complexidade do cenário, prevendo investimento nas favelas, monitoramento e incluindo a tarifa social para pessoas mais vulneráveis.

“O Marco Regulatório de saneamento é o maior programa ambiental do mundo”, acrescentou, lembrando que o Brasil possui 115 mil quilômetros de Rio com água comprometida com esgotos.

Vanessa Chalegre, da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, destacou que nos atendimentos realizados pela Defensoria, a dificuldade de acesso vai além da presença física de rede de abastecimento, incluindo intermitência do serviço e a dificuldade financeira das famílias em arcar com os custos da tarifa. “Mesmo quando existe infraestrutura no local, isso não garante o acesso adequado à água e ao saneamento às famílias de baixa renda. A universalização não significa apenas a presença da rede de abastecimento”, disse.

“Enfrentar os desafios da garantia do acesso à água e ao saneamento nas favelas e outros assentamentos informais passa por olhar para outros marcadores além da presença da rede”, afirmou Chalegre, que defendeu que a política de saneamento aconteça de forma integrada com a de regularização fundiária.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS

Alain Grimard, Oficial Sênior Internacional do ONU Habitat, lembrou que a nova agenda urbana da organização, compartilhada pelo Brasil, aponta que cidades e assentamento humanos exercem uma função social visando progressivamente alcançar uma concretização integral do direito à moradia, mas também o acesso universal à água e ao saneamento seguros e economicamente acessíveis.

Grimard argumentou que é necessário repensar a estratégia e mudar a percepção sobre saneamento como perda de recursos, conscientizar os formuladores de políticas, fortalecer quadros institucionais, integrar o planejamento na legislação urbana e aumentar a responsabilidade institucional, separando o setor regulatório dos operadores.

Pedro Arrojo-Agudo, Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas, reforçou a importância da água para a vida e a saúde das pessoas globalmente. “Se queremos realmente avançar para que as pessoas tenham acesso a água potável, temos que fazer esforços para recuperar a saúde e o bom estado dos rios e aquíferos. Precisamos fazer as pazes com os nossos rios”, afirmou.

ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO

Alexandre Pires, Coordenador do Centro Sabiá e da Articulação do Semiárido (ASA), abordou as dificuldades enfrentadas no semiárido do Nordeste brasileiro, destacando a ausência histórica de investimento por parte do Estado para o atendimento e abastecimento da população rural difusa.

Sabiá reforçou a importância do programa de cisternas para o abastecimento da população rural e lamentou a desconstrução dessa política pelo Governo brasileiro, por meio da não destinação de recursos e da estrutura de gestão. Ele apontou que o programa foi reconhecido pelas Nações Unidas como uma política para o futuro no combate à desertificação.

“A gente tem uma população de aproximadamente 350 mil famílias no seminário brasileiro que não têm acesso à água potável de qualidade para o consumo”, destacou.

Alexandre apontou a ausência de dados específicos sobre a população rural e lembrou que aproximadamente 60% dessa população estão nas regiões Norte e Nordeste. “Nós estamos falando de um grupo populacional bastante significativo, que cumpre uma função social no Estado brasileiro, na sociedade brasileira, que é da produção de alimentos, de cuidado com os nossos solos, a nossa biodiversidade, as nossas florestas e as nossas fontes de água. E essa população não pode ficar à margem de um processo de reflexão sobre água e sobre saneamento”, afirmou.

“Não dá pra gente falar de acesso ao direito humano à água, ao saneamento, sem incluir a população do semiárido. Infelizmente, nem todos os parlamentares conhecem a tecnologia da cisterna de placa. Quem conhece essa tecnologia, abraça a causa. A cisterna de placa salva vidas, garante o mínimo de dignidade para um ser humano, que é ter o direito à água potável”, comentou o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), que é do sertão pernambucano, sobre o programa.

“A cisterna de placa nos possibilitou o direito de tomar banho uma vez por dia. Tirar a lata d'água da cabeça das minhas irmãs. Nós andávamos três quilômetros com um galão de água ou com uma lata na cabeça para poder ter água para o consumo humano, para se alimentar, para cozinhar, para beber”, narrou Veras sobre a experiência vivenciada por sua família.

O parlamentar destacou que o programa de 1 milhão de cisternas melhorou consideravelmente essa realidade, mas que ela ainda existe no Brasil e lamentou o fato de o programa ter deixado de ser uma prioridade. “Esse parlamento precisa conhecer essa tecnologia para fazer com que o Governo Federal coloque na lista de prioridades a construção das cisternas”, disse, acrescentando que a tecnologia também pode ser utilizada na produção da agricultura familiar.

“Eu não sei se a iniciativa privada vai querer fazer saneamento na zona rural, nos distritos, porque não dá lucro. A gente só vai ter saneamento básico na zona rural, nos pequenos municípios, se o poder público tiver isso como prioridade”, complementou Veras, que manifestou preocupação com o Marco Legal por entender que as concessões vão privilegiar o acesso à água e ao saneamento para regiões com potencial de lucro, em detrimento das periferias e zonas rurais.

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

“A água é sobretudo um direito humano, um bem público, um patrimônio de toda a humanidade. A água não deveria ser transformada em mercadoria, nem em commodity, muito menos ser controlada por empresas privadas”, afirmou Dalila Calisto, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Dalila manifestou preocupação com o novo Marco Legal por entender que o modelo de exploração pode aprofundar a negação ao direito à água e ao saneamento no Brasil. “As famílias brasileiras vão passar a conviver com a sobrecarga de tarifas”, disse, defendendo que o controle privado privilegia o lucro e vai ter impacto negativo para a população.

Para Francisco Lopes, da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), a meta da universalização do acesso à água e ao saneamento até 2033, com o princípio norteador do contrato de concessão, é um erro, por desconsiderar as experiências existentes de êxito dos serviços públicos municipais e estaduais.

“O Estado tem que ter um papel importante, não que a iniciativa privada não possa participar, mas o Estado tem que ter o papel primordial. Quando você olha os países do mundo que chegaram à universalização, mesmo aqueles mais liberais, há um papel preponderante de investimento estatal para se chegar à universalização”, apontou Lopes.

“Nós vamos conseguir alcançar a universalização quando tivermos moradias dignas, acesso ao emprego, um país mais desenvolvido. Não dá pra ter a ilusão de achar que em um país desigual como o nosso, só o saneamento vai chegar na frente”, completou, defendendo fundos públicos de investimento. Lopes lembrou que apesar da privatização em Manaus há 16 anos, o acesso ainda não foi universalizado, e a iniciativa privada tem privilegiado regiões que oferecem lucro.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Para Marcus Vinicius, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento Estaduais (AESBE), é preciso pensar de forma ampla e atuar na urbanização e regularização das cidades.

Marcus Vinicius defendeu um pacto nacional público e privado para resolver o problema. “Precisamos trazer o setor privado, não é excluindo que vamos conseguir resolver o problema do país. Nesse momento precisamos somar”, argumentou, citando que em muitos casos a solução extrapola os limites dos municípios e dos estados.

PRESENÇA FORTE DO ESTADO

Para Edson Aparecido, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), o novo marco é um retrocesso e vai aumentar a exclusão das populações mais vulneráveis no acesso à água e ao saneamento.

“Nós vamos garantir água e esgoto para a população pobre, rural, periférica, a partir de uma presença forte do Estado, que coloque a questão do saneamento básico como uma política estratégica relacionada à saúde do povo brasileiro, ao desenvolvimento”.

Edson defendeu ainda a necessidade de medidas emergenciais, como a suspensão do corte de fornecimento de água por inadimplência, suspensão da cobrança de tarifa de água de pessoas em situação de vulnerabilidade enquanto durar a pandemia, garantia de água e equipamento de higiene para a população em situação de rua e em situação de cárcere. Fez ainda um apelo para que a Câmara dos Deputados seja favorável à proposta do Senado que inclui na Constituição o acesso à água em quantidade adequada.

“A crise da pandemia escancarou as mazelas do nosso país, escancarou a necessidade da presença forte do poder público. O que nós precisamos é que o Estado brasileiro recupere não só sua capacidade de investimento, mas sua vontade de investimento”, argumentou Rafael Kopschitz, do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS).

16.2. Presidente da CDHM aciona Ministério para evitar paralisação de distribuição de água por carros-pipa no Semiárido

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou no dia 3 de setembro, em caráter de urgência, audiência com o Ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, com o objetivo de evitar a interrupção na distribuição de água potável por meio de carros-pipa para municípios de Pernambuco.

Ofício enviado pelo Coronel Henrique César Gaspar, do 7º Grupo de Artilharia de Campanha, no dia 30 de agosto, aos coordenadores municipais de proteção e defesa civil, alerta sobre possibilidade de interrupção do serviço nos

municípios de Bom Jardim, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Casinhas, Cumaru, Frei Miguelinho, Jataúba, João Alfredo, Orobó, Passira, Riacho das Almas, Santa Maria do Cambucá, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.

O documento afirma que o Ministério do Desenvolvimento Regional ainda não disponibilizou os recursos necessários para setembro e que alguns municípios deixarão de receber água no início do mês.

A distribuição de água potável por meio de carros-pipa atende prioritariamente populações rurais atingidas por estiagem e seca no semiárido nordestino, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cujos municípios se encontram em situação de emergência ou calamidade pública.

A Operação Carro-Pipa atende cerca de 637 municípios, beneficiando uma população de aproximadamente dois milhões e 100 mil pessoas.

16.3. Presidente da CDHM cobra continuidade da Operação Carro-Pipa

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), se reuniu na tarde do dia 13 de setembro com Alexandre Lucas, Secretário Nacional de Defesa Civil, do Ministério de Desenvolvimento Regional, para buscar alternativas para impedir a suspensão da Operação Carro-Pipa em municípios do Semiárido. O encontro contou também com a participação do deputado estadual Doriel Barros (PT/PE), presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

Veras afirmou que a suspensão afeta milhares de famílias e se colocou à disposição para procurar colaborar com soluções para o problema. Doriel lembrou que a quantidade de chuva em 2021 em Pernambuco não foi suficiente para gerar reserva para o período de seca e que, ao que tudo indica, como no restante do Brasil, o estado vivenciará uma situação crítica.

Alexandre afirmou que o Ministério vem buscando remanejar recursos para manter a operação, mas até o momento garantiu a continuidade do programa até o dia 20 de outubro. “A gente está lutando para colocar o recurso aqui na Secretaria até o final do ano”.

O Secretário demandou auxílio junto aos parlamentares, para alterar a LOA 2022, que prevê 300 milhões de reais para o programa, o suficiente apenas para seis meses de operação.

Alexandre afirmou que o ministro Rogério Marinho vem movendo esforços para manter o programa, mas que é necessária a criação de uma política pública para abastecimento de água potável, pois a operação, que surgiu como algo emergencial, já dura cerca de 20 anos.

Ofício enviado pelo Coronel Henrique César Gaspar, do 7º Grupo de Artilharia de Campanha, no dia 30 de agosto,

aos coordenadores municipais de proteção e defesa civil, alerta sobre possibilidade de interrupção do serviço em 18 municípios de Pernambuco.

O documento afirma que o Ministério do Desenvolvimento Regional ainda não disponibilizou os recursos necessários para setembro e que alguns municípios poderiam deixar de receber água ainda em setembro.

A distribuição de água potável por meio de carros-pipa atende prioritariamente populações rurais atingidas por estiagem e seca no semiárido nordestino, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cujos municípios se encontram em situação de emergência ou calamidade pública.

A Operação Carro-Pipa atende cerca de 637 municípios, beneficiando uma população de aproximadamente dois milhões e 100 mil pessoas.

17. SAÚDE E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

17.1. Observatório Parlamentar da RPU debate direito à saúde no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos realizou no dia 1º de dezembro, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, audiência pública com o objetivo de verificar o estágio de cumprimento pelo Brasil das recomendações voltadas à garantia do direito à saúde.

A audiência foi a 25ª realizada pelo Observatório e se concentrou em 14 recomendações da RPU, iniciativa na qual os 193 países da ONU se avaliam mutuamente e fazem recomendações com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos.

“Nós precisamos fazer o debate da saúde com relação aos determinantes sociais. O acesso à saúde é diferente, quem sofre mais são as mulheres, são negros e negras, são LGBTs, as pessoas com deficiência, os povos tradicionais”, afirmou a deputada Vivi Reis (PSOL/PA), 3ª vice-presidente da CDHM, que presidiu a audiência.

Reis reforçou que apesar do argumento de que a pandemia é democrática e atinge a todos, a COVID-19 atingiu de forma mais dura as mulheres, o povo negro, pessoas que foram expulsas dos seus territórios, a população LGBTQIA+. “Quantas pessoas não se sentiram inseguras dentro de suas próprias casas por causa da violência LGBTfóbica?”, questionou a parlamentar.

DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS

Ariadne Ribeiro Ferreira, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), em alusão às ações do Dia Mundial de luta contra a AIDS, reforçou que é preciso manter uma mobilização constante e não apenas no mês de dezembro.

“Pessoas ainda morrem em decorrência da AIDS, ainda têm suas vidas afetadas diante da desigualdade. E isso também diz respeito às pandemias, a gente já via isso na pandemia do HIV, mas ficou evidente agora com a pandemia da COVID-19. Então, o acesso à saúde, o acesso igualitário e equitativo aos dispositivos de saúde no Brasil são direitos que devem ser garantidos principalmente para as pessoas mais vulneráveis”, reforçou Ariadne, apontando que o estigma e a discriminação afetam o acesso dessas populações aos serviços.

RACISMO ESTRUTURAL

Luana Silva, Oficial de Programa para Gênero, Raça e Etnia do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (UNFPA), abordou a diferença de tratamento dado a pessoas negras no país. “O Brasil tem um sistema público de

saúde muito robusto, mas a equidade é um dos principais desafios. Não basta oferecer, tem que garantir que esse tratamento seja igualitário. O Brasil tem 75% das mortes maternas relacionadas à COVID-19, mais de 1500 mulheres gestantes faleceram, esse dado é muito preocupante”, disse, falando que o UNFPA vem procurando respostas para tamanha mortalidade.

“Uma mulher negra gestante é menos tocada durante o pré-natal, tem menos tempo de orientação quanto à amamentação. Esse tratamento diferenciado sobre os corpos que merecem o cuidado é um tema que a gente precisa trabalhar”, afirmou.

“O racismo é considerado pela OMS um determinante social, talvez a maior luta que se tenha hoje em dia nessa sociedade para o caminho da equidade seja o racismo. Eu não tenho dúvida que a luta antirracista tem que ser a prioridade da população negra e da população branca. Não teremos respostas se não nos envolvermos na luta antirracista”, reforçou Heliana Hemetério, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil.

DESAFIOS

Para Neyde Glória Garrido, Coordenadora-Geral de Planejamento e Programação das Ações da Saúde do Ministério da Saúde, muitos dos problemas vivenciados pelo SUS acontecem pelo sistema ainda não ser utilizado por todos os brasileiros, mas sim pelos mais pobres.

Neyde defendeu que é necessário sair do discurso de garantir o acesso aos mais vulneráveis, que o olhar não pode ser distante, e sim que é preciso sentir na pele. Para a coordenadora, essa questão cultural faz com que muitos recursos acabem sendo transferidos para o setor privado, além da disputa e divisão dos profissionais da área.

“Esse passo de levar assistência à saúde para toda a população o SUS cumpriu, e é motivo de orgulho para todos nós brasileiros termos construído um sistema público desse tamanho. Mas desde a própria construção, que foi na Constituição de 1988, a gente nunca conseguiu, porque é um problema cultural nosso enquanto brasileiro garantir todas as condições para que o sistema fosse eficaz, equitativo e universal como se projetou. A gente tem falta de recursos, problemas de gestão, pouca eficácia de algumas políticas, fazendo com que a própria população não seja a grande defensora do SUS. Esse sistema só será igualitário, só conseguirá chegar de fato e de direito a todas as pessoas, se ele for nosso também, se a gente usar o sistema público”, defendeu.

INDICADORES

Edilson Vitorelli Diniz Lima, Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Saúde da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, afirmou que o SUS é uma importante conquista para a população brasileira, e que isso é percebido em vários indicadores. “Nos últimos 20 anos o número de mulheres

que têm sete ou mais consultas de pré-natal saltou de pouco mais de 40% para quase 80% em um espaço reduzido de tempo. Também temos avanços de contracepção, na redução da mortalidade infantil", citou.

"O relatório também mostra o copo meio vazio, ainda temos índices muito alarmantes de mortalidade infantil entre a população indígena, uma restrição significativa de acesso ao aborto legal, o que sugere acesso ao ilegal, que é de grande impacto para a saúde da mulher, e nos mostra que as desigualdades sociais e regionais continuam impactando as políticas de saúde", disse, reforçando a necessidade de investir mais recursos na atenção básica.

TRABALHADORES DA SAÚDE

"Os profissionais da saúde fizeram a diferença, o Sistema Único de Saúde fez a diferença durante essa pandemia, tem feito a diferença", afirmou o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), apontando que muitos não têm acesso aos equipamentos de proteção adequados e que necessitam de remuneração justa.

"Nos momentos mais graves da pandemia a gente viu muitos aplausos, muitos elogios aos trabalhadores da saúde, mas nós precisamos concretizar esse reconhecimento com direitos. O Sistema Único de Saúde vem sofrendo, e quando ele tem dificuldade de funcionar de forma plena, é o cidadão, a cidadã lá na ponta que são penalizados. Recurso na saúde não é gasto, é investimento, é cuidar da vida da população", afirmou Veras.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Foram reconhecidos avanços nas recomendações 152, sobre esforços para implementar políticas de saúde que beneficiem a todos, e na 155, para atrair recursos financeiros e humanos, com o documento identificando aumento de profissionais no SUS.

Nas recomendações 158, 160 e 161, relacionadas ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, o relatório também reconhece avanço, já que houve aumento da cobertura de pré-natal, do uso de contraceptivos e do número de abortos legais.

Em retrocesso o documento destaca as recomendações 154, sobre esforços para acesso a serviços de saúde, especialmente para mulheres afrodescendentes; a 156, para ampliar a abrangência da rede de serviços, promovendo a inclusão de minorias; e a 159, para assegurar acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e sexual sem discriminação, pois foi percebida diminuição no número de mamografias e exames, e a mortalidade materna se manteve estável – e maior entre mulheres pretas. Além disso, a mortalidade infantil aumentou em grupos de maior vulnerabilidade.

As recomendações 164, para continuar desenvolvendo políticas de atendimento básico; a 200, pra adotar programas para fortalecer direitos das crianças e adolescentes; a 157, que trata da continuidade das estra-

tégias de combate à HIV/AIDS, especialmente entre os jovens; a 162, para reduzir a morbidade e mortalidade materna e infantil; e a 163, para melhorar e reduzir a mortalidade infantil foram consideradas como cumpridas, pois houve aumento na cobertura da rede de atenção básica, redução da mortalidade infantil, número de casos e de óbitos de HIV/AIDS diminuiu e houve aumento da cobertura pré-natal e redução da mortalidade materna e perinatal.

A recomendação 153, para continuar fortalecendo os serviços para reduzir a diferença de expectativa de vida entre as populações, foi considerada não cumprida, visto que as disparidades regionais se mantêm.

17.2 Marcelo Queiroga afirma que o SUS é a “melhor ferramenta” para enfrentar a pandemia

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que contabiliza os números da pandemia, na terça (30/3) o país registrou 3.780 mortes. Pelo quinto dia consecutivo teve a maior média de óbitos da pandemia, 2.728. No combate à doença, já foram aplicadas no total 21.883.663 doses de vacina, 16.937.084 da primeira dose e 4.946.579 da segunda dose, segundo informações das secretarias de Saúde.

Para explicar as medidas e ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde para enfrentar a pandemia, o ministro Marcelo Queiroga participou, em 31 de março, de audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, CDHM e CSSF. O novo ministro assumiu o cargo no dia 23 de março.

Os parlamentares sugeriram que o Programa Nacional de Imunizações priorize a população pobre, negros, comunidades tradicionais. Ainda, que também chegue rapidamente aos jovens para evitar uma terceira onda da pandemia. Também pediram urgência no fortalecimento do SUS com orçamento e estrutura, campanhas de informação, quebra de patentes de vacinas, ampliação da testagem e ações para tratamento de sequelas pós-Covid.

VACINAÇÃO

Queiroga afirmou que o país superou o número de 900 mil pessoas vacinadas por dia e que, até abril, deve chegar a 1 milhão, além da importância do Programa Nacional de Imunizações (PIN). “Um programa que é referência mundial em vacinação, com 37 mil salas de vacinas em todo país, com capacidade de 2,4 milhões de brasileiros por dia”.

“Temos 562 milhões de doses de vacinas contratadas, tanto produzidas no Brasil ou com insumos importados. Desse total, 34 milhões já distribuídas. Também nos aproximamos da comunidade científica para buscar práticas sólidas e protocolos sanitários essenciais”, pontua Queiroga.

O ministro lembrou que uma variante do vírus tem atingido os mais jovens e pressionado o sistema de saúde.

“Não nego que temos problemas com o fornecimento de kits de intubação, sedativos e bloqueadores musculares. A indústria farmacêutica tem dificuldades em fornecer grandes quantidades. Para superar essa situação a melhor ferramenta é o SUS, que estamos fortalecendo, articulando com as secretarias estaduais e municipais, além de conselhos da sociedade civil e associações de medicina”.

“Estamos atuando junto à Anvisa para monitorar os estoques da indústria brasileira e para não acontecer desequilíbrio na aquisição e distribuição dos insumos”, informa o ministro.

Queiroga falou ainda sobre a importação do Canadá de caminhões para suprir a grande demanda de distribuição de oxigênio aos estados. Campanhas de informação também devem ser veiculadas nos próximos dias.

“Já recebemos os ministros que antecederam o atual e essa Casa é parceira das iniciativas para combater a pandemia. Uma ideia é a criação da carteira de vacinação online para atualização dos dados da população”, sugere Dr. Luizinho (PP/RJ), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família.

PÁSCOA

“Conclamo a população para que evite festas e comemorações no feriado da Semana Santa, que adote as medidas sanitárias como uso de máscara, sem aglomerações. Quero convencer a sociedade brasileira a aderir a essas ações e, quando possível, retomar a atividade econômica”.

“É uma doença grave, mas temos que olhar para frente e buscar uma união nacional. Salvar vidas, aliviar o sofrimento e confortar, a ciência aliada ao humanismo. Não tenho uma vara de condão, sou um elemento associado a todos os senhores do Congresso”.

Queiroga não respondeu questões políticas. “Não estou aqui para fazer política, sou médico e meu trabalho é salvar vidas”.

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), finalizou agradecendo a presença de Queiroga e ressaltou a importância das informações trazidas pelo novo ministro à audiência na Câmara chegarem a toda população brasileira. “Sugiro um pronunciamento em rede nacional recomendando às pessoas a ficarem em casa, não fazerem festas, manter o distanciamento social e a tomarem a vacina, que é fundamental para o combate à Covid-19”.

Texto: Pedro Calvi

17.3. Solidariedade em tempos de pandemia

Até a noite de 27 de maio, 456.753 pessoas morreram no Brasil vítimas de Covid-19, 16.341.112 foram infectadas e 45 mil crianças ficaram órfãs. Desde o início da pandemia, o país já teve quatro ministros da Saúde e adotou políticas contrárias às recomendações da Organização Mundial da Saúde e de comitês científicos. Nesse contexto, a organização da sociedade civil tem sido essencial para combater a pandemia, em conjunto com a vacina e o distanciamento e isolamento social.

Esse foi o eixo de argumentação dos expositores de audiência pública promovida pela CDHM e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, ocorrida na sexta-feira (28/5), sobre as iniciativas comunitárias de enfrentamento à Covid-19.

A proposta do encontro foi dos deputados Maria do Rosário (PT/RS), Helder Salomão (PT/ES), Rogério Correia (PT/MG) e Pedro Uczai (PT/SC).

“A participação social no Brasil é muito forte e está garantida na Constituição de 88. Nela, estão as normas constitucionais que, na prática, deveriam coordenar todas as políticas públicas. Porém, o presidente da República tem feito tudo ao contrário e deliberadamente. Essa é mais uma luta importante do nosso povo no meio de tantos retrocessos e ao negacionismo”, afirmou o deputado Helder Salomão (PT/ES), que presidiu os trabalhos.

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL CONTRA JAIR BOLSONARO

A Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 - Avico Brasil, é uma dessas organizações. Criada dia 8 de abril deste ano, em Porto Alegre (RS) e trabalha virtualmente. A Avico quer representar interesses gerais e individuais da sociedade, sejam associados ou não, relativos às vítimas da Covid-19. Como, por exemplo, questões administrativas, legislativas e judiciais, promover debates sobre as consequências físicas e emocionais da doença e defender a saúde pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Gustavo Bernardes é advogado, presidente da AVICO Brasil e também testemunha do desespero de famílias e profissionais da saúde no enfrentamento ao coronavírus. Ele foi contaminado, passou 30 dias hospitalizado e 10 intubado.

“Ver como é essa situação por dentro do sistema de saúde, é bem diferente do que se vê na TV. O desespero pela falta de ar, o esgotamento dos trabalhadores. Depois da alta, passei mais 3 meses me recuperando e até hoje tenho sequelas. É uma doença que vai exigir muito, uma doença que vai permanecer, não termina com a vacinação. Além da saúde, tem as questões sociais, do trabalho e da previdência”, conta Bernardes.

O advogado afirma que “em junho, vamos entrar com uma representação criminal contra Jair Bolsonaro. Vamos ser a pedra no sapato desse governo negacionista. Recebemos diariamente denúncias de famílias pedindo a responsabilização do governo pelas mortes e falta de apoio aos sobreviventes. Fizemos um levantamento sobre as várias omissões do governo como, por exemplo, reiteradas manifestações contra a vacinação, falta de planejamento para distribuição

de imunizantes, gasto de dinheiro público em medicamentos sem eficácia e conselhos da sociedade sabotados”.

Paola Falceta, assistente social e vice-presidente da Avico, perdeu a mãe de 81 anos para a Covid-19. “Ela passou por uma cirurgia vascular, bem-sucedida, mas contraiu o vírus dentro do hospital. Eu e um irmão também fomos contaminados dentro do hospital. Sou uma sobrevivente e depois de tudo que aconteceu a sensação era de abandono, indignação revolta. Não somos só CPFs. Procurei o Gustavo, unimos forças para apoiar os enlutados, e estamos nos organizando para sermos ouvidos”.

“Estamos falando de direitos humanos, cidadania e direito à vida. A CPI da Covid tem mostrado a série de crimes praticados pelo governo federal. Queremos que a sociedade civil exija o fim desse genocídio, é um governo que empurra as pessoas para a morte”, denuncia a deputada Maria do Rosário (PT/RS).

CPI E TERCEIRA ONDA

Danilo César, coordenador da Rede Nacional de Apoio às Famílias de Vítimas da Covid-19 no Brasil ressalta que “se não fosse o SUS e todos os profissionais que trabalham nos hospitais, já teríamos um milhão de mortos. Não é mais uma questão de que vamos entrar numa terceira onda, já estamos nela. Para agravar, uma pesquisa aponta que 90% dos trabalhadores do SUS, de várias categorias, já apresentam sintomas de esgotamento físico e mental. Além disso, temos que cuidar dos que ficaram, com casos de depressão e até suicídios”.

Para Paulo Pedrini, também coordenador da Rede Nacional de Apoio às Famílias de Vítimas da Covid-19 no Brasil lembra que “nosso povo não teve nenhuma condição de ficar em casa, no isolamento. Temos a sensação de estarmos enxugando gelo, não conseguimos dar conta, com a crise social, o desemprego e as ajudas diminuindo porque quem ajudava agora não tem mais condições”.

“Convivemos com um governo que recusa ofertas de vacinas, milhares de vidas perdidas, é lamentável. E ver as comunidades passando dificuldade, com mais de 100 milhões de pessoas sem ter o que comer, encurraladas entre o vírus e a fome. Se tivéssemos um auxílio emergencial decente, de no mínimo 600 reais, as famílias sofreriam menos”, afirma o deputado Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM.

“Todas as nossas reuniões, recomendações e relatórios já foram enviados para a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid-19 do Senado Federal. Queremos depor na CPI e falar sobre tudo que acompanhamos desde o começo da pandemia”, diz Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde. “Qual é a meta do presidente da República? Já estamos com 457 mil mortos. Isso não é fruto de incompetência, é uma ação deliberada, planejada. Eles combinaram de nos matar e a gente combinou de não morrer”, conclui Pigatto.

Um relatório sobre a audiência pública será disponibilizado para a CPI da Covid, no Senado Federal.

Texto: Pedro Calvi

17.4. Dia Internacional do Direito à Verdade: evento discute postura do governo sobre Covid-19 e ditadura militar

Foto Câmara dos Deputados



O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT-PE), participou, em 22 de março, do evento virtual Covid: Memória, Verdade e Justiça, que marca o Dia Internacional do Direito à Verdade, sob a coordenação da deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP). O parlamentar, que falou durante a mesa de abertura da reunião, criticou a condução do governo federal no enfrentamento à pandemia de Covid-19, que já tirou a vida de quase 300 mil pessoas no Brasil.

“Temos uma grande missão na CDHM (diante dessa grave crise) em travar o debate em defesa do direito humano à vacina e em defesa do direito à alimentação adequada. Hoje, mais de 10 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome, e o que o governo fez foi constitucionalizar um teto ao auxílio emergencial, que vai variar de R\$150 a R\$375. Como as famílias vão ter direito humano à alimentação com esse valor? Não vai dar para fazer a feira, não vai dar para comprar o botijão de gás de cozinha, muito menos os medicamentos na farmácia. As pessoas vão continuar passando necessidade. Essa é uma luta da CDHM”, afirmou.

A deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) explicou a origem do Dia Internacional do Direito à Verdade. Proclamado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010, foi escolhido em memória de Óscar Arnulfo Romero, defensor dos direitos humanos, assassinado pela ditadura militar de El Salvador, no dia 24 de março de 1980, enquanto celebrava uma missa. Por iniciativa de Erundina, a data foi incorporada ao calendário nacional através da Lei 13.605/2018, servindo para promover a memória, a verdade e a justiça sobre graves violações de direitos humanos, no passado e no presente, tendo sua importância redobrada diante da admiração pública de Jair Bolsonaro à ditadura civil-militar e seus torturadores.

Participaram diversos parlamentares, representantes de organizações e ativistas de direitos humanos, como padre Júlio Lancelotti; Pedro Hallal, epidemiologista; Sheila Carvalho, advogada da Coalizão Negra por Direitos e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP; Fernando Aith, professor do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, e Amelinha Teles, advogada feminista, presa política, criadora do projeto Promotoras Legais Populares (PLPs).

Texto: Mariana Sacramento

17.5. Audiência pública aborda vulnerabilidade de povos indígenas e quilombolas durante a pandemia

A CDHM debateu no dia 29 de outubro em audiência pública a urgência da análise pelo Supremo Tribunal Federal da Notícia-Crime (NC) 9020, que trata das condições de extrema vulnerabilidade vivenciadas pelos povos indígenas e quilombolas durante a pandemia da Covid-19. A NC foi apresentada em julho de 2020 pelo advogado André Barros.

“Quando se veta o acesso à água potável, nós não temos dúvida de que essas ações colocam em risco a própria existência dos povos indígenas”, afirmou a deputada Erika Kokay (PT/DF), 2ª vice-presidente da CDHM, que presidiu a audiência pública. A parlamentar destacou que a conduta de violação dos direitos indígenas está expressa em inúmeros discursos públicos. “Não há inocência nos discursos, discurso é ponte entre pensamento e ação”, disse, citando que o colegiado da CDHM aprovou diligência à comunidade Yanomami, que teve duas crianças mortas ao serem sugadas por maquinários do garimpo ilegal.

A deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas,

lembrou que a Lei 14.021/2020, aprovada pelo Congresso, que institui medidas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, teve mais de 20 itens vetados, e que entre os trechos vetados estava o acesso à água potável, à internet e à segurança alimentar.

“A gente vê que há retrocesso na proteção das terras e da vida dos povos indígenas. Com a chegada da Covid-19 essa vulnerabilidade aumentou e muito, as invasões, a ganância e a cobiça não pararam, pelo contrário, avançaram”, apontou Wapichana.

“Vidas indígenas importam, vidas quilombolas importam. Mais de 1000 vidas se foram”, afirmou a parlamentar, que completa mil dias de mandato como a primeira parlamentar indígena na Câmara.

Para Alessandra Nilo, coordenadora geral da Gestos e co-facilitadora do GT Agenda 2030, o STF tem uma oportunidade histórica de abrir uma investigação sobre os atos, que geraram muitas mortes. “Ainda há tempo para que a sociedade brasileira se debruce sobre essa questão. Se o STF aceitar a análise e pautar a Notícia-Crime no seu plenário, vai estar atuando com o objetivo 16 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”.

“Essa singular maneira de não dizer o nome das coisas é um traço constituinte de nossa história e diz muito a respeito de como ela se perpetua. Pode parecer descuido, mas tem método, e, ao nomeá-las, as ações e políticas permanecem na sua lógica interna, que não é explicitada, ou seja, tudo acaba por parecer uma mistura de descaso, improvisação e desespero”, citou, lembrando texto de Vladimir Safatle.

“Vetar o acesso universal à água potável a grupo nacional, étnico, racial ou religioso é submeter esse grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhes a destruição física total ou parcial?”, questionou o advogado e mestre em Ciências Penais André Magalhães Barros, responsável pela NC 9020, afirmando que é essa resposta que precisa ser dada a partir dos vetos a trechos do Projeto de Lei nº 1.142/2020, que “Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas”.

Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), também lamentou os vetos ao projeto que deveria ter minimizado o impacto do novo coronavírus para os povos indígenas e comunidades quilombolas.

“Vivemos um momento de muita insegurança, temos uma média de 117 milhões de brasileiros e brasileiras que não fazem três refeições por dia. Um fantasma que a gente achava que tinha derrotado volta a assombrar os lares das famílias, daquelas que têm lar, porque tem muitas que já não têm mais lar”, disse, falando sobre o esforço da instituição de levar alimentos de comunidades quilombolas produtoras de alimentos para as que não os produzem.

“Não tivemos a oportunidade de chorar, muito menos de enterrar nossos mortos pelas questões sanitárias, mas também pelo avanço dos grandes empreendimentos sobre nossos territórios”, acrescentou Denildo, reforçando que a COP será um espaço para denunciar à comunidade internacional as violações vivenciadas por indígenas e quilombolas no Brasil.

AUMENTO DA VIOLÊNCIA

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), destacou que relatório lançado pela instituição no dia 28 de outubro mostra o aumento da violência contra os povos indígenas no Brasil. “O relatório apresenta um retrato de um trágico ano para os povos originários no país”, disse.

Segundo o relatório, foram registrados 263 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, que atingiram 201 terras, de 145 povos, em 19 estados.

“A grave crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus não impediu que madeireiros, garimpeiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas”, afirmou.

“Em meio à pandemia tivemos que ir até Brasília para tentar parar o PL 490. O PL estava em andamento e a gente não tinha como se defender”, comentou Anildo Lulu, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), reforçando que a luta dos povos indígenas pela preservação das terras indígenas e do meio ambiente é em benefício de toda a sociedade.

17.6. Política de Saúde Mental é debatida em audiência pública

A CDHM debateu na quarta-feira (7/07) os avanços, retrocessos e desafios relativos à Política Nacional de Atenção à Saúde Mental no Brasil.

A audiência pública, presidida pela 2ª Vice-Presidente da Comissão, deputada Érika Kokay (PT/DF), contou com a participação de representantes do governo, da academia, de organizações da sociedade civil, além dos parlamentares Vivi Reis (PSOL/PA), Alexandre Padilha (PT/SP) e Helder Salomão (PT/ES).

Os participantes apontaram retrocessos na política de desinstitucionalização, impactada pela Emenda 95 de teto de gastos e pelo desfinanciamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Demandaram ainda a revogação da Portaria 3588 de dezembro de 2017 do Ministério da Saúde, que incentiva a cultura da hospitalização, aumentando o valor da diária de internação paga aos hospitais psiquiátricos e ampliando o número de leitos psiquiátricos nessas unidades.

Fernanda Rodrigues da Guia, da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde, apontou marcos legais que devem nortear a política de saúde mental brasileira, como a Lei 10.216, que tem como diretriz a desinstitucionalização, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a lei brasileira de inclusão, o ECA e a lei de drogas, que estabelece competências de cuidado para o Ministério da Saúde.

Fernanda apontou que os recursos que deveriam financiar Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e unidades de Acolhimento estariam financiando comunidades terapêuticas. Ela destacou que relatório de 2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Ministério Público e o do Mecanismo de Combate à Tortura,

apontou inúmeras denúncias envolvendo essas instituições em violações de direitos humanos, e que fariam parte de uma política de drogas falida, inspirada no modelo norte-americano.

Ela ainda reforçou que o Conselho Nacional de Saúde é contra a portaria 3588, pela incompatibilidade com os marcos legais brasileiros de atenção à saúde mental. “Nós vínhamos de um trabalho de muitos anos, de desenvolvimento de planos de ação da RAPS que foi descontinuado. A gente tem impacto disso no Plano Nacional de Saúde, que, aliás, foi reprovado pelo Conselho Nacional por não estar seguindo as diretrizes das conferências de saúde. O Conselho Nacional tem essa prerrogativa de desenhar as diretrizes, é preciso que elas sejam cumpridas no desenho das políticas”, afirmou, antecipando a importância da 5ª Conferência de Saúde Mental, prevista para 2022.

USUÁRIOS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

“O Brasil ainda possui moradores em hospitais psiquiátricos, alguns cumprindo penas de mais de três décadas de privação de liberdade. A desinstitucionalização é a política mais fundamental. A vida tem pressa e o desfinanciamento da RAPS, da Rede de Atenção Psicossocial, é um crime contra essas pessoas encarceradas injustamente e sendo mantidas presas ilegalmente”, afirmou Laura Fusaro Camey, da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (RENILA), que é usuária de serviços substitutivos em Belo Horizonte.

Para Laura, o investimento em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas e suas inclusões na RAPS, por meio da portaria 3588/2017, esvazia a política de saúde mental e fomenta novos moradores nesses hospitais. “É importante dizer que tais instituições trancafiam as pessoas de que dizem cuidar”, que questionou a hipermedicação, a monotonia do cotidiano e a falta de poder de fala dos usuários nesses locais. “Não existe espaço para a fala, muito menos para contestação”.

“Eles não precisam dar provas de efetividade, nem resultados terapêuticos, pois nunca serviram à saúde. O sequestro do tempo, por si só, é um terrível instrumento de tortura. Já imaginou assistir o tempo passar por dias a fio, sem saber quando o pesadelo irá acabar? Ou saber que mesmo que você saia de lá, você chegará numa cidade que não oferece perspectiva alguma de inclusão e te mandará ao manicômio de novo na primeira oportunidade? O que é viver sabendo que sua caminhada chegou ao fim? Pois existe um muro intransponível”.

Fusaro reforçou que a rede substitutiva brasileira é reconhecida internacionalmente, e que foi usada como modelo em um documento publicado pela OMS no dia 10 de junho, orientando os países a reestruturarem seus modelos de saúde mental para o serviço de base comunitária, com cuidado centrado nas pessoas e no respeito aos direitos humanos.

“A destruição dessa rede, mais que uma brutal e violenta retirada do direito à saúde, é fundamentalmente o sequestro de nossa dignidade, em nome de uma política de morte”.

“A liberdade é o pilar fundamental da cidadania da democracia. Sem ela nada podemos fazer, além de lutar incansavelmente para possuí-la. Por isso, substituir os manicômios é o mínimo. É a dívida que o Estado brasileiro tem com o seu povo. Infelizmente, o mínimo não está sendo cumprido”, finalizou.

FALTA DE DADOS E TRANSPARÊNCIA

Para Lucio Costa, membro do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), o Brasil vive um cenário de retrocessos, não somente pelo mau funcionamento das políticas, mas pelo incentivo à violência, onde o argumento do cuidado vem sendo utilizado falsamente contra determinados grupos.

Costa ainda destacou a falta de transparência em relação aos dados por parte do Ministério da Saúde, e citou a descontinuidade do relatório “Saúde Mental em Dados”, publicado pela última vez em 2015.

“O Ministério da Saúde não produz um documento institucional com prestação de contas e com transparência para que a sociedade possa fazer o controle do rumo das políticas públicas do Brasil”, disse.

Costa reforçou que foram o relatório e a inspeção nacional realizados pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em parceria com outras instituições, que apontaram a situação dos hospitais psiquiátricos no Brasil e que o Ministério da Saúde desconhece a situação desses hospitais no Brasil. “E, contraditoriamente, decide à revelia do diálogo aumentar o financiamento para essas instituições, inclusive para aquelas que já foram sugeridas para serem descredenciadas no SUS, porque não têm a mínima condição de funcionamento”.

Costa antecipou que em agosto será lançado estudo do Desinstitute, organização da sociedade civil que atua pela garantia de direitos humanos e pelo cuidado em liberdade no campo da saúde mental no Brasil e na América Latina, sobre os 20 anos da Política de Saúde Mental, que identifica cenário de desconstrução da política pública.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

“Todos partimos da premissa de tentar proporcionar às pessoas com transtornos mentais o melhor cuidado possível”, afirmou Rafael Bernardon Ribeiro, Coordenador Geral da Saúde Mental do Ministério da Saúde.

“Os hospitais contribuem de forma importante na assistência, na alta complexidade, quem nega a existência da doença mental grave e nega a necessidade do atendimento hospitalar é porque nunca teve contato ou tem algum problema de desonestidade intelectual. Eu quero crer que as pessoas desconhecem o que é a doença mental grave, a doença mental refratária, a crise e como as famílias têm dificuldades de lidar com esse problema”, argumentou Bernardon.

O Coordenador Geral da Saúde Mental destacou que o Brasil fez um movimento de reformular sua política pública de assistência em saúde mental, a partir da década de 1970, que resultou em uma legislação moderna, que é a Lei 10.216/2001, que prevê o cuidado integral das necessidades das pessoas. “É nesse sentido que trabalhamos no Ministério da Saúde: proporcionar às pessoas uma rede plural que atenda toda a complexidade da saúde mental, desde o cuidado mais simples, até os casos mais complexos”.

Bernardo apontou que um dos problemas vivenciados seria o baixo número de vagas, incluindo as disponíveis em hospitais gerais. Segundo ele, as mudanças foram para melhor e procuram evitar o cenário de desassistência que levariam a três situações: hiperencarceramento de pessoas que, pela falta de atendimento, acabariam cometendo algum delito, aumento de pessoas em situação de rua e dos índices de mortalidade por transtornos mentais, como o suicídio.

“Fechamento de hospital psiquiátrico não significa desassistência, no Brasil significa garantia de direitos humanos. E isso não é para a militância antimanicomial, é para a Lei 10.216, para a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, para a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. A segregação, a discriminação de uma pessoa em função do seu transtorno mental ou da sua deficiência psicossocial é proibida por lei”, afirmou Lúcio Costa, do MNPCT, fazendo contraponto ao comentário do Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Costa também reforçou que não existem dados que comprovem o cenário citado pelo representante do Ministério.

TETO DE GASTOS E LUTA CONTRA RETROCESSOS

Para o psiquiatra Pedro Gabriel Delgado, Doutor em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo, o início do desmantelamento da política de saúde mental se deu em 2016, com o congelamento de gastos da Emenda Constitucional 95, e se acentuou com a portaria 3588 e a resolução 32 da CIT, que reinsere hospitais psiquiátricos na RAPS.

Pedro Gabriel também demonstrou preocupação com a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas. “Não é possível que a política de drogas seja vista como uma política separada da saúde mental”.

“É uma sucessão de medidas de fragilização, de enfraquecimento da política de saúde mental, de sucateamento dos serviços, dos CAPS, de privilégio do financiamento de comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos”, afirmou.

Sobre a situação de pessoas em situação de rua, o psiquiatra defendeu uma atuação efetiva do Estado. “As condições sociais adversas têm que fazer com que o Estado se responsabilize mais em ofertar serviços de saúde mental, de acolhimento e de atenção. A fragilidade dos laços sociais, da renda, da habitação, se tornam fatores de risco e agravamento das condições de saúde mental”.

“Eu vejo com uma imensa preocupação o sucateamento da rede de saúde mental, está em curso, sim, uma política de degradação dos serviços e, mais do que isso, de degradação do próprio trabalho dos trabalhadores de saúde

mental”, disse, reforçando que dados apontam para um sofrimento intenso físico e psíquico vivenciado pelos trabalhadores da saúde, que seriam associados à falta de uma direção sanitária que aponte para a vida e não para a morte.

O psiquiatra destacou que existe atualmente uma migração de recursos e de estratégias do campo da saúde mental para uma política proibicionista de drogas no Ministério da Cidadania, e defendeu um fortalecimento da resistência das organizações contra retrocessos.

REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Débara Duprat, ex-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, recordou que foi ainda no período da ditadura que se organizou o movimento da reforma psiquiátrica, juntamente aos movimentos pela democracia, que defendiam a ideia de participação, de cidadania e de liberdade.

“A Lei 10.216, de saúde mental, é muito forte na ideia de banir a existência de espaços asilares, espaços em que as pessoas ficam distantes do mundo e da vida e também contra a ideia da estigmatização de sujeitos, por isso que a ideia dos hospitais gerais é tão importante, porque acaba com isso de um espaço para determinadas categorias de sujeitos”.

Duprat destacou que essa característica está presente também na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao direito brasileiro com status de norma constitucional, e na Emenda 108/2020, que trata da ordem social e exige que qualquer formulação de política pública tem que ter participação social.

A ex-procuradora destacou que o Brasil vivencia um momento de conflitos com dados e lembrou um episódio ocorrido em 2017, quando um ministro que defendia que havia no país uma epidemia de crack se negou a publicar uma pesquisa da FioCruz que demonstrava que o que havia crescido no Brasil era o aumento do consumo de opioides sintéticos, consumidos por pessoas com mais recursos financeiros.

“Quando desconhecemos dados, nós não temos políticas eficientes. E ficamos naquela ideia de que há sujeitos mais perigosos, que são aqueles que estão na rua, que fazem uso de determinadas drogas. Aqueles que incomodam devem ser contidos, devem ser invisibilizados”, afirmou, sobre a ausência de dados confiáveis que possibilitem o acompanhamento das políticas”.

Duprat concluiu elogiando ação proposta pela Defensoria Pública da União contra a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas. “Uma pessoa que está com a sua personalidade em desenvolvimento precisa ter os encontros da vida, estar em liberdade, aprender na diversidade, ela ser colocada numa comunidade terapêutica é uma das coisas mais perversas”.

CENÁRIO DE AMEAÇAS A DIREITOS CONQUISTADOS

“Há uma ameaça ao cuidar em liberdade, ou ao cuidado. Cuidar com aprisionamento, com despersonalização, com o sujeitamento, não é cuidado, é controle, é controlar corpos para que seja mantida a sua invisibilização, o seu silenciamento e a sua apartação”, apontou a deputada Érika Kokay.

A parlamentar argumentou que a institucionalização elimina as subjetividades das pessoas, e que as vítimas desses processos buscam o resgate da própria identidade.

“Este país já provocou muitos suplícios, e são sempre os mesmos corpos que são vítimas desse suplício. Não tem mais por que retomar ou fortalecer com outro nome, através das comunidades terapêuticas, essa lógica de migração da saúde mental para a lógica proibicionista, ou seja, para a lógica da segurança, da apartação. Nós sofremos muitas ameaças no que este país já conquistou em vários aspectos, inclusive na concepção de Estado”, encerrou.

18. DIREITOS SOCIAIS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

18.1. Evolução do direito à educação é examinada em audiência pública da CDHM

O Observatório Parlamentar da RPU verificou, em 25 de junho, a evolução do direito à educação no Brasil. A audiência pública foi a oitava realizada pelo Observatório, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas, que tem como objetivo examinar o cumprimento das recomendações feitas ao Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal, para melhorar a situação dos direitos humanos em diferentes áreas.

Linair Moura, da Diretoria de Educação Especial do Ministério da Educação, destacou que houve crescimento expressivo no número de matrículas em classes inclusivas no Brasil desde o início dos anos 2000, resultado de ações e programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC), que partem de uma perspectiva de inclusão.

“Nós temos um modelo de inclusão. E queremos possibilitar que realidades locais possam implementar modelos também, desde que obedeçam aos princípios a que o Brasil tem se aliado na perspectiva de proporcionar a igualdade de participação entre os estudantes com e sem deficiência. O Brasil tem realizado esforços e tem alcançado os resultados expostos nos dados oficiais”.

Linair Moura ressaltou que, devido às diferentes realidades locais, culturais e socioeconômicas em um território com a dimensão do Brasil, a questão é um grande desafio. “O Fundeb tem sido um grande instrumento para proporcionar essa igualdade de condições. Uma política que subsidiou e potencializou o crescimento da inclusão no Brasil”, afirmou.

Igor Miranda, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, reforçou que a inclusão de pessoas com deficiência está presente tanto no texto constitucional brasileiro formal quanto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, inserida no ordenamento jurídico brasileiro.

Miranda apontou que o MEC deveria se posicionar pela revogação do Decreto 10.502/2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial, por incentivar a criação de escolas e classes especializadas. O decreto está suspenso por liminar em razão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), relatada pelo Ministro Dias Toffoli, que considerou que a política contraria o modelo brasileiro expresso na Constituição ao deixar de enfatizar a absoluta prioridade da matrícula de pessoas com deficiência no sistema educacional geral, e não em classes apartadas. Miranda também adiantou que em agosto ocorrerá audiência pública para discutir a questão.

César de Oliveira Gomes, Diretor da Escola Nacional da Defensoria Pública, destacou que a Defensoria expediu recomendações para a continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) neste contexto de pandemia, especialmente em regiões rurais e comunidades quilombolas, e do fornecimento de merenda escolar a alunos de baixa renda. Gomes também ressaltou que a Defensoria vem atuando para buscar viabilizar instrumentos tecno-

lógicos que possibilitem que comunidades periféricas possam continuar estudando no atual momento.

O defensor informou que a DPU possui grupo de trabalho focado em avaliar a implementação da Lei 10.639/2003, que dispõe sobre a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da Rede de Ensino, e da Lei 11.645/2008, que inclui a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena no âmbito do ensino fundamental e médio.

A deputada Rosa Neide (PT/MT), que presidiu a audiência, enfatizou que a Comissão de Educação vem debatendo o Sistema Nacional de Educação (SNE) e que é preciso incluir as minorias e a diversidade nacional dentro do Sistema.

NECESSIDADE DE MAIS INVESTIMENTO

Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, reforçou a importância do financiamento do Plano Nacional da Educação (PNE) e de ações de combate à discriminação de gênero e raça, e apontou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 cortou 27% do orçamento da educação, sendo que o recurso inicial já era insuficiente, e que balanço sobre o PNE indica que menos de 15% dos objetivos do Plano serão cumpridos no prazo.

Pellanda destacou que apenas 5 das 20 metas do PNE estão parcialmente cumpridas depois de 7 anos de existência do documento. Sobre a meta 4 do PNE, que trata da universalização do acesso à educação para população de 4 a 17 anos com deficiência, reforçou que os dados utilizados ainda são os do Censo de 2010, que indicavam 190 mil crianças, adolescentes e jovens com deficiência fora da escola, e argumentou que a ausência de dados compromete o monitoramento.

A coordenadora ressaltou que a meta 20 do PNE, de ampliar o investimento em educação pública até atingir o mínimo de 7% do PIB, foi prejudicada desde 2016, com a emenda de teto de gastos, e que a situação ainda foi agravada durante a pandemia. E destacou sugestões que podem auxiliar no cumprimento das recomendações da RPU relacionadas ao direito à educação: encerrar políticas de austeridade e destinar investimentos adequados; o fim de políticas discriminatórias, como a militarização das escolas, o aparelhamento do Enem e a desconstrução da Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, além da contenção de proposições autoritárias que vão na contramão do PNE, como propostas sobre educação domiciliar, de desconstrução do PNAE e a PEC 32 (Reforma Administrativa), que desvaloriza os profissionais.

“O Fundeb é um grande passo para o financiamento e a valorização dos profissionais da educação, mas não é suficiente. A gente precisa de mais recursos para fazer frente aos impactos da pandemia”, afirmou Andressa.

“A gente não precisa inventar a roda. O Plano Nacional de Educação é um dos grandes norteadores e a gente precisa investir para que esse plano saia do papel”, afirmou Marcele Frossard, também da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

PANDEMIA E O ALARGAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Enio Pontes, do Fórum Nacional Popular de Educação, destacou que a pandemia intensificou as desigualdades, com o aumento da pobreza, da fome e do desemprego, e que a educação pública foi gravemente afetada, pois grande parte dos alunos não teve condições de aderir ao ensino remoto, pela falta de acesso à internet e a equipamentos. “A pandemia atinge a todos, mas os efeitos dessa crise afetam os mais pobres de uma maneira muito mais cruel”.

Pontes argumentou que as alternativas tecnológicas antecipadas pela pandemia não podem desconsiderar as desigualdades social, econômica e estrutural vivenciadas no Brasil, e defendeu que a retomada das aulas presenciais só aconteça no momento em que sejam tomadas todas as medidas de saúde e segurança sanitária.

“A educação deve desenvolver o ser humano na sua completude, aliando o conhecimento científico ao saber humanístico, tendo como objetivo a formação de cidadãos aptos a se inserir de maneira produtiva, reflexiva e crítica na complexa sociedade em que estamos vivendo. Educação é um direito, e garantir a educação de forma eficiente, qualitativa e inclusiva é um dever do Estado. Sem educação não tem desenvolvimento, sem educação não tem cidadania, não tem dignidade”, disse.

Fátima Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, apontou retrocesso em todas as políticas devido à Emenda Constitucional 95 (teto de gastos). Fátima reforçou que é preciso considerar o impacto da pandemia em todas as áreas e que a ausência de políticas específicas aumentou a exclusão. Silva destacou que somente este ano, com a Lei 14172, foi garantido o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.

“O Fundeb, o qual nós consideramos uma agenda positiva, que foi aprovada neste parlamento, no meio da pandemia, em função da austeridade fiscal, se encontra bastante ameaçado na sua efetivação”, afirmou.

REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DE ESTUDANTES

Iago Montalvão, da União Nacional dos Estudantes (UNE), destacou que o Brasil vive um momento de ausência de políticas públicas educacionais, e que isso pode ser percebido em pesquisas atuais, que apontam a falta de perspectiva da juventude brasileira. O Atlas das Juventudes apontou que mais da metade dos estudantes brasileiros com idade entre 17 e 24 anos não sabem se vão realizar a prova do Enem. Para Iago, isso demonstra a falta de incentivo para ingressar no ensino superior. Montalvão destacou que isso é um sintoma grave de retrocesso, reforçando ainda que a evasão vem aumentando, e que em 2021 já chega a 36%.

Montalvão também demonstrou preocupação com as pessoas de baixa renda, em especial com a situação de indígenas e quilombolas, que vêm sofrendo com a diminuição de bolsas permanência.

Para o estudante falta estratégia, diálogo, mas principalmente financiamento. Iago apontou que as universidades tive-

ram uma redução de 1 bilhão de reais em seus orçamentos. “É preciso recompor o orçamento da Universidade Brasileira, da educação brasileira. Isso passa por discutir a emenda constitucional do teto de gastos, mas passa também por uma urgente liberação de créditos extraordinários, porque senão as universidades não vão dar conta de funcionar”.

Para Rozana Barroso, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a educação básica é hoje o setor mais afetado pela pandemia e pela falta de acesso. Rozana defendeu que é preciso debater um plano nacional sobre educação em tempos de pandemia, pois crianças e adolescentes estão há mais de um ano sem acessar a educação por falta de acesso à internet, computador, ou sem alimentação.

“Vida, pão, vacina e educação. Essas quatro palavrinhas resumem a luta dos estudantes brasileiros neste momento em que a gente tem enfrentado tantas dificuldades. Mas seguimos firmes na luta em defesa da educação, em defesa da escola pública, que é o foco neste momento. Nós precisamos falar dos milhões de estudantes que estão sem estudar e lutar pelo nosso direito de estudar”, afirmou, reforçando que a educação básica pública precisa de investimento.

ATAQUES À EDUCAÇÃO

“Nós estamos assistindo não só à desconstrução das políticas educacionais, mas à reconfiguração das políticas educacionais para uma educação a serviço da obediência, a serviço de uma sociedade cada vez mais desigual”, afirmou Denise Carreira, da plataforma Dhesca Brasil.

Denise defendeu a necessidade de atuação contra a política econômica de austeridade, exemplificada pela Emenda 95, que tem inviabilizado o Plano Nacional de Educação, e contra grupos ultraconservadores que defendem projetos como o Escola Sem Partido e o de educação domiciliar e atuam na perseguição de profissionais da educação. “Estudos comprovam que a educação domiciliar contribui para o aumento da violência doméstica e para abusos sexuais contra crianças e adolescentes, fragiliza políticas de educação inclusiva e corrói a democracia, por impossibilitar por meio da escolarização o convívio social e a aprendizagem para a diferença”, disse.

Carreira ainda reforçou que é preciso fazer uma defesa das políticas de ação afirmativa. “A lei de cotas, a Lei 12.711, completará dez anos. É necessário que a lei seja renovada e as políticas de ação afirmativas sejam fortalecidas e ampliadas para a maior democratização do ensino superior e o enfrentamento das profundas desigualdades raciais e sociais no país”.

“Aqueles que querem uma escola amordaçada, que fazem um discurso para a sociedade dizendo que os meninos precisam ir para a escola aprender português e matemática e que o restante eles aprenderão com a família e com a vida, negam a capacidade de crescimento, interação, da diversidade que está em volta. Nós aprendemos na escola, nós aprendemos na família, nós aprendemos na vida. São nas relações que a gente é capaz de construir conhecimento”, defendeu a deputada Rosa Neide.

18.2. A educação libertadora de Paulo Freire

Foto: Câmara dos Deputados



Maria Eduarda Krasny

Quatro comissões da Câmara dos Deputados realizaram no dia 20 de setembro seminário para lembrar a trajetória e o legado do Patrono da Educação Brasileira. Freire completaria 100 anos de nascimento.

Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva o nome dele, Paulo Freire desenvolveu um pensamento pedagógico de forte conotação política. Para ele, o maior objetivo da educação seria o de conscientizar o aluno.

Na semana passada, em 16/9, uma decisão liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro proibiu o governo federal de “praticar qualquer ato institucional atentatório à dignidade do professor Paulo Freire”.

A ação foi movida pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, que argumentou que o governo federal realiza “movimentos desqualificadores” contra Paulo Freire, que recebe “ofensivas e injustificadas críticas”. O próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, em 2018, que iria expurgar “a ideologia de Paulo Freire da educação”.

Em 1963, em Angicos (RN), ele comandou um programa que alfabetizou 300 pessoas em um mês. Em 1964, o educador coordenava o Plano Nacional de Alfabetização do presidente João Goulart. Com o golpe militar, foi preso e depois seguiu para o exílio no Chile. Lá, escreveu seu livro mais conhecido, “Pedagogia do Oprimido”.

No livro, Freire defendia que o objetivo da escola seria ensinar o aluno a “ler o mundo para poder transformá-lo”. Para ele, isso faria com que os pobres e vulneráveis entendessem a condição de oprimidos e agissem em favor da própria libertação.

Nita Freire, viúva do educador, lembra que ele “foi uma alma generosa, que cuidou e esclareceu as coisas do senso comum para as camadas populares se assumirem enquanto sujeitos da sociedade e se inserirem enquanto existência humana”.

Paulo Freire nasceu em Recife, em 1921, filho de uma família de classe média. Estudou Direito, mas não seguiu a carreira, e encaminhou a vida profissional para o magistério.

ESPERANÇAR

Realizado pelas Comissões de Legislação Participativa (CLP), Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Educação (CE) e de Cultura (CCULT), o seminário foi proposto pelos parlamentares Luiza Erundina (PSOL/SP), Marília Arraes (PT/PE), Lídice da Mata (PSB/BA), Danilo Cabral (PSB/PE), Leonardo Monteiro (PT/MG) e Waldenor Pereira (PT/BA), presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP).

A deputada Luiza Erundina, vice-presidente da CLP, destaca que “a existência de milhões de pessoas dedicadas à prática educacional libertadora é prova suficiente de que seu nome e sua obra não serão esquecidos. Todos os dias, seus livros e artigos são lidos, desdobrados e usados como referência para a ação transformadora através da educação”.

Um educador especial, cordial, bem-humorado, que gostava de contar e ouvir histórias, é como se lembra de Paulo Freire a doutora em Educação Lisete Arelar.

“A qualidade do ensino implicava em amorosidade e em professores animados no trabalho. Isso criava um outro patamar de relacionamento. Na gestão dele na Secretaria Municipal de São Paulo, as escolas foram abertas aos finais de semana para que alunos, famílias e professores se reunissem. Foram formados conselhos que faziam a gestão democrática das escolas”, disse Arelar.

Pedro Pontual, do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe, afirma que a mensagem central que Paulo Freire traz, especialmente para hoje no Brasil, é “de esperança, com o verbo esperar, um conjunto de práticas e ações que dão sentido de construir uma alternativa histórica, e que inclui a possibilidade de existir no mundo”.

“Freire transformou muita gente e virou referência internacional através da sua educação humanista. Mesmo assim, o governo federal em nenhum momento fez referência aos 100 anos de nascimento do patrono da educação brasileira, parece que um dos maiores educadores do mundo não existe”, disse Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM.

A deputada Marília Arraes (PT/PE) também lembra que “Paulo Freire fez tudo que hoje é destruído pelo governo federal, ele trabalhou para termos um povo educado, autônomo e soberano. Mas o governo quer transformar o país numa fazenda e não numa grande nação. Paulo Freire é resistência e está vivo em todos nós”.

“Que cada um aprenda a dizer a sua própria palavra”

“Para mim, ‘A Pedagogia do Oprimido’ é muito forte porque, ao longo da minha vida como professor, vi que o livro deixa uma mensagem muito clara para que cada um aprenda a dizer a sua própria palavra. Ou seja, tenha a possibilidade de se expressar no mundo. A palavra é aquilo que garante às pessoas presença na humanidade, a presença no mundo”, afirma Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da USP.

A atualidade do pensamento de Paulo Freire também foi trazida por Agostinho Rosas, professor da UFPE. “Com Paulo Freire aprendemos a superar o medo da vida e da liberdade, e isso é um ato político, corajoso. Nosso processo de caminhada é assumir ‘eu sou sujeito que faz história, eu produzo conhecimento pela minha força de trabalho’. Então, o pensamento dele é profundamente atual, porque é revolucionário”.

“Para Paulo Freire, o respeito pelo que cada pessoa traz ao processo de conhecer é radicalmente democrático, porque o indivíduo constrói o conhecimento. O resultado é mais rico do que apenas recolher as conclusões que outros produzem”, coloca o deputado Waldenor Pereira, presidente da CLP.

O FUTURO

Sérgio Haddad, pesquisador de Paulo Freire e autor de “O Educador: Um perfil de Paulo Freire”, afirma que as atividades pelo centenário do educador estão entrando numa quarta fase.

“Primeiro, vieram as publicações e releituras de livros, depois a história, em seguida como o legado dele ajuda a pensar o momento atual. E esse quarto tempo é como ele pode nos ajudar a pensar o futuro. Por exemplo, vemos a promoção de uma escola vertical, civil militar, excludente, o próprio ministro diz que a universidade ‘é para poucos, as pessoas com deficiência devem ser apartadas’, entre outras aberrações como a base curricular nacional, avaliações de massa e a meritocracia”.

Porém, Haddad lembra que a “história não para, não morre. Freire nos convoca a sonhar, aqueles sonhos que tratam de superar as desigualdades e as discriminações, e assim anunciar um outro mundo possível. Isso é esperar, não ficar parado, buscar o futuro, ainda mais quando os caminhos parecem intransponíveis. O futuro não é inexorável”.

Também participaram parlamentares líderes de bancadas; Mario Sergio Cortella, ex-secretário municipal de Educação de São Paulo; Selma Rocha, ex-assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Maria Monica Melo, pedagoga do Instituto Capibaribe, em Recife.

Durante o seminário foram realizadas apresentações culturais. A íntegra do encontro, em áudio e vídeo, está disponível na página da CLP.

Texto: Pedro Calvi

18.3. Observatório da RPU debate cumprimento das recomendações feitas ao Brasil sobre trabalho e redução da pobreza

Foto Câmara dos Deputados



Diretor do escritório da Cepal em Brasília, Carlos Henrique Fialho Mussi

O Observatório Parlamentar da RPU examinou, no dia 29 de setembro, o cumprimento das recomendações feitas ao Brasil para melhorar a situação de trabalho no país e para reduzir a pobreza e a desigualdade.

A audiência pública foi a 17ª realizada pelo Observatório Parlamentar da RPU, parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que verifica a evolução dos direitos humanos no Brasil.

RECUPERAÇÃO PÓS-COVID 19

Carlos Henrique Fialho Mussi, diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas em Brasília, afirmou que relatório recente do órgão apontou a desigualdade vivenciada pelos países em uma retomada econômica pós-Covid 19. “É uma recuperação que traz ainda mais desigualdade, pobreza, pouco investimento e baixa produtividade. A recuperação pós-Covid apenas acentuou a necessidade de reformas estruturais. Vivemos um grande momento de incerteza. Essa recuperação não assegura um crescimento sustentável.

“Os impactos sociais apenas pioraram com a crise. A pandemia também tem piorado o estado do meio ambiente. Recentes relatórios e o próprio discurso do secretário António Guterres na abertura da Assembleia Geral nos alertam que o nosso tempo está acabando para cuidar do planeta”, disse.

Mussi lembrou que o ambiente ainda é de muitas incertezas: ondas de contágio, tempo de eficácia das vacinas e grande assimetria entre os países no acesso a imunizantes. “E, portanto, a recuperação ou até a retomada de níveis que tivemos antes da pandemia nos parece cada vez mais distantes”.

“Nós temos que fortalecer o papel do Estado, sustentar políticas fiscais e monetárias expansivas, potencializar o investimento, dar continuidade às transferências de emergência, dar força ao sistema de proteção social, estruturar os sistemas de educação e saúde e políticas transversais, incluindo questões de gênero na questão social e na política industrial setorial na área produtiva. Também temos que pensar numa integração produtiva regional da América Latina e voltar a discutir um pacto global sobre uma arquitetura financeira internacional”, recomendou Carlos Henrique como caminhos para a superação da crise.

TRABALHO E REDUÇÃO DA POBREZA

Renato Zerbini, presidente do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC ONU), reforçou que são as condições justas e favoráveis de trabalho que possibilitam vidas decentes aos trabalhadores e a suas famílias.

“A primeira [condição] seria a proibição do trabalho forçado e da exploração social e econômica de crianças e jovens, a ausência de violência e assédio, licença maternidade, paternidade ou parental paga. Todos os trabalhadores têm direito a um salário justo, à igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, sem distinção de qualquer

tipo”, listou Renato, a respeito dos elementos que devem estar presentes em trabalhos decentes.

Thaís Dumê Faria, Oficial Técnica em Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT), reforçou que as normas internacionais sobre o trabalho têm como objetivo garantir que o desenvolvimento econômico seja centrado no bem-estar de todos.

“O trabalho decente para homens e mulheres se constitui no eixo central da estratégia necessária para o avanço na superação da pobreza, da fome e da desigualdade social. O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos principais mecanismos por intermédio dos quais os seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas”, afirmou Thaís.

“Entretanto, não é qualquer trabalho que promove a superação da pobreza e da desigualdade. Além da remuneração adequada, o trabalho decente também supõe o acesso aos direitos associados ao trabalho e à proteção social e, quando combinado com aumento de produtividade, igualdade de oportunidades, de tratamento, tem o potencial de diminuir exponencialmente a pobreza extrema e a fome por meio do aumento e melhoria da distribuição de renda”, complementou a oficial sobre a importância da promoção do trabalho decente.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Luis Felipe Batista de Oliveira, Secretário de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, destacou que apesar da alta taxa, o programa executado pelo Brasil de apoio às empresas salvou milhões de empregos no momento de crise.

“Graças ao programa de benefício emergencial de manutenção de emprego e da renda, nós conseguimos preservar cerca de 11 milhões de empregos no país, foi garantido o emprego durante o acordo e por igual período, e esse efeito ainda é mantido. A gente entende que a sustentabilidade é indispensável para termos conseguido alcançar o maior programa de preservação de empregos da história”, disse.

Luis Felipe reconheceu que é preciso fazer mais e defendeu a necessidade de o Congresso retomar a discussão para a inclusão de pessoas de baixa renda e beneficiários do programa Bolsa Família no mercado de trabalho, que possivelmente encontrarão dificuldades no pós pandemia.

Fernanda Marsaro dos Santos, diretora do Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacou que o MMFDH vem trabalhando para amenizar os impactos sociais e econômicos resultantes da pandemia da Covid-19.

Sobre a recomendação de Singapura (176), para ampliar a promoção de igualdade de gênero, em particular para mulheres das áreas rurais, das famílias de baixa renda, Marsaro apontou o programa “Qualifica Mulher”, que tem como objetivo promover ações de capacitação e qualificação profissional, bem como a geração de emprego as mulheres. “O programa foi instituído em dezembro de 2020 e com menos de um ano de existência já promove ações

em 18 estados do Brasil. Já chegamos a beneficiar 33 mil mulheres”, afirmou, reconhecendo a necessidade de um olhar ainda mais atento ao público feminino das áreas rurais.

QUALIDADE DE VIDA PARA O TRABALHADOR

Alair Luiz dos Santos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), defendeu que a questão do trabalho deve ser abordada de forma conjunta com outras políticas, como habitação, saúde, educação e lazer. “É preciso pensar no trabalho, no emprego, seja ele o trabalho de empregado ou um trabalho autônomo em propriedades rurais, mas também pensar no trabalho que garanta a qualidade de vida do trabalhador”.

O representante da CONTAG também afirmou que as mudanças trabalhistas vêm gerando afastamento do emprego formal e que muitos trabalhadores estão perdendo acesso a direitos.

Débora Nunes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, reforçou que as medidas adotadas atualmente são insuficientes e pouco sentidas na realidade das pessoas. “A vida do povo tem sido cada dia mais dura”, afirmou.

A representante do MST reforçou a discrepância entre as situações vivenciadas no Brasil atualmente, com o aumento da fome indicado por pesquisas recentes, que demonstraram que 19 milhões de brasileiros passaram fome em 2020 e 116 milhões conviveram com algum grau de insegurança alimentar, enquanto o agronegócio brasileiro registra recordes de produção e super safras.

“A gente percebe o impacto disso e como a fome volta a ser uma questão presente. Existe um abismo no nosso país. É necessário que nós possamos relacionar esse tema a questões estruturais, a exemplo da falta de investimentos na agricultura, além do desmonte de políticas, negligenciando os trabalhadores e trabalhadoras”, apontou Débora, que ainda lamentou o veto total ao projeto Assis Carvalho II, que tem como objetivo socorrer e fomentar a produção da agricultura familiar neste momento de crise.

TETO DE GASTOS

Getúlio Vargas Júnior, da Coalizão Direitos Valem Mais, reforçou que a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) prejudica o financiamento das políticas sociais. “Entendemos que tão importante quanto cumprir a responsabilidade fiscal, afinal, ninguém é a favor do uso indiscriminado do recurso público, é o Estado arcar com a sua responsabilidade social. Então, nenhuma medida pode se dar em cima da qualidade do serviço público”.

“A realidade da periferia do nosso país é fome, e só não é pior porque aqueles que são mais pobres são os mais solidários entre si, mas não podemos contar com a solidariedade, é preciso políticas públicas que garantam comida no prato dos brasileiros”, disse Getúlio, que destacou também que, em 2021, ano mais letal da pandemia, a Saúde teve orçamento reduzido em 40 bilhões de reais, quando comparado ao de 2020.

Nathalie Beghin, do Instituto de Estudos Econômicos (Inesc), apontou que nos últimos 30 anos diferentes governos construíram ações integradas para o enfrentamento da fome, desde a estratégia Comunidade Solidária de Fernando Henrique Cardoso, ao Fome Zero, com o ex-presidente Lula, e ao Brasil Sem Miséria, do governo Dilma, coordenando ações federais e envolvendo estados e municípios.

“O que esses planos tinham em comum? Um conjunto de ações que vão do campo da agricultura até a comercialização dos alimentos, passando pelas ações universais de saúde e educação, pelas políticas de transferência, acesso à água, enfim, um conjunto de ações que tenta enfrentar problemas como a pobreza, a fome, a desigualdade”, reforçou, apontando que com desmonte do SUS, SUAS e SISAN, a fome volta a fazer parte da agenda brasileira.

“E além disso, eu gostaria de apresentar outras três dimensões: a gente não vai conseguir enfrentar a fome, a pobreza, a desigualdade, sem combater o racismo, o sexismo, que estão na raiz das nossas desigualdades no Brasil, a gente não vai conseguir enfrentar a fome e a desigualdade se não retomar a participação da sociedade civil e se não acabar com o teto de gastos”, finalizou.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar sobre as 12 recomendações voltadas à promoção do trabalho e à redução da pobreza e desigualdade, indicou sete como não cumpridas, quatro em retrocesso e em uma das recomendações foi verificado avanço.

O documento aponta que o cumprimento das recomendações foi impactado pelo contexto de crise e de mudança na estratégia de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Os indicadores avaliados mostram descontinuidade da atuação governamental em direção a menor desigualdade e a maiores ganhos para trabalhadores, especialmente os mais pobres.

Segundo o relatório, o auxílio emergencial evitou que milhões de brasileiros mergulhassem na mais absoluta miséria. Com o fim do benefício, é provável que as taxas de pobreza assumam patamares maiores que os observados antes do início da pandemia de Covid-19.

Além disso, o Novo Regime Fiscal (teto de gastos) impede a necessária expansão da cobertura e transferência de renda do Bolsa Família, sobretudo no contexto pós-pandemia. O documento apontou ainda que mais de 1,3 milhão de famílias elegíveis aos benefícios do programa permaneceram meses ou anos sem acessar as transferências de renda, o que as expôs ao risco de insegurança alimentar.

A avaliação do relatório é de que a pobreza será agravada pelo fim do auxílio, pelo alto índice de desemprego e pela disparada da inflação, que se aproxima da casa de 2 dígitos e vem corroendo o poder de compra da renda das famílias mais pobres.

18.4. Observatório Parlamentar debate direitos humanos e redução das desigualdades

Foto Câmara dos Deputados



A CDHM, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, realizou no dia 8 de dezembro audiência pública em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado internacionalmente em 10 de dezembro.

O encontro debateu a relação do acesso aos direitos humanos com a redução das desigualdades e marcou o encerramento do ciclo de audiências realizadas no âmbito do Observatório Parlamentar em 2021.

“A promoção dos direitos humanos está conectada de forma indissolúvel ao combate das desigualdades que vulnerabilizam principalmente setores específicos da sociedade, como mulheres e meninas, povos indígenas, afrodescendentes, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas idosas, entre outros”, afirmou Carlos Veras.

“As atividades da CDHM e de seus parceiros visam fazer desse princípio [Declaração Universal dos Direitos Humanos] uma realidade concreta na vida de todos e todas”, completou.

DESAFIO GLOBAL

Para Sílvia Rucks, Coordenadora Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil, promover a igualdade entre as pessoas, os países e os povos tornou-se um grande desafio global, especialmente quando verificamos os impactos da pandemia.

“Precisamos encontrar caminhos para promover o desenvolvimento sustentável, de modo a garantir os direitos econômicos, civis, culturais, políticos, sociais e ambientais inerentes a todas as pessoas. A igualdade é a chave desse processo: não podemos deixar ninguém para trás”, disse.

Sílvia Rucks celebrou a realização das 25 audiências públicas no âmbito da RPU, que, em sua visão, promoveram um debate profícuo em torno das recomendações feitas ao país para garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados.

“Todos os temas debatidos nas audiências dialogam diretamente com as desigualdades enfrentadas pela sociedade brasileira. A partir dessas ricas discussões, estão sendo produzidos relatórios públicos, com dados valiosos para subsidiar políticas públicas e a atuação de parlamentares, de modo a construir uma sociedade mais resiliente e menos desigual, disse.

INICIATIVA DE VANGUARDA

Jan Jarab, representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, iniciou sua participação argumentando que, na data em que se celebra os direitos humanos, é importante reafirmar os direitos fundamentais, a sabedoria e o legado de todas as pessoas envolvidas na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“É uma honra para o Escritório para a América do Sul do Alto Comissariado da ONU celebrar esta data internacional na CDHM da Câmara dos Deputados. Nesta Casa se celebra a diversidade, se fortalecem lutas, se busca a igualdade”, disse.

Jan Jarab lembrou que a data enfatiza os muitos desafios que aguardam esforço coletivo para serem solucionados: “A crise climática, o conflito por terras, a criminalização de pessoas defensoras [dos direitos humanos] são desafios urgentes. A discriminação estrutural da população negra e indígena também; a desigualdade histórica, que segue

crescendo no tempo da pandemia”, elencou. “É preciso fazer mais, e melhor. Reconstruir uma sociedade baseada no afeto e no respeito às diferenças”, frisou.

Para Jarab, a realização das 25 audiências na CDHM é uma “iniciativa de vanguarda”, no que compete ao comprometimento do Parlamento no monitoramento das recomendações recebidas no âmbito da RPU.

“A União Europeia tem origem em dois grandes conflitos mundiais, em que os direitos humanos foram de muitas formas violados. Então, o projeto europeu é baseado no respeito aos direitos humanos e continuamos permanentemente tentando nos aperfeiçoar, porque ninguém faz tudo certo sobre direitos humanos, e a União Europeia não é uma exceção, temos muito a melhorar. Sempre que podemos falar de direitos humanos, a União Europeia vai querer acompanhar”, afirmou Ignacio Ybanez, Embaixador Chefe da delegação da União Europeia.

Mariana Neris, Secretária de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, elogiou o trabalho realizado pelo Observatório. “Quero parabenizar a Comissão pela realização de todos esses encontros e audiências, pelo trabalho realizado, pela escuta de todas as organizações e movimentos sociais e pela oportunidade de fazer conhecidas as ações do governo federal em todas essas audiências”, disse.

CENÁRIO DE AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES

André Carneiro Leão, Defensor Nacional de Direitos Humanos Substituto, da Defensoria Pública da União (DPU), destacou dados que ilustram o aumento da desigualdade no país, como o índice Gini, que subiu de 88 para 89, a desigualdade racial, expressa no dado de 75% das pessoas negras estarem no grupo de pessoas com menor rendimento, e a desigualdade de gênero, demonstrada pela redução da participação de mulheres no mercado de trabalho, de 53% para 45%.

“A Constituição estabelece que é objetivo fundamental da nossa República erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Trata-se, portanto, de uma política de Estado, e não de governo. Acabar com a fome deve ser um compromisso de todos nós. Apesar da existência desse dispositivo constitucional, o que se observa no Brasil é a manutenção ou a ampliação das desigualdades”, disse, lembrando também a desigualdade de acesso à justiça, pois a defensoria só está presente em 30% da rede de justiça.

Ana Maria Moraes, Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), destacou a preocupação com iniciativas legislativas que poderiam violar direitos humanos. “O Brasil vive hoje a fome. A fome é a falta do direito humano elementar, você não pode acessar nenhum outro direito se você não tem acesso à alimentação. E hoje, para enfrentar a fome no Brasil só tem uma política pública: reforma agrária. A reforma agrária vai garantir moradia, escola, acesso à terra e à produção de alimentos”, disse, antecipando o lançamento da campanha de “Natal sem fome” da entidade.

SAIBA MAIS: DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O Dia Internacional dos Direitos Humanos celebra a oficialização da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948.

Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a DUDH é um marco na história dos direitos humanos e estabelece a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas e inspirou constituições de muitos Estados e democracias recentes.

18.5. Mortes, por frio, de pessoas em situação de rua em São Paulo

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), solicitou no dia 1º de julho, providências urgentes ao Governador de São Paulo, João Doria, ao prefeito da cidade, Ricardo Nunes, e ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, General João Camilo, para apurar a morte de sete pessoas em situação de rua. As pessoas teriam morrido nos dias 29 e 30 de junho devido ao intenso frio na madrugada na cidade de São Paulo.

O parlamentar demandou também esforços para garantir às pessoas em situação de rua acesso a políticas públicas de assistência social, moradia e saúde, em observância à Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Segundo matéria do G1, o Movimento Estadual dos Moradores em Situação de Rua contabilizou sete mortes entre terça e quarta-feira. Quatro mortes teriam ocorrido na quarta, na noite mais fria dos últimos cinco anos, quando os termômetros marcaram 6ºC. “A prefeitura disse não ter como atestar as mortes citadas, já que quem determina a causa de mortes é o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), da USP, ou o Instituto Médico Legal, dois órgãos estaduais”, detalha a reportagem.

Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em 2015, apontou que somente na cidade de São Paulo existiam aproximadamente 15 mil pessoas em situação de rua. Em todo o Brasil, são cerca de 222 mil pessoas vivendo nas ruas, de acordo com Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em março de 2021, primeiro mês da pandemia da Covid-19 no país.

Segundo informações da Defensoria Pública da União, 88,5% dessa população não é alcançada pelos programas governamentais.

O parlamentar destacou que é imprescindível o acompanhamento do caso pelo Poder Público, para apurar possíveis falhas na implementação de políticas públicas voltadas a essa população.

Também foram encaminhados ofícios ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luiz Fux, solicitando que a Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários priorize a Política Nacional para a População em Situação de Rua no processo de elaboração de uma política judiciária para essa população; ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Augusto Aras, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de estudos e estratégias da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP; e ao Defensor Público Geral União, Daniel de Macedo, para que o GT Rua possa atuar para garantir, especialmente à população de rua das cidades brasileiras mais frias, o acesso a políticas públicas de moradia e assistência social.



Rosana Veiga - Chefe Nacional de proteção à Criança do UNICEF no Brasil - Audiência pública do Observatório Parlamentar da RPU - Direitos das crianças e dos adolescentes - Foto: Câmara dos Deputados

19. CRIANÇAS E ADOLESCENTES

19.1. Abuso sexual infantil online

Em alusão ao 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, deputadas da Comissão de Seguridade Social e Família discutiram na segunda-feira (17) meios de fortalecer as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. O tema também foi debatido em audiência na Comissão de Legislação Participativa.

Além disso, o Facebook, em parceria com a SaferNet Brasil, lançou campanha para aumentar a conscientização sobre o que fazer ao encontrar imagens ou vídeos de abuso sexual infantil online e os canais corretos de denúncia.

As denúncias deveriam ser feitas diretamente para as plataformas (Facebook, Instagram e WhatsApp) ou na Central Nacional de Denúncias da SaferNet, ou pelo disque 100.

O Ministério Público Federal e a ONG SaferNet Brasil identificaram mais de 6 mil sites com conteúdo criminoso, envolvendo principalmente abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes. Os registros de pornografia infantil foram descobertos após denúncias feitas por internautas entre fevereiro de 2017 e agosto de 2018. Destas, 832 já são objeto de investigação pelo MPF.

O MPF teve acesso à base de dados da SaferNet, que registrou mais de 57 mil denúncias no período analisado. Dessas notificações, cerca de 6 mil possuíam informações que permitiram a investigação de crimes de pornografia infantil. Além das denúncias que já são objeto de investigação do MPF, 269 notificações foram enviadas ao Ministério Público do Estado de São Paulo, por relatarem crimes que cabem à Justiça Estadual. Outros 5.888 sites foram encaminhados rapidamente às respectivas centrais de denúncias no exterior, para que cada país localize os hospedeiros do material criminoso em seu território.

Fundada em 2005, a SaferNet Brasil é uma organização civil, com atuação nacional, sem fins lucrativos, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil, se consolidou como entidade referência no enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet.

19.2. Direitos das crianças e adolescentes são debatidos pelo Observatório Parlamentar da RPU

O Observatório Parlamentar da RPU examinou no dia 17 de novembro em audiência pública o estágio de cumprimento pelo Brasil de 11 recomendações voltadas ao aprimoramento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Os participantes apontaram que é necessário um orçamento maior para garantir a proteção de crianças e adolescentes, lamentaram a proposta que trata da redução da idade mínima para o trabalho e manifestaram preocupação com órfãos da COVID-19.

ESFORÇOS NECESSÁRIOS

Rosana Vega, Chefe Nacional de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil, elencou recomendações para garantir os direitos de crianças e adolescentes no Brasil: suplementação das políticas públicas para combater a violência contra crianças e adolescentes, fortalecimento de canais de denúncias de violações e a necessidade de manter um sistema de informações que contribua com a formulação de políticas públicas efetivas.

A representante da UNICEF ainda reforçou a necessidade de busca ativa para crianças que estão fora da escola e da efetivação da Lei Menino Bernardo, que proíbe castigos físicos e tratamentos cruéis ou degradantes.

“Recomendamos também a implementação urgente do pacto federativo para a redução da violência letal como resposta a mortes violentas de crianças e adolescentes. Temos dados de que entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil”, apontou.

AVANÇOS CONQUISTADOS

Fernanda Ramos Monteiro, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comentou a respeito dos avanços que se tem obtido na promoção dos direitos da Criança e do Adolescente e no enfrentamento de violações de direitos desse segmento social.

Monteiro ressaltou as ações feitas em resposta às recomendações 194, 195 e 204, citando, por exemplo, a ampliação dos canais de denúncia, a criação da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a participação do país na Cúpula Global de Enfrentamento à Exploração Sexual Infantil na Internet.

Monteiro também mencionou o Programa Vem Viver, destinado à prevenção da violência contra o público infanto-juvenil, em especial ao enfrentamento da evasão e do abandono escolar e ao fortalecimento de vínculos familiares. O programa, que é um piloto, está sendo aplicado em cinco municípios brasileiros.

“A gente quer validar [o programa] e quer ouvir não só aqueles que estão envolvidos, como diretores das escolas e todos aqueles que fazem parte da rede de proteção dos municípios, mas também os adolescentes que estão diretamente envolvidos”, disse.

Sobre as recomendações 199 e 206, Monteiro mencionou como exemplo de atuação do órgão a importância do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), com a criação de 766 novas vagas desde 2019 e a realização de capacitações para agentes socioeducativos e profissionais que atuam na área.

COVID- 19

“Nós temos um problema seríssimo que são os órfãos da COVID. Milhares de famílias tiveram seus entes mortos. O Brasil precisa encontrar soluções para a proteção dessas crianças e adolescentes”, afirmou Edmundo Ribeiro, do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Edmundo lamentou também o enfraquecimento da participação social e a interrupção das atividades do Conanda, e destacou a necessidade de compromisso de todo o Estado brasileiro com o cumprimento das recomendações da RPU.

“Nós temos 113 mil crianças que perderam ou o pai ou a mãe ou um responsável, ou ambos. Se a gente considerar crianças que têm os avós como cuidadores, esse número sobe para 130 mil. Nós vamos colocar essas crianças na invisibilidade também ou o Estado brasileiro vai assumir a responsabilidade e garantir a proteção social para essas famílias tão fragilizadas nesse momento?”, reforçou Tânia Dornellas, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A defensora pública Camila Dória Ferreira, Coordenadora da Comissão da Infância e Juventude da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (ANADep), afirmou que mesmo depois de 32 anos do Estatuto da Criança e Adolescente, uma das legislações mais avançadas do mundo relacionadas aos direitos humanos, ainda é preciso fazer muito para garantir os direitos de meninos e meninas no Brasil.

“Ao contrário de tudo que determinam as normatizações relativas à infância, o que se tem visto, especialmente nos últimos anos, são crianças com fome, em situação de rua, fora da escola e trabalhando nas piores formas. O que se tem visto e ouvido são discursos e decretos, projetos de lei, propostas de emenda constitucional que fragilizam os necessários programas de transferência de renda, segregam meninos e meninas com deficiência, visam à redução da idade mínima para o trabalho e da maioridade penal, atentam contra a doutrina da proteção integral e ignoram a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento das crianças e dos adolescentes”, afirmou a defensora.

TRABALHO INFANTIL

“Infelizmente, ele [trabalho infantil] ainda é uma realidade no Brasil. Nós temos um milhão e 800 mil crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos no trabalho. A maioria desses trabalhadores são meninos. Outro dado que nós temos é o de 66% de meninos negros no trabalho infantil, ou seja, tem recorte de classe e de raça. Quem defende o trabalho não defende para todas as crianças”, lamentou Tânia, afirmando que o foco deveria ser a erradicação de todas as formas de trabalho infantil até 2025, mas que a Câmara dos Deputados vai na contramão e discute proposta de redução da idade mínima para trabalho.

“Quando a gente fala em trabalho infantil, nós estamos falando de pobreza, de racismo estrutural, das desigualdades sociais e da exclusão escolar. O trabalho infantil afeta o pleno desenvolvimento cognitivo, as habilidades e a definição dos interesses das crianças e dos adolescentes. E o mais grave: infelizmente nós temos uma sociedade que naturaliza o trabalho infantil, especialmente em momentos de crise”, complementou.

CRIANÇAS INVISIBILIZADAS

Marcos Antônio da Silva Souza, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, apontou a necessidade de um orçamento maior para dar conta dos desafios e lamentou que ainda hoje a violência e a letalidade sejam algo presente na vida de crianças e adolescentes negros e pobres.

“Nós temos um agrupamento que termina ficando de fora, estamos chamando de crianças invisíveis ou crianças invisibilizadas. É inadmissível não termos políticas educacionais, por exemplo, para crianças e adolescentes em situação de rua. São basicamente crianças de famílias chefiadas por mulheres, na sua maioria descendentes indígenas ou negras e que são filhos da classe trabalhadora mais precarizada deste país”.

Tânia apontou também a questão da invisibilização das crianças do campo. “A gente sabe historicamente que o campo sempre esteve ausente das políticas públicas, nos últimos anos nós tivemos mais de 80 mil escolas do campo fechadas”.

“Lugar de criança é na escola. Quando criança eu tinha que andar nove quilômetros todos os dias, ia e voltava, para poder estudar na cidade. É importante a gente fazer esse debate: da educação do campo, no campo”, afirmou o presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE).

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar aponta que o Brasil deu continuidade aos esforços que foram responsáveis por avanços nas últimas décadas, como o programa Bolsa Família, mas também indica um baixíssimo esforço orçamentário e problemas consideráveis na organização e gestão das políticas públicas associadas aos direitos da criança e do adolescente, colocando o Brasil ainda muito distante da proteção e promoção adequada desses direitos.

Segundo o documento, seis recomendações (199, 195, 203, 204, 205 e 206) foram consideradas como não cumpridas, como a da Estônia, para aprimorar o sistema de responsabilidade para com a juventude, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, pois não foram encontrados programas novos ou reestruturação relacionados ao tema, o orçamento permanece baixo e, segundo dados da Controladoria Geral da União, 48% das políticas voltadas para as crianças não possuem nem coleta de dados e 79% não divulgam seus resultados.

O relatório também destaca que não foram identificados esforços para fortalecer programas que combatam a prostituição infantil (Indonésia), implementar a Lei Menino Bernardo (Liechtenstein), para combater a violência sexual,

especialmente de crianças e adolescentes que vivem nas ruas e em abrigos (Maldivas), enfrentar o trabalho infantil (Liechtenstein) e para rejeitar propostas legislativas que preveem a redução da maioria penal (Uruguai).

A recomendação da Armênia (201), para dar continuidade aos esforços direcionados à promoção dos direitos das crianças, foi considerada cumprida, já que políticas exitosas, a exemplo do Bolsa Família e do programa Criança Feliz, foram continuadas. Foram identificados progressos em três recomendações: 202, 194 e 208.

Na recomendação da Sérvia (202), para priorizar instalações de cuidado do tipo familiar em detrimento de abrigos e incluir o acolhimento temporário como um instrumento de proteção especial para crianças, foi percebido aumento de 3,9 para 6,8% na participação do acolhimento familiar nos serviços de acolhimento.

Sobre a recomendação da Austrália (194), para aumentar o foco na implementação de políticas de combate à violência familiar, em especial a violência contra mulheres e crianças, apesar do baixo orçamento, o relatório reconhece como avanços a aprovação da Lei nº 13.431/2017, que estabelece o “sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência” e o desenvolvimento pelo UNICEF e MMFDH de aplicativo com finalidade educativa e de formulação de denúncias, por parte das crianças e adolescentes, da violação de seus direitos.

Outro avanço apontado é relacionado à recomendação da Suíça (208), sobre medidas para eliminar efetivamente os casamentos infantis e forçados: o documento destaca que o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.811/2019, que suprimiu qualquer brecha legal para o casamento de menores de 16 anos.

A recomendação da Turquia (207), para eliminar a discriminação contra crianças em situação de rua e em áreas rurais, bem como crianças com deficiências e pertencentes a outros grupos minoritários, e tomar todas as medidas necessárias para prevenir o abuso de suas vulnerabilidades, foi considerada em retrocesso. O Relatório destaca que o Decreto nº 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, vai contra a implementação de uma política educacional inclusiva.



Audiência pública para lembrar os 1000 dias da tragédia na boate kiss
Foto: Arquivo Câmara dos Deputados

20. BOATE KISS

20.1. Pedido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O presidente da CDHM, Carlos Veras, solicitou em 4 de abril à presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Antonia Urrejola Noguera, prioridade à petição de notificação do Estado Brasileiro, referente à tragédia da Boate Kiss.

O incêndio, em janeiro de 2013, provocou a morte de 242 pessoas e fez outras 636 vítimas. A Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria fez um pedido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que dê prioridade à notificação do Estado brasileiro quanto à petição P-170-17.

Segundo a associação, nenhum agente público foi responsabilizado. Passados oito anos, essas vítimas sobreviventes, muitas com gravíssimas complicações respiratórias, não recebem do Estado brasileiro todas as medicações de que necessitam. Segundo reportagem veiculada em 2019 na imprensa, pelo menos seis pais morreram em decorrência de doenças relacionadas à perda dos filhos na tragédia.

A presidência da CDHM reforçou a solicitação, para que a demora da justiça não penalize ainda mais os familiares e as vítimas da tragédia.

ATUAÇÃO DA CDHM

A CDHM atua no caso desde 2015, quando foi realizada audiência pública para tratar do tema. Os familiares cobraram punição às autoridades e argumentaram que a impunidade é mais um entrave para amenizar a dor dos familiares das vítimas. Em 2019, familiares e parlamentares pediram à Raquel Dodge, então Procuradora-Geral da República, a federalização do caso, que foi tratado no âmbito do Observatório de Desastres.

A screenshot of a Zoom meeting. The main video shows a woman with long dark hair wearing a patterned top, speaking. In the bottom left corner, there is a small video thumbnail of a man in a black shirt. At the bottom of the screen, there is a white text overlay: "que eu tenho no meu coração, porque sempre foram tão competentes e atenciosos às demandas para garantir direitos." The Zoom interface includes a top bar with "Visualizar Cópia" and "Visualizar", and a bottom bar with icons for "Participantes", "Ajuda", "Compartilhar tela", and "Reações". A "Sair" button is in the bottom right corner.

Senadora Mara Gabrilli - Audiência Pública Observatório Parlamentar da RPU
Direitos das pessoas com deficiência - Foto: Câmara dos Deputados

21. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21.1. Evolução dos direitos das pessoas com deficiência é examinada pelo Observatório Parlamentar da RPU

Captura e Montagem Fernando Bola



O Observatório Parlamentar da RPU verificou na sexta-feira (16/07) o cumprimento das recomendações feitas ao Brasil no âmbito da RPU para melhorar a situação dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

A audiência pública foi a décima realizada no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, iniciativa da Câmara dos Deputados em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e verificou a

evolução de oito das 242 recomendações aceitas pelo Brasil no último ciclo da RPU, iniciado em 2017.

Os participantes da sociedade civil manifestaram preocupação com propostas legislativas que vão contra o estabelecido na Convenção Internacional sobre pessoas com deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão, lamentaram a interrupção das atividades do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência (CONADE) e defenderam a importância da participação popular na construção das políticas.

“É importante que o Brasil assuma esse compromisso de responder às recomendações com ações efetivas para sanar os graves problemas de violação de direitos humanos que nós temos no país”, afirmou o deputado Helder Salomão (PT/ES), que presidiu a audiência.

“Apesar de termos uma legislação nacional ampla e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar múltiplas barreiras para exercer cidadania. São barreiras de toda sorte, diversas formas de discriminação que acabam impedindo a efetiva participação na sociedade”, afirmou a Senadora Mara Gabrilli, Membro do Comitê da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

“A gente percebe que ainda falta muito para que a Convenção seja cumprida, para que a Lei Brasileira de Inclusão seja efetivamente cumprida e para que a nossa Constituição, no que tange à cidadania, à dignidade e à promoção do bem de todos, ainda seja efetivamente cumprida”, apontou Caio Silva de Sousa, do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Em relação às recomendações 209, de Mianmar, e 210, de Portugal, que tratam da assistência a pessoas com deficiência em condição de vulnerabilidade, com o objetivo de garantir padrões dignos de vida, o relatório preliminar apontou progresso com avanços legislativos para concessão do BPC e pensões para pessoas com Síndrome da Talidomida e com Síndrome Congênita do Zika Vírus.

Sobre as recomendações 211, do Egito, e 213, da Líbia, de implementação de políticas públicas relativas aos direitos das pessoas com deficiência, o relatório preliminar apontou progresso, com a regulamentação de dispositivos da Lei 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

RECOMENDAÇÕES NÃO CUMPRIDAS

A análise em relação à recomendação 212, do Irã, sobre o combate à discriminação em razão da deficiência, é de que ela não foi cumprida. O relatório sugere a revogação dos Decretos 9.546/2018 10.014/2019 e 10.502/2020, por afrontarem preceitos da Constituição de 1988, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão.

Sobre a recomendação 214, da Mongólia, relacionada ao fortalecimento do direito de mulheres, crianças e pessoas com deficiência, a avaliação do relatório é de que encontra-se em estagnação, visto que não foram identificadas leis e iniciativas específicas voltadas a esses segmentos.

O relatório preliminar apontou como não cumpridas as recomendações 215, de Israel, e a 216, do Estado da Palestina, relacionadas à participação de pessoas com deficiência na força de trabalho, com especial atenção a mulheres com deficiência. Os dados analisados apontam baixa participação das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, correspondendo, em média, a 1,1%, indicando que, mesmo depois de 30 anos da Lei das Cotas, não se observa mudança efetiva no cenário, inclusive no serviço público.

No entanto, o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei 6.159/2019, que flexibiliza o cumprimento da reserva de vagas para empregados com deficiência, mediante pagamento de multa. O documento pede atenção à edição de leis e decretos que podem ameaçar fundamentos e direitos garantidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela LBI.

REPRESENTANTE DO GOVERNO

“O auxílio-inclusão foi regulamentado e, embora esteja delimitado aos beneficiários do BPC, a perspectiva é de que seja um instrumento de estímulo ao ingresso no mercado de trabalho [de pessoas com deficiência], e a depender dos resultados, poderá ser ampliado no futuro”, afirmou Priscilla Gaspar, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em apresentação.

Priscilla Gaspar é surda e a assessora bilíngue, Dânnia Vasconcelos fez a versão voz da Secretária, que se comunicou por meio Libras durante a apresentação realizada por teleconferência.

O auxílio inclusão, previsto na Lei no 13.146 (LBI), é um benefício financeiro, no valor de meio salário mínimo, a ser pago à pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado formal de trabalho. No entanto, só podem ser beneficiárias as pessoas que recebem o BPC ou já foram beneficiárias nos últimos cinco anos, e que recebam remuneração de até dois salários mínimos. A nova política pública deve ser implementada a partir de outubro deste ano.

Priscila afirmou que a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência vai analisar os decretos citados como discriminatórios pelo relatório para tomar providências. Também elencou medidas voltadas para pessoas com deficiência, como a estruturação do Cadastro Inclusão, regulamentação da LBI, inclusão dos recortes de mulheres e crianças com deficiência nas políticas setoriais, cooperação técnica internacional com o programa Eurosocial, além de estudo e revisão de normativos para tornar as políticas mais efetivas.

DECRETO 10502/2020

O deputado Helder Salomão lembrou que o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos na América do Sul entende que o Decreto 10.502/2020, que cria a Política Nacional de Educação Especial, viola a promoção de uma educação inclusiva e se posicionou de forma favorável ao PDL 427/2020 que pretende sustar os efeitos do Decreto.

No entanto, o Decreto ainda é motivo de debates. Moisés Bauer, presidente executivo do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência, reconhece a necessidade de ajustes do Decreto, mas defende a coexistência dos dois modelos. “Eu não estou defendendo o decreto na sua íntegra, estou defendendo um entendimento de que no ordenamento jurídico brasileiro, em conformidade com a convenção e a Constituição, é possível sim termos ambientes apropriados para o melhor desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência e isso não significaria discriminação”.

“Eu entendo que a polêmica se instala sobre a educação inclusiva não pelo fato de ela não ser melhor, mas pela falta de investimento para uma educação inclusiva da melhor qualidade possível”, disse Izabel de Loureiro Maior, Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Primeira Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ela afirmou que o necessário é investimento, e que se os recursos previstos na LBI tivessem sido disponibilizados, esse debate não seria necessário.

Raphael Otávio Bueno, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), afirmou que o Ministério Público entende o Decreto como um retrocesso, que representa uma volta ao passado, com classes paralelas para pessoas com deficiência. Ele afirmou ainda que o Ministério Público identificou um vácuo na legislação em relação à contratação de professores para a educação especial, pois não inclui um modelo de contratação que contemple professores com habilidades diferenciadas.

INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

“Nós não podemos admitir que, 30 anos depois de comprovação de que os dispositivos não são suficientes para implementar uma empregabilidade efetiva para as pessoas com deficiência, o próprio poder público, na política de cotas no serviço público, receba um tratamento desigual em relação às empresas privadas”, disse Moisés Bauer Luiz, Presidente Executivo do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência.

“Quando a gente pensa no número de vagas existentes pela Lei de Cotas, ainda temos uma lacuna na contratação das pessoas com deficiência no nosso país. Qual é a solução do problema? Vamos fazer uma campanha para empregabilidade? Não, vamos criar um projeto para que a empresa que não cumpra a lei pague uma multa”, alertou Caio Silva.

CONSELHO NACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“Cada uma das leis precisa passar pelo crivo do confronto com o texto constitucional, pelo crivo do Conselho Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência. O ‘nada sobre nós, sem nós’, no Brasil, está tecnicamente prejudicado, porque o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência não está em ação”, destacou Izabel Maior.

PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Raphael Otávio Bueno, da PFDC, afirmou que houve desrespeito à prioridade na vacinação das pessoas com deficiência no Plano Nacional de Imunização a COVID-19, por estados e municípios e pelo judiciário.

“Quando a gente olha as recomendações que foram feitas para o Brasil, assistência necessária a grupos vulneráveis, esforços para consolidar direitos, se a gente pensar em tudo isso e tem uma convenção que informa que, em casos de calamidade pública, a pessoa com deficiência tem que ter atendimento prioritário, e no primeiro plano nacional de imunização da COVID-19 a pessoa com deficiência não é incluída em nenhuma das três fases prioritárias, a gente tem um problema”, afirmou Caio Silva.

O encontro contou com a participação da deputada Erika Kokay e de Milton Nunes Toledo, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

21.2. Parlamentares defendem importância do modelo brasileiro de educação inclusivo para Ministro Milton Ribeiro

Foto Fábيا Pessoa



O ministro da Educação, Milton Ribeiro, participou de reunião no dia 1 de setembro com parlamentares das Comissões de Educação, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos e Minorias. A reunião decorreu da apresentação de requerimentos sobre a fala do ministro à imprensa.

Em entrevista concedida ao programa Novo Sem Censura, da TV Brasil, no dia 9 agosto, ele afirmou que “a criança com deficiência era colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia. Ela atrapalhava, entre aspas, essa palavra falo com muito cuidado, ela atrapalhava o aprendizado dos outros”.

Na reunião, Milton Ribeiro reconheceu que o comentário foi infeliz e que o tema é algo sensível e com linguagem própria. “Fiz referência a atrapalhar entre aspas, com todo o cuidado. Mas reconheço que a palavra tem conotação pejorativa e magoa as pessoas. Logo fui na rede social e pedi desculpas. Não é da minha formação religiosa colocar situações que coloquem esse desconforto, muito menos para deficientes”, disse.

O ministro argumentou que falava sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores para dar atenção aos diferentes alunos, com e sem deficiência. E que o governo, na figura da primeira dama, tem dado atenção especial ao público, inclusive para os super dotados.

RISCO DE DISCURSOS EQUIVOCADOS

“Quando a criança desde cedo aprende a conviver com aquele que é diferente, ela passa ter uma visão de mundo também diferente. Aprende também a ser mais solidária, a estar no lugar do outro. A nossa luta é cotidiana, pelo respeito, pela inclusão, para que nossos filhos possam exercer seu direito de ir e vir sem sofrer qualquer tipo de preconceito e discriminação. Uma fala dessas dói demais, desestabiliza, quando a gente escuta dizer que nossos filhos atrapalham, que não têm a mínima condição de estar com os outros”, afirmou a deputada Rejane Dias (PT/PI), presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é mãe de uma filha com deficiência intelectual severa.

O deputado Felipe Rigoni (PSB/ES) demonstrou preocupação com o que seria uma tendência a desestimular a inclusão, que o ideal é que todas as escolas sejam preparadas para atender pessoas com deficiência. E apontou que determinados comentários podem gerar afastar pessoas com deficiência das classes regulares.

“O norte tem que ser ‘um dia seremos todos inclusivos’, e não a preferência pelas escolas especiais. Elas têm um papel na sociedade. Agora, o norte precisa ser a inclusão. A gente precisa de um direcionamento, recursos, tempo, orçamento para que um dia possamos receber qualquer tipo de deficiência. Tenho muito receio de que se coloque preferencialmente que os alunos com deficiência vão para escolas especiais. O que acontece quando isso é dito é que vários diretores de escolas comuns começam a avisar aos pais que aquela escola não é para o filho deles, mesmo que ela esteja relativamente preparada”, apontou.

PRIORIDADE DEVE SER A INCLUSÃO

Os parlamentares presentes reforçaram que a inclusão de crianças com deficiência na sala de aula regular é benéfica, tanto para os alunos com deficiência quanto para os que não possuem, pois favorece o respeito às diferenças e o cuidado com o próximo. Defenderam ainda que a política de inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares possui um arcabouço normativo, estruturado ao longo de décadas, como resultado de ampla discussão em nível nacional e internacional.

Dorinha Seabra Rezende, Presidente da Comissão de Educação, demonstrou preocupação quanto aos recursos para a construção e manutenção de salas de recursos, para formação continuada dos professores e para adaptação física para acessibilidade das escolas na educação regular na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência, preocupações que foram reforçadas pelos outros deputados presentes.

“A posição da Frente Parlamentar Mista de Educação é de que a função do MEC, das Secretarias Estaduais e Municipais, no que se refere aos alunos com deficiência, é de garantia de acesso aos conteúdos do currículo oficial brasileiro.”, comentou o deputado Israel Batista (PV/DF), presidente da FPME.

DECRETO INCONSTITUCIONAL

O Decreto nº 10.502 cria a Política Nacional de Educação Especial. O deputado Helder Salomão (PT/ES) lembrou que, enquanto presidente da CDHM, solicitou às Nações Unidas análise sobre PDL que pretende sustar os efeitos do decreto. O Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas manifestou-se a favor do PDL, por entender que o decreto viola aspectos da educação inclusiva previstos inclusive na Constituição brasileira, como mencionado acima neste relatório.

Érika Kokay (PT/DF) também demonstrou preocupação com o Decreto. “O ideal é que todas as pessoas com deficiência estejam na escola regular, na escola inclusiva, e que a escola seja preparada para que você tenha todas as crianças e adolescentes, e isso deveria ser uma meta prioritária. Nós sabemos que existe um período de transição, mas tem que ser uma lógica permanente”.

POSIÇÃO DO MEC

Victor Godoy, Secretário-Executivo do MEC, afirmou que a pasta vem procurando auxiliar estados e municípios a utilizar recursos para reformas e formação de professores, inclusive com cursos EAD. Afirmou ainda que a prioridade da pasta é a alfabetização e a transição tecnológica na educação. Sobre o Decreto, o secretário explicou que existe uma cartilha que explica a centralidade dada à inclusão pelo Plano e que as classes especiais são exceção à regra, mas reconheceu a necessidade de rever parte da política, reforçando a prioridade dada à educação inclusiva.

O Ministro foi acompanhado ainda por Crisiane Nunes Bez Batti, Diretora de Política de Educação Bilíngue de Surdos, Nídia Regina de Sá, Diretora de Educação Especial, e Ilda Ribeiro Peliz, da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação.

Participaram também da reunião os deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Tabata Amaral (PDT/SP)

Como encaminhamento, os presidentes das três comissões solicitaram estudo sobre orçamento disponível e gastos para a construção e manutenção de salas de recursos, para formação continuada dos professores e para adaptação física para acessibilidade das escolas na educação regular na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência.

21.3. Jogos Paralímpicos de Tóquio

Os presidentes das Comissões de Direitos das Pessoas com Deficiência, deputada Rejane Dias (PT/PI), e o de Direitos Humanos e Minorias, deputado Carlos Veras (PT/PE), celebram a atuação dos atletas brasileiros e a melhor campanha realizada até hoje pelo Brasil em Paralimpíadas. Leia a nota, de 9 de setembro.

NOTA DE CONGRATULAÇÃO

Os Jogos Paralímpicos de Tóquio se encerraram e, com eles, o mundo teve mais uma amostra da riqueza que a diversidade proporciona. Eventos como esse nos dão a oportunidade de desenvolver um olhar sem capacitismo ou discriminação e demonstram a importância de se oferecer recursos para que todas e todos exerçam suas capacidades.

Afinal, como estabelece o marco da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, de 2007, a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras das atitudes e dos ambientes, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades.

Parabenizamos, em particular, os atletas brasileiros, que conquistaram 72 medalhas, sendo 22 ouros, 20 pratas e 30 bronzes. Esses esportistas deram ao Brasil a excelente sétima colocação no quadro geral.

Esses guerreiros mostram que o Brasil é e pode ser grande. Vocês foram gigantes!

Deputada Rejane Dias (PT/PI), Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Deputado Carlos Veras (PT/PE), Presidente da CDHM

21.4. Parlamentares cobram cumprimento de cotas para pessoas com deficiência em concurso da PRF

O deputado Carlos Veras (PT/PE), presidente da CDHM, e a deputada Rejane Dias (PT/PI), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, solicitaram no dia 1 de fevereiro ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, informações sobre a apuração da denúncia de descumprimento da Lei Brasileira de Inclusão no concurso público da Polícia Rodoviária Federal de 2021.

De acordo com a denúncia, encaminhada pela Ouvidoria da Câmara dos Deputados e também repercutida na imprensa, haveria eliminações sistemáticas de pessoas com deficiência nos concursos da PRF. Segundo o relato, no certame realizado em 2021, na etapa da avaliação biopsicossocial, quando ocorre a validação da deficiência dos candidatos e das suas aptidões para exercer o cargo, somente 9 dos 97 candidatos teriam sido considerados aptos pela banca examinadora.

A denúncia afirma ainda que 47 candidatos com deficiência teriam conseguido liminares para participarem do Curso de Formação, e que 91% teriam sido aprovados, demonstrando que são pessoas com deficiência plenamente

capazes de exercerem as atribuições dos cargos. Outros candidatos teriam conquistado, também por ações judiciais, o direito de participar de uma segunda turma do curso de formação, prevista para ser realizada em março.

Segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir sua participação plena na sociedade, cabendo ao Estado minimizar essas barreiras e tornar a sociedade verdadeiramente inclusiva.

Os parlamentares reforçaram que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146), promulgada em 2015, proíbe a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

E apontaram que o Decreto nº 9.508/2018, utilizado como parâmetro legal no concurso da PRF 2021, que veda a possibilidade de o candidato com deficiência utilizar, nas provas físicas, no estágio probatório e no período de experiência, adaptações adicionais àquelas que o candidato já disponha, foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O Decreto nº 9.508, que estabelece ainda que os critérios de aprovação nas provas físicas poderão ser os mesmos para candidatos com e sem deficiência, e outros normativos infralegais recentes foram criticados durante audiência pública realizada em julho de 2021 pelo Observatório da Revisão Periódica Universal, sediado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Em março de 2021, o Ministro Luís Roberto Barroso, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6476, concedeu liminar considerando “inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos”, bem como “inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública”. A liminar foi referendada por unanimidade do Pleno do Supremo Tribunal Federal em setembro de 2021.

22. PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE

Foto Câmara dos Deputados



(Pessoa atingida pela Hanseníase, Eva Pereira Nunes)

22.1. Audiência pública debate história e memória das pessoas atingidas pela Hanseníase

Foto Câmara dos Deputados



Tereza Nelma (PSDB/AL)

A CDHM debateu no dia 24 de setembro possíveis processos de tombamento dos espaços e edificações relacionados à história e à memória das pessoas atingidas pela hanseníase.

A audiência pública foi proposta pelas parlamentares Vivi Reis (PSOL/PA) e Tereza Nelma (PSDB/AL), que argumentaram que os chamados “patrimônio da dor” e “patrimônio sensível” são fundamentais para reconhecer as histórias de populações e grupos sociais que tiveram suas narrativas invisibilizadas e sufocadas.

“Esse fortalecimento da questão patrimonial e cultural pode ajudar a romper com esse estigma associado às pessoas atingidas pela hanseníase”, afirmou Vivi Reis.

“O tombamento dos espaços das histórias e memórias da hanseníase representa muito para toda a sociedade, por despertar em nós a empatia e nos ajudar a enxergar a valorização dos direitos humanos perdidos numa época de eventos traumáticos”, disse Tereza Nelma, reforçando que a preservação poderia ser também uma das formas de reparação do Estado brasileiro pelas violações cometidas.

“Não podemos voltar ao passado e construir a vida dessas pessoas, nem devolver a elas tudo que lhes foi perdido. Porém, temos o dever de reconhecer o erro e buscar preservar esse patrimônio, que não é somente a história das pessoas atingidas pela hanseníase, mas sim a história”, complementou Tereza Nelma, que também defende a criação de uma frente parlamentar para dar visibilidade ao tema.

CUIDADO COM AS PESSOAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para Alice Cruz, Relatora Especial das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Pessoas Afetadas pela Hanseníase e seus Familiares, a reflexão em torno do tema deve se concentrar em dois pontos essenciais: pessoas que foram segregadas e seus descendentes e a importância desses espaços para a educação em direitos humanos.

“Essas pessoas têm direito de decidir se querem continuar a viver aí, têm direito a receber atenção por parte do Estado no que concerne a saúde, segurança social, oportunidades de emprego e educação”, defendeu.

“E esse também é o papel dos hospitais colônias no mundo, que podem ser instrumentos poderosos de educação em direitos humanos”, afirmou Cruz, sobre a importância da história para a construção de sociedades justas e igualitárias.

“A minha sugestão é que pensemos nessas duas coisas não separadamente, mas interconectadas, o cuidado das pessoas e a construção de sociedades onde o Estado não viola direitos, mas os promove e garante através da educação em direitos humanos”.

Para Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a história da Hanseníase no Brasil faz parte de uma série de lesões sistemáticas aos direitos humanos protagonizadas pelo Estado brasileiro, que naturalizou o isolamento e manteve essa política até a década de 1980. Yuri lamentou a invisibilização do tema, ainda desconhecido pela enorme maioria da população, e reforçou a necessidade de políticas de reparação aos atingidos e seus familiares.

“Desde a década de 70 do século dezanove [1870], cientificamente já se tinha conhecimento do bacilo da Hanseníase, de que ela não é uma doença fatal, cuja transmissão pode ser controlada. Nós tivemos o Estado brasileiro prorrogando, prolongando por décadas o tratamento pautado no isolamento de dezenas de milhares de pessoas no Brasil”.

“Se a gente não tem memória, se a gente não consegue saber o que aconteceu com a política do isolamento, o que isso trouxe de consequência para as pessoas que foram isoladas e seus familiares, a gente está fadado a repetir os erros do passado”, reforçou Thiago Flores, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN).

“A sociedade como um todo não entrava dentro desses locais de isolamento porque achava que era algum perigo para a sociedade”, lembrou Thiago, afirmando que os hospitais colônia são importantes patrimônios materiais e imateriais.

“É importante lembrar a política de isolamento, para que atrocidades ligadas ao isolamento compulsório não aconteçam novamente. Isso tem acontecido diariamente nas grandes cidades do Brasil, na questão dos usuários de crack e outras drogas. Em 2021, dezenas e dezenas de filhos são separados das suas mães. Quando não se tem uma política de preservação das famílias, as pessoas são arrancadas, retiradas, colocadas para adoção, é uma política muito parecida, inclusive”, destacou.

MMFDH

Claudio Castro Panoeiro, Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tomou posse recentemente, afirmou que a Secretaria vai desenvolver iniciativa para recuperar essas histórias a partir de visitas às colônias e entrevistas com as pessoas atingidas.

“Muitos deles têm idade avançada e é importante fazer o resgate dos discursos, das histórias e das memórias que têm sobre aqueles locais, para que isso passe ao conhecimento da população”, disse.

Panoeiro afirmou que expediu ofícios buscando resgatar o registro de imóveis dessas colônias, como forma de recriar a cadeia fundiária e procurar formas para resolver a questão dos imóveis. “É importante a reconstrução dessa cadeia dominial para que nós possamos, a partir dela, conseguir encontrar a solução do problema”.

“Em relação ao processo de tombamento propriamente dito, existe um contato com a embaixada do Japão para que eles nos ajudem na primeira fase”, antecipou.

RELATO DE QUEM VIVEU A EXPERIÊNCIA

“Fui atirada lá e presa. Sete anos sem sair. A gente colocava o pé no portão e todo mundo corria. No ônibus era: ‘olha, tem leproso’, nós íamos correndo para o mato. Eu só queria saber por que me levaram assim, sem dizer nada”, contou Eva Pereira Nunes, pessoa atingida pela Hanseníase e internada com 12 anos em uma colônia.

“Fiquei todo esse tempo lá, e lá é minha casa”, comentou. Eva lembrou ainda que a família, inclusive o pai, tinha muito medo, e não “quiseram saber” dela. Hoje com 76 anos de idade, ela ainda vive na Colônia Itapuã, a 60 quilômetros de Porto Alegre.

“Para onde nós vamos? Agora eu estou no fim da vida já, estou muito doente”, revelou, dizendo que sua casa era o seu mundo e pedindo para ali permanecer.

23. MIGRANTES E REFUGIADOS

Foto: Câmara dos Deputados



(Irmã Rosita, do Instituto Migrações e Direitos Humanos)

23.1. Audiência pública reforça a importância da regularização migratória durante a pandemia da Covid-19

A CDHM debateu no dia 4 de agosto a regularização migratória e o fechamento de fronteiras no contexto da pandemia da Covid-19.

A audiência pública, presidida pelos parlamentares Carlos Veras e Fernanda Melchionna (PSOL/RS), contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, de pesquisadores do tema, de organizações da sociedade civil, entre outros. Representantes da Casa Civil* e da Caixa, convidados para o debate, não compareceram.

“Direitos humanos não têm fronteiras, nem direitos sociais”, afirmou a deputada Fernanda Melchionna.

Flavio Diniz, diretor substituto do departamento de migrações do Ministério da Justiça, argumentou que o próprio enfrentamento à pandemia afetou o fluxo migratório. Flavio apontou que as portarias que limitam as migrações

foram editadas de forma excepcional e temporária por recomendação da Anvisa, e que já estariam sendo flexibilizadas. “Mas a política migratória nacional não foi alterada, ela está passando por um momento mundial muito difícil. Inclusive essa última portaria, a 655, conseguiu um avanço, que foi o retorno da operação Acolhida, para o fluxo venezuelano”, disse.

O Delegado de Polícia Federal André Zaca Furquim, da Coordenação-Geral de Polícia de Imigração do Ministério da Justiça, explicou que as fronteiras terrestres estão fechadas e que os modais marítimos e aéreos seguem regras específicas. “As pessoas que violam essas portarias e acabam passando a fronteira terrestre sem permissão não estão sujeitas à regularização migratória. É uma consequência da portaria, e a Polícia Federal, como executora da polícia de migração, não tem como de forma discricionária interpretar isso de maneira diferente”, afirmou, indicando que seria algo excepcional devido às razões sanitárias.

“Esse universo de pessoas era muito maior, até a publicação da Portaria 655, no dia 23 de junho. A grande novidade dessa portaria é a reabertura da fronteira com a Venezuela para fins de acolhimento”, disse, informando que a regularização dessa parcela migrante significativa pode ser retomada. O delegado informou ainda que a instituição estuda a realização de mutirões para dar conta da demanda reprimida.

AUMENTO DAS DESIGUALDADES

Jobana Moya, da Campanha Regularização Já, reforçou que o fechamento das fronteiras e a não regularização migratória ampliou as desigualdades e dificultou o acesso aos serviços públicos.

“Também é do nosso interesse o desenvolvimento do Brasil, somos parte desse território. E para isso precisamos estar regularizados, precisamos que entendam que é um direito humano o direito a migrar, e que não podemos permitir que sigam fechando as fronteiras”.

“Nós não somos números, somos pessoas, estamos aqui. Queremos ter uma cidadania plena”, reforçou Jobana, defendendo a aprovação do PL 2699, da bancada do PSOL, e do PDL 344, da senadora Mara Gabrilli.

FECHAMENTO AMBÍGUO

Para o Procurador Regional da República André de Carvalho Ramos, Coordenador do GT Migração e Refúgio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, é fundamental que haja respeito aos tratados internacionais, especialmente ao Estatuto dos Refugiados

André de Carvalho destacou que a Lei da Pandemia não estabeleceu as sanções de restrições vistas nas portarias e apontou que o fechamento realizado no Brasil foi ambíguo, pois permite o ingresso aéreo.

Para o Procurador, as portarias contrariam a Lei da Pandemia, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e a Lei de Migrações e geram uma situação de desamparo.

“A lei de imigração estabelece procedimentos administrativos, justamente para que seja observado o devido processo legal, a ampla defesa ao contraditório, não existe deportação sumária. Essas inovações em portaria, do meu ponto de vista, desrespeitam o Estado Democrático de Direito”, finalizou defendendo a revogação da portaria e o respeito aos tratados.

João Chaves, do Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União de São Paulo, destacou que foram editadas 31 portarias com restrições de entrada nos diversos modais com base na Lei da Pandemia, mas que ao longo do tempo as portarias adotaram medidas que violam direitos das pessoas migrantes, como a deportação imediata, a inabilitação do pedido de refúgio e a aplicação de multas.

“A lei da Covid não justifica e não permite a suspensão do direito de refúgio e a deportação imediata, esses institutos não têm amparo na legislação brasileira”.

Ele destacou ainda que depois de um ano de pandemia já foi verificado que medidas radicais de fechamento de fronteiras não são eficientes para controlar o vírus e não podem servir como álibi para uma política migratória de exceção.

“Essas medidas não impediram a entrada de dezenas de milhares de pessoas, especialmente venezuelanas, que passaram um ano e três meses impedidas de ter documentos, com dificuldade de trabalho e de acesso a serviços”, afirmou Chaves. O Defensor reforçou que isso contraria a Lei de Migração aprovada pelo Parlamento brasileiro em 2017, e cria em pleno 2021 um bolsão de migração irregular, aumentando a invisibilização e a vulnerabilização de pessoas migrantes.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos, lembrou que a lei de migração brasileira é considerada um modelo para o mundo. Para ela, a pandemia vem sendo utilizada como argumento para retirar direitos, permitindo que o Estado escolha o perfil socioeconômico autorizado a entrar no país, minando o devido processo legal e gerando aumento de 5000% das deportações em 2020.

Para Asano, as medidas geram medo e insegurança nos migrantes, que ficam expostos a situações de vulnerabilidade, como a exploração do trabalho análogo à escravidão, a dificuldade de locação de imóveis e o acesso à saúde.

A regularização é uma forma de proteger o acesso a direitos”, afirmou, defendendo também a aprovação dos PL 2699/2020, que trata da regularização emergencial, e 7876, com a redação original do deputado Orlando Silva sobre anistia, além do Projeto de Decreto Legislativo que susta a parte violadora de direitos humanos da Portaria 655.

“A consequência direta da dificuldade de realizar a regularização documental impõe a colocação desses cidadãos e cidadãs à condição de ilegalidade e irregularidade”, falou Elton Bozzetto, do Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH), citando as inúmeras dificuldades vivenciadas por essas pessoas.

Elton exibiu depoimentos de dois migrantes que apontam a dificuldade enfrentada no mercado de trabalho, demonstrando que a falta de documentação impede migrantes de conseguir trabalho e que muitos estariam perdendo seus postos de trabalho.

“Os atos normativos do governo federal estão sendo seletivos, a portaria 655 regularizou quem já tinha entrado, e no caso os venezuelanos, ou seja, as portarias setorizam por nacionalidade, em um flagrante objetivo de supressão dos direitos humanos”, concluiu Bozzetto, reforçando que a não regularização expõe essas pessoas a trabalhos análogos à escravidão. Demandou também a revogação da portarias seletivas e ampliação dos quadros da polícia federal voltados ao atendimento de migrantes.

“Em alguns casos as pessoas migrantes foram consideradas ameaças à segurança nacional, representando potenciais transmissores do vírus, por mais que o novo coronavírus já estivesse no país”, denunciou Handerson Joseph, professor da UFRGS.

O pesquisador citou que segundo estimativas são cerca de 60 mil refugiados no Brasil e que mais de 30 mil pessoas teriam morrido ou desaparecido em rotas inseguras de migração.

Handerson lamentou a saída do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, da Organização das Nações Unidas (ONU), e lembrou a fala de representante da Organização, afirmando que “a migração é uma fonte de prosperidade, inovação e desenvolvimento sustentável em um mundo moderno e globalizado”.

“Vidas migrantes importam. Vidas migrantes com direitos importam. Na semana passada comemoramos 70 anos da Convenção de Genebra de 1951, comemorá-la é também agir com humanidade e respeito com os migrantes e refugiados, tomando medidas efetivas em prol dos direitos humanos”, finalizou.

PARTICIPAÇÃO DE PARLAMENTARES

O deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) defendeu a revogação da portaria e apontou que a Lei de Migrações, relatada por ele em 2017, pôs fim ao estatuto do estrangeiro, que tinha uma lógica restritiva e não reconhecia o direito humano à migração. “A migração existe desde que o mundo é mundo, é parte da história, é base da nossa formação enquanto nação”.

“Se é fundamental garantir a migração como direito, em um ambiente de pandemia é ainda mais importante. Nós deveríamos ser uma nação mais solidária, deveríamos estar mais abertos para colaborar, oferecer oportunidade diante de um momento de desastre que a humanidade vive”, declarou o parlamentar.

“Quando você não tem a regularização da situação, você cria as condições para a violação de outros direitos. Aí vamos ter o trabalho análogo ao trabalho escravo, o não acesso aos serviços públicos, ao auxílio emergencial. Você vai tendo uma cadeia de violações de direitos que vai se impondo a partir da negação do direito à migração”, afirmou a deputada Érika Kokay, reforçando que estamos vivendo um processo de retirada de direitos dos migrantes e um desrespeito à legislação brasileira.

23.2. Parlamentares demandam revogação da Portaria nº 655/2021

Em decorrência da audiência pública, o Presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), e os parlamentares Orlando Silva (PCdoB/SP), 1º Vice-Presidente, Erika Kokay (PT/DF), 2ª Vice-Presidente, e Fernanda Melchionna (PSOL/RS) demandaram no dia 11 de agosto ao Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a revogação da Portaria 655, apontada em audiência pública como discriminatória. Os parlamentares também solicitaram o inteiro teor das notas técnicas da Agência de Vigilância Sanitária que teriam embasado a expedição do normativo.

Os parlamentares informaram aos ministros que em audiência pública realizada pela CDHM, sobre regularização migratória e fechamento de fronteiras, no dia 4 de agosto, expositores destacaram que a Portaria nº 655, publicada em 23 de junho de 2021, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, promove a discriminação de imigrantes em fronteiras terrestres, enquanto as vias aéreas permanecem abertas. Apontaram também que ela contraria a Lei de Migração e a Constituição Federal ao criminalizar a migração em seu art. 8º, além de não encontrar respaldo em aspectos técnico-sanitários de combate à Covid-19.

Os deputados também solicitaram ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre ações e diretrizes para o combate ao vírus em regiões de fronteira.

Ainda nesse contexto, os parlamentares solicitaram ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Gustavo Maiurino, informações sobre o atual número de migrantes que aguardam agendamento e documentação e demandaram a realização de mutirões para regularização documental.

Os expositores da audiência pública destacaram que, durante a atual a pandemia da Covid-19, milhares de imigrantes sem documentos no País ficaram expostos a situações de vulnerabilidade, como a exploração do trabalho análogo à escravidão, a dificuldade de locação de imóveis e de acesso à saúde.

Os parlamentares apontaram ainda que a regularização documental de imigrantes é necessária para proteger e garantir o acesso a direitos básicos universais e uma responsabilidade do Estado brasileiro.

23.3. Observatório Parlamentar da RPU debate direitos dos migrantes

O Observatório Parlamentar da RPU, realizou no dia 10 de novembro audiência pública com o objetivo de verificar o estágio de cumprimento pelo Brasil das recomendações voltadas ao aprimoramento dos direitos dos migrantes.

A audiência se concentrou em 10 recomendações da RPU, como as voltadas à ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (ICRMW), ao combate ao tráfico de pessoas e à expansão dos serviços de acolhimento aos refugiados.

“Nós aprovamos junto ao Senado a Comissão Mista de Migrantes e Refugiados, que está vigente e atuante. Nós iniciamos uma série de caminhadas, discussões e debates, semana passada foi na Universidade Federal de Pernambuco, sobre a questão dos venezuelanos, principalmente os indígenas, com relação ao mercado de trabalho e o que o governo federal, estadual e municipal haviam feito em termos de suporte para essas pessoas que estavam chegando de outros países”, apontou o deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), sobre atuação de Comissão Mista voltada ao tema.

Socorro Tabosa, da Organização Internacional para Migrações (OIM) das Nações Unidas, afirmou que o Brasil tem uma das legislações mais avançadas relativas ao refúgio e que a Lei de Migração brasileira é considerada uma referência internacional.

Tabosa explicou que a OIM trabalha com os governos, outras organizações internacionais e a sociedade civil para fazer frente aos desafios da migração e destacou que o informe da organização de 2020 apontou que, em 2019, 3,5% da população mundial eram compostos por migrantes internacionais, totalizando 272 milhões de pessoas. E que em 2018 essa população movimentou 689 bilhões de dólares aos seus países de origem, mostrando a importância dos migrantes para o fomento da economia global.

“A ratificação da Convenção [sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias] é um passo muito importante para a promoção universal dos direitos das pessoas migrantes e um ato coerente com o histórico legislativo brasileiro”, afirmou, lembrando que segundo dados de 2019, o Brasil tinha população de cerca de 1,1 milhão de migrantes.

CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE REFUGIADOS

Juliana Sampaio, Coordenadora-Geral da População em Situação de Risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmou que a atuação do MMFDH tem como base o princípio da não discriminação, a Constituição Federal e a Lei de Imigração de 2017.

A coordenadora ainda destacou que o Ministério lançou, em parceria com a OIM, um curso online aberto para capacitar servidores brasileiros para atender migrantes em igualdade com os brasileiros que aqui residem, para que possam acessar serviços públicos, e curso focado em jovens imigrantes inseridos no mercado de trabalho, além de dois projetos-piloto de interiorização de mulheres venezuelanas e em processo de implementação de ouvidoria itinerante em Roraima.

“A convenção só reafirma aquilo que o Estado brasileiro já está atuando a partir da sua Constituição e dos normativos nacionais”, reforçou.

Bernardo Laferté, Coordenador-geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), destacou que na última década o Brasil voltou para a rota das migrações internacionais e parabenizou o Congresso Nacional pela aprovação da Lei de Migração de 2017, alinhando o país à defesa dos direitos humanos. “Somos uma referência para o mundo quando o assunto é migração e legislação migratória”, disse, lembrando que o rechaço à xenofobia e à proteção ao migrante são aspectos presentes na legislação.

NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO EFETIVO DA LEGISLAÇÃO

Marianna Borges, Assessora na Área de Proteção do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), reforçou a necessidade de implementação efetiva da Lei de Migração e apontou a discriminação seletiva que ocorre durante o período de pandemia, com a edição de mais de 30 portarias que criaram diferenciação entre fronteiras aéreas e terrestres, além da demora na análise dos pedidos de reunião familiar. “É urgente que o Estado brasileiro garanta a implementação dos direitos que já estão previstos na nossa legislação migratória. Seria inócua a existência de uma lei tão avançada em matéria de direitos como a nossa se esses direitos não são garantidos na prática”, disse.

“Para impedir retrocessos é preciso garantir a regularização migratória do cidadão de todas as nacionalidades, bem como a reunião familiar e a acolhida humanitária e assim fazer cumprir o compromisso internacional de proteção dos direitos humanos da população migrante refugiada no Brasil”, reforçou Mariana Borges.

Irmã Rosita, do Instituto Migrações e Direitos Humanos, deu destaque a dois pontos: atenção à regularização migratória de pessoas que chegaram antes da Lei de Migração de 2017 e que o Brasil comece a pensar a começar a construção de uma política migratória. “É muito triste ver que nós estamos fazendo um grande esforço para documentar tanto as pessoas que estão chegando agora e não conseguimos documentar pessoas que se encontram no país há anos”

“Os imigrantes podem ser documentados com base no trabalho de carteira assinada, mas não podem ser documentados com base no trabalho de microempreendedor individual”, complementou Rosita, falando da necessidade de atualização de aspectos da regularização.

RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO

André de Carvalho Ramos, Procurador-Regional da República, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, defendeu a ratificação da Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias, citando que ela é a única entre nove tratados sobre direitos humanos ainda não ratificada pelo Brasil.

“Essa convenção possui total compatibilidade com nossa Constituição. O Brasil é amigo dos direitos humanos, em todos os poros da nossa Constituição está a presença dos direitos humanos”, afirmou, e pediu o empenho do Congresso na ratificação.

Matheus Alves do Nascimento, Defensor Público Federal, do Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU), também defendeu a ratificação do tratado internacional e defendeu uma atuação ativa do Brasil e do sul global na construção de uma nova convenção sobre direitos humanos, que aborde a questão da mobilidade, para que não predomine apenas a visão dos países do norte.

“É importante lembrarmos do princípio da chamada não criminalização da migração. O que nós verificamos é que em muitos Estados, entre eles o Brasil, muitas vezes, em vez de haver sanção de ordem administrativa, existe a própria criminalização do imigrante e dos movimentos sociais e daqueles que lutam em favor dos direitos dos imigrantes”, reforçou o defensor.

VULNERABILIDADES VIVENCIADAS

Yury Puello Orozco, da Campanha Regularização Já, apontou que a condição de imigrante ou refugiado já é um fator de vulnerabilidade devido às barreiras que terão que enfrentar no país e que a campanha surgiu por entender que a pandemia afeta ainda mais esses grupos mais vulnerabilizados. “Não encontramos uma política humanitária de acolhida plena, ao contrário, a escolha foi manter as pessoas indocumentadas, ocasionando graves transtornos para a vida concreta dessa população”, afirmou, sobre as dificuldades encontradas para assinar contratos de moradia formal ou de trabalho e o acesso a benefícios sociais.

“Feliz é o país que tem a oportunidade de viver a experiência em seu território de pessoas de diferentes culturas, línguas, sabedorias e conhecimentos, porque são fatores de crescimento”, refletiu Orozco.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar sobre o estágio de cumprimento das recomendações apontou que seis recomendações (9, 10, 11, 12, 13, 17), relacionadas diretamente à ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (ICRMW), foram consideradas não cumpridas, pois o Brasil ainda não ratificou o tratado.

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias foi submetida à apreciação do Congresso Nacional, mas seu processo de ratificação ainda não foi iniciado.

A recomendação 14, realizada pelas Filipinas, apesar de parte também estar relacionada à ratificação da ICRMW, tratava da ratificação da Convenção 189 da OIT realizada pelo Brasil e foi considerada em progresso.

Sobre as recomendações do Estados Unidos (128), do Azerbaijão (129) e do Líbano (130), relacionadas ao combate efetivo ao tráfico de pessoas, com assistência às vítimas e treinamento para representantes de governo, o relatório apontou progresso, pois o Brasil mantém programa de cooperação com a UNODC e adotou, em 2018, seu III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

As recomendações do Timor-Leste (244), da Grécia (245) e Canadá (246), relacionadas à implementação efetiva da Lei de Migração e sobre a expansão de serviços para refugiados e o direito a um padrão de vida digno através do estabelecimento de um Plano Nacional de Integração, também foram consideradas em progresso. O documento aponta que a lei está sendo implementada e que a construção de abrigos para migrantes em situação vulnerável e sua posterior realocação no território nacional também está sendo feita, embora ainda seja necessário seu incremento.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS

Em decorrência de audiência realizada em 28 de maio, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, audiência pública que examinou as recomendações da RPU voltadas para os Instrumentos Internacionais, Carlos Veras solicitou a criação de Comissão Especial para deliberar sobre a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias - Mensagem nº 696, de 2010.

23.4. Vistos humanitários a afegãos

O presidente da CDHM, Carlos Veras (PT/PE), comunicou no dia 21 de setembro ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, denúncia sobre morosidade para emissão de vistos humanitários a afegãos.

Veras pediu celeridade para a emissão de vistos humanitários, encaminhando ofícios também ao Ministro das Relações Exteriores, o embaixador Carlos Alberto França, e ao Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), José Vicente Santini.

De acordo com relatos recebidos pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo e encaminhados à CDHM, as famílias afegãs requerentes do visto humanitário precisam permanecer no Paquistão esperando o final dos trâmites do processo, e a morosidade do serviço estaria inviabilizando a emissão do visto. A denúncia foi realizada ao deputado estadual Emídio de Souza (PT/SP), Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Os requerentes têm feito o cadastro junto ao Conare (Comitê Nacional de Refugiados) e esperado o final dos trâmites na Embaixada do Brasil em Islamabad, no Paquistão, que teria a atribuição de confirmar informações para a validação final dos pedidos.

O parlamentar solicitou a apuração da denúncia de morosidade no serviço consular e providências para tornar o processo mais célere, de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial n° 24/2021 sobre concessão de visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária.

SITUAÇÃO DE JUÍZAS AFEGÃS

O presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), se reuniu no dia 3 de setembro com o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o juiz Luiz Antonio Colussi, com a vice-presidente da instituição, a juíza do trabalho Luciana Conforti, e com o diretor de Assuntos Legislativos, Valter Pugliesi. A organização buscava apoio sobre a situação das mulheres do país, especialmente das magistradas. Na mesma data, o Governo brasileiro anunciou a concessão de vistos humanitários aos afegãos que fogem do país.

23.5. Moïse: morte de jovem do Congo no Rio de Janeiro

Foto: Roberto Stuckert Filho



Missão oficial

Em missão oficial sobre o caso do assassinato de Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro, o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), anunciou que solicitou à presidência da Câmara dos Deputados a criação de comissão especial para tratar de legislação sobre auxílio, proteção e assistência às vítimas de violência. “É preciso garantir proteção e direito às famílias que passam por crimes bárbaros como esses. Por isso, é urgente que o Congresso Nacional discuta e legisle sobre o tema”, afirmou.

A Câmara dos Deputados recebeu projeto sobre o tema do Senado Federal em 2004, e desde então a ele foram apresentadas 29 propostas. Entre elas, o PL 796/2019, do deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ).

O presidente da CDHM se reuniu com familiares, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ), com o prefeito do Rio de Janeiro, com o governador do Estado e com membros do Ministério Público, nesta segunda-feira (14).

A primeira agenda da comitiva da missão oficial sobre o caso Moïse foi com os familiares e advogados da vítima, na Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro (OAB). Da mãe de Moïse, Lotsove Lolo Lavy Ivone, o presidente da CDHM ouviu pedidos de justiça, segurança e apoio. Todos os familiares precisaram deixar o emprego por questões de segurança.

O prefeito do Rio de Janeiro afirmou que será concedido um auxílio emergencial para a família de Moïse, Segundo Eduardo Paes, a prefeitura também está atuando para prestar assistência aos familiares, no sentido de assumirem um espaço para trabalharem, por meio de concessão pública.

Em agenda com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, o presidente da CDHM, Carlos Veras, falou da necessidade de os advogados da família terem acesso a todo o processo, da importância da divulgação da íntegra do vídeo com as imagens do momento do crime e que a investigação identifique todos os autores e coautores, visto que há outras pessoas envolvidas ainda não identificadas.

Com o Ministério Público, o foco foram as questões penais das investigações e o direito das vítimas, proposta legislativa que, segundo Carlos Veras, precisa tramitar na Câmara dos Deputados.

Os vice-presidentes da CDHM, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) e deputada Vivi Reis (PSOL/PA); o deputado Marcelo Freixo, as deputadas Jandira Feghali (PCdoB), Talíria Petrone (PSOL/RJ), os senadores Humberto Costa (PT/PE), presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, e Fabiano Contarato (PT/ES) também participam das atividades.

A missão oficial teve como objetivo acompanhar as investigações sobre o assassinato por espancamento de Moïse Kabagambe, de 24 anos, em um quiosque da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro (RJ), ocorrido em 24 de janeiro, bem como verificar violações de direitos humanos relativas às condições de trabalho e eventuais dificuldades enfrentadas pelas famílias de refugiados na inclusão em políticas públicas

A comitiva também se reuniu com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e com a comunidade congoleza do Rio de Janeiro.

No relatório final, estão indicadas as providências adotadas, dentre as quais atuar no acompanhamento das investigações; cobrar a garantia da segurança e assistência à família; solicitar à Procuradoria da República no Distrito Federal informações sobre a eventual adoção de medidas visando à responsabilização civil, criminal e administrativa de Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, devido à manifestação sobre o caso; trabalhar pela revisão dos processos de atualização e aceitação da diplomação do estrangeiro e pelo avanço na legislação sobre refugiados, como a criação de comissão especial para tratar de lei sobre auxílio, proteção e assistência às vítimas de violência.

A Justiça, quando da divulgação do relatório, já havia acolhido a denúncia contra três pessoas envolvidas no assassinato. “As atividades não cessam por aqui. A denúncia não encerra o caso, uma vez que há indícios do envolvimento de outros atores. Seguiremos acompanhando e cobrando respostas das autoridades competentes. A morte de Moïse torna ainda mais urgente o avanço da legislação e a aplicação das leis já existentes voltadas para os refugiados no Brasil”, afirmou Carlos Veras.

Texto: Mariana Sacramento

23.6. Assassinato do venezuelano Marcelo Caraballo em São Paulo

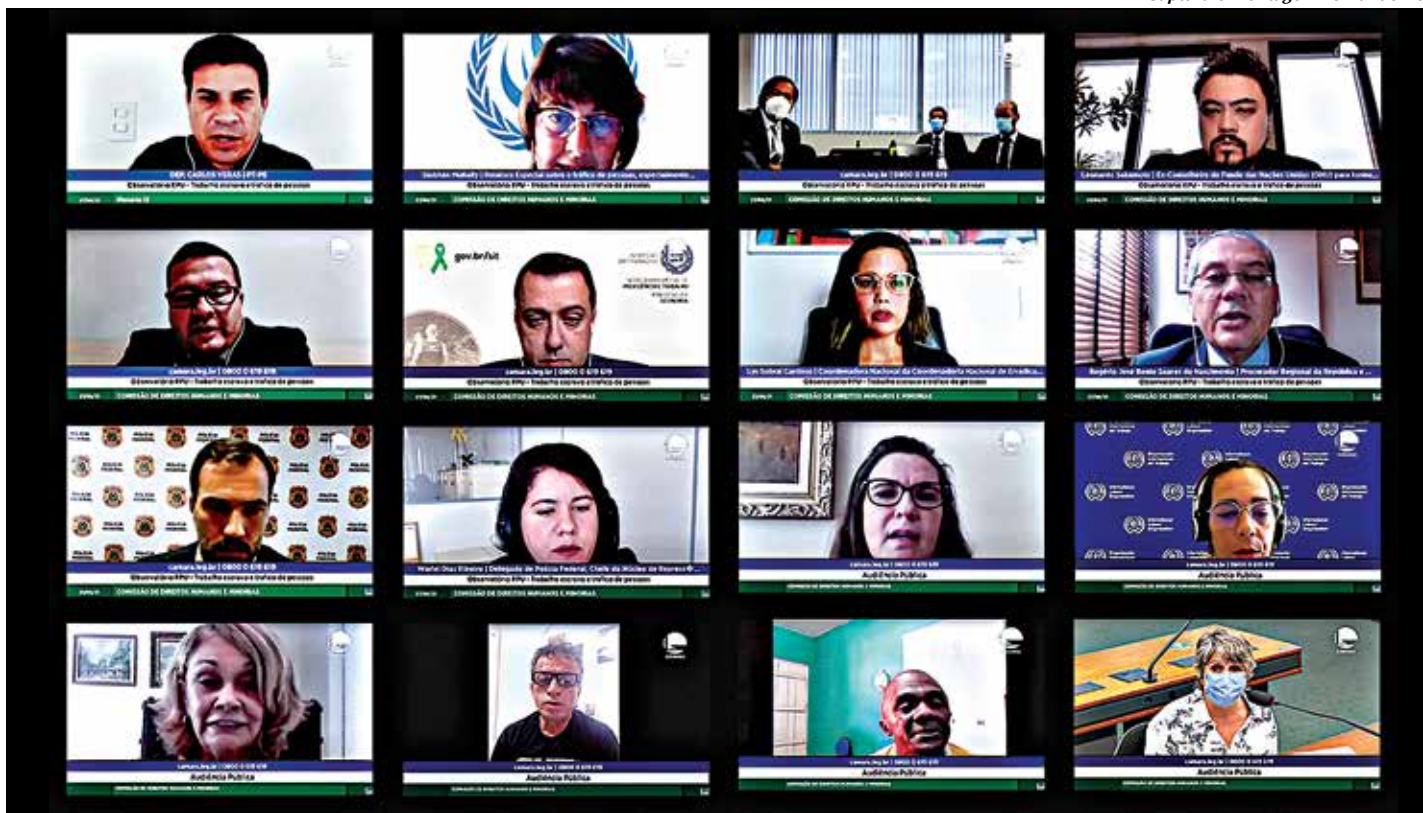
Carlos Veras (PT/PE) solicitou informações ao governo de São Paulo e ao procurador-geral de Justiça do Estado sobre o assassinato do venezuelano Marcelo Caraballo, ocorrido na cidade de Mauá, no último dia 3, supostamente em razão de uma dívida de aluguel no valor de R\$ 100.

Segundo o parlamentar, “o crime pode ser agravado por xenofobia e motivo fútil, merecendo, assim, rigorosa apuração e adoção das medidas cabíveis”. De acordo com notícias amplamente divulgadas pela imprensa, o venezuelano, de 21 anos, foi morto pelo locador do imóvel onde ele vivia com a família, por uma dívida de R\$100.

Ainda segundo o noticiado, a família (quatro crianças e cinco adultos) teria deixado o local e sido acolhida por vizinhos, e, sem renda, estaria dependendo de doações.

24. TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS

Captura e montagem Fernando Bola



24.1. Observatório Parlamentar da RPU examina enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas

No dia 27 de agosto o Observatório Parlamentar da RPU examinou a evolução das recomendações feitas ao Brasil para enfrentar o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

A audiência foi a 13ª realizada pelo Observatório e se concentrou em 10 das mais de 240 recomendações feitas ao Brasil com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos no país.

Acolhendo sugestão de Lys Sobral, do Ministério Público do Trabalho, o presidente da CDHM, deputado Carlos Veras (PT/PE), afirmou que vai trabalhar em proposta para ampliar o seguro desemprego de três para seis parcelas para egressos do trabalho escravo. “Acredito que a base do Governo não vai se colocar contra o projeto de lei, e é competência do governo atuar para que isso não aconteça. Ampliar o seguro desemprego não será um problema econômico para o Governo Federal e espero que possamos aprovar o mais rápido possível e com unanimidade no plenário da Casa”.

Carlos Veras, que é da agricultura familiar, também lembrou dificuldades vivenciadas. “Na época das frentes de emergência era um processo de escravidão, meu pai, meus tios, os vizinhos, eram submetidos a trabalhar naquela frente de trabalho do governo, era a única alternativa. Cortar barro para ganhar muito pouco para sobreviver. Éramos submetidos a receber como auxílio uma cesta básica de feijão duro, um arroz com casca. Eu não tenho dúvida que aquele alimento era para os animais, mas era o único que a gente tinha para se alimentar. Feijão cozinhava dois dias na panela de barro, no fogão a lenha. É por isso que os programas sociais são tão importantes, como o retorno do auxílio emergencial de 600 reais, para que 125 milhões brasileiros não continuem passando dificuldades”, destacou o parlamentar.

“O que mais doeu no meu coração foi trabalhar vigiado e a ausência da família, sem saber como estão a esposa, a mãe e os filhos. E o que faz a pessoa estar nessa situação é querer manter a sua família com dignidade, com honestidade. É não ter uma qualificação profissional. Mas eu passei por essa situação. Eu agradeço primeiramente a Deus, à minha família, em especial à minha esposa, que me transmitiu força. Mesmo eu estando lá no mato, sentia que ela me transmitia energia. E hoje tenho uma qualificação profissional”, contou Agnaldo da Silva, trabalhador egresso do trabalho escravo, que participou da audiência.

O relatório preliminar identificou avanço apenas em uma das recomendações, a realizada pelos Estados Unidos, para implementar efetivamente a lei contra o tráfico e fornecer recursos e treinamento para funcionários do governo. As outras nove recomendações foram consideradas como não cumpridas ou em retrocesso.

O documento demonstra que não houve aumento do número de equipes de fiscalização do trabalho, não ocorreu a regulamentação da alteração promovida pela Emenda Constitucional no 81/2014 no art. 243 da Constituição Federal, que prevê a expropriação de terras onde for localizada a exploração de trabalho escravo, além de o Brasil ainda não ter ratificado o Protocolo de 2014 à Convenção no 29 da OIT.

A assistência às vítimas de tráfico de pessoas, de acordo com o relatório, pode estar sendo prejudicada pela falta de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas [NETPs], de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante [PAAHMs] e de Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em alguns estados da Federação.

HISTÓRICO RESPEITADO

“Que os passos positivos que já foram tomados para combater o tráfico de pessoas sejam mantidos e todas essas ações do Plano Nacional sejam implementadas de forma eficiente”, afirmou Siobhán Mullally, Relatora Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, da Organização das Nações Unidas.

“Nós queremos destacar as dimensões de gênero e o aumento de risco da exploração sexual, especialmente no contexto da Covid-19, e também a obrigação de que todas as ações antitráfico sejam aplicadas sem discriminação de raça e de etnias, que reconheçam a vulnerabilidade dessas pessoas e garantam o acesso à justiça”, complementou a relatora.

“O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer, em 1995, a persistência de formas contemporâneas de escravidão. O primeiro a criar uma política nacional, a publicar periodicamente um cadastro com o nome dos infratores, a chamada lista suja. E implementou ações pioneiras que viraram referência, e por isso foram mais de 56 mil libertados. Contudo, em 2017, o Brasil foi condenado por um caso de trabalho escravo contemporâneo, e a política de fiscalização tem sido bombardeada”, lembrou o jornalista Leonardo Sakamoto, Ex-Conselheiro do Fundo das Nações Unidas (ONU) para formas Contemporâneas de Escravidão, que há mais de duas décadas monitora os dados no Brasil.

“O conceito de trabalho escravo que está presente no Código Penal é considerado um dos mais avançados do mundo. Usa-se o ‘análogo’ porque a Lei Áurea proibiu o direito de propriedade de uma pessoa por outra, proibiu a escravidão, e o nosso Código Penal utiliza o ‘análogo’ para se referir a práticas semelhantes. Mudanças no conceito serão vistas com uma mudança de prioridade do Brasil no combate ao trabalho escravo”, apontou o jornalista, que defendeu a ratificação de 2014 da OIT pelo Brasil.

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS

Eduardo Melo, Secretário Adjunto Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apresentou ações desenvolvidas pelo MMFDH, que incluem o mapeamento das sentenças penais e civis relativas ao trabalho análogo à escravidão, relatório do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, fluxo de atendimento às vítimas, Pacto Federativo para erradicação do trabalho escravo (13 de maio de 2021), indenização aos trabalhadores resgatados da Fazenda Brasil Verde e o Observatório do Trabalho Escravo.

Melo também elencou os desafios que precisam ser enfrentados, como avançar na implementação das COETRAEs E COMTRAEs nos estados e municípios, implementar a escuta qualificada de atendimentos às vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas e iniciar as discussões para o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo.

Rômulo Machado, Subsecretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência, explicou como funciona a atuação do órgão na promoção do trabalho decente: fiscalização, ações especiais territoriais e a realização de campanhas.

“É o nosso objetivo que todo cidadão, que todo trabalhador, seja ele brasileiro, seja ele imigrante, tenha trabalho decente em nosso país. E trabalho decente é o trabalho produtivo e de qualidade, adequadamente remunerado e exercido em condições de liberdade e equidade e segurança e dignidade”, explicou Rômulo.

“Falando de fiscalização, é impossível não destacar o trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. São mais de 25 anos de história atuando em todos os rincões do Brasil. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel é coordenado pela auditoria fiscal do trabalho e as equipes contam com a parceria do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União e das polícias Federal, Rodoviária Federal e militares dos nossos estados. Ao longo desses mais de 25 anos, conforme dados constantes no radar de trabalho escravo, mais de 56 mil trabalhadores brasileiros já foram resgatados dessa condição”, destacou o Subsecretário.

Lys Sobral Cardoso, Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho, destacou que desde 1995 o Brasil se tornou uma referência internacional no enfrentamento ao trabalho escravo, mas que é preocupante a possibilidade de revisão do conceito do crime e a redução de direitos trabalhistas.

Para a Coordenadora, é preciso aproximar as pautas, já que são duas formas de escravidão contemporânea. “São partes de um único fluxo”, disse, destacando que 95% das pessoas resgatadas entre 2003 e 2018 são do sexo masculino e 5% de mulheres. Lys reforçou que esses dados divergem das demais informações, inclusive da ONU, que afirma que a maior parte das pessoas vítimas de tráfico de pessoas são mulheres e crianças.

“É preciso aproximar as pautas, são duas condutas diferentes, dois crimes diferentes, mas as pautas precisam se aproximar”, defendeu.

Lys reforçou a importância de o Brasil ratificar o protocolo suplementar da OIT e a necessidade de ampliação de três para seis parcelas de seguro desemprego a serem pagas às vítimas de trabalho análogo ao escravo e de tráfico de pessoas. “O que temos visto na prática das fiscalizações é que três parcelas são muito pouco, e o que acontece é a reincidência, infelizmente, envolvendo as mesmas pessoas, o mesmo setor econômico. O ciclo de exploração não se rompe”.

TRÁFICO DE PESSOAS

Para Rogério José Bento Soares do Nascimento, Procurador Regional da República e Coordenador da Relatoria Temática Tráfico de Pessoas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o Brasil teve mais êxito no enfrentamento ao trabalho escravo e precisa avançar em relação ao tráfico de pessoas e no acolhimento às vítimas.

“A gente precisa ter uma atenção maior ao tráfico de pessoas, e para o enfrentamento do tráfico de pessoas ser melhor a gente não pode ficar limitado às instituições que hoje estão atuando, e precisa envolver e capacitar melhor instituições que são importantes e estão em locais de fronteiras, como Receita Federal, Polícia Federal, para que esses agentes públicos consigam enxergar o tráfico de pessoas”, apontou.

“A gente precisa ter uma percepção de que onde há tráfico de pessoas, há a corrupção, e que o enfrentamento do caso de pessoas não é eficaz, não é eficiente, se a gente não tiver também esse olhar para enxergar essa relação entre a corrupção e o tráfico de pessoas”, afirmou, destacando que os tipos penais existentes já dão conta da complexidade do cenário. “Avançamos sim, mas avançamos menos do que podíamos”, concluiu.

O delegado Warlei Dias Ribeiro, Chefe do Núcleo de Repressão ao Trabalho Forçado do Departamento de Polícia Federal, explicou como a instituição atua por meio de investigações e participando das fiscalizações com as forças-tarefa. “Hoje nós temos na Polícia Federal mais de 400 inquéritos policiais investigando trabalho escravo e tráfico de pessoas”.

Ribeiro afirmou que a instituição vem buscando especializar os agentes, alcançando bons índices de resolução e atuando de forma integrada.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) apontou a redução, nos últimos anos, dos recursos orçamentários voltados ao enfrentamento desses crimes e a necessidade de defender o conceito que temos atualmente. “É importante que nós possamos evitar que haja retrocessos de direitos, mas também para que não haja retrocesso na tipificação do trabalho escravo. Que nós não permitamos nenhum retrocesso na conceituação de escravo e entendamos que o tráfico de pessoas e o trabalho análogo ao trabalho escravo caminham juntos”.



*Jan Jarab - Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Audiência Pública Observatório Parlamentar da RPU - Instituição Nacional de Direitos Humanos - Foto: Câmara dos Deputados*

25. EMPRESAS, INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E INDH

25.1. Observatório Parlamentar debate empresas e direitos humanos

A CDHM deu início, no dia 30 de abril, às audiências públicas do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal. Com o tema “Empresas e Direitos Humanos”, o primeiro encontro tratou sobre as recomendações feitas ao Brasil para melhorar a questão dos direitos humanos no âmbito de empresas públicas e privadas. Está prevista a realização de mais de 20 audiências, sobre diferentes temas, como mulheres na política, desmatamento na Amazônia, direitos da população negra e combate ao racismo, entre outros.

Na abertura da audiência, o presidente da CDHM, Carlos Veras, e Jan Jarab, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para a América do Sul, lembraram que o Brasil superou a marca de 400 mil mortos pela Covid-19, e se solidarizaram com as vítimas e suas famílias.

A audiência pública focou nas seguintes recomendações: desenvolver Plano de Ação Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos, a fim de evitar que os projetos de desenvolvimento violem os direitos das populações tradicionais, povos indígenas e trabalhadores e causem danos ao meio ambiente, e para garantir reparações efetivas com consultas significativas às comunidades afetadas (Holanda); elaborar um Plano de Ação Nacional abrangente sobre Empresas e Direitos Humanos de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas a esse respeito (Paraguai); e Elaborar um Plano de Ação sobre Empresas e Direitos Humanos (Serra Leoa).

Em apresentação, Mariana Neris, Secretária Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, elencou ações que dialogam com a temática Empresas e Direitos Humanos: lei brasileira de inclusão e sua regulamentação, Programa Equilíbrio Trabalho Família, projeto piloto Qualifica Mulher, Estação 4.0, Programa Horizontes, Plano Nacional de Empregabilidade LGBT. Incluiu também as etapas futuras para a criação do Plano: alteração do Decreto nº 9571/2018, designação do comitê (empresas, trabalhadores, sociedade civil e academia), portaria estruturando o processo de elaboração, contratação de consultoria, amplo diálogo social, consolidação de documentos e consulta pública.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para Fernanda Lapa, do Coletivo RPU, é fundamental que o Estado não negue seus problemas e os desafios, e que promova a participação da sociedade civil de forma transparente e inclusiva. A pesquisadora pediu ao Estado Brasileiro “que respeite e apoie a atuação da sociedade civil nesses processos, visando garantir o espaço cívico neste país, que, diferente do que ouvimos às vezes, está sendo encolhido, a fim de fortalecer e sustentar uma verdadeira democracia no Brasil”.

Para Erika Kokay, é preciso reafirmar a função do estado no que diz respeito ao cumprimento dos direitos humanos. Para a parlamentar, é preciso ir além e construir uma Política Nacional, fazer com que as empresas sejam instrumento da promoção dos direitos humanos, pensar em metas e parcerias, como a criação de um selo para empresas que apoiem os direitos humanos.

“O trabalho é um dos aspectos da humanidade. O trabalho tem que ser o local onde você se encontra, não pode ser onde você perde a sua própria humanidade”, disse a deputada, que teve papel fundamental na criação do Observatório Parlamentar

A audiência contou ainda com a presença de Thales Cavalcanti, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Jair Soares Junior, subdefensor Público-Geral Federal; Virginia Dirami Berriel, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Ismael José César, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Moisés Borges, do Movimento dos Atingidos por Barragens; Christoph Heuser, da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, e Manoela Carneiro Roland, do Centro de Direitos Humanos e Empresas.

25.2. Audiência Pública examina evolução de Instrumentos Internacionais, Tribunal Penal e crimes de guerra

A CDHM realizou no dia 28 de maio, no âmbito do Observatório Parlamentar da RPU, audiência pública que examinou as recomendações da RPU voltadas para os Instrumentos Internacionais, Tribunal Penal e crimes de guerra feitas ao Brasil no início do III Ciclo, em 2017. A RPU é um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 países membros da ONU.

A audiência se concentrou em cinco recomendações: reforçar a cooperação com os organismos do Órgão de Tratados (Costa do Marfim); reforçar ainda mais seu envolvimento com a comunidade internacional para promover os direitos humanos em todas as áreas (Mianmar); ratificar as emendas de Kampala ao Estatuto de Roma com o objetivo de contribuir para a ativação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre o crime de agressão (Liechtenstein); ratificar a Convenção sobre a Não Aplicação de Limitações Estatutárias a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade (Armênia); e alinhar plenamente a legislação nacional com todas as obrigações decorrentes do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (Estônia).

O Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal é uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas e tem como objetivo acompanhar a evolução das recomendações feitas ao Brasil no âmbito da RPU.

O Ministro Adriano Pucci, diretor do Departamento de Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, elogiou a iniciativa. “O Itamaraty considera esse exercício valioso e buscará recolher as sugestões, as impressões e as preocupações dos parlamentares brasileiros, de outros órgãos de governo e da sociedade civil, no sentido de alinhar as percepções e promover as conclusões desse debate”, disse.

Ao abordar a evolução da recomendação da Costa do Marfim, que trata da cooperação com os Órgãos de Tratado, o Ministro Marcelo Araújo, chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, apontou que dos nove principais tratados, apenas um não foi ratificado pelo Brasil. Araújo também destacou a entrega pelo Estado brasileiro dos relatórios periódicos. “Isso não é um feito menor, pois apenas 15% dos Estados partes cumprem essa obrigação”, afirmou.

Sobre a recomendação de Liechtenstein, Pedro Sloboda, Secretário da Divisão de Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, informou que o Brasil é signatário das emendas e que o Brasil está em processo de ratificação das emendas de Kampala. “Os textos autenticados das emendas de Kampala, com a respectiva tradução para a língua portuguesa, e a exposição de motivos se encontram no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores para que seja assinado e encaminhado à Casa Civil”, adiantou.

Sobre a recomendação da Estônia, de alinhar a legislação nacional às obrigações decorrentes do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, Pedro Sloboda apontou a importância do Projeto de Lei 4038/2008, que regulamenta o Estatuto de Roma e já se encontra no Congresso Nacional. “O Brasil não tem regulamentado os crimes da competência do Tribunal Penal Internacional, com exceção do crime de genocídio. É essencial a regulamentação do Estatuto de Roma, que se daria por meio da aprovação desse projeto de lei de 2008”, reforçou.

Para Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, as atividades do Observatório Parlamentar demonstram o empenho e protagonismo da Câmara dos Deputados com a pauta de direitos humanos. “Essa revisão é um parâmetro muito seguro para o Brasil, do caminho a ser trilhado, pautado em não retrocessos, para o fortalecimento dos direitos humanos”, diz.

Sobre as recomendações da Costa do Marfim e Mianmar, Costa afirmou que é fundamental que o Brasil seja visto como um país que se aproxima dos parâmetros internacionais e não como um país que se afasta de regras voltadas à defesa de direitos humanos. “A forma como o Brasil vem nos últimos anos conduzindo essa política no plano internacional, parece aos olhos do Conselho Nacional de Direitos Humanos uma política bem menos voltada a essa aproximação, a esse fortalecimento e a essa cooperação, e muito mais um ingresso em uma dinâmica de atuação que não agrega e que não une o Brasil a esses organismos”, criticou.

André Ribeiro, Defensor Nacional dos Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU), elencou ações da Defensoria que têm como objetivo contribuir para que o Brasil cumpra as recomendações: acordos bilaterais, memorando de entendimentos em matéria de assistência penal gratuita com a Guatemala, opiniões consultivas sobre matérias de direitos humanos, realização de capacitações em parcerias com a ACNUDH e intercâmbios de documentos. “São incontáveis acordos bilaterais com organismos internacionais que demonstram a intenção multilateral da Defensoria Pública da União”, afirmou o defensor.

André também reforçou a atuação da Defensoria de assistência jurídica aos impactados por grandes empreendimen-

tos, como no caso de rompimento de barragem em Barcarena, no Pará, da remoção e acompanhamento das famílias atingidas pelas obras do anel viário de Belo Horizonte, na BR 381, e doa pescadores prejudicados pela construção da usina hidrelétrica no Salto da Divisa no Rio Jequitinhonha.

Nesse contexto, o presidente da CDHM, Carlos Veras, destacou que existe uma preocupação com a construção de uma usina nuclear em Pernambuco. “Existe uma preocupação muito grande da população no meu estado de Pernambuco, ali na região de Itacuruba, com a possibilidade da construção de uma usina nuclear. É uma preocupação muito grande, que caso venha se concretizar, será fruto de audiência pública aqui nesta comissão”, adiantou.

RETROCESSOS

Gustavo Huppés, representante da Conectas Direitos Humanos, destacou que nos últimos anos não observa uma cooperação frutífera por parte do Estado brasileiro. “O país não apenas tem descumprido as recomendações, mas em quase 30% dos casos há retrocessos nas recomendações”.

Para exemplificar a falta de cooperação e retrocesso em relação às recomendações, Gustavo destacou o Decreto de 2019, que exonerou os membros do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura e inviabiliza a atuação do órgão que tem como atribuição verificar as condições em que são mantidas as pessoas privadas de liberdade no país e prevenir tortura e maus tratos. “O decreto atinge a autonomia funcional e financeira do Mecanismo Nacional, violando não só a lei federal, mas também todas as obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos”, afirmou.

“O Brasil, apesar de ter promulgado a convenção interamericana sobre desaparecimento forçado e a convenção internacional em 2016, ainda não tipificou o crime de desaparecimento forçado. Por não reconhecer como um crime permanente, acaba não investigando, não trazendo reparação, o direito à verdade, à memória e à justiça, uma barreira à responsabilização”, completou o representante da Conectas.

Rodrigo Deodato, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares- Gajop e também do Coletivo, apresentou dados que indicam que o Estado brasileiro está na contramão das recomendações para promover os direitos humanos em todas as áreas. “Abster-se no cenário internacional ou votar contrariamente em resoluções importantes para os avanços dos direitos humanos não dialoga em nenhum nível com o envolvimento ativo com a comunidade internacional para promover os direitos humanos em todas as áreas, como sugere a recomendação de Miamar”, lembrou.

Rodrigo destacou que posturas contrárias às previstas nas convenções internacionais, como o aprofundamento de discursos de ódio, ausência de políticas públicas específicas e de uma estratégia efetiva de combate à pandemia geraram grande impacto nas comunidades periféricas, nas populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

“Não basta ratificar uma convenção, é necessário implementá-la, assumi-la como pedra de toque de efetivação de direitos em diálogo com a sociedade. Instamos o Estado brasileiro que busque efetivamente conduzir suas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos de todas e todos”.

“E que no âmbito interno apure e julgue com celeridade os responsáveis pelas atrocidades ocorridas, sobretudo pelos desmandos de agentes do Estado, fortalecendo desde mecanismos de prevenção e combate à tortura até políticas públicas concretas de proteção a defensoras e defensores dos direitos humanos. Há muito por fazer, sobretudo quando em tempos atroz, discursos e ações estatais mais impulsionam o recrudescimento do que possibilitam efetivamente o avanço dos direitos humanos no nosso país”, finalizou Rodrigo.

Para a deputada Érika Kokay, o Brasil vive um retrocesso em várias medidas. “Nós temos um sistema carcerário que é medieval. O Estado sabe que convive como método de implementação de cumprimento de sentença com a tortura, e desconstrói ou asfixia os instrumentos que a sociedade construiu com muita dor, mas com esperança de coibir a lógica de suplício do corpo que perpassa tantas unidades nesse país”, afirmou.

A audiência contou ainda com a participação de Milton Nunes, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos.

25.3. Observatório Parlamentar examina recomendações voltadas para Instituição Nacional de Direitos Humanos

A CDHM, por meio do Observatório Parlamentar da RPU, examinou no dia 13 de agosto recomendações feitas ao Brasil para fortalecer a Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH).

A audiência pública foi a 11ª realizada pelo Observatório Parlamentar da RPU, uma parceria da Câmara dos Deputados com o Alto Comissariado das Nações Unidas, que tem como objetivo verificar a evolução dos direitos humanos no Brasil.

As Instituições Nacionais de Direitos Humanos têm o propósito de promover os direitos humanos em cada país, estimular a elaboração de planos de ação e políticas públicas em direitos humanos, além de apresentar propostas legislativas e avaliar o cumprimento das obrigações internacionais pactuadas pelos Estados.

As INDHs são autônomas e independentes, não estão subordinadas aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, apesar de serem majoritariamente financiadas pelo Estado. São consideradas fundamentais em um sistema nacional de proteção dos direitos humanos e promovem importantes relações entre o Estado, a sociedade civil e os organismos internacionais de direitos humanos.

Jan Jarab, Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, apontou a

existência das INDHs como algo fundamental para os Estados democráticos. “É importante que os Estados possam se beneficiar de suas avaliações independentes para ajudar a resolver problemas de direitos humanos. Um papel que qualquer sociedade democrática deve exaltar e assegurar”.

“As instituições nacionais de direitos humanos podem representar um desafio para muitos governos, porque representam um novo modelo de instituições para o século XXI. São instituições autônomas do poder político, mas ainda assim são autoridades. Podem representar um desafio, porque seus mandatos possuem o dever de destacar as lacunas e riscos à proteção e promoção dos direitos humanos”, explicou Jarab.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Para Milton Nunes Toledo, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a sociedade internacional já reconhece os esforços feitos no país para a promoção dos direitos humanos, pois os textos das recomendações tratam abertamente de continuar e aprofundar ações.

Milton Nunes argumentou que a avaliação do relatório preliminar de que a estrutura do Conselho Nacional de Direitos Humanos seria insuficiente para a execução das atividades não considera o enxugamento das estruturas administrativas feito em outras áreas também nos últimos anos. “Mesmo nas recomendações com avaliação negativa são mencionados progressos, como a criação de CNPJ próprio e atribuição de uma unidade gestora orçamentária exclusiva”, declarou.

Marcelo Ramos Araújo, Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, destacou que o papel do Itamaraty é dar suporte logístico às instituições que buscam a acreditação internacional de Instituição Nacional de Direitos Humanos, seja o Conselho Nacional de Direitos Humanos ou a Defensoria Pública da União.

Araújo lembrou que a tentativa de acreditação realizada em 2016 do CNDH foi rejeitada, e que entre os argumentos estaria a alegação de que a apresentação do pedido pelo Itamaraty vai contra o princípio da autonomia das INDHs.

CNDH É A INDH DO BRASIL

Para Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o CNDH já é a INDH brasileira, tendo em vista seu reconhecimento pela sociedade civil, órgãos e instituições, além de seu fortalecimento ser citado explicitamente nas recomendações da Revisão Periódica Universal. “Mais do que o que uma INDH acreditada, o que o Brasil precisa ter é uma INDH de fato”.

“Depois de mais de seis anos de atuação, o CNDH acumula uma independência em sua atuação política extremamente visível. Independentemente do governo, o CNDH tem sempre tido uma postura política independente, crítica e sobretudo de proteção aos direitos humanos”, afirmou o Presidente do CNDH.

Yuri Costa apontou que episódio recente demonstrou desrespeito por parte do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos à autonomia do CNDH, que alterou quatro vezes a coordenação da secretaria executiva do Conselho. “Esse é um fato que evidencia como o CNDH ainda tem empecilho para o seu reconhecimento como INDH, a falta de entendimento e vontade política do Estado brasileiro”.

“O CNDH tem todos os requisitos para ser a INDH, precisa sim ter um incremento na sua estrutura, no seu orçamento, e isso é função do Governo. Não é um problema desse governo, é um problema histórico de subfinanciamento e de falta de estrutura, mas isso pode ser vencido com vontade política. O CNDH é a nossa INDH”, defendeu a jurista Deborah Duprat, que foi Vice-Procuradora-Geral da República de 2009 a 2013

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO COMO INDH

Jair Soares Júnior, Subdefensor Geral Federal da Defensoria Pública da União, defendeu que a instituição reúne todas as características para ser uma Instituição Nacional de Direitos Humanos. “A DPU tem trabalhado em prol do seu fortalecimento institucional na promoção e proteção dos direitos humanos, inclusive por meio de seu processo de acreditação apresentado à aliança global de INDHs. A estrutura e os instrumentos conferidos por lei à DPU, bem como sua atuação prática, refletem a atuação típica de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos”.

OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA RPU

Leonardo Pinho, representante do Coletivo RPU, defendeu a importância do Observatório e das recomendações para o avanço dos direitos humanos no Brasil. “Que o Executivo cumpra as recomendações da RPU, cumpra a lei e principalmente a Constituição Brasileira, garantindo o direito ao controle e à participação social, e pare de intervir nos conselhos de políticas públicas, nos conselhos de direitos do Brasil e que, no caso do CNDH, cumpra seu papel e garanta toda a estrutura necessária pro seu pleno funcionamento”.

“Este Observatório, junto com o Alto Comissariado e organizações da sociedade brasileira, tem o compromisso de fazer o monitoramento sério, consistente, sistêmico das recomendações que o Brasil deve responder no plano internacional. Os direitos humanos no Brasil têm sido tratados com desprezo por algumas autoridades e nós não vamos nos calar, precisamos manter nossa posição em defesa dos direitos humanos”, finalizou o Deputado Helder Salomão (PT/ES), que presidiu a audiência pública.

A audiência contou ainda com a participação da promotora de justiça Ivana Farina, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Everaldo Bezerra Patriota, da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Darci Frigo, da Plataforma Dhesca, e dos parlamentares Orlando Silva (PCdoB/SP) e Erika Kokay (PT/DF).

AValiação DO RELATÓRIO PRELIMINAR

Relatório preliminar indicou que houve avanços em quatro recomendações: a da Nepal, de continuar esforços para fortalecer as instituições nacionais de direitos humanos; a de Portugal, de trabalhar para garantir que a Instituição Nacional de Direitos Humanos adquira o status "A" de acordo com os Princípios de Paris; a de Serra Leoa, de tornar o Conselho Nacional dos Direitos Humanos de acordo com os Princípios de Paris; e a da Polônia, de tornar as suas instituições nacionais de direitos humanos, especialmente o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em plena conformidade com os Princípios de Paris.

A recomendação de Uganda para fornecer ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos os recursos necessários para aumentar sua independência para efetivamente desempenhar suas funções foi avaliada como não cumprida. O relatório indica que os recursos fornecidos pelo Estado brasileiro hoje permitem ao Conselho uma estrutura mínima de funcionamento, que precisa ser ampliada. Além disso, essa estrutura mínima foi garantida nos últimos anos por meio de emendas parlamentares ao orçamento.

As recomendações da Grécia, de fornecer ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos a independência orçamentária, administrativa e política para implementar plenamente suas funções, e a da Guatemala, também relacionada à independência orçamentária, administrativa e política do CNDH, foram avaliadas como “em retrocesso”. O relatório sinaliza que, por mais que o Conselho seja politicamente independente, como parecem indicar seus posicionamentos, o Estado brasileiro ainda não lhe garante autonomia orçamentária e administrativa suficiente.

O relatório reconhece que algumas reivindicações, como a criação de CNPJ próprio e tornar-se uma Unidade Gestora, são avanços, mas episódio da destituição unilateral da coordenadora-geral do Conselho pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos consistiu em um ato grave de desrespeito à autonomia do Conselho, não visualizado desde a sua criação.

26. RELIGIÕES E DIREITOS HUMANOS

26.1. CDHM debate criação do Dia Nacional do Cristão

Foto: Câmara dos Deputados



A CDHM realizou no dia 5 de novembro audiência pública com o objetivo de tratar da criação do Dia Nacional do Cristão. Para os participantes, o PL 2832/2021, da deputada Soraya Manato (PSL-ES), que trata da instituição da data, é importante por promover o permanente fortalecimento dos valores cristãos.

“Que essa data seja um dia de unidade da nação”, afirmou o deputado Eli Borges, que presidiu a audiência pública. O parlamentar apontou que, segundo o último Censo realizado pelo IBGE, 87% da população brasileira se define como cristã, e, para ele, a instituição do Dia Nacional do Cristão atende ao critério de alta significação para o maior segmento religioso existente no país.

A audiência contou com a participação dos Pastores Harbety Carvalho, da Assembleia de Deus, e Josimar Francisco da Silva, do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal (COPEV/DF), do Bispo Robson Rodovalho, do Conselho Nacional dos Conselhos de Pastores do Brasil (CONCEPAB), de Dom Pedro Brito Guimarães, bispo da Igreja Católica, e do Apóstolo Paulo César de Lima Gomes, da Igreja Batista Nova Canaã.

“É importante termos esse dia de referência, que nossos filhos, nossos netos saibam o que é ser cristão, o conceito, o significado, a origem da palavra cristão. Quando eu uso esse termo, ponho sobre mim a responsabilidade de parecer com Jesus Cristo, de ter os mesmos valores e condutas”, reforçou o Bispo Robson Rodovalho sobre a importância da criação da data.

“Vós sois o sal da terra, e se o sal for insípido, o que há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora e ser pisado pelos homens”, disse Harbety Carvalho, citando trecho do autor Timothy Keller, que se utiliza da metáfora do sal para explicar que o cristão deve realçar o que há de melhor na sociedade.

“O cristão, enquanto cidadão, deve ter o seu dia celebrado, a fim de reafirmar suas origens e propósitos. Em um ano de no mínimo 365 dias, em um contexto de centenas de datas, é no mínimo razoável que se institua o Dia Nacional do Cristão”, afirmou Harbety.

“É um sinal de que nós existimos, que temos valor, bandeira, compromisso, missão, que esse dia do cristão possa mexer com as estruturas de todo mundo, para que a gente se comprometa com aquilo que é do coração de Cristo”, argumentou Dom Pedro sobre a relevância da data.

Josimar da Silva reforçou que, segundo algumas pesquisas, o número de cristãos no país deve crescer ainda mais, o que se soma ao já relevante número de pessoas que se declaram como cristãs no Brasil e denota a importância da instituição do Dia Nacional do Cristão. “A nação brasileira agradece às igrejas, porque a igreja tem ido a lugares que ninguém tem ido. O Dia do Cristão é um dia justo, e um dia que temos que celebrar”, disse.

“Os cristãos são com certeza hoje o povo que mais faz assistência social, socorro à população. As igrejas, independente das denominações, são restauradoras de famílias, transformam seres humanos e têm papel fundamental na nação brasileira”, argumentou Paulo César de Lima Gomes.

“As datas têm essa força, a força da memória, da celebração, da execução, ter uma data vai ser muito importante para o segmento cristão, ter suas celebrações, manter viva a chama. Não se trata de um feriado, se trata de um dia de celebração, e que esse dia seja por nós muito bem cuidado, zelado e passado às próximas gerações”, finalizou.

Os parlamentares Carla Dickson (PROS/RN), Eli Borges (SOLIDARI/TO) e Cezinha de Madureira (PSD/SP) são co-autores da proposta que deverá tramitar nas comissões nos próximos meses.

26.2. Seminário debate importância da fraternidade para a política

Foto Câmara dos Deputados



As Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Educação, de Direitos da Pessoa Idosa e de Legislação Participativa realizaram no dia 8 de novembro o Seminário “Fraternidade e Amizade Social: 1 ano da Carta Encíclica Fratelli Tutti”, com o objetivo de debater a fraternidade e a amizade social.

O Seminário foi proposto pelos parlamentares Maria do Rosário (PT/RS), Vicentinho (PT/SP), Patrus Ananias (PT/MG), Padre João (PT/MG), Helder Salomão (PT/ES), Camilo Capiberibe (PSB/AP), Tereza Nelma (PSDB/AL), Lídice da Mata (PSB/BA), Waldenor Pereira (PT/BA) e José Ricardo (PT/AM), que reforçaram que em outubro de 2020, o Papa Francisco apresentou a Carta Encíclica, uma sistematização de seu pensamento nos 7 anos de pontificado.

Os participantes reforçaram que a Carta reúne uma série de orientações sobre valores que devem orientar a melhor política e sobre a busca em ampliar a percepção de mundo para além do que é privado.

MELHOR POLÍTICA

“A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade do mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, devemos voltar a colocar a dignidade da pessoa humana no centro”, citou Daniel Seidel, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB.

Seidel reforçou que a Carta aponta como as decisões políticas afetam diretamente a vida das pessoas e que a orientação do Papa Francisco é para que a política pense em um desenvolvimento que priorize a vida das pessoas mais frágeis e do planeta.

“Todas as nossas ações aqui no Parlamento interferem na vida do povo brasileiro e podem promover a dignidade da pessoa humana, como podem violar direitos. Por isso, o debate e a celebração sobre a encíclica papal Fratelli Tutti é fundamental para repensarmos a política e como ela pode ser um instrumento de promoção da dignidade das pessoas”, afirmou o deputado Helder Salomão.

Dom Leonardo Steiner, Arcebispo de Manaus, afirmou que é necessário ter na política pessoas que compreendam com profundidade a sociedade. “A política deve procurar estabelecer diálogos de profundidade. Essas relações mais profundas deixam emergir aquilo que é próprio da dignidade, da justiça, da fraternidade e da liberdade. Não deixem de ler a Fratelli Tutti”, disse.

Marina Oliveira, da Economia de Francisco e Clara, afirmou que muitas tragédias vivenciadas atualmente, como o rompimento de barragens e o descontrole de queimadas, são resultados de decisões políticas. “O que a gente quer dizer, enquanto pessoas impactadas, que estão sofrendo em razão desse modelo econômico em vigência, é que não adianta fazer propaganda sobre iniciativas solidárias, porque a gente não quer caridade, a gente quer direito e condições dignas para os trabalhadores, parâmetros e sanções internacionais para empresas que descumprem esses parâmetros. Porque colocar a vida das pessoas, do meio ambiente, das gerações futuras em risco não pode continuar sendo um negócio lucrativo”.

“Quem tem fé preserva a vida, preserva a democracia, fé não coaduna com morte, nós sabemos muito bem disso.

É na diferença que se produz a igualdade, a visão dualista encarcera o diferente”, disse Makota Célia Gonçalves, Coordenadora do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-brasileiras.

RELIGIÕES A SERVIÇO DA FRATERNIDADE

“Ninguém é supérfluo, ninguém deve ser descartado, ninguém deve ser menosprezado, os problemas globais como os que nós temos merecem ações globais e ações nacionais”, disse o Padre Júlio Lancelotti, Pároco da Paróquia de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca, na Cidade de São Paulo.

O Padre ainda pediu o apoio dos parlamentares para projeto já aprovado no senado, do senador Fabiano Contarato, que trata de coibir intervenções arquitetônicas hostis para pessoas em situação de rua.

“A fraternidade e amizade social são antídotos para o atual modelo predatório. Nesse modelo vigente, o outro somente é reconhecido na sua condição de consumidor ou de produto, reduzido a peça na engrenagem de um modelo econômico que idolatra o lucro sem limites. Se adotadas, a fraternidade e a amizade social permitirão reconhecer que um mundo gerador de exclusões é ameaçador para todos, os mais pobres são os mais vulneráveis, mas cada ser humano cedo ou tarde sofrerá as consequências da crescente exclusão”, afirmou Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo de Belo Horizonte e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

POPULAÇÕES MAIS FRÁGEIS

“Que neste contexto contra a intolerância nós possamos ter um olhar para permitir a todos as condições de cidadania, às comunidades tradicionais, às comunidades quilombolas, à população negra”, defendeu a deputada Lídice da Mata (PSB/BA).

“A política é uma ciência, a ciência de transformar a sociedade. Como eu posso ser feliz se tem um irmão ou uma irmã passando fome?”, questionou a deputada Tereza Nelma (PSDB/AL)

“É isso que o Papa Francisco defendeu na encíclica Fratelli Tutti: uma sociedade justa e tolerante. A intolerância foi alçada a instrumento de dominação, direitos humanos são atacados, não podemos aceitar isso, queremos o oposto, queremos fraternidade, tolerância e respeito”, disse o parlamentar Camilo Capiberibe (PSB/AP).

“As palavras do Papa Francisco extrapolam as religiões. O próprio Papa, em uma conversa com jovens na igreja de São Pedro, disse que fazer política é um ato de caridade dos homens e das mulheres de bem. Que essa influência positiva desta carta Fratelli Tutti seja a grande luz para o nosso trabalho no Parlamento e nas nossas ações”, comentou o deputado Vicentinho (PT/SP), que apontou que os ataques vivenciados atualmente aos direitos dos trabalhadores não foram vivenciados nem durante a ditadura militar.

“Nós estamos vendo um retrocesso enorme em relação aos direitos do cidadão. A Constituição incorporou a Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, está 100% incorporada, mas até hoje não é respeitada, não é praticada”, apontou o parlamentar José Ricardo (PT/AM).

JUSTIÇA SOCIAL

O deputado Padre João (PT/MG) disse que interesses econômicos não podem se sobrepor à vida das pessoas. “Essa carta encíclica é um grito profético, que anuncia e denuncia, anuncia a melhor política, mas denuncia o poder econômico, que está procurando dominar cada vez mais a política”.

“Lendo a encíclica do Papa Francisco, que diz que somos todos irmãos, a gente entende de fato qual é o lado certo, que é defender os mais pobres, defender a justiça social, lutar contra a desigualdade entre pessoas, entre regiões, e não desistir, resistir para superar tempos difíceis como este que a gente está passando”, afirmou a deputada Marília Arraes (PT/PE).

A senadora Zenaide Maia (PROS/RN) reforçou que a encíclica aponta o impacto das decisões políticas e os valores que deveriam nortear a política. “O que o Papa Francisco mostra é que na verdade a população é empobrecida por decisões políticas. Essa encíclica mostra que a gente tem que superar o egoísmo, a agressão, a violência e principalmente a indiferença com a vida, e não só com a vida humana, mas com todas as formas – está aí a destruição do meio ambiente”.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) afirmou que a política é um instrumento para a transformação da sociedade e lamentou a existência de discurso de ódio e o que chamou de negação da realidade. “Há um negacionismo que não nega apenas a ciência, mas que nega a própria realidade. Há um desprezo para com os fatos. Então, estamos vivenciando o discurso de ódio e a mentira, e a mentira é parceira do próprio ódio. A verdade é que liberta, a mentira sempre aprisiona, como metodologia política, em uma necropolítica que atinge de forma mais profunda determinados corpos”, disse.

“O amor é muito valente, é muito corajoso, ele abarca toda a dimensão de uma humanidade que se reafirma na própria diversidade. O amor é valente, o ódio é covarde”, argumentou Kokay.



CÂMARA DOS
DEPUTADOS